



Plano Estratégico
da Região de Setúbal

PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SETÚBAL PEDEPES 2025 | 2035



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Ficha técnica

Título

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Região de Setúbal (PEDEPES 2035)

Fase 4: Plano de Ação (Parte I – Caracterização da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral, Parte II – Visão e estratégia de desenvolvimento e Parte III – Plano de Ação)

Junho de 2026

Promotor



Trabalho desenvolvido com a consultoria e assistência técnica da EY-Parthenon



Disclaimer

Os dados constantes neste relatório são os mais atualizados à data de entrega do Relatório de Diagnóstico (25 de novembro de 2024).

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Preâmbulo



A Região de Setúbal é hoje um dos territórios mais completos e promissores de Portugal. Entre o azul do Atlântico, os estuários do Tejo e do Sado e a força da Serra da Arrábida, construiu-se uma região onde natureza, indústria, agricultura, cultura e inovação convivem lado a lado. Essa diversidade não é apenas uma característica geográfica — é a identidade de uma região que sempre soube equilibrar crescimento económico com qualidade de vida.

Ao longo das últimas décadas, Setúbal afirmou-se como um território estratégico para o país. O seu tecido empresarial, os portos, a indústria transformadora, a pesca, a floresta e a agricultura continuam a gerar emprego, riqueza e conhecimento. Mas o verdadeiro desafio está agora no futuro: transformar este potencial numa região ainda mais sustentável, moderna, inclusiva e preparada para as próximas gerações.

Persistem dificuldades que não podem ser ignoradas. A pressão sobre o território, os problemas de mobilidade, as carências na saúde, na habitação e nos transportes públicos mostram que o desenvolvimento não pode acontecer apenas em números — tem de ser sentido pelas pessoas no seu quotidiano. É precisamente aqui que a visão estratégica ganha importância: pensar Setúbal como uma região mais conectada, mais acessível e mais justa.

Os grandes investimentos previstos — como o novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, a Terceira Travessia do Tejo ou o reforço da capacidade logística e portuária — representam muito mais do que obras

de infraestrutura. Representam oportunidades para reposicionar a região como uma das principais plataformas económicas e logísticas do sul da Europa, atraindo empresas, talento e inovação.

Mas o futuro da Região de Setúbal não se mede apenas pelo crescimento económico. Mede-se também pela capacidade de proteger aquilo que a torna única. A valorização da Arrábida, dos estuários e das reservas naturais revela uma consciência cada vez mais clara: desenvolvimento e conservação têm de caminhar juntos. A candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera é um símbolo dessa ambição — preservar hoje para garantir amanhã.

Há também sinais muito positivos que merecem destaque. O crescimento e afirmação do ensino superior na região, o dinamismo cultural e desportivo dos municípios e o fortalecimento das redes sociais e comunitárias mostram uma região viva, resiliente e com vontade de evoluir.

A Região de Setúbal está, por isso, perante uma oportunidade decisiva. Tem território, recursos, localização, identidade e capacidade humana para assumir um papel ainda mais relevante em Portugal. O futuro da região dependerá da capacidade de unir investimento, sustentabilidade e coesão social numa visão comum: fazer da Região de Setúbal um lugar onde o desenvolvimento não deixe ninguém para trás e onde a qualidade de vida seja, verdadeiramente, o centro de todas as decisões.

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

Presidente do Conselho Diretivo

Associação de Municípios da Região de Setúbal

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Siglas e Acrónimos

AE – Autoestrada

AIA – Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal

AL – Alentejo Litoral

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal

BIC – *Business Innovation Center*

CENSE – Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade

CENIMAT – Centro de Investigação de Materiais

CiiEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz

CINEA – Centro de Investigação em Energia e Ambiente

C INCITE – Centro de Inovação em Ciências e Tecnologias

CP – Comboios de Portugal

EAT – Estabelecimentos de Alojamento Turísticos

EBN – *European Business & Innovation Centre Network*

EN – Estrada Nacional

ER – Estrada Regional

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FCT-UNL – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa

GEE – Gases com Efeito de Estufa

I&D – Investigação e Desenvolvimento

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Infraestruturas de Portugal

IPS – Instituto Politécnico de Setúbal

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

MST – Metro Sul do Tejo

MTS – Metro Transportes do Sul

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PNI – Programa Nacional de Investimentos 2030

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PROT Alentejo – Programa Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana do Alentejo

PROT AML – Programa Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

Siglas e Acrónimos

PS – Península de Setúbal

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

TCB – Transportes Coletivos do Barreiro

UE – União Europeia

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

ZIF – Zonas de Intervenção Florestal

Índice

Preâmbulo	5
Introdução	13
Parte I – Caracterização da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral	
1. Território	17
1.1. Caracterização e enquadramento territorial	18
1.2. As trajetórias de crescimento	23
1.3. Mobilidade e transportes	26
1.4. Infraestruturas de conectividade digital	33
2. Demografia	35
2.1. Perfil demográfico	36
2.2. Perfil de rendimento	40
2.3. Habitação	42
2.4. Saúde	45
2.5. Educação	47
2.6. Coesão social	51
2.7. Cultura e desporto	52
2.8. Identidade e património	53
3. Estrutura económica regional	55
3.1. Perfil económico	56
3.1.1. Agricultura e pescas	61
3.1.2. Indústria	63
3.1.3. Turismo	64
3.2. Infraestruturas de suporte e comércio internacional	67
3.3. Caracterização do tecido empresarial	71
3.4. Emprego	73
3.5. Inovação	75

Índice

4. Ambiente e sustentabilidade	79
4.1. Uso do solo e proteção do meio natural	80
4.2. Gestão de resíduos	86
4.3. Gestão da água	87
4.4. Energia	91
4.5. Alterações climáticas	92
5. Síntese prospetiva	93
Parte II – Visão e estratégia de desenvolvimento	
6. Visão e estratégia de desenvolvimento	97
6.1. Visão e quadro estratégico	98
6.2. Prioridades e orientações estratégicas	100
6.2.1. PE1. Promoção do sistema económico regional	102
6.2.2. PE2. Valorização do emprego	105
6.2.3. PE3. Capacitação da sociedade regional	108
6.2.4. PE4. Reforço da coesão social	111
6.2.5. PE5. Qualificar a rede de cuidados de saúde	114
6.2.6. PE6. Valorização do território e reforço da coesão regional	116
6.2.7. PE7. Valorização do património natural	118
6.2.8. PE8. Reforço da rede cultural e desportiva	121
6.2.9. PE9. Promoção da acessibilidade e da mobilidade	124
6.2.10. PE10. Promover políticas públicas de habitação	127
6.2.11. PE11. Investimentos estruturais estratégicos	130
6.3. Fatores críticos para a concretização da estratégia e o desenvolvimento da Região de Setúbal	133

Índice

Parte III – Plano de Ação

7. Operacionalização da estratégia 137

7.1. As medidas estruturantes 138

7.1.1. Medidas no âmbito da PE1. Promoção do sistema económico regional 139

7.1.2. Medidas no âmbito da PE2. Valorização do emprego 145

7.1.3. Medidas no âmbito da PE3. Capacitação da sociedade regional 147

7.1.4. Medidas no âmbito da PE4. Reforço da coesão social 149

7.1.5. Medidas no âmbito da PE5. Qualificar a rede de cuidados de saúde 152

7.1.6. Medidas no âmbito da PE6. Valorização do território e reforço da coesão regional 153

7.1.7. Medidas no âmbito da PE7. Valorização do património natural 155

7.1.8. Medidas no âmbito da PE8. Reforço da rede cultural e desportiva 158

7.1.9. Medidas no âmbito da PE9. Promoção da acessibilidade e da mobilidade 161

7.1.10. Medidas no âmbito da PE10. Promover políticas públicas de habitação 164

7.1.11. Medidas no âmbito da PE11. Investimentos estruturais estratégicos 166

7.2. Acompanhamento e monitorização 168

Anexos 171

Anexo 1. Contributos da auscultação 172

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Introdução

O contexto do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Região de Setúbal para 2035

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Região de Setúbal para 2035 (PEDEPES 2035)

pretende ser um instrumento estratégico que apresenta um diagnóstico atual e prospetivo do território, que define uma visão para o futuro da Região de Setúbal, que identifica as correspondentes prioridades e orientações estratégicas e que assume um Plano de Ação para o desenvolvimento sustentável regional.

Mais do que um documento com diversas edições, o PEDEPES é já reconhecido como um processo de trabalho que identifica e consensualiza necessidades regionais de desenvolvimento. A primeira versão deste Plano Regional surgiu em 2000, por iniciativa da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), tendo como objetivo iniciar um processo alargado e participado de reflexão estratégica, que terminou em dezembro de 2004 com a apresentação pública da versão final. O Plano estava assente em quatro eixos estratégicos: 1. Promoção da qualidade do território regional; 2. Promoção da coesão do tecido social da Península de Setúbal (PS); 3. Reforço da capacidade do tecido empresarial; 4. Reforço do sistema regional de conhecimento.

Em 2014, a AMRS lançou o PEDEPES+, visando a atualização do diagnóstico e a revisão das linhas estratégicas. A atual revisão do PEDEPES surge em 2024 no seguimento do Congresso da Região de Setúbal “Agregar Vontades, Construir o Futuro”.

Desde a década de 1990, e na sequência de um processo de progressivo encerramento de uma parte substantiva do tecido industrial da região, verificou-se

uma mudança no perfil do emprego, cada vez mais assente no setor dos serviços, conduzindo a um acentuar dos movimentos pendulares, maioritariamente orientados para a Grande Lisboa.

Nesse contexto, o planeamento teve de responder a esta tendência, com a concentração de esforços dirigida à conceção de infraestruturas e estratégias para suportar esse fluxo. Mais de trinta anos depois, torna-se prioritário recentrar a Região de Setúbal, potenciando as suas capacidades endógenas e valorizando as relações com as sub-regiões que a rodeiam, para construir uma nova centralidade e uma dinâmica de desenvolvimento sustentável e integrado.

O Plano incide sobre os municípios da região de Setúbal (estatisticamente integrados nas sub-regiões da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral), que apesar das suas diferenças, partilham entre si desafios, complementaridades e oportunidades de desenvolvimento, bem como novas potenciais relações funcionais. Estes municípios apresentam características únicas, que exigem uma abordagem integrada e adaptada à realidade local, ao mesmo tempo que são influenciados pelas dinâmicas regionais e nacionais.

É neste quadro que o Plano assume particular relevância como instrumento de reflexão estratégica e de concertação territorial, num contexto marcado por recentes mudanças administrativas e pela necessidade de articular políticas e intervenções à escala regional, sem se substituir aos instrumentos próprios de uma Comunidade Intermunicipal.

A perspetiva de concretização de grandes investimentos estruturantes reforça a importância de uma visão integrada para o desenvolvimento da Região de Setúbal, capaz de enquadrar de forma equilibrada as dinâmicas de crescimento económico, a sustentabilidade ambiental e a gestão responsável dos recursos existentes, assegurando coerência territorial e sustentabilidade a médio e longo prazo.

A conceção e abordagem do Plano

O Plano foi sustentado pela análise de estatísticas e indicadores que permitem refletir sobre as tendências de evolução do posicionamento da região e respetivos concelhos em diversos domínios temáticos, pela reflexão e análise conjugada de documentação relevante e, ainda, suportado por um abrangente processo de auscultação.

No diagnóstico foram utilizados, sempre que possível, os dados mais recentes disponíveis à data da sua elaboração, oriundos de diversas fontes. No entanto, em alguns casos, verificou-se ser necessário utilizar dados censitários menos recentes, de forma a permitir uma análise com a desagregação territorial adequada (p.e. movimentos pendulares).

A forma como estes elementos foram abordados sistematiza-se de seguida. O Plano estrutura-se em três partes:

- ▶ Parte I – Caracterização da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral;
- ▶ Parte II – Visão e Estratégia de desenvolvimento; e
- ▶ Parte III – Plano de Ação.

A Parte I diz respeito à **componente de diagnóstico** e é desenvolvida em cinco capítulos:

- ▶ **Capítulo 1. Território:** sistematiza o enquadramento

e as principais características e dinâmicas do território de incidência do PEDEPES, as principais tendências de crescimento da região, as condições de mobilidade, acessibilidade, transportes e conectividade digital;

- ▶ **Capítulo 2. Demografia:** analisa o perfil populacional e a evolução demográfica, focando nas principais características sociais, culturais e de comunidade, com particular foco na coesão social, rendimento, inclusão e qualidade de vida;
- ▶ **Capítulo 3. Estrutura económica regional:** focado na análise da atratividade económica da região, caracterizando o tecido empresarial, os principais setores económicos e a sua evolução. Analisa ainda o mercado de trabalho, as condições de inovação, internacionalização e de atração de investimento, bem como os principais *clusters*;
- ▶ **Capítulo 4. Ambiente e sustentabilidade:** aborda as condições de sustentabilidade e o capital natural, do ponto de vista da sua caracterização e preservação, e ainda os temas associados à sustentabilidade como a gestão da água, dos resíduos, a energia e as alterações climáticas;
- ▶ **Capítulo 5. Síntese prospetiva:** que elenca os principais recursos e potencialidades e problemas e dificuldades que resultam do diagnóstico realizado.

A **componente de Visão e estratégia** estrutura a **Parte II**, que apresenta o quadro estratégico geral proposto para a região, traduzido numa visão para o desenvolvimento futuro da Região de Setúbal para 2035, 11 prioridades estratégicas e 49 orientações estratégicas. São também apresentados os fatores críticos para o sucesso da estratégia que não dependem da ação direta e/ou exclusiva da administração local e/ou regional.

A componente de operacionalização da estratégia é apresentada na Parte III, que sistematiza os projetos e iniciativas transformadoras, norteadas para a concretização da visão, prioridades e orientações estratégicas apresentadas.

O processo de auscultação e envolvimento

A auscultação e envolvimento dos atores e instituições com relevância no desenvolvimento regional foi parte integrante da conceção do Plano. Pretendeu-se promover um debate construtivo, com base na experiência concreta e conhecimento especializado dos agentes locais.

Estes momentos de auscultação incluíram i) 7 oficinas temáticas sobre educação, ambiente, turismo, desenvolvimento social, cultura, acessibilidade, mobilidade e transportes, desenvolvimento económico, emprego e formação profissional; ii) 8 entrevistas direcionadas; e iii) 1 reunião setorial.

Este processo contribuiu para identificar os principais temas de interesse, os desafios estruturais e as expectativas para o futuro, bem como destacar as alavancas locais que podem ser mobilizadas para impulsionar o desenvolvimento económico e social da Região de Setúbal. O Anexo 1 apresenta um síntese dos principais elementos recolhidos neste processo de auscultação.

A Visão assumida para 2035

A Visão assumida para 2035 é a de **afirmar a Região de Setúbal como um território coeso e inovador, onde a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social caminham lado a lado com uma economia diversificada, atrativa e geradora de emprego pleno de direitos, sustentada pela valorização dos seus ativos territoriais, pela**

qualificação e valorização das pessoas e por uma governação de proximidade.

É com esta ambição que este Plano se compromete e que constitui o compromisso de orientação para o futuro, promovendo as bases de uma boa gestão político-administrativa e uma colaboração entre os vários níveis da Administração Pública, fazendo o caminho para a implementação da Regionalização.

As prioridades e orientações estratégicas

A estratégia do PEDEPES 2035 organiza-se em onze prioridades estratégicas (PE), que representam os grandes eixos de transformação territorial da Região de Setúbal. Cada prioridade responde a desafios estruturais e oportunidades emergentes, orientando a ação pública e a cooperação institucional em domínios considerados críticos para o desenvolvimento regional.

As prioridades estratégicas são:

- ▶ PE1. Promoção do sistema económico regional
- ▶ PE2. Valorização do emprego
- ▶ PE3. Capacitação da sociedade regional
- ▶ PE4. Reforço da coesão social
- ▶ PE5. Valorização do território e reforço da coesão regional
- ▶ PE6. Valorização do património natural
- ▶ PE7. Reforço da rede cultural e desportiva
- ▶ PE8. Promoção da acessibilidade e da mobilidade
- ▶ PE9. Qualificar a rede de cuidados de saúde
- ▶ PE10. Promover políticas públicas de habitação
- ▶ PE11. Investimentos estruturais estratégicos

Estas prioridades são operacionalizadas através de 49 orientações estratégicas, que definem os principais caminhos de intervenção e traduzem os objetivos políticos e programáticos do plano. As orientações funcionam como pilares de ação concertada, garantindo coerência entre a visão estratégica e a sua concretização prática.



1. Território

1.1. Caracterização e enquadramento territorial

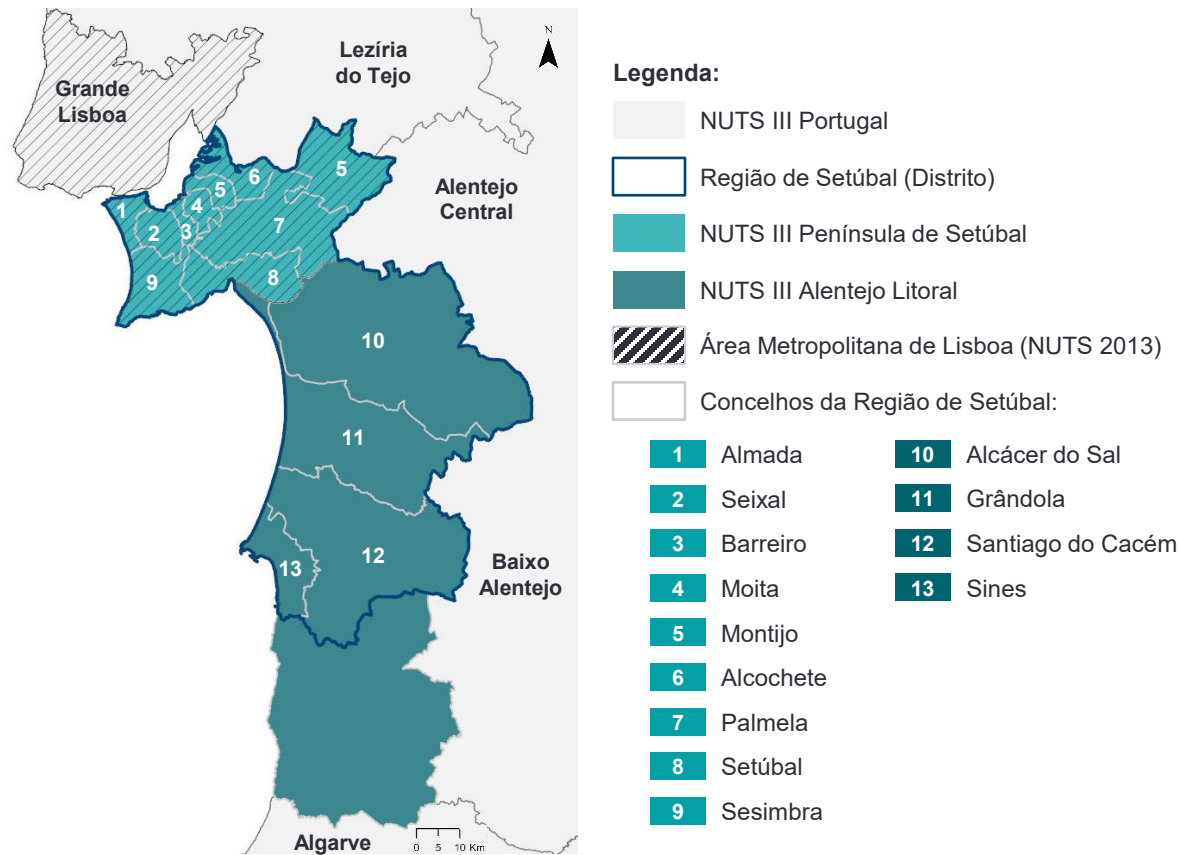
A compreensão do enquadramento territorial da Região de Setúbal permite denotar particularidades de **articulação funcional**, **heterogeneidades territoriais** e **dinâmicas regionais** relevantes para o processo de planeamento estratégico.

A Região de Setúbal tem treze concelhos, coincide com a delimitação do Distrito de Setúbal, e engloba todos os nove concelhos da sub-região NUTS III da Península de Setúbal, em simultâneo NUTS II¹, e parte dos concelhos do Alentejo Litoral (quatro dos seus cinco concelhos), pertencente à NUTS II do Alentejo.

Sempre que as limitações estatísticas a isso obriguem (dados disponíveis apenas ao nível de NUTS III), será incluído na análise o concelho de Odemira, que não pertence ao distrito nem à AMRS, mas faz parte do Alentejo Litoral e assegura a coerência estatística dos indicadores.

Estas sub-regiões têm **fronteiras administrativas** a sul com o Algarve, a este com o Baixo Alentejo e Alentejo Central, e a norte com a Lezíria do Tejo e com a Grande Lisboa. Embora façam fronteira com diversas NUTS III, a sua principal relação funcional é com a Grande Lisboa, sub-região que até 2023, em conjunto com a Península de Setúbal, formava a NUTS II da Área Metropolitana de Lisboa.

Divisão administrativa da Região de Setúbal



Fonte: EY-Parthenon com base nos dados da Carta Administrativa Oficial de Portugal 2023, Direção Geral do Território

Notas: (1) Assim como disposto no Regulamento Delegado (UE) 2023/674 da Comissão, de 26 de dezembro de 2022, a região de Lisboa e Vale do Tejo, adota a nova reorganização territorial que integra os seus 52 concelhos, agrupados em 3 novas NUTS II: Grande Lisboa, Península de Setúbal e Oeste e Vale do Tejo; desagregando-se em 5 NUTS III: Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo. (2) Municípios associados da AMRS: Alcácer do Sal, Alcochete, Grândola, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

Localizada a sul do **Estuário do Tejo** atravessada pelo **Rio Sado** e banhada pelo **Oceano Atlântico**, a Região de Setúbal estende-se por um total de 6.935 km², concentrando, segundo as estimativas da população do INE, 935.987 pessoas em 2023, o que corresponde a uma densidade populacional de 135 hab./km². O número de habitantes por km², em 2023, é superior à média nacional (115 habitantes por km²), no entanto, inferior ao da Grande Lisboa (1.530 habitantes por km²). Deste total, a maioria concentrava-se na Península de Setúbal (89,2%), território mais próximo da capital e com um perfil urbano mais vincado, por isso, com uma densidade populacional mais elevada quando comparada com a do Alentejo Litoral (514 habitantes por km² face a 19 habitantes por km²).

Segundo a **política pública de planeamento e ordenamento do território**, vertida nos Planos Regionais de Ordenamento do Território da AML e do Alentejo (PROT), a região encontra-se alicerçada num importante corredor económico ancorado em torno de infraestruturas de elevada relevância, como os Portos de Sines, de Setúbal e de Lisboa.

A relevância deste corredor, para a região e para o país, justifica ainda um conjunto de investimentos estruturantes que se encontram previstos no Programa Nacional de Investimentos (PNI), em particular a execução da 2ª fase do corredor internacional sul. O investimento prevê, com incidência na Região de Setúbal, a construção de uma nova ligação ferroviária entre Sines e Grândola Norte, a duplicação do troço Poceirão-Bombel, a reformulação da estação do Pinhal Novo e ainda a criação de um plano diretor para a exploração

ferroviária com vista à ligação com Caia (Espanha), com passagem em Elvas, onde, em virtude deste investimento, se prevê a construção de um porto seco.

Este corredor amplia as ligações funcionais entre o Litoral Alentejano, a Península de Setúbal e, em consequência, a Grande Lisboa.

De acordo com **PROT AML**, que data de 2002, a Península de Setúbal é composta por sete unidades territoriais¹. Estas unidades estão interligadas entre si, refletindo dinâmicas de complementaridade no território. Para além disso, a Península de Setúbal estabelece também uma articulação relevante com a sub-região vizinha do Alentejo Litoral, sobretudo através de dois elementos estratégicos: o Estuário do Sado, um importante eixo ecológico; e a presença de uma vasta mancha agroflorestal.

O **PROT Alentejo**, que por sua vez data de 2010, realça o papel estruturante e marcante que o Porto de Sines tem, não só para o Alentejo, como para toda a margem litoral sul e para o país. Trata-se de uma importante infraestrutura que definiu parte do sistema urbano e económico da sua envolvente territorial, representando uma das principais portas de entrada, comerciais e de inovação, para Portugal e para a Europa.

O PROT Alentejo destaca ainda a relevância da sub-região ao nível das atividades agrícolas de regadio e do turismo de sol e mar. Em termos de organização urbana, trata-se de um sistema urbano polinucleado constituído por Sines-Santiago do Cacém-Santo André que deverá assumir uma dimensão regional e, como tal, afirmar-se como o principal polo urbano na sub-região.

Notas: (1) Unidade territoriais da Península de Setúbal, definidas com base nas suas características geográficas, económicas e funcionais: Arco Ribeirinho Sul; Setúbal/Palmela; Planície Interior Sul; Espaço de Transição Nascente; Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra; Nascente Agroflorestal; Estuário do Sado.

Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, 2002; Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

O **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território** (PNPOT), reforça uma vez mais a relevância do eixo Sines-Santiago do Cacém-Santo André, sobretudo devido à ligação ao porto de Sines, às infraestruturas energéticas e à sua plataforma industrial e logística, de relevância estratégica nacional.

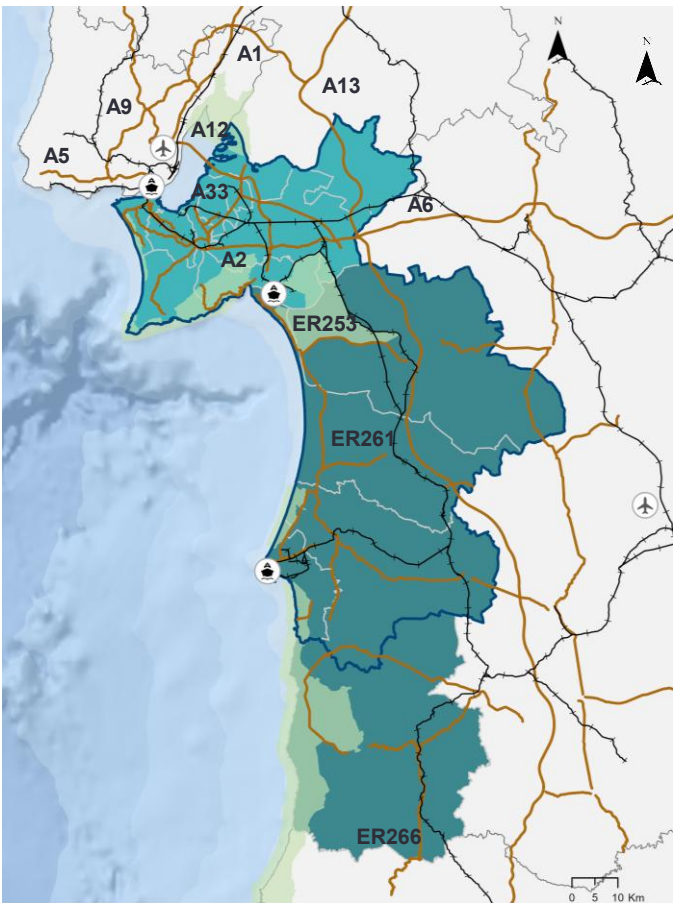
A **rede rodoviária e ferroviária** e as atividades económicas na Região de Setúbal, como tem vindo a ser demonstrado nos principais instrumentos de política pública analisados, ditaram, ao longo dos anos, o desenvolvimento dos principais núcleos

urbanos deste território, em particular, junto às margens do Rio Tejo e faixa litoral.

Esta região é servida por um conjunto de **infraestruturas rodoviárias** estruturantes, destacando-se a A2, incluindo a Ponte 25 de Abril, e a A12 com a Ponte Vasco da Gama, que não só garantem a ligação entre a margem norte e sul do Tejo, como as principais conexões deste território com o resto do país.

A região beneficia ainda da proximidade ao **Aeroporto de Lisboa** e ao **Aeroporto de Beja**.

Enquadramento territorial da Região de Setúbal



Legenda:

Unidades Territoriais

- Região de Setúbal (Distrito)
- NUTS III Península de Setúbal
- NUTS III Alentejo Litoral
- Concelhos da Região de Setúbal

Redes Rodoviárias e Ferroviárias

- Rede Rodoviária Principal (AE, EN, ER)
- Rede Ferroviária

Infraestruturas

- Aeroporto de Lisboa e Beja
- Principais Portos

Rede Nacional de Áreas Protegidas

- Áreas Protegidas

A configuração territorial, a organização e a paisagem urbanas da Região de Setúbal são também marcadas pela presença de infraestruturas portuárias e parques industriais e empresariais, como por exemplo, os Portos de Sines, Setúbal e Lisboa, o Estaleiro Naval da Lisnave na Mitrena (Setúbal), o Parque Industrial da Autoeuropa (Palmela), a Zona Industrial e Logística de Sines – ZILS (Sines), o complexo da Siderurgia Nacional (Seixal) e os parques empresariais da Baía do Tejo (Barreiro e Seixal).

Estas infraestruturas são o resultado de uma longa trajetória industrial, com mais de um século de desenvolvimento na região, marcada por sucessivos ciclos de instalação e encerramento de empresas. Esse percurso histórico foi determinante para a criação de importantes bolsas de emprego, influenciando a fixação da população e contribuindo para a formação e consolidação dos polos urbanos atuais.

Esta **vocação industrial**, deve-se principalmente à disponibilidade de solo, à orografia e à proximidade ao Atlântico, através dos Portos de Sines, Setúbal e Lisboa, bem como à rede rodoviária e ferroviária, na qual se inclui a Rede Transeuropeia de Transportes.

A Região de Setúbal é ainda marcada por um **vasto património natural** (devidamente aprofundado no capítulo 4.1. Património natural) reconhecido e com estatuto de proteção e valorização nacional e internacional. Entre outros, é possível destacar a Reserva Natural do Estuário do Tejo e a do Sado, o Parque Natural da Arrábida, tendo a brecha da Arrábida (rocha ornamental exclusiva da região de Setúbal) recebido da Subcomissão do Património

Geológico da IUGS – *International Union of Geological Sciences*, entidade parceira da UNESCO, a classificação como *Heritage Stone* – Pedra Património Mundial em 2023, e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

O quadro da página seguinte apresenta um resumo das várias dimensões analisadas no presente relatório, com base em indicadores emblemáticos que permitem assinalar os principais elementos de coerência/divergência territorial (o que não dispensa, naturalmente, o seu complemento com um conjunto mais alargado de leituras, indicadores e racionais de análise territorial).

A Região de Setúbal que, para uma parte significativa dos indicadores estruturais de referência, tem de ser metodologicamente analisada por junção das duas NUTS III Península de Setúbal e Alentejo Litoral, não é homogênea. Este quadro evidencia as diferenças de representatividade entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral no seio da região de Setúbal.

Apesar do Alentejo Litoral representar 76,6% da superfície territorial da Região de Setúbal, a Península de Setúbal concentra mais de 80% da população, dos fogos licenciados em construções novas, dos estabelecimentos e das despesas municipais com a gestão de resíduos.

Adicionalmente, a percentagem de habitantes que trabalham ou estudam noutro município sugere um perfil de relações funcionais bastante distinto entre as duas sub-regiões, concentrando-se na Península de Setúbal a maioria dos residentes da Região de Setúbal que trabalham ou estudam noutro município (95,7%).

Grandes números da Região de Setúbal

Temática	Região de Setúbal	Península de Setúbal	Alentejo Litoral	Grande Lisboa	Variação Região de Setúbal
 Território	6.934,7 km² (2023)	23,4% da superfície territorial da RS (2023)	76,6% da superfície territorial da RS (2023)	1.390,0 km² (2023)	14 municípios
 População	935.987 habitantes (2023)	89,2% dos habitantes da RS (2023)	10,8% dos habitantes da RS (2023)	2.126.578 habitantes (2023)	+ 5,8% face a 2011
 Habitação	2.239 fogos licenciados em construções novas (2023)	89,1% dos fogos licenciados em construções novas da RS (2023)	10,9% dos fogos licenciados em construções novas da RS (2023)	4.567 fogos licenciados em construções novas (2023)	+ 88,6% face a 2011
 Emprego	290.317 pessoal ao serviço dos estabelecimentos (2022)	83,4% do pessoal ao serviço dos estabelecimentos da RS (2022)	16,6% do pessoal ao serviço dos estabelecimentos da RS (2022)	1.180.851 pessoal ao serviço dos estabelecimentos (2022)	+ 40,2% face a 2013
 Tecido empresarial	110.473 estabelecimentos (2022)	87,1% dos estabelecimentos da RS (2022)	12,9% dos estabelecimentos da RS (2022)	347.078 estabelecimentos (2022)	+ 35,1% face a 2013
 Inovação	165,2€ por 1.000 habitantes em despesas com I&D (2022)	176,6€ por 1.000 habitantes em despesas com I&D (2022)	71,0€ por 1.000 habitantes em despesas com I&D (2022)	765,8€ por 1.000 habitantes em despesas com I&D (2022)	+ 60,3% face a 2013
 Gestão de resíduos	70.549€ em despesas dos municípios com a gestão de resíduos (2022)	88,4% das despesas dos municípios da RS com a gestão de resíduos (2022)	11,6% das despesas dos municípios da RS com a gestão de resíduos (2022)	142.640€ em despesas dos municípios com a gestão de resíduos (2022)	+ 89,6% face a 2011
 Mobilidade	213.242 pessoas que trabalham ou estudam noutro município (2021)	95,7% das pessoas da RS que trabalham ou estudam noutro município (2021)	4,3% das pessoas da RS que trabalham ou estudam noutro município (2021)	464.754 pessoas que trabalham ou estudam noutro município (2021)	+8,9% face a 2011

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021; INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011; INE, Estimativas anuais da população residente; INE, Sistema de contas integradas das empresas; INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa; INE, DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional (Setor institucional e Setor empresas)

1.2. As trajetórias de crescimento

As regiões portuguesas no contexto europeu

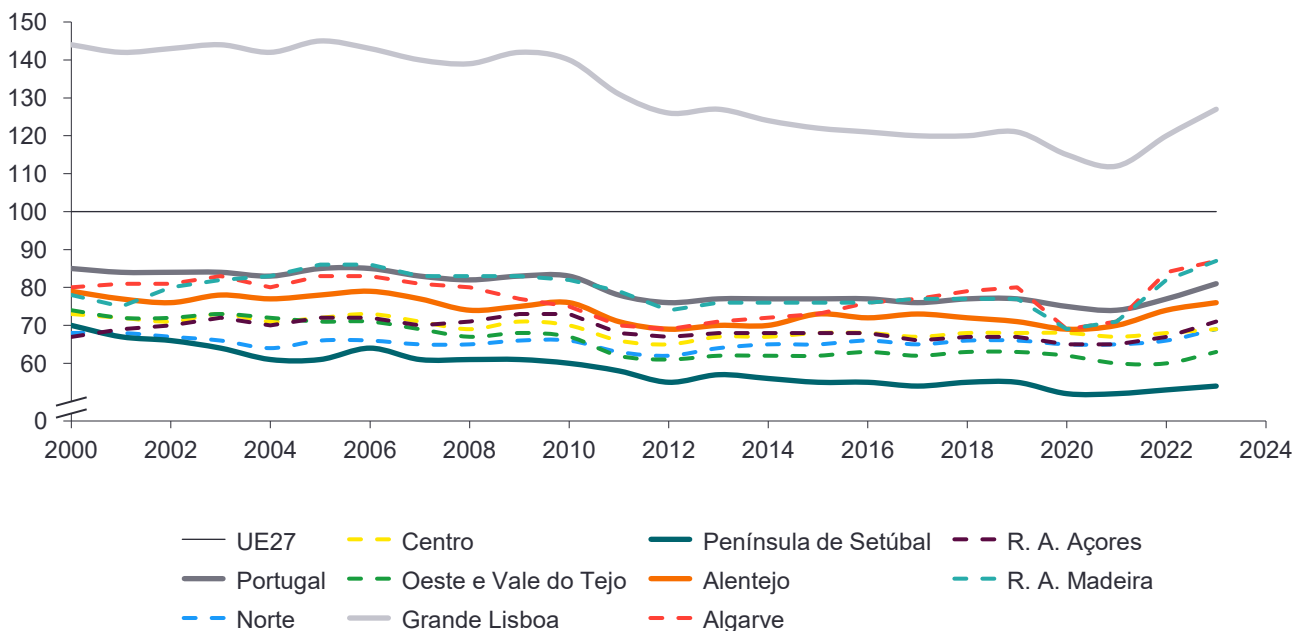
A análise da evolução do desempenho económico das regiões portuguesas evidencia uma trajetória de coesão interna, porém de divergência face à média da União Europeia (UE). Entre 2000 e 2023, verificou-se um **processo de “coesão não virtuosa”** das regiões NUTS II nacionais, que apresentaram uma maior convergência entre si, mas uma divergência face à realidade europeia.

O desempenho do Alentejo, onde se insere o Alentejo Litoral, mantém-se distante da média da UE ao longo das últimas décadas, numa trajetória que sugere um processo de **estagnação e deterioração da sua posição económica**.

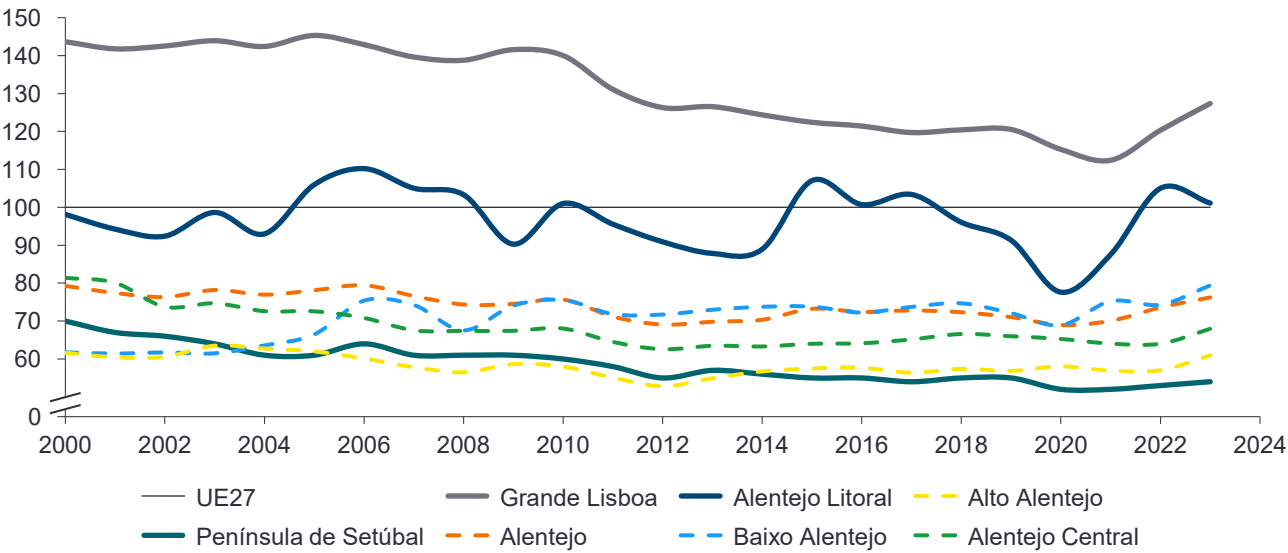
O processo de deterioração da posição económica é ainda mais visível na Península de Setúbal. Entre 2000 e 2023, o PIB *per capita* desta região passou de 30,0% para 46,0% abaixo da média da UE.

Pese embora o comportamento da NUTS II Alentejo, ao nível das sub-regiões, destaca-se o comportamento do Alentejo Litoral, cujo desempenho económico se manteve acima das restantes sub-regiões do Alentejo, impulsionado em grande medida pela dinâmica do Porto de Sines e do respetivo complexo industrial. Apesar de algumas oscilações, o PIB *per capita* do Alentejo Litoral manteve-se sempre próximo da média europeia durante as últimas décadas, encontrando-se em 2023 ligeiramente acima desta.

PIB per capita (PPC) das regiões NUTS II portuguesas (UE27=100) | 2000-2023



PIB per capita (PPC) das regiões NUTS III da Península de Setúbal e do Alentejo (UE27=100) | 2000-2023



As regiões portuguesas no contexto nacional

No contexto nacional, a generalidade das sub-regiões portuguesas apresentam um processo de convergência “não virtuosa”, uma vez que a larga maioria das sub-regiões convergiram pelo **despovoamento e decréscimo populacional** e não pelo aumento sustentado da capacidade de gerar riqueza. Na Península de Setúbal e no Alentejo Litoral, porém, o desempenho foi diferente da generalidade das regiões portuguesas.

A **Península de Setúbal** traduz uma trajetória de **divergência negativa** no contexto nacional, uma vez que em 2000 registava um PIB *per capita* abaixo do referencial nacional e entre 2000 e 2023 afastou-se ainda mais da média nacional, com uma taxa média de crescimento anual inferior à do país.

O **Alentejo Litoral** partiu de uma posição superior face à média nacional em termos de PIB *per capita* e afastou-se da média nacional, crescendo acima dos valores médios, verificando-se por isso um processo

de **divergência positiva** face ao país.

A análise das trajetórias de crescimento, quer no contexto europeu como português, evidenciam a posicionamento menos favorável em termos de PIB *per capita* da Península de Setúbal, quando comparado com a média europeia e nacional.

Na verdade, a Península de Setúbal esteve, até à revisão das NUTS em 2024, integrada na NUTS II Área Metropolitana de Lisboa. Esta região, por incluir a capital do país, apresentava níveis de desenvolvimento significativamente superiores à média nacional e europeia. No entanto, torna-se agora evidente que os concelhos da Península de Setúbal não acompanhavam esse nível de desenvolvimento, o que poderá ter-se traduzido na aplicação de critérios de acesso a fundos comunitários que, agora, se confirmam não ter sido os mais adequados aos níveis efetivos de desenvolvimento sub-regional dentro da AML.

Trajetória de convergência das regiões portuguesas NUTS III | 2000-2023



Notas: Divergência negativa – regiões apresentam em 2000 um PIB pc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 2000-2021 um crescimento do indicador inferior à média nacional (divergente); Convergência positiva – as regiões apresentam em 2000 um PIB pc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 2000-2021 um crescimento do indicador superior à média nacional (convergente); Divergência positiva – as regiões apresentam em 2000 um PIB pc superior ao nacional (PT=100), registando entre 2000-2021 um crescimento do indicador superior à média nacional; Convergência negativa – as regiões apresentam em 2000 um PIB pc superior ao nacional (PT=100), registando entre 2000-2021 um crescimento do indicador inferior à média nacional.

1.3. Mobilidade e transportes

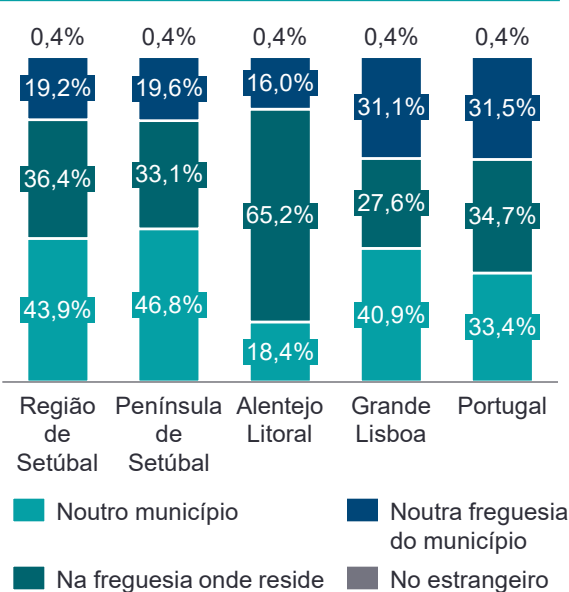
Movimentos pendulares

De acordo com os dados dos Censos de 2021, 43,9% da população residente na Região de Setúbal estuda ou trabalha noutro município, situação que se agravou no último período intercensitário (+4,7 p.p. face a 2011), evidenciando os desafios que este território enfrenta em matéria de **pendularidade** e de geração de emprego para a população residente.

Esta tendência assemelha-se à registada na Grande Lisboa e é sobretudo impulsionada pela Península de Setúbal, onde 46,8% dos residentes estudam ou trabalham noutro município. Pelo contrário, no Alentejo Litoral, à semelhança do que acontece a nível nacional, a maioria da população estuda ou trabalha na freguesia onde reside (65,2% em 2021).

Os desafios da pendularidade na Região de Setúbal são também perceptíveis através da análise da **duração dos fluxos pendulares**.

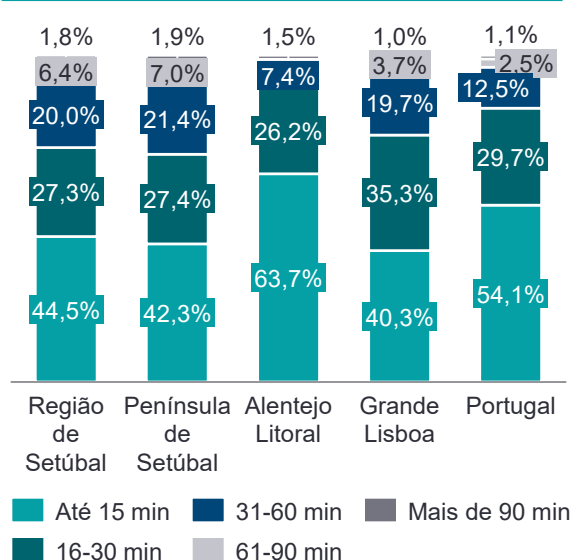
Local de trabalho ou estudo da população residente (%) | 2021



Apesar de, à semelhança do que acontece nos restantes territórios, a maior percentagem dos movimentos pendulares da população residente na Região de Setúbal estar concentrada no escalão de duração até 15 minutos, a duração dos movimentos pendulares na região é, em média, maior do que na Grande Lisboa ou em Portugal como um todo. Em 2021, 28,2% da população residente na Região de Setúbal despendia mais do que 30 minutos nas deslocações para o trabalho ou estudo (+3 p.p. e + 11 p.p. do que na Grande Lisboa e em Portugal, respetivamente).

Mais uma vez, este panorama é sobretudo determinado pela Península de Setúbal, onde 30,3% da população residente demora mais do que 30 minutos em deslocações pendulares. Pelo contrário, no Alentejo Litoral, onde a maioria da população trabalha ou estuda na freguesia onde reside, esta percentagem é de apenas 10,1%.

População residente por escalão de duração dos movimentos pendulares (%) | 2021



Segundo os dados dos Censos de 2021, em termos de **fluxos de saída**, a população empregada que reside na **Península de Setúbal** e trabalha noutro município dirige-se, na sua maioria, para o concelho de Lisboa (48,8%), demonstrando, desta forma, fluxos de pendularidade mais intensos entre as duas margens do Rio Tejo, que evidenciam as relações funcionais consolidadas entre os dois territórios. A concretização da Terceira Travessia do Tejo poderá reforçar ainda mais estas ligações, permitindo uma maior fluidez da circulação de pessoas e mercadorias. Ainda assim, é relevante ter em conta que 8,0% da população empregada que reside nos concelhos da Península de Setúbal, e que se movimenta para trabalhar noutro município, desloca-se para Palmela.

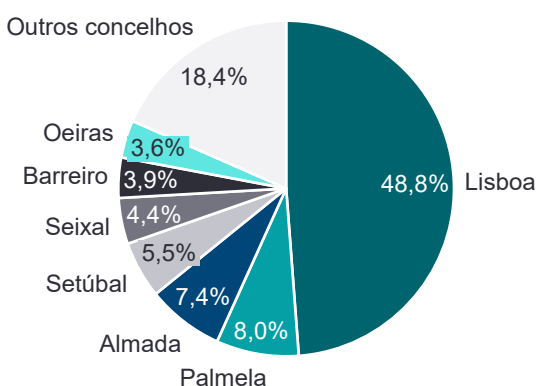
Por sua vez, a população empregada residente no **Alentejo Litoral** que sai do seu município de residência para trabalhar, desloca-se, na sua maioria, para outros municípios que constituem a sua NUTS III, demonstrando a existência de relações funcionais internas significativas (em 2021, 75,5% da população empregada, residente no Alentejo Litoral e que trabalhava noutro município que não o de residência,

estava empregada noutro município do Alentejo Litoral). Do ponto de vista interno, Sines, que concentra as principais bolsas de emprego da sub-região, recebia a maior proporção de trabalhadores (43,0% em 2021).

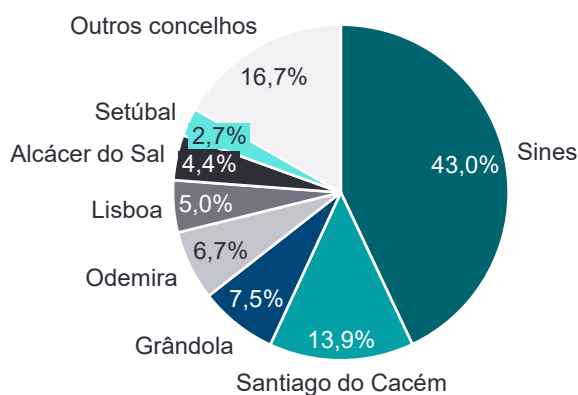
Ao nível dos **setores**, em 2021, as indústrias transformadoras, o comércio e a administração pública, representavam o **top 3** dos setores responsáveis pela maioria das entradas de mão-de-obra na Península de Setúbal (18,7%, 17,7% e 11,7%, respetivamente). As saídas eram dominadas pelos mesmos setores, mas numa ordem diferente: comércio (14,1%), seguindo-se a administração pública (11,6%) e as indústrias transformadoras (10,7%) (página 28).

No Alentejo Litoral, no mesmo ano, a maioria das entradas de mão-de-obra eram de trabalhadores dos setores das indústrias transformadoras (15,4%), do comércio (12,1%) e da agricultura e pescas (9,9%). O **top 3** de setores responsáveis pelas saídas de trabalhadores da sub-região eram as indústrias transformadoras (17,3%), o comércio (13,2%) e os transportes e armazenagem (10,2%) (página 29).

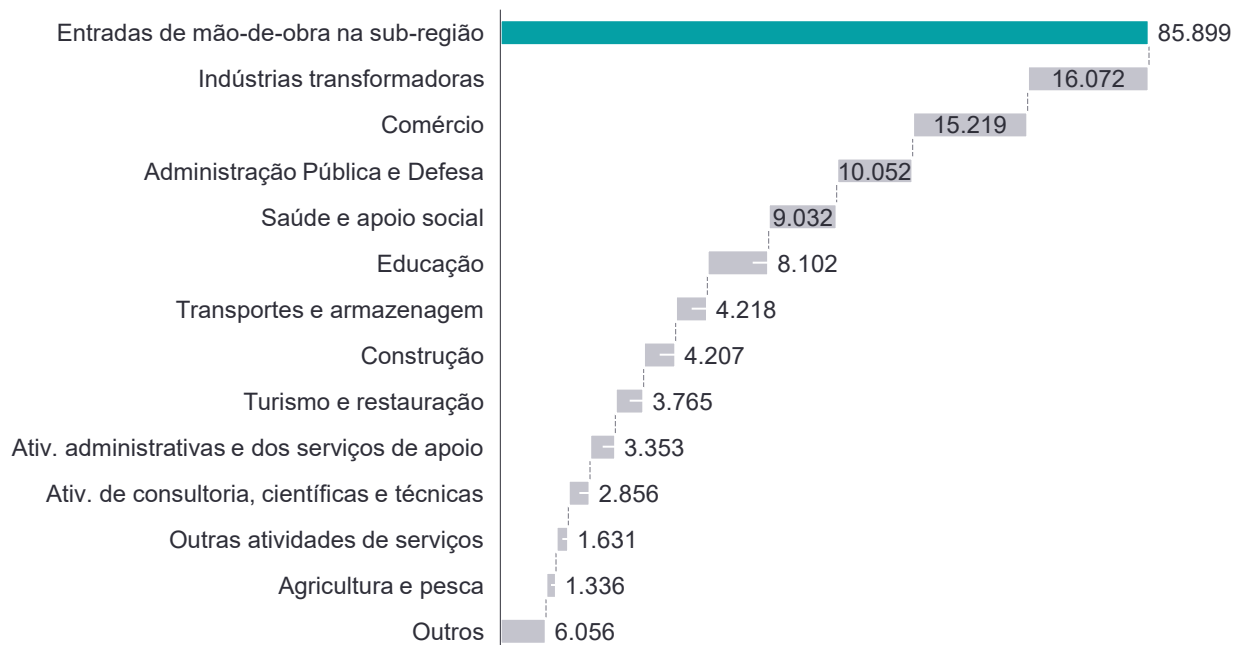
Principais locais de trabalho ou estudo da pop. residente na Península de Setúbal (%) | 2021



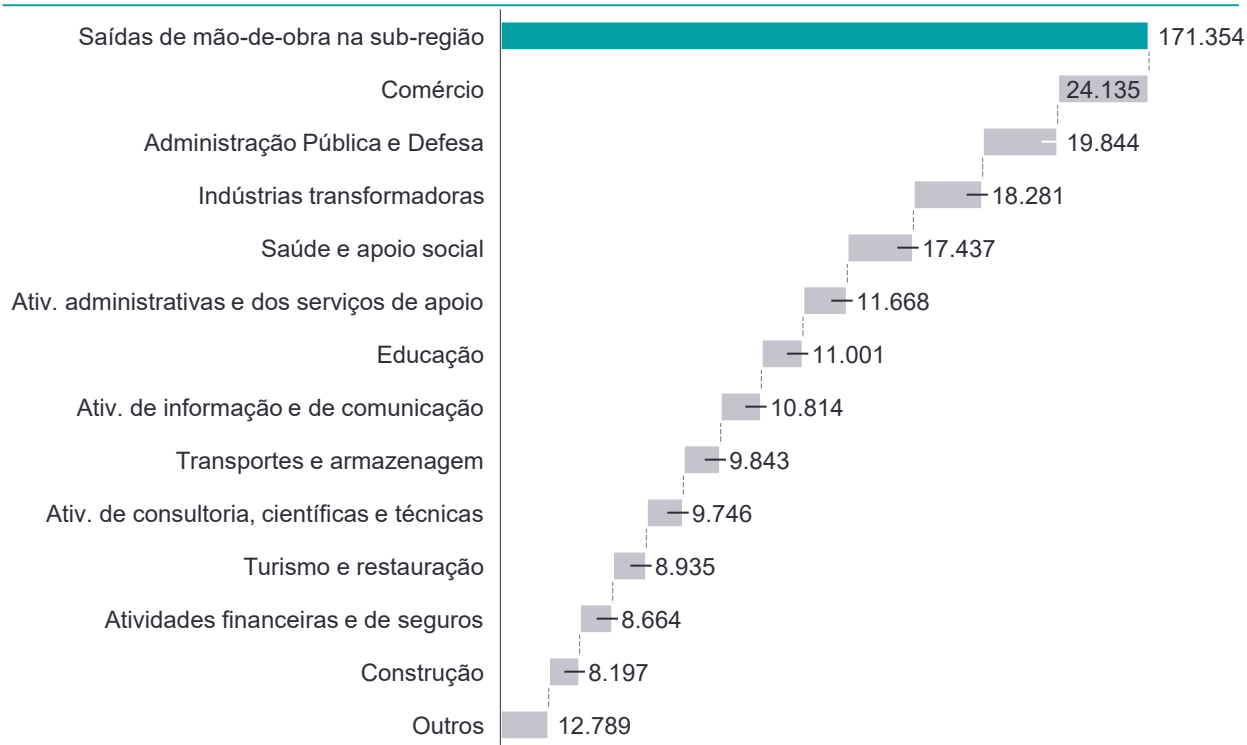
Principais locais de trabalho ou estudo da pop. residente no Alentejo Litoral (%) | 2021



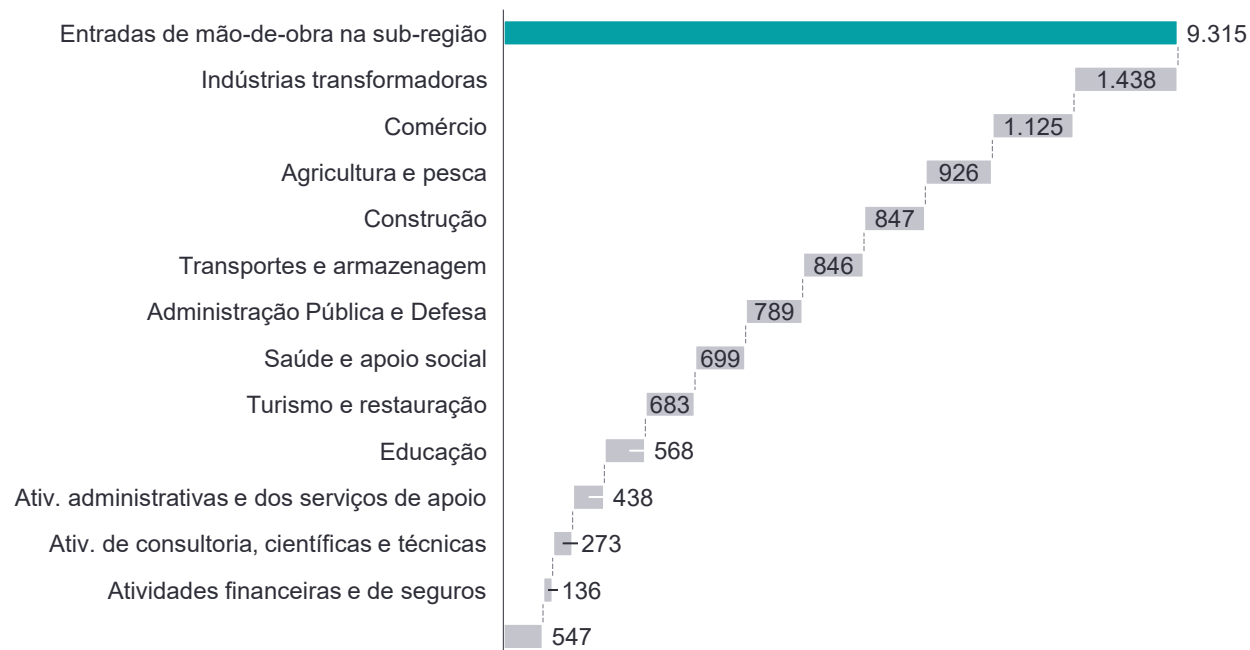
Principais sectores responsáveis pelas entradas de recursos humanos na Península de Setúbal | 2021



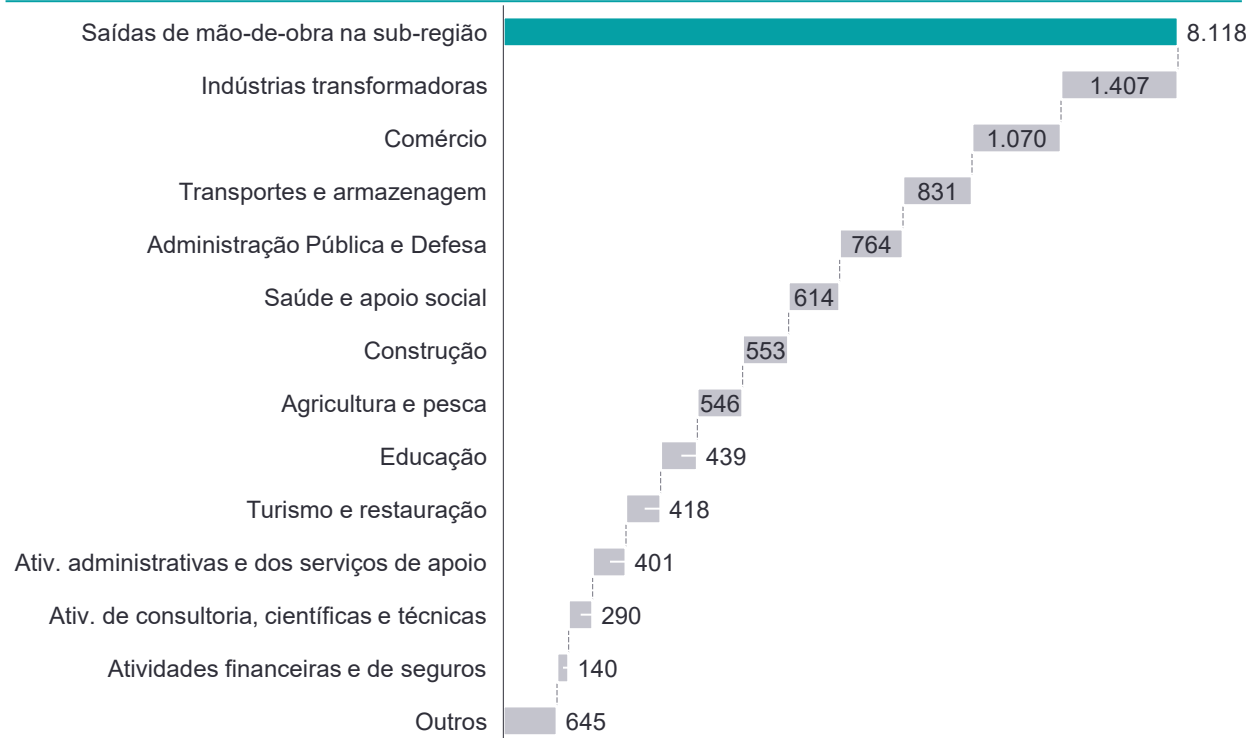
Principais sectores responsáveis pelas saídas de recursos humanos na Península de Setúbal | 2021



Principais sectores responsáveis pelas entradas de recursos humanos no Alentejo Litoral | 2021



Principais sectores responsáveis pelas saídas de recursos humanos no Alentejo Litoral | 2021



À semelhança do que acontece na Grande Lisboa e no país, os residentes na Região de Setúbal **utilizam maioritariamente o carro** para se deslocarem em movimentos pendulares (55,5% em 2021). Porém, esta percentagem é menor quando comparada com a média nacional (66,0% em 2021).

Na verdade, a Região de Setúbal, sobretudo a zona norte, correspondente à Península de Setúbal, beneficia de uma **rede de transportes públicos** que permite a ligação com Lisboa, principal destino dos movimentos pendulares, tal como referido anteriormente.

Adicionalmente, desde a criação, em 2019, do **passe metropolitano** que abrange toda a Área Metropolitana de Lisboa e reduziu os custos do transporte público, a sua utilização tem aumentado.

De acordo com o Relatório de Atividades e Contas 2024 da TML, em 2024, foram transportados cerca de 670 milhões de passageiros, um crescimento de 10% face a 2023 e 9% face a 2019, atingindo o maior valor de passageiros transportados desde 2011, com

destaque para os modos ferroviário (+14%) e rodoviário (+11%).

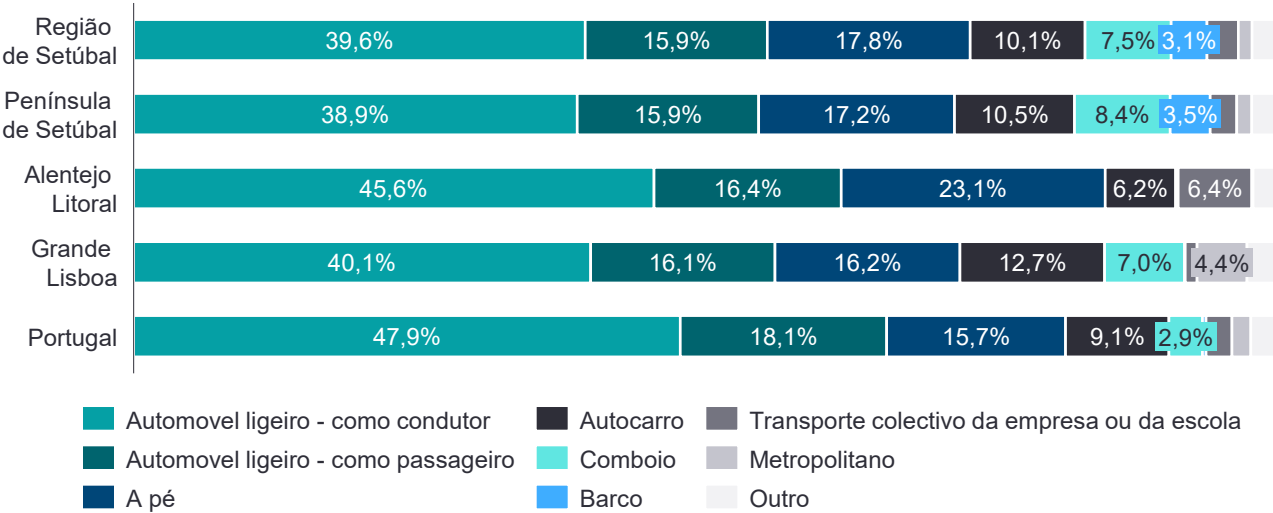
Rede de transporte público

A rede de transportes públicos na Região de Setúbal é composta por modos de transporte ferroviário, fluvial e rodoviário.

Ao nível do **transporte ferroviário**, a Região de Setúbal é servida por 3 linhas ferroviárias – Sul, Sado e Alentejo – com serviços operados por duas empresas a Fertagus e a CP.

A **Fertagus** assegura a ligação ferroviária entre a estação de Roma-Areeiro e Setúbal, através da ponte 25 de Abril, ligando 14 estações, numa extensão de 54 km. O percurso completo tem uma duração de 57 minutos e regista mais de 100 mil deslocações diárias, de acordo com os dados da operadora. Desde dezembro de 2024 que o serviço foi reforçado, passando a ter uma frequência de 20 minutos todos os dias da semana, aumentando assim a oferta disponível.

População residente por meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares (%) | 2021



Nota: Na categoria "Outro" incluem-se motociclo e bicicleta
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011; INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021; Fertagus; CP.

A **CP**, por sua vez, assegura os serviços Urbanos de Lisboa (Barreiro – Praias do Sado), Intercidades (Lisboa Oriente – Évora; Lisboa Oriente – Faro) e Alfa Pendular (Porto Campanhã – Faro), que permitem a ligação da Região de Setúbal com o norte, o sul e o interior de Portugal.

O transporte ferroviário da Região de Setúbal conta ainda com um metropolitano de superfície operado pela MTS – Metro Transportes do Sul, nos concelhos de Almada e Seixal. O serviço é composto por 3 linhas (Cacilhas – Corroios; Corroios – Pragal; Cacilhas – Universidade), que constituem uma rede com 19 paragens e uma extensão total de 14 km.

Em fevereiro de 2025 foi apresentado para consulta pública o projeto de expansão da linha 3 até à Costa da Caparica. O percurso de 7,2 km irá ligar o *Campus* da Nova FCT à Estação Fluvial da Trafaria, prevendo-se a criação de 10 novas estações, nas quais se incluem dois novos interfaces de transportes, um no Centro da Costa da Caparica e outro junto da Estação Fluvial da Trafaria, reforçando assim a intermodalidade entre o metropolitano de superfície e o transporte fluvial. Esta proposta de expansão representa uma alteração face ao plano original,

ficando aquém das necessidades de mobilidade dos concelhos do Seixal e Barreiro (ver caixa abaixo com o histórico e evolução do projeto de expansão do Metro Sul do Tejo (MST)).

No que diz respeito ao **transporte fluvial**, a Região de Setúbal conta com duas operadoras. Os serviços entre as margens do Rio Tejo são operados pela Transtejo Soflusa que assegura 5 ligações: Montijo – Cais do Sodré; Barreiro – Terreiro do Paço; Seixal – Cais do Sodré; Cacilhas – Cais do Sodré; e Trafaria – Porto Brandão – Belém. No Estuário do Sado, a travessia de pessoas, veículos e mercadorias é assegurada pela Atlantic Ferries, empresa que opera as ligações entre Setúbal e a Península de Tróia.

Ao todo existem duas ligações: Doca do Comércio (Setúbal) – Ponta do Adoxe (Península de Tróia); e Doca do Comércio (Setúbal) – Cais Sul (Península de Tróia). Este serviço constitui a única ligação existente entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral através do Rio Sado, o que em conjunto com os preços elevados deste serviço de transporte representa uma barreira, limitando não só os fluxos pendulares, mas também o crescimento económico e a integração territorial.

Histórico e evolução do projeto de expansão do Metro Sul do Tejo

O MST foi concebido como uma rede de metropolitano ligeiro de superfície para servir os concelhos de Almada, Seixal e Barreiro, com desenvolvimento em três fases. O projeto foi lançado em 1999 (DL n.º 337/99, de 24 de agosto), adjudicado em 2002 à MTS – Metro, Transportes do Sul, SA, e entrou em operação em 2008 com a conclusão da primeira fase.

- ▶ 1.ª fase: Ligação entre Universidade da Caparica, Cacilhas e Corroios (atualmente em funcionamento)
- ▶ 2.ª fase: Extensão entre Corroios e Fogueteiro, no concelho do Seixal
- ▶ 3.ª fase: Ligação entre Fogueteiro, Terminal Fluvial do Seixal, Terminal Fluvial do Barreiro e Apeadeiro do Lavradio

As fases 2 e 3, fundamentais para reforçar a mobilidade intra-regional e inter-regional, não foram concretizadas. Em alternativa, foi priorizada a expansão da linha 3 até à Costa da Caparica, com o objetivo de melhorar o acesso às praias, sobretudo para quem se desloca a partir de Lisboa.

Finalmente, o **transporte rodoviário** na Região de Setúbal é assegurado por 6 operadoras.

Na Península de Setúbal, o serviço público de transporte rodoviário está a cargo da Carris Metropolitana em todos os concelhos, exceto no Barreiro, onde opera uma empresa municipal. Nos concelhos de Alcochete, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal a Carris Metropolitana concessionou o serviço à Alsa Todi, que garante a ligação intraconcelhia e destes concelhos com Almada, Barreiro, Lisboa, Seixal, Sesimbra e Vendas Novas, num total de 111 linhas. Em Almada, Seixal e Sesimbra o serviço da Carris Metropolitana está concessionado à TST – Transportes Sul do Tejo, que assegura a ligação intraconcelhia e destes com outros concelhos da AML, nomeadamente Barreiro, Lisboa, Moita e Setúbal, num total de 116 linhas. No Barreiro, o transporte público rodoviário está a cargo da TCB – Transportes Coletivos do Barreiro que faz a ligação dentro do concelho e com uma extensão ao concelho da Moita através de 15 linhas.

No Alentejo Litoral, o transporte rodoviário é operado pela Rodoviária do Alentejo, que assegura as ligações municipais, intermunicipais e inter-regionais (ligação com Aljezur, Beja, Elvas, Évora, Lisboa, Ourique, Setúbal e Vidigueira) desta sub-região, num total de 50 linhas.

Adicionalmente, quer a Península de Setúbal como o Alentejo Litoral, beneficiam de uma rede de expressos rodoviários, que garante a ligação dos principais aglomerados urbanos com o resto do território nacional.

Em suma, é possível concluir que a Região de Setúbal

é servida por uma **rede de transportes públicos multimodal**, mas com algumas assimetrias internas.

Na verdade, os serviços de transporte público apresentam uma **maior densidade na zona norte** da região, correspondente à Península de Setúbal e mais próxima de Lisboa.

A grande maioria das ligações tem uma **vocação inter-regional** com um grande foco na garantia das acessibilidades à capital, verificando-se, por isso, um défice na conectividade intrarregional. Mesmo na Península de Setúbal, onde há uma maior oferta, a rede de transportes públicos é insuficiente, com horários desajustados das necessidades da população e das empresas, dificultando a mobilidade pendular entre os concelhos desta sub-região.

O foco em Lisboa traduz-se igualmente no défice de ligações Península de Setúbal-Alentejo Litoral. Este défice é visível não só nas ligações fluviais, tal como referido anteriormente, mas também ao nível do transporte rodoviário e ferroviário. A falta de integração do Alentejo Litoral na AML para efeitos de articulação do transporte rodoviário dificulta a mobilidade e a coesão regional, tornando mais complexa a circulação entre estes territórios, limitando as oportunidades de integração económica e social e dificultando o aproveitamento das sinergias existentes entre sub-regiões, evidenciando a necessidade de reforçar as ligações e horários disponíveis.

Por fim, o investimento em transporte intermodal adaptado para pessoas com mobilidade reduzida e em infraestruturas acessíveis e inclusivas é também uma necessidade, visando promover a inclusão e garantir acessibilidade para toda a população.

1.4. Infraestruturas de conectividade digital

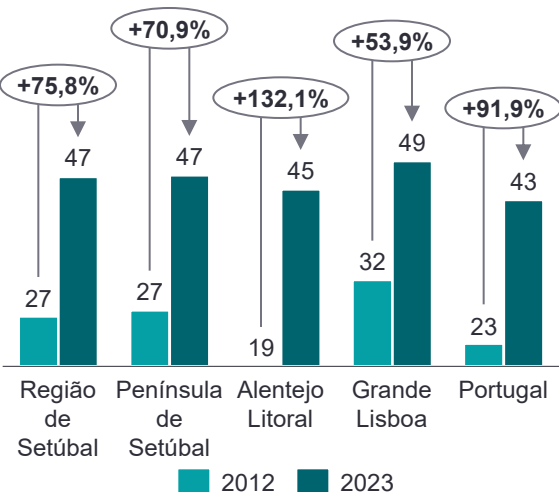
Rede de acesso à internet

A **conectividade** de um território para além de estar relacionada com a mobilidade de pessoas e mercadorias, também se observa ao nível dos acessos a uma rede digital de qualidade.

Os **acessos à internet**, bem como a sua cobertura, são elementos fundamentais para a conexão de pessoas e da economia num mundo cada vez mais globalizado e onde realidades como o teletrabalho e o comércio *online* têm um peso significativo.

Nesta temática, a Região de Setúbal registava, em 2023, 47 acessos à internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes, valor próximo ao registado na Grande Lisboa (49 acessos por 100 habitantes), mas superior ao do país (45 acessos por 100 habitantes). Na região, a Península de Setúbal representava em 2023 a maioria dos acessos à internet de banda larga, em local fixo (89,6%), por seu turno, a proporção no Alentejo Litoral era inferior, representando, no mesmo ano, 10,4% do total de acessos à internet banda larga da Região de Setúbal.

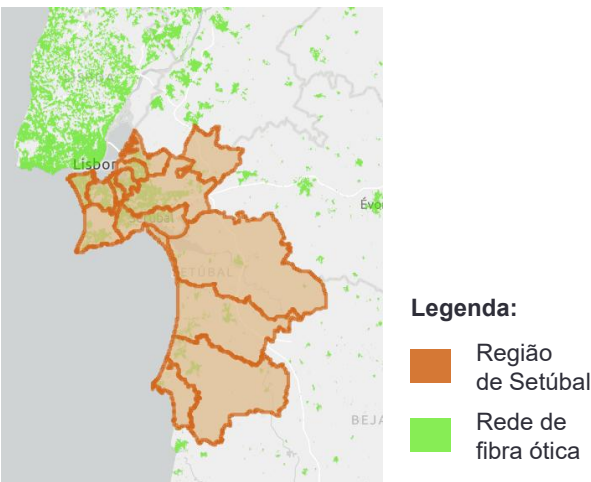
Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (n.º) | 2012 e 2023



Na globalidade o número de acessos na Região de Setúbal aumentou em 2023 face a 2012 (+85,0%), em particular no Alentejo Litoral, que passou de 18.818 acessos para 45.228.

Para além do acesso, é fundamental garantir a qualidade e a diversidade dos serviços vendidos pelas operadoras. Segundo a Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM), observa-se uma evolução favorável do número de clientes residenciais que em 2023, face a 2018, tinham **acesso a internet de alta velocidade** em local fixo na Região de Setúbal (+35,7%), aumento superior ao verificado na Grande Lisboa (+21,9%). Internamente, a Península de Setúbal concentrava a maioria dos clientes residenciais com acesso a internet de alta velocidade (92,2% do total da Região de Setúbal em 2023), mas foi no Alentejo Litoral que se registou um crescimento mais notório (+132,2%). Contudo, os dados da ANACOM revelam uma maior cobertura de fibra ótica na Grande Lisboa em comparação com a Região de Setúbal, o que pode impactar a qualidade do serviço.

Cobertura de fibra ótica na Região de Setúbal (%) | 2023



Novas tecnologias e transformação digital

A utilização de tecnologias ou sistemas

interconectados pelos municípios é essencial para a promoção da eficiência, da transparência e da sustentabilidade na gestão pública. A implementação de soluções para as áreas da comunicação, poluição e ambiente, relação com os cidadãos e empresas, mobilidade e acessibilidade e capacidade de resposta, entre outras, permitem responder da melhor forma às necessidades internas das populações e das instituições.

A adoção destas, e outras soluções, podem ainda contribuir para a inovação e para o desenvolvimento de cidades mais inteligentes, resilientes e preparadas para os desafios do futuro.

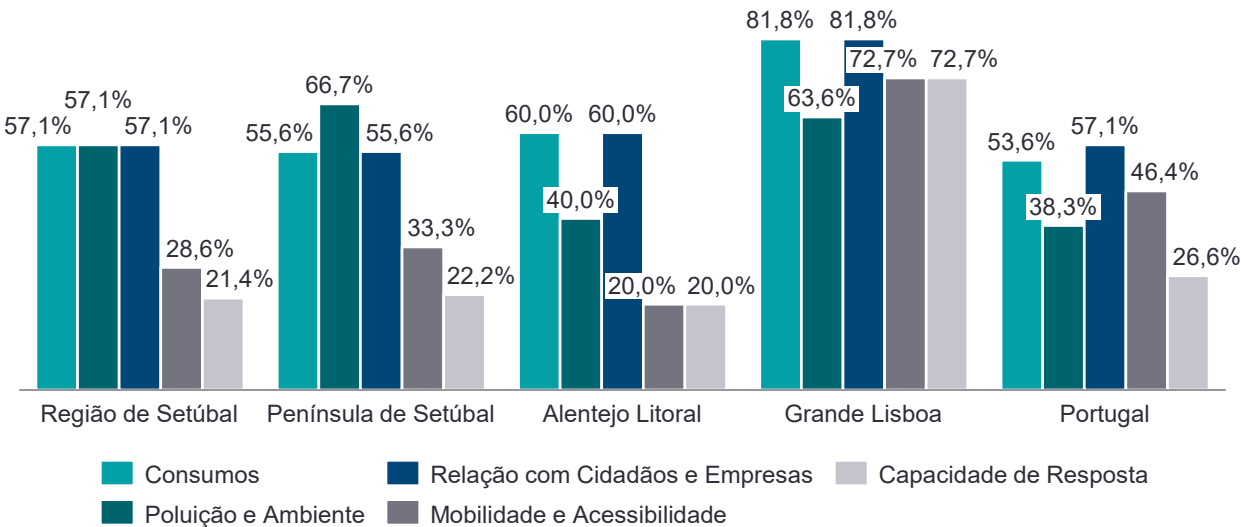
Em 2023, numa perspetiva global, a Região de Setúbal encontrava-se abaixo da Grande Lisboa, no que concerne ao uso de tecnologias ou sistemas interconectados pelos municípios, mas acima de

Portugal, em particular ao nível da utilização para gestão de consumos e na área da poluição e ambiente.

Os municípios que constituem a Região de Setúbal apresentavam um maior nível de utilização de tecnologias nas áreas dos **Consumos**, da **Poluição e Ambiente** e da **Relação com Cidadãos e Empresas**, alcançando nas três 57,1%, o que corresponde a 7 municípios.

Do ponto de vista interno, a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral apresentavam níveis próximos de utilização de tecnologias ou sistemas interconectados, porém destacavam-se em áreas diferentes: na Península de Setúbal a área dominante era a Poluição e Ambiente (6 municípios), no Alentejo Litoral sobressaíam as áreas de Consumos e Relação com Cidadãos e Empresas (3 municípios).

Municípios que utilizam tecnologias ou sistemas interconectados por finalidade de utilização da tecnologia (%) | 2023





2. Demografia

2.1. Perfil demográfico

A evolução populacional

Em 2023, a **população residente** na Região de Setúbal era de 935.987 habitantes. Deste total, a maioria concentrava-se na Península de Setúbal (89,2%) e os restantes no Alentejo Litoral (10,8%).

Ao longo da última década, esta região registou um **crescimento populacional** (+5,8% entre 2011 e 2023), superior ao verificado em Portugal (+0,8%). Dentro da região, destacam-se Odemira (+28,3%), Montijo (+14,1%), Palmela (+13,3%) e Alcochete (+12,8%) pelo crescimento mais expressivo, enquanto Alcácer do Sal foi o município que perdeu mais população nesse período (-13,8%).

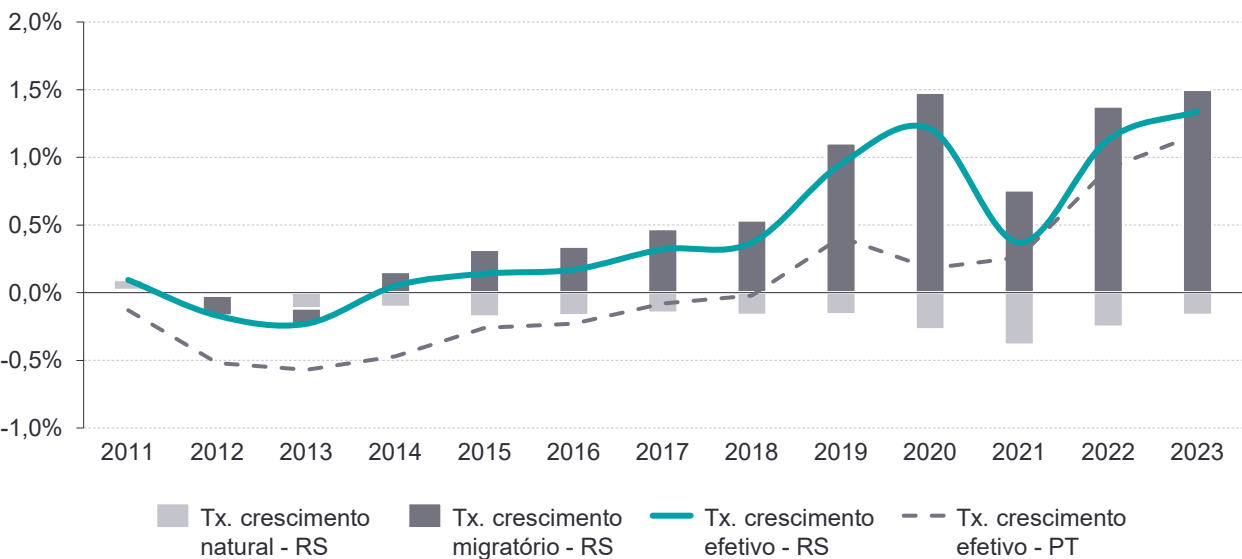
Numa análise mais pormenorizada, verifica-se que as taxas anuais de crescimento efetivo na Região de Setúbal têm registado valores positivos e superiores aos nacionais desde 2014, confirmando a tendência de crescimento populacional.

A evolução favorável deste indicador deveu-se sobretudo ao aumento da taxa de **crescimento migratório**, que passou a registar valores positivos a partir de 2014, traduzindo um processo de atração e fixação de população externa à região.

Nos últimos anos, o crescimento migratório foi particularmente impulsionado pelo desempenho do Alentejo Litoral, onde esta taxa alcançou 2,2% em 2023 (face a 1,4% na Península de Setúbal).

Pelo contrário, o **crescimento natural** manteve-se persistentemente negativo durante este período, à semelhança do que aconteceu a nível nacional, limitando o crescimento populacional efetivo. De acordo com os dados de 2023 e no seio da região de Setúbal, é no Alentejo Litoral que a evolução natural da população é mais negativa (-0,53% face a -0,31% na Península de Setúbal).

Decomposição do crescimento populacional na Região de Setúbal (%) | 2011-2023



A análise da **população estrangeira** que solicitou o estatuto de residente com base nos dados do INE evidencia o crescimento migratório, com um aumento substancial entre 2011 e 2022 na Região de Setúbal (+255,5%), superior ao da Grande Lisboa onde estes pedidos quase triplicaram (+197,9%) e de Portugal (+215,4%), atingindo 16.599 pedidos de estatuto de residência por parte de estrangeiros em 2022. Destes, a maioria concentrava-se na Península de Setúbal (81,7% do total).

A análise dos pedidos por **nacionalidade** permite concluir que, em 2011, a população estrangeira que procurava residir na Região de Setúbal era maioritariamente oriunda dos PALOP e do Leste da Europa.

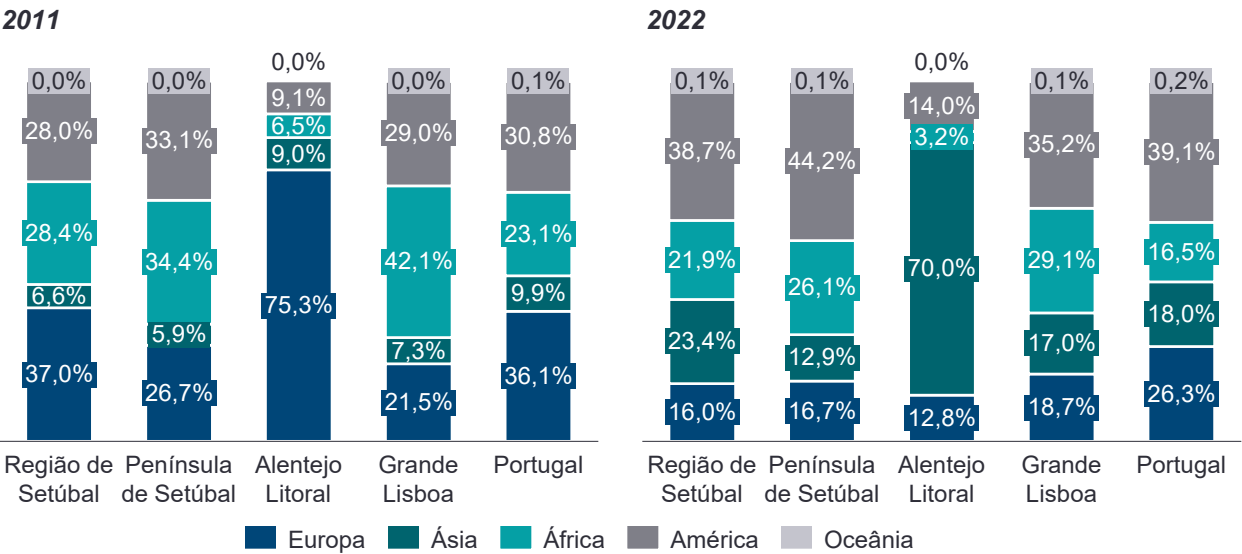
Em 2022, verifica-se uma mudança no perfil dos requerentes, com um aumento significativo de pedidos provenientes de países como a Índia e o Bangladesh. Nesse ano, a maioria dos pedidos de residência foi apresentada por cidadãos do continente americano, destacando-se o Brasil com 36,5% do total

de pedidos, seguido por países africanos e asiáticos, como Angola (8,6%) e Índia (6,8%).

A distribuição por sub-regiões revela dinâmicas distintas: na Península de Setúbal, os cidadãos do Brasil, Angola e Moçambique representaram uma parte substancial dos pedidos (41,9%, 10,4% e 5,7%, respetivamente). Já no Alentejo Litoral, predominam os pedidos de nacionalidades asiáticas, com destaque para a Índia (24,1%) e o Bangladesh (20,8%), embora o Brasil também tenha uma presença relevante (12,7%).

Esta tendência de crescente imigração pode representar uma oportunidade, contribuindo favoravelmente para a sustentabilidade demográfica e económica do território. Porém, levanta também desafios que exigem a adoção de esforços na promoção de uma adequada integração e proteção da população migrante, sendo necessário preparar os serviços públicos para esta realidade e adotar políticas públicas neste sentido.

População estrangeira que solicitou estatuto de residente por continente de nacionalidade (%) | 2011, 2022



Fonte: INE, População estrangeira que solicitou estatuto de residente

O perfil etário

A **população em idade ativa** (entre 15 e 64 anos) é o segmento populacional que sustenta a atividade económica, sendo um dos fatores críticos em termos de atratividade empresarial. Em 2023, esta faixa etária representava 62,6% do total de residentes na Região de Setúbal, proporção ligeiramente abaixo da média da Grande Lisboa (63,7%) e do país (63,1%).

No que diz respeito às faixas etárias dos extremos, 24,8% da população da Região de Setúbal tinha menos de 25 anos e 23,2% tinha mais de 65 anos. Esta percentagem de população idosa é superior à da Grande Lisboa (21,8%) e inferior à média nacional (24,1%).

O **índice de envelhecimento** reflete esta tendência: a população da Região de Setúbal é mais envelhecida do que a da Grande Lisboa, mas menos envelhecida do que a de Portugal no seu todo. Em 2023, a região contou com 165 idosos por cada 100 jovens, a Grande Lisboa com 151 e Portugal com 188.

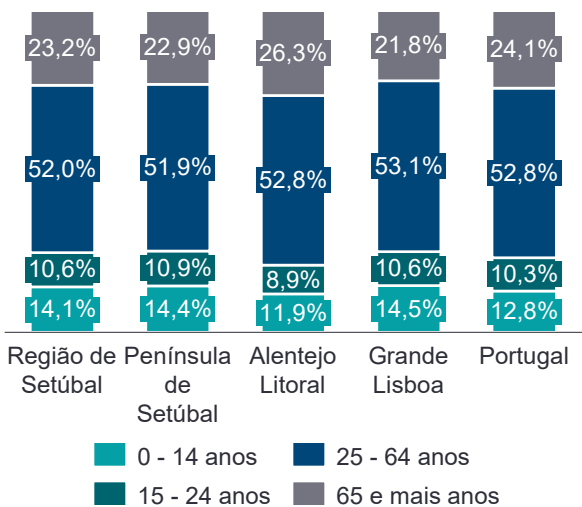
À semelhança dos restantes territórios, a Região de Setúbal enfrenta um **processo de envelhecimento** populacional. Entre 2011 e 2023, a proporção de idosos aumentou de 19,1% para 23,2% e o índice de envelhecimento de 120,4 para 164,5.

Este envelhecimento na Região de Setúbal é impulsionado principalmente pelo Alentejo Litoral, que apresenta uma população proporcionalmente mais idosa.

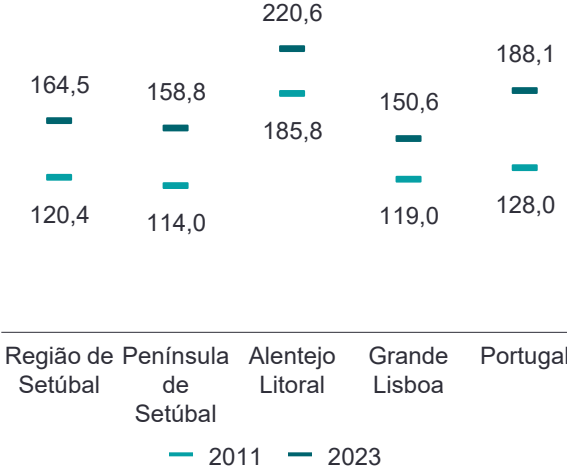
Em 2023, 26,3% dos habitantes do Alentejo Litoral eram idosos (22,9% na Península de Setúbal), e o índice de envelhecimento era o mais elevado da região (220,6 face a 158,8 na Península de Setúbal).

Adicionalmente, o índice de dependência de idosos reforça esta realidade: tanto a Península de Setúbal (36,4) como o Alentejo Litoral (42,7) registam valores superiores ao da Grande Lisboa (34,3).

Estrutura etária da população residente (%) | 2023



Índice de envelhecimento | 2011 e 2023



A tendência de envelhecimento populacional a que se assiste não só na região, mas também no país como um todo, levanta desafios ao nível da sustentabilidade demográfica dos territórios, assim como ao nível dos cuidados de saúde e setor social. As pessoas vivem cada vez mais tempo, mas com mais problemas de saúde e comorbilidades associadas. Este aumento da expectativa de vida justificou que, para além do segmento etário terceira idade (após os 60 anos), tivesse sido assumida a existência do segmento etário quarta idade (após os 80 anos). Torna-se necessário equacionar os mecanismos para promover a qualidade de vida destes segmentos populacionais, que têm necessidades diferenciadas, o que contribui para uma maior pressão nos cuidados de saúde, sobretudo, em termos da focalização das respostas sociais adequadas a cada um destes segmentos.

Para além do envelhecimento populacional, o setor social enfrenta outros desafios. A escassez de recursos financeiros e humanos, aliada à pouca inovação no setor e à ausência de uma governança que evite a sobreposição de respostas sociais, compromete a resposta adequada às necessidades da população.

Adicionalmente, assiste-se ao crescimento de lares ilegais e à falta de fiscalização eficaz, situação impulsionada pelos preços elevados face às baixas pensões auferidas pela população idosa. Sinaliza-se, pois, a necessidade de reforço do apoio domiciliário, de lares públicos, de centros de dia e de cuidados paliativos.

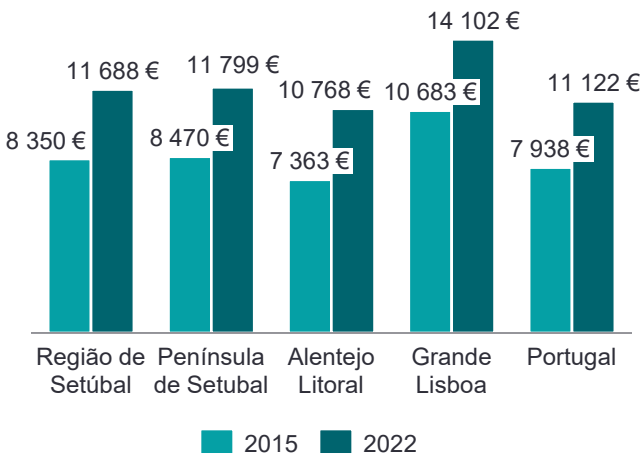
2.2. Perfil de rendimento

Em 2022, o **rendimento bruto declarado por habitante** na Região de Setúbal foi de 11.688€, inferior ao da Grande Lisboa (14.102€), mas superior à média nacional (11.122€). Internamente, a Península de Setúbal apresentava nesse ano um perfil de rendimento mais elevado quando comparado com o do Alentejo Litoral, onde o rendimento médio por habitante foi inferior à média nacional.

De acordo com os dados do Ministério das Finanças, entre 2015 e 2022, o **rendimento bruto declarado por habitante aumentou** em todas as regiões analisadas. A Região de Setúbal teve um crescimento de 40,0%, superando o aumento de 32,0% na Grande Lisboa e aproximando-se dos 40,1% registados em Portugal.

Para além do aumento salarial anual e da inflação, outros fatores terão contribuído para este aumento de rendimento, como as tendências de aumento do nível de habilitações da população empregada e a redução do desemprego (detalhadas no capítulo seguinte).

Rendimento bruto declarado por habitante¹ (€) | 2015 e 2022

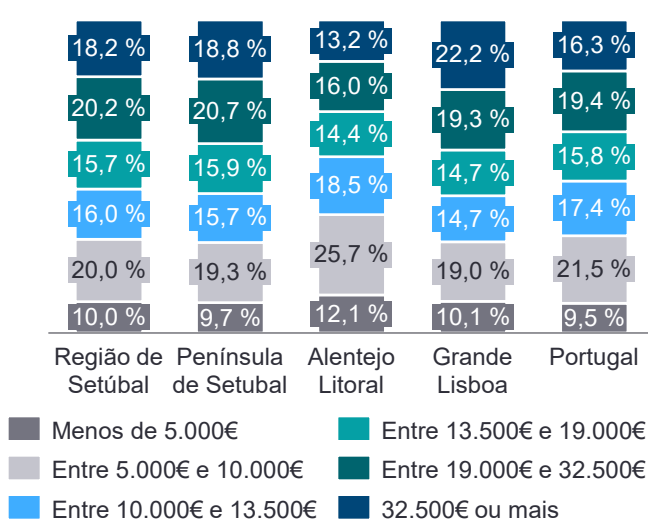


Em 2022, a distribuição dos **agregados fiscais por escalão de rendimento bruto declarado** na Região de Setúbal evidencia uma predominância dos rendimentos intermédios, com 20,2% dos agregados situados entre os 19.000€ e os 32.500€.

Comparativamente com a Grande Lisboa, a região concentra uma maior proporção de agregados com menores níveis de rendimento (46,0% têm um rendimento anual inferior a 13.500€ face a 43,8% na Grande Lisboa). Destaca-se, no entanto, o crescimento expressivo do escalão de rendimentos iguais ou superiores a 32.500€, que registou um aumento de 68,5% face a 2015 na Região de Setúbal.

No Alentejo Litoral, mantém-se um perfil económico menos favorecido, com 25,7% dos agregados concentrados no intervalo entre 5.000€ e 10.000€. Por contraste, na Península de Setúbal, o escalão com maior representatividade corresponde ao intervalo entre 19.000€ e 32.500€, abrangendo 20,7% dos agregados.

Agregados fiscais por escalões de rendimento bruto declarado¹ (%) | 2022



Nota: (1) Indicador do INE obtido com base em informação da Autoridade Tributária e Aduaneira, que reflete o valor do rendimento não isento antes de efetuada qualquer dedução específica para as categorias A (Trabalho dependente) e H (Pensões). Este indicador é a melhor aproximação ao rendimento da população residente numa região, independentemente do seu local de trabalho. Mais detalhes sobre salários no capítulo 3.4. Emprego. Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente; INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira

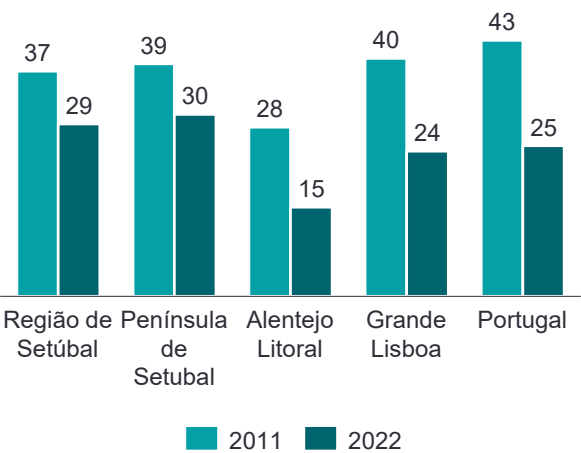
Os beneficiários de apoios sociais, de entre os quais se destacam os **beneficiários do Rendimento Social de Inserção**, e os **pensionistas** representam uma franja da população com mais baixos rendimentos.

Entre 2011 e 2022, os **beneficiários do Rendimento Social de Inserção diminuíram** 20,3% na Região de Setúbal, acompanhando a tendência verificada na Grande Lisboa e a nível nacional. Em 2022, a Região de Setúbal contava com 29 beneficiários do Rendimento Social de Inserção por mil habitantes, valor superior ao da Grande Lisboa (24) e de Portugal (25).

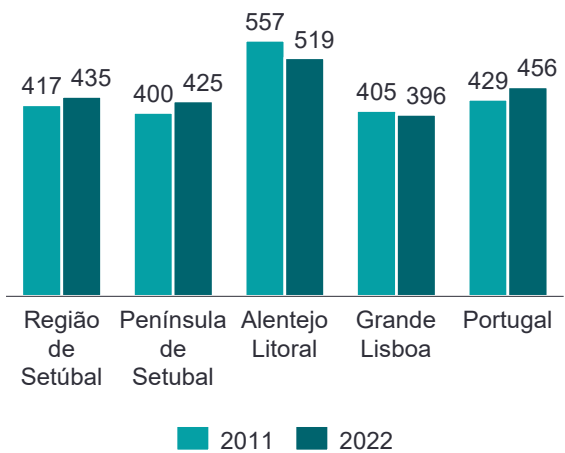
Para isso, contribuía sobretudo a Península de Setúbal, sub-região que contava com 30 beneficiários do Rendimento Social de Inserção por mil habitantes, o dobro do Alentejo Litoral (15).

No mesmo período, o **número de pensionistas cresceu** 5,0% na Região de Setúbal, evolução possivelmente influenciada pelo processo de envelhecimento populacional. Em 2022, a Região de Setúbal registou 435 pensionistas por mil habitantes em idade ativa, um valor inferior ao valor nacional (456), mas superior ao da Grande Lisboa (396), que registou ainda uma redução face a 2011.

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por 1.000 habitantes (N.º) | 2011 e 2022



Pensionistas da segurança social¹ por 1.000 habitantes em idade ativa (N.º) | 2011 e 2022



Nota: (1) Entende-se por pensionista: titular de uma prestação pecuniária por invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente; Anual - Instituto de Informática

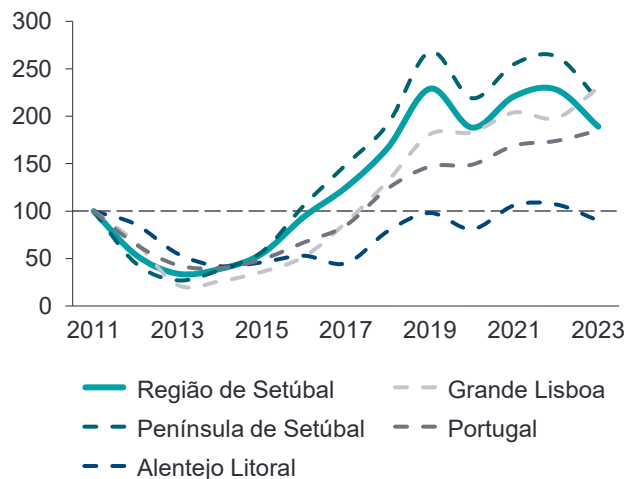
2.3. Habitação

Parque habitacional

De acordo com os dados de 2021, a **forma de ocupação** predominante do parque habitacional da Região de Setúbal é a residência habitual (74,5%), à semelhança dos restantes territórios analisados. Comparativamente com a Grande Lisboa, os alojamentos de residência secundária têm maior peso na região (15,0% face a 8,5%). Porém, existe uma menor proporção de alojamentos vagos (10,5% face a 11,1%). Internamente, destaca-se o Alentejo Litoral onde a residência secundária e os alojamentos vagos representam uma parte significativa do parque habitacional (28,5% e 15,4%, respetivamente).

Entre 2011 e 2021, assistiu-se a um crescimento, ainda que de forma moderada, do parque habitacional na Região de Setúbal. O número de **alojamentos familiares clássicos** aumentou cerca de 2,3% (mais 11.062 fogos), crescimento superior ao verificado na Grande Lisboa (+0,3%) e no país como um todo (+1,9%). O crescimento deste indicador foi mais acentuado no Alentejo Litoral do que na Península de Setúbal (3,5% e 2,1%, respetivamente).

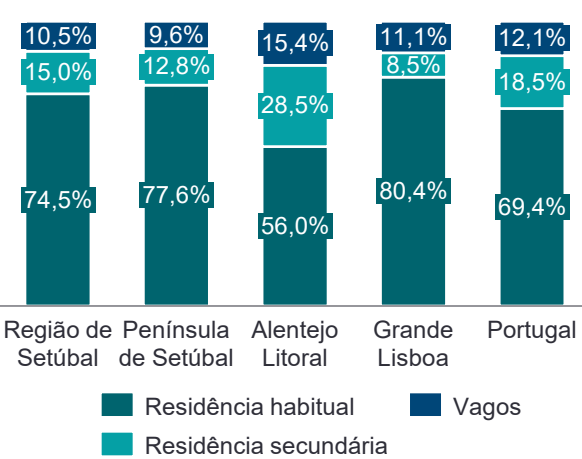
Evolução do n.º de fogos licenciados para habitação familiar (em índice, 2011=100) | 2011 - 2023



Relativamente ao **número de fogos licenciados** para habitação familiar na Região de Setúbal, entre 2011 e 2023, é possível observar uma tendência geral de abrandamento nos últimos 5 anos, evolução que também se observou na Grande Lisboa.

A variação do índice de fogos licenciados (2011=100) evidencia fases distintas ao longo do período de análise. Inicialmente, entre 2012 e 2016, verificou-se uma desaceleração deste número quer na Península de Setúbal e no Alentejo Litoral, quer na Grande Lisboa e ao nível nacional, refletida pelo índice abaixo de 100. Em 2013, o ano com maior diferença face ao valor de referência, o número de fogos licenciados na Região de Setúbal era 66,2% menor face a 2011 e 77,7% menor na Grande Lisboa. A partir de 2016, deu-se uma recuperação acentuada, particularmente na Região de Setúbal, onde, em 2019, se evidencia um crescimento significativo do número de fogos licenciados face ao ano de referência (+129,5% face a 2011). Já entre 2019 e 2023 verificou-se uma diminuição do número de licenças emitidas (-17,8%).

Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação (%) | 2021



Mercado de habitação

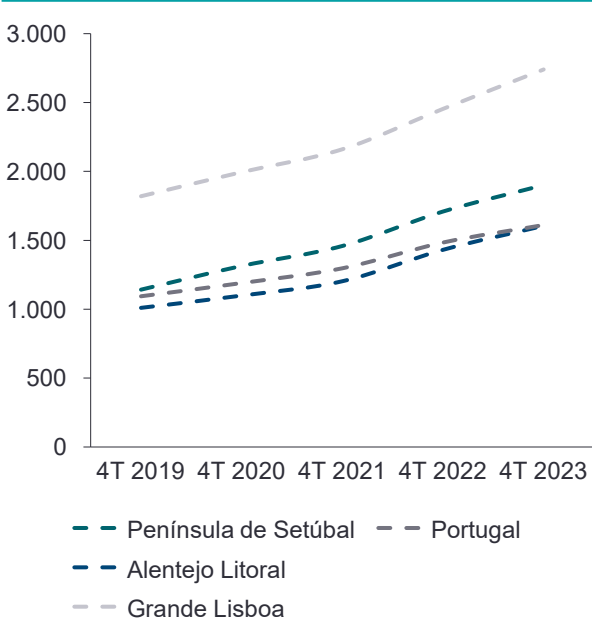
Relativamente aos **custos da habitação** tem-se verificado um aumento dos preços (quer na aquisição quer no arrendamento) que se alastra fora da coroa da Grande Lisboa e que segue a tendência verificada a nível nacional.

Segundo as estatísticas dos preços da habitação ao nível local, entre o 4.º trimestre (4T) de 2019 e o 4T de 2023, destaca-se o crescimento do **valor mediano das vendas** por m² de alojamentos familiares em cerca de 66,5% na Península de Setúbal, valor acima do crescimento no Alentejo Litoral (58,9%), Grande Lisboa (50,5%) e Portugal (47,3%). No 4T de 2023, o valor mediano das vendas por m² na Península de Setúbal era de 1.901€/m², acima do praticado no Alentejo Litoral (1.605€/m²), mas abaixo do praticado na Grande Lisboa (2.740€/m²).

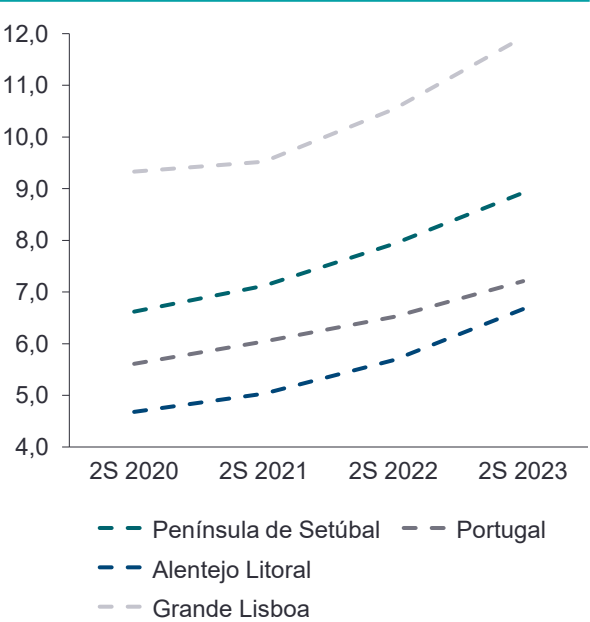
No que diz respeito às rendas, entre o 2.º semestre de 2020 e o 2.º semestre de 2023, o Alentejo Litoral registou a valorização mais expressiva no **valor mediano das rendas** por m² (+42,5%), ultrapassando a dinâmica observada na Península de Setúbal (+34,7%). Embora em 2024 o valor mediano das rendas por m² nas duas sub-regiões se mantenha abaixo do registado na Grande Lisboa, o aumento foi consideravelmente superior, sobretudo no Litoral Alentejano.

Em síntese, a análise dos dois indicadores confirma uma tendência de encarecimento generalizado e persistente na habitação. No seio da região, a Península de Setúbal lidera em nível médio de preços praticados, o Alentejo Litoral em variação.

Valor mediano das vendas por m² dos alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€/m²) | 2019 - 2023



Valor mediano das rendas por m² dos alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€/m²) | 2020 - 2023



Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local; INE, Estatísticas de rendas da habitação ao nível local

A Região de Setúbal enfrenta um **problema estrutural de habitação**, que é partilhado com uma parte significativa do território nacional e tem-se verificado com maior intensidade nos concelhos metropolitanos que oferecem alternativa de residência (em preço e condições de mobilidade) às cidades de Lisboa e Porto, onde a pressão de subida do preço da habitação de Lisboa é mais expressiva.

Apesar do crescimento na oferta habitacional na região de Setúbal, o aumento da procura e a valorização dos imóveis têm dificultado o acesso à habitação para a população local: identifica-se um **problema regional potencial de acessibilidade económica¹ à habitação**, que se reflete no aumento contínuo dos encargos habitacionais face aos rendimentos das famílias.

A falta de alternativas de **habitação acessível**, aliada ao aumento dos custos de construção e do crédito à habitação, tem gerado um cenário de desigualdade no acesso a soluções habitacionais, especialmente para os segmentos de rendimentos mais baixos.

Em paralelo, a **tendência generalizada de aumento dos preços** representa um desafio que deve ser gerido de forma equilibrada para evitar problemas de acessibilidade à habitação, garantindo que o aumento dos preços não exclui residentes locais ou dificulta a fixação de novas famílias. No Alentejo Litoral, destaca-se o caso de Sines, e Santiago do Cacém, onde o **crescimento dos polos industriais e energéticos** gerou um aumento da procura por habitação, sem que a oferta acompanhasse essa evolução.

Atualmente, muitos trabalhadores deslocam-se de longe, incluindo do Norte do país, para trabalhar em Sines. A falta de soluções habitacionais adequadas tem levado à necessidade de alojamentos temporários ou a deslocações diárias de longas distâncias, criando desafios adicionais para a fixação de mão-de-obra qualificada no concelho, desafio que constitui uma limitação ao desenvolvimento económico do território.

A articulação entre o mercado habitacional e o mercado de trabalho coloca em evidência a dimensão regional a que se pode processar a dinâmica cruzada de estabilização entre eles. Residir e trabalhar em concelhos diferentes é uma realidade para muitos trabalhadores, que só se traduz em distorções na atratividade regional, quando o desequilíbrio num destes mercados influencia o outro, como existem indícios de ser o caso na região de Setúbal, em que a insuficiência/desadequação de habitação (em preços, tipologias e soluções habitacionais flexíveis) introduz rigidez à fixação de mão-de-obra qualificada na região.

Nota: (1) A acessibilidade económica é um dos fatores que pode constituir fundamentação para a emissão de uma Declaração Fundamentada de Carência Habitacional. A Lei de Bases da Habitação identifica os elementos a analisar no diagnóstico das Cartas Municipais de Habitação (a saber: pressão quantitativa; pressão qualitativa; vulnerabilidade socioeconómica e acessibilidade económica; recursos limitados), onde se poderá demonstrar a existência de uma incapacidade estrutural de resposta à procura habitacional, constituindo, por conseguinte, a base de fundamentação para a emissão da referida Declaração Fundamentada de Carência Habitacional. Esta Declaração reveste natureza estratégica e operacional, ao franquear ao Município um conjunto de prerrogativas jurídico-urbanísticas e financeiras que reforçam a execução da política local de habitação.

2.4. Saúde

Na dimensão saúde, destacam-se alguns desafios na ótica da oferta, quer em termos de cobertura de profissionais médicos, como também no número de infraestruturas de cuidados de saúde, problemáticas que têm vindo a ser destacadas igualmente ao nível nacional.

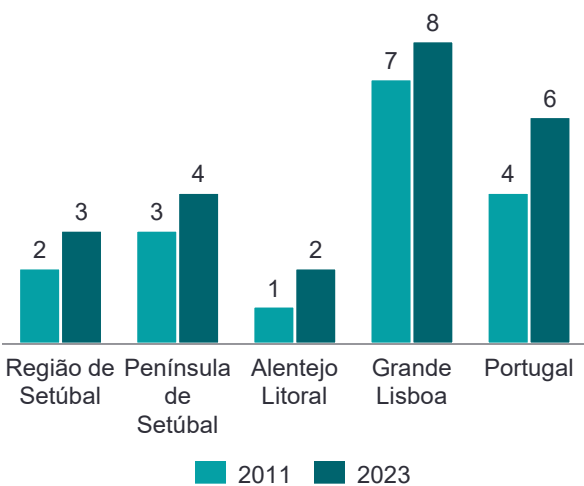
Ao nível da **taxa cobertura de profissionais médicos** por habitante, apesar de se ter registado um aumento entre 2011 e 2023, persistia em 2023 uma menor cobertura na Região de Setúbal (3 médicos por mil habitantes), enfatizada em particular pela baixa cobertura na sub-região do Alentejo Litoral (2 médicos por mil habitantes), evidenciando o contraste com a Grande Lisboa (8 médicos por mil habitantes) e com a média nacional (6 médicos por mil habitantes). A menor cobertura de profissionais médicos na região é agravada pela dificuldade em fixar profissionais de saúde, sentida a nível nacional e impulsionada, em grande parte, pela baixa valorização das carreiras.

Relativamente à **rede de cuidados de saúde**, segundo dados do Inquérito aos Hospitais de 2022, a

Região de Setúbal era servida por 6 hospitais públicos e 4 hospitais privados, sendo que quase metade destes recursos se localizavam no concelho de Setúbal (2 hospitais públicos e 2 hospitais privados). Os restantes 4 hospitais públicos situam-se em Almada, Barreiro, Montijo e Santiago do Cacém e os restantes 2 hospitais privados em Almada e Sines. O número de serviços de saúde ao nível hospitalar contrastava ainda com a Grande Lisboa que possuía 21 hospitais públicos e 29 hospitais privados.

Em suma, a Região de Setúbal possui uma menor **densidade de infraestruturas hospitalares** comparativamente à Grande Lisboa, que conta com uma rede de cuidados de saúde mais consolidada em densidade e em diversidade de especialidades médicas. Ainda assim, destaca-se a importância assumida pelo Hospital Garcia de Orta (em Almada) e pelo Centro Hospitalar de Setúbal que possuem um papel central na prestação de cuidados de saúde hospitalares na região.

Médicos por 1.000 habitantes (N.º) | 2011, 2023



Hospitais por natureza institucional (N.º) | 2023



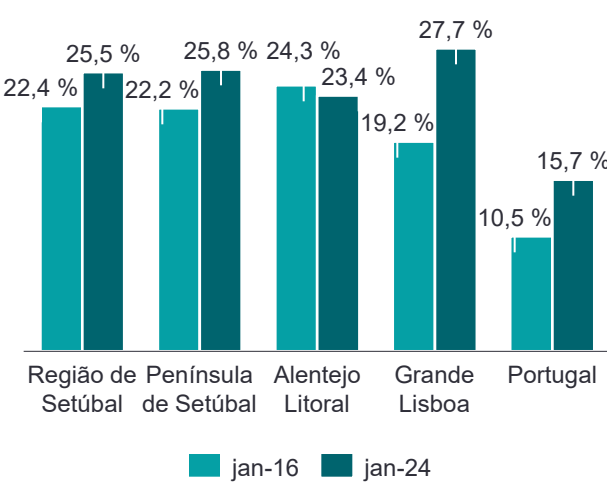
Em termos de **cuidados de saúde primários** o panorama atual ao nível nacional passa por uma tendência de carência de recursos humanos que afeta a qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde. A falta de investimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) dificulta o acesso a cuidados de saúde e agrava os desafios existentes.

De acordo com os dados do Portal da Transparência do Serviço Nacional de Saúde, em janeiro de 2024 25,5% dos utentes inscritos nos Centros de Saúde da Região de Setúbal não tinham médico de família atribuído, proporção superior à média nacional (15,7%), mas inferior ao verificado na Grande Lisboa (27,7%).

Face a janeiro de 2016 a percentagem de utentes sem médicos de família aumentou em todos os territórios analisados, à exceção do Alentejo Litoral onde este indicador diminuiu ligeiramente.

Na Península de Setúbal a falta de atribuição de médicos de família e os tempos de espera elevados

Utentes sem médico de família atribuído¹ (%) | jan. 2016, jan. 2024



Nota: (1) A Península de Setúbal inclui os dados referentes a: ACES/CSP da ULS Almada/Seixal, ACES/CSP da ULS Arco Ribeirinho e ACES/CSP da ULS Arrábida. O Alentejo Litoral inclui os dados referentes aos CSP da ULS Litoral Alentejano (ACES Alentejo Litoral até 2016). A Grande Lisboa inclui os dados referentes a: CSP da ULS Amadora/Sintra (ACES Amadora e ACES Sintra até 2016), CSP da ULS Lisboa Ocidental (ACES Lisboa Ocidental e Oeiras), ACES/CSP da ULS Loures/Odivelas, CSP da ULS Santa Maria (ACES Lisboa Norte até 2016), CSP ULS São José (ACES Lisboa Central até 2016).

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte; Portal da Transparência do Serviço Nacional de Saúde

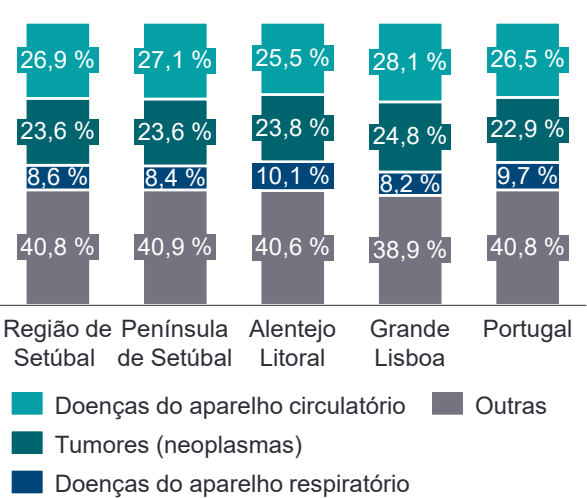
são os principais constrangimentos, realidade que se assemelha ao experienciado na Grande Lisboa.

Já no Alentejo Litoral, destaca-se não só a carência de recursos humanos, mas também um desafio de acesso a cuidados de saúde devido à sua dispersão geográfica que leva a população a ter de percorrer maiores distâncias para obter atendimento básico.

Em termos de **mortalidade**, registaram-se na Região de Setúbal 10.802 óbitos em 2022, o que representa um aumento de 26,5% face a 2011, crescimento superior ao verificado a nível nacional (20,9%).

À semelhança da realidade nacional, as principais causas de morte foram as doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 26,9% do total de óbitos, assumindo particular relevância as doenças cerebrovasculares. Seguem-se os tumores (neoplasmas), responsáveis por 23,6% do total de óbitos, onde se destaca o tumor (neoplasma) maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões.

Óbitos por causa de morte na Região de Setúbal (%) | 2022



2.5. Educação

Na dimensão da educação, a Região de Setúbal reflete a tendência de concentração do número de infraestruturas de educação em concelhos mais próximos da Grande Lisboa, com enfoque na Península de Setúbal onde 22,8% dos estabelecimentos de ensino não superior e 58,3% do ensino superior localizavam-se em Almada.

Quanto à **oferta de ensino não superior**¹, é de notar que em termos infraestruturais, no ano letivo de 2022/2023 existiam 641 estabelecimentos de ensino não superior e 12 estabelecimentos de ensino superior na Região de Setúbal. Em termos relativos, a cobertura de estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1.º ciclo na Região de Setúbal (20 e 8 estabelecimentos/mil alunos) era superior face à Grande Lisboa (17 e 7, respetivamente).

Internamente, a cobertura de ensino pré-escolar e 1.º ciclo era superior no Alentejo Litoral (27 e 15 estabelecimentos/mil alunos) face à da Península de Setúbal (19 e 7, respetivamente).

No que se refere aos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo, a Região de Setúbal encontrava-se abaixo da

Grande Lisboa, apesar do Alentejo Litoral não contribuir para esta tendência (no 2.º ciclo, por exemplo, o Alentejo Litoral possuía 7 estabelecimentos/mil alunos e a Grande Lisboa 5).

Quanto à **oferta de ensino superior** é de notar a presença do Instituto Politécnico de Setúbal, com escolas na área da tecnologia, educação, ciências empresariais e saúde, que terá a sua expansão através da abertura de uma Escola em Sines, marcando a chegada do ensino superior ao litoral alentejano. Na área do ensino superior destaca-se também o *Campus* da Universidade Nova – *School of Science and Technology* (FCT Nova), localizado no concelho de Almada, que conta com cursos na área da biotecnologia, ciências e tecnologias e engenharias.

Relativamente à **taxa de escolarização do ensino superior** no ano letivo de 2022/2023, esta era de 26,5% na Península de Setúbal, abaixo da média nacional (42,5%) e da Grande Lisboa (61,2%), tendo, ainda assim registado um aumento comparativamente ao ano letivo de 2011/2012 (+5,1 p.p.).

Estabelecimentos de ensino não superior por 1.000 alunos matriculados (N.º) e estabelecimentos de ensino superior por 10.000 alunos inscritos (N.º) | 2022/2023

	Região de Setúbal	Península de Setúbal	Alentejo Litoral	Grande Lisboa	Portugal
Ensino Não Superior					
Ensino pré-escolar	20	19	27	17	22
Ensino básico - 1.º ciclo	8	7	15	7	10
Ensino básico - 2.º ciclo	4	4	7	5	6
Ensino básico - 3.º ciclo	3	3	5	3	4
Ensino secundário	2	2	3	2	2
Ensino Superior					
Ensino Público	5	5	n.a.	4	5
Ensino Privado	12	12	n.a.	8	11

Nota: (1) O ensino não superior corresponde aos níveis de ensino pré-escolar, básico (incluindo o 1.º, 2.º e 3.º ciclos) e secundário (incluindo os Cursos Científico-Humanísticos, os Cursos Profissionais, os Cursos Artísticos Especializados e os Cursos Científico-Tecnológicos).

Fonte: INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

No ano letivo de 2022/2023, a Região de Setúbal contou com 144.897 alunos, dos quais aproximadamente 90,8% na Península de Setúbal. Em termos relativos, na Região de Setúbal como um todo, assim como nas duas sub-regiões que a constituem, o peso dos alunos que frequentam o ensino público é superior quando comparado com a realidade da Grande Lisboa e do país.

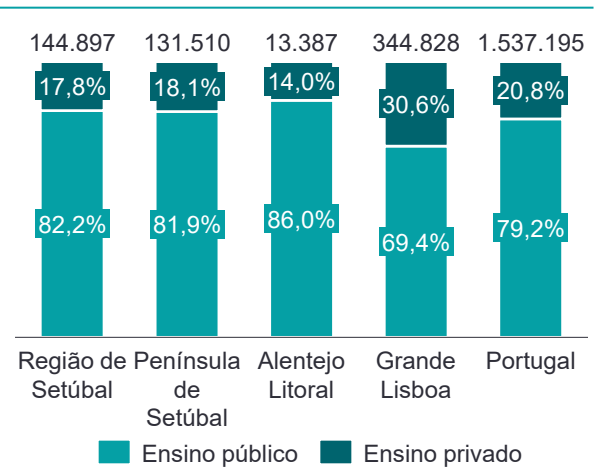
Relativamente ao **desempenho escolar**, a análise comparativa e evolutiva das taxas de retenção e abandono revelam que a Região de Setúbal enfrenta desafios nesta temática.

Em 2022/2023, tanto na Península de Setúbal como no Alentejo Litoral, as taxas de retenção e desistência foram superiores ao referencial nacional em todos os ciclos de ensino. Em termos relativos, o ensino secundário apresenta as taxas mais elevadas de insucesso e abandono escolar (13,1% na Península de Setúbal e 12,5% no Alentejo Litoral em 2022/2023).

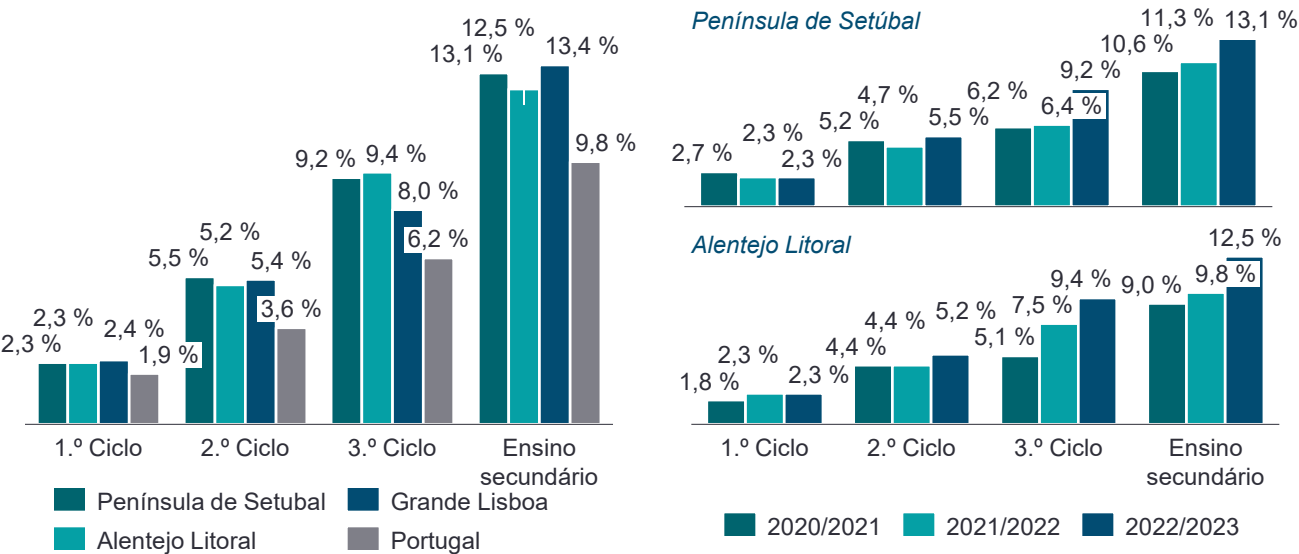
Em termos evolutivos, entre 2020/2021 e 2022/2023

observa-se um agravamento na taxa de retenção e desistência no ensino obrigatório em quase todos os ciclos de ensino, tanto na Península de Setúbal como no Alentejo Litoral. Este cenário indica que, em termos relativos, o insucesso e abandono escolar está a aumentar na Região de Setúbal, reforçando a necessidade de investir em políticas eficazes para combater este problema.

Alunos matriculados no ensino não superior (N.º) | 2022/2023



Alunos em retenção e abandono escolar por ciclo de ensino (%) | 2019/2020 – 2022/2023



Para além de formar e capacitar as crianças e jovens, a escola assume um papel muito relevante em termos sociais.

No ano letivo de 2021/2022, registaram-se 13.493 alunos com **ação social escolar** na Região de Setúbal, dos quais 91,4% na Península de Setúbal (12.328) e 8,6% no Alentejo Litoral (1.165). Dentro da Região de Setúbal, destacam-se os municípios de Grândola, Alcácer do Sal e Barreiro, com a maior percentagem de beneficiários.

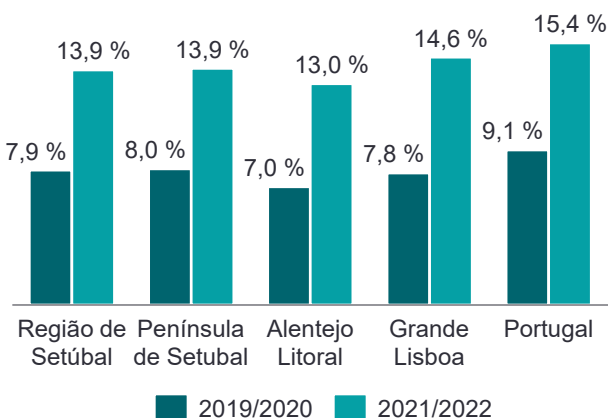
Entre 2019/2020 e 2021/2022, verificou-se um **aumento significativo** na proporção de alunos beneficiários na Região de Setúbal, passando de 7,9% em 2019/2020, para 13,9% em 2021/2022, acompanhando a tendência dos referenciais. Apesar deste crescimento, os valores na região mantiveram-se ligeiramente inferiores aos registados na Grande Lisboa e a nível nacional.

A análise em termos absolutos confirma que a necessidade de ação social escolar cresceu na Região de Setúbal, evidenciando um agravamento das condições de vida das famílias. Apesar da diminuição

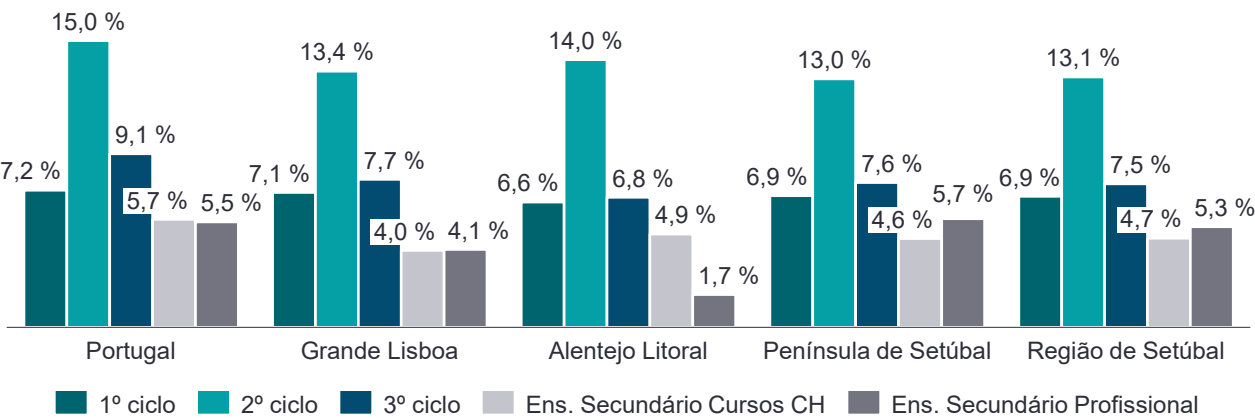
de 15,1% no número total de alunos, o número de alunos com ação social escolar na Região de Setúbal aumentou 48,2%, no período analisado.

Para todos os **ciclos de ensino**, os valores da proporção de alunos com ação social escolar na Região de Setúbal são semelhantes à média da Grande Lisboa, mas inferiores à média nacional. Tanto na Região de Setúbal como nos restantes territórios analisados, o 2.º ciclo foi o nível de ensino com a maior proporção de alunos beneficiários de apoio social escolar.

Evolução dos alunos beneficiários de ação social escolar (%) | 2019/2020 e 2021/2022



Alunos beneficiários de ação social escolar por ciclo de ensino (%) | 2021/2022



Os desafios que a Região de Setúbal enfrenta ao nível da educação não se limitam ao **desempenho** e ao **apoio social escolar**, abrangendo questões ligadas às infraestruturas escolares e à oferta educativa. As necessidades de reabilitação e manutenção em muitos dos equipamentos escolares e a falta de professores e pessoal não docente são fatores que comprometem o funcionamento adequado do ensino.

Adicionalmente, a **rede educativa** encontra-se sobrecarregada, com um elevado número de alunos por turma, o que afeta a qualidade do ensino. A nível nacional, o **planeamento da educação**, como a implementação da Carta Educativa Nacional, é essencial para garantir uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades e combater a sobrecarga dos equipamentos escolares.

No que se refere à **educação pré-escolar**, importa referir que a oferta na Região de Setúbal é insuficiente. Neste contexto, a expansão das redes públicas de creches e educação pré-escolar, incluindo a requalificação e ampliação dos equipamentos existentes, afigura-se relevante para garantir o apoio necessário às famílias e facilitar a integração das crianças no sistema educativo.

Ao nível dos **métodos pedagógicos**, destaca-se a necessidade de apostar na personalização do ensino, adaptando-se às necessidades individuais dos alunos e, assim, contribuindo para melhorar os resultados e combater o insucesso escolar. A aposta na inovação pedagógica é igualmente um fator que contribui para este desígnio, com métodos de ensino mais práticos e interativos, permitindo que a escola seja um

verdadeiro agente de transformação e oferecendo aos alunos as ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento integral.

Em paralelo, fomentar a **participação contínua dos pais na educação**, não apenas em momentos de crise, mas ao longo de todo o percurso escolar, afigura-se um fator fundamental para garantir o sucesso educativo.

Adicionalmente, as **desigualdades sociais**, em particular os elevados níveis de pobreza, dificultam o desempenho educacional, criando barreiras ao ensino de qualidade, com especial impacto na integração de alunos estrangeiros.

2.6. Coesão social

Uma das componentes centrais para o envolvimento da comunidade é a criação do sentimento de pertença e de redes de cooperação. Salienta-se o papel que as **associações e coletividades** possuem enquanto elemento agregador da população, através do seu papel ativo na dinamização sociocultural e recreativa da região, promoção da qualidade de vida e criação de condições para a atração populacional.

A aposta na **cultura, desporto, juventude e associativismo** são vistas como fatores para o desenvolvimento da Região de Setúbal. Na área da juventude, por exemplo, a região possui uma estrutura associativa que inclui equipamentos como casas de juventude, espaços de discussão e participação juvenis (formais e não formais), tendo em vista aprofundar a intervenção e participação da juventude, orientando-a para um trabalho em rede em torno das preocupações primordiais na área da educação, empregabilidade, entre outras. Porém, o envelhecimento do tecido associativo, influenciado

pelos novos modos de vida, compromete a sustentabilidade de muitas destas instituições.

A vertente comunitária associada à **promoção da inclusão e coesão social**, nomeadamente através do trabalho desenvolvido pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), inclui um leque de 167 instituições associadas à educação e 115 instituições ligadas ao apoio à terceira idade na Região de Setúbal. A atuação destas instituições é especialmente relevante em zonas mais carenciadas da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral, onde é prestado um suporte crucial para a coesão social da comunidade.

A **transferência de competências** para as Autarquias (com a descentralização das áreas da educação, saúde e ação social) implica uma maior interconexão das políticas públicas nalgumas destas áreas com as IPSS, que assumem um papel de relevo em diversos procedimentos e ações.

Respostas sociais da Região de Setúbal | 2023

N.º de equipamentos privados de Ação Social¹

Na área da Infância	
	167 na Região de Setúbal
	164 na Península de Setúbal
	3 no Alentejo Litoral
Na área de Terceira Idade	
	115 na Região de Setúbal
	114 na Península de Setúbal
	1 no Alentejo Litoral

Península de Setúbal: Grandes números de principais Programas de Apoio Social | 2023

	Programa Operacional de Apoio às pessoas mais carenciadas (POAPMC) 9.702 destinatários elegíveis
	Programa de Emergência Alimentar 365.854 refeições servidas 1.097.562€ de execução financeira
	Rede Nacional de Cuidados Continuados 716 camas 5.430.989€ montante participado ²
	CLDS³ 4G – Projetos em execução 26 projetos 4.059.806€ montante em projetos

Notas: (1) Os dados apresentados incluem os concelhos de Santiago do Cacém e Sines.
(2) Montante participado inclui o pagamento adicional e fraldas. Participação pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS).
(3) Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que têm como objetivo promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território.

Fonte: amrs.pt; “Notas Sobre Ação Social e Proteção Social, Economia Social e Solidária”, UDIPSS Setúbal; “Indicadores de Ação Social e proteção social dezembro 2023”, ISS, IP – Cdist de Setúbal - UDS

2.7. Cultura e desporto

A aposta da região na **cultura e outras atividades criativas** torna-se evidente pela análise da despesa municipal. Em 2023, os municípios da região gastaram em média 55,6€/habitante em atividades culturais e criativas, sendo superior no Alentejo Litoral (114,9€) face à Península de Setúbal (48,4€). Esta despesa registou entre 2013 e 2022 um aumento de 40,4% na Região de Setúbal, menor que o registado na Grande Lisboa (70,8%) e no País (52,8%).

No âmbito das **artes do espetáculo** e do **património cultural** é de notar que em 2022 a Região de Setúbal tinha uma despesa superior à Grande Lisboa e país. Também as **atividades desportivas** têm vindo a ganhar relevância na região, sendo que entre 2013 e 2022 a despesa aumentou 35,9%, em particular pela aposta nas atividades e equipamentos desportivos na Península de Setúbal (+58,5%), ao contrário da tendência decrescente no Alentejo Litoral (-7,6%).

A **crescente oferta** de atividades culturais e desportivas e a sua valorização à escala local (exemplo do programa de reconhecimento de mérito desportivo de Setúbal) permitem consolidar o potencial existente na região, com retorno, por exemplo, na notoriedade obtida com a distinção de atletas que se sagram campeões nacionais e internacionais (Pedro Pichardo é um atleta de Setúbal, medalhado nos Jogos Olímpicos de 2020 e 2024). Não será também de menosprezar o papel que o turismo cultural e a visitação possuem no aumento da aposta nestas áreas. Refiram-se alguns exemplos de festivais, feiras e espetáculos de realização recente ou já com história que caracterizam a oferta cultural da região: Festival de Teatro de Almada, Festival do Maio (Seixal), Seixal Jazz, OUT.FEST (Barreiro), Festa do Avante (Seixal), Festival Liberdade (itinerante),

Festival Músicas do Mundo (Sines). Identificam-se **desafios** ligados à necessidade de reforçar a cooperação entre instituições, promovendo uma oferta cultural articulada a nível regional. A participação reduzida e a falta de financiamento são também fatores que limitam o potencial cultural da região.



Despesas em património cultural dos municípios (€) por habitante (2022)

14,6€ na Região de Setúbal
13,0€ na Península de Setúbal
28,2€ no Alentejo Litoral
14,6€ na Grande Lisboa
12,3€ em Portugal



Despesas em artes do espetáculo dos municípios (€) por habitante (2022)

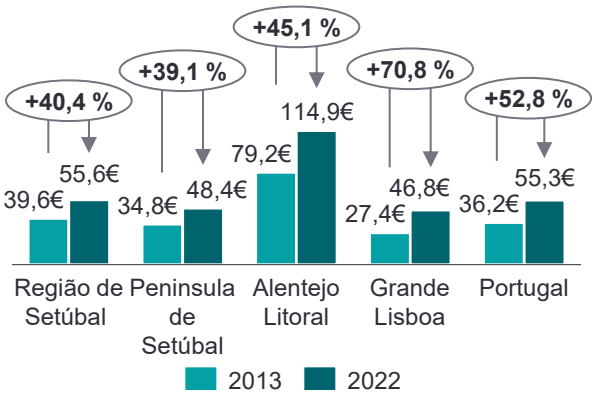
15,0€ na Região de Setúbal
12,6€ na Península de Setúbal
34,8€ no Alentejo Litoral
7,7€ na Grande Lisboa
14,8€ em Portugal



Despesas em atividades e equipamentos desportivos dos municípios (€) por habitante (2022)

31,9€ na Região de Setúbal
27,7€ na Península de Setúbal
67,3€ no Alentejo Litoral
14,7€ na Grande Lisboa
35,0€ em Portugal

Despesas em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante (€) | 2013 e 2022



Fonte: INE, Direção-Geral do Património Cultural; INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais; amrs.pt

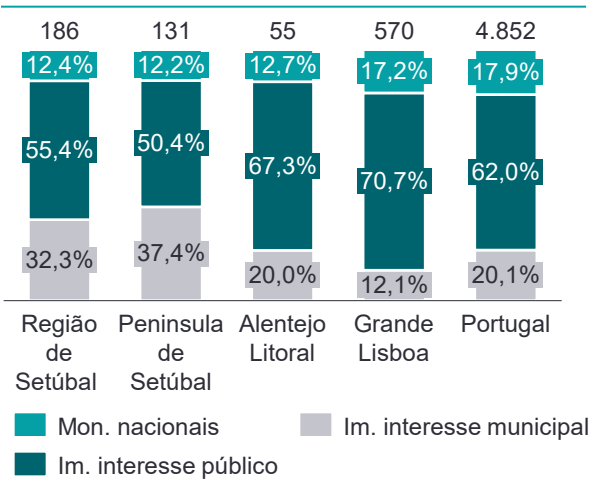
2.8. Identidade e património

Ao nível do **património ambiental e paisagístico**, a região inclui seis áreas protegidas¹, entre as quais se destaca o Parque Natural da Arrábida, classificado como Reserva da Biosfera da UNESCO, e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. A variedade de espécies de fauna e flora presentes nas áreas protegidas, a diversidade topográfica, a proximidade ao mar, a existência de sítios arqueológicos, bem como a presença de arquitetura religiosa, militar e rural compõem a identidade patrimonial da Região de Setúbal.

O capítulo 4 do presente documento detalha esta temática, nomeadamente através da preocupação com a preservação do vasto património natural.

Esta região é também marcada por uma **identidade cultural diversificada**, influenciada pelo encontro entre o urbano e o rural e o rio e o mar, incorporando o legado da pesca e indústria conserveira, assim como a influência histórica de diferentes séculos, desde a ocupação romana e árabe, até à história militar e religiosa.

Proporção de bem imóveis culturais por categoria de proteção (%) | 2023



Notas: (1) Reserva Natural do Estuário do Tejo; a Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica; o Parque Natural da Arrábida (incluindo o Parque Marinho Professor Luiz Saldanha); a Reserva Natural do Estuário do Sado; a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha; e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

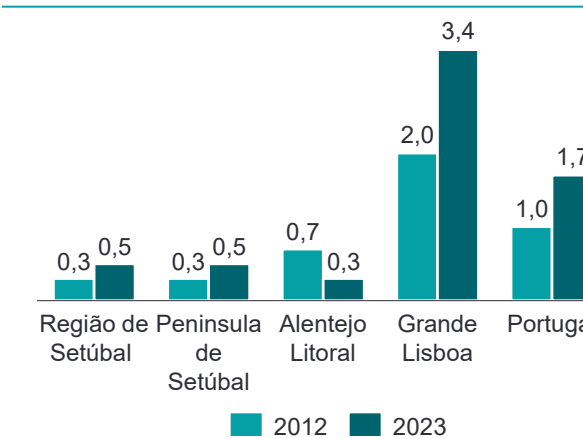
Fonte: INE, Direção-Geral do Património Cultural; amrs.pt

Segundo os dados da Direção-Geral do Património Cultural, em 2023, existiam 18 **museus** na Região de Setúbal, a maioria localizada na Península de Setúbal. No total estes museus receberam 423.094 visitantes em 2023, o que representa cerca de 0,5 visitantes por habitante. Apesar do crescimento face a 2012, este valor manteve-se aquém da média nacional.

Para além dos museus, a existência de monumentos e sítios históricos de relevo demonstra a diversidade do património cultural. Em 2023, a Região de Setúbal concentrava 186 **bens imóveis culturais**, em que mais de metade correspondia a imóveis de interesse público. À semelhança do que acontece com os museus, a maioria situa-se na Península de Setúbal.

Alguns dos principais monumentos e locais históricos incluem, por exemplo, o Castelo de Palmela, o Castelo de Sesimbra, o Forte de São Filipe e o Convento de Jesus em Setúbal, bem como o Santuário do Cabo Espichel em Sesimbra, as Ruínas Romanas de Tróia, o Núcleo de Olaria Romana da Quinta do Rouxinol no Seixal e ainda o próprio Centro Histórico de Sines e de Alcácer do Sal, entre outros locais de destaque.

Visitantes de museus por habitante (N.º) | 2012 e 2023



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

3. Estrutura económica regional



3.1. Perfil económico

O tecido empresarial

A Região de Setúbal apresenta uma **relevância económica** considerável ao nível nacional. Em 2022, este território concentrava um total de 110.473 estabelecimentos que empregavam 290.317 pessoas e geravam um volume de negócios de 37.106 milhões de euros, o que correspondia a 7,4% dos estabelecimentos, 6,5% do emprego e 7,0% do volume de negócios nacional.

Em termos absolutos, na Península de Setúbal concentrava-se parte substancial da atividade económica da região, representando mais de 80% do total de emprego, estabelecimentos e volume de negócios: concentrava 92.234 estabelecimentos (83,5% do total da região), 241.981 trabalhadores (83,4% do total da região) e gerava 32.101 milhões de euros em volume de negócios (86,8% do total da região).

Entre 2013 e 2022, na Região de Setúbal registou-se uma **evolução favorável** e transversal a todos os indicadores: o número de estabelecimentos cresceu 35,1%, o pessoal ao serviço aumentou 40,2% e o volume de negócios mais do que duplicou. Este crescimento acompanhou a tendência nacional, porém foi superior na região, evidenciando uma dinâmica económica positiva do seu tecido empresarial.

Internamente, o número de estabelecimentos aumentou 36,9% na Península de Setúbal e 23,8% no Alentejo Litoral. Em relação ao número de trabalhadores, o Alentejo Litoral destacou-se com um crescimento de 69,9%, enquanto na Península de Setúbal este indicador cresceu 35,4%. No que toca ao volume de negócios, este indicador mais do que duplicou em ambas as sub-regiões (+101,9% e +113,6% na Península de Setúbal e no Alentejo Litoral, respetivamente).

Grandes números do tecido empresarial da Região de Setúbal | 2022

	Região de Setúbal		Península de Setúbal		Alentejo Litoral	
	N.º	Variação (%)	N.º	Variação (%)	N.º	Variação (%)
	110.473 <i>estabelecimentos</i>	+ 35,1% <i>face a 2013</i>	96.234 <i>87,1% dos estab. da RS</i>	+ 36,9% <i>face a 2013</i>	14.239 <i>12,9% dos estab. da RS</i>	+ 23,8% <i>face a 2013</i>
	290.317 <i>peçoal ao serviço dos estabelecimentos</i>	+ 40,2% <i>face a 2013</i>	241.981 <i>83,4% do peçoal ao serviço dos estab. da RS</i>	+ 35,4% <i>face a 2013</i>	48.336 <i>16,6% do peçoal ao serviço dos estab. da RS</i>	+ 69,9% <i>face a 2013</i>
	37.105,9M€ <i>volume de negócios</i>	+ 103,5% <i>face a 2013</i>	32.101,1M€ <i>86,5% do volume de negócios da RS</i>	+ 101,9% <i>face a 2013</i>	5.004,7M€ <i>13,5% do volume de negócios da RS</i>	+ 113,6% <i>face a 2013</i>

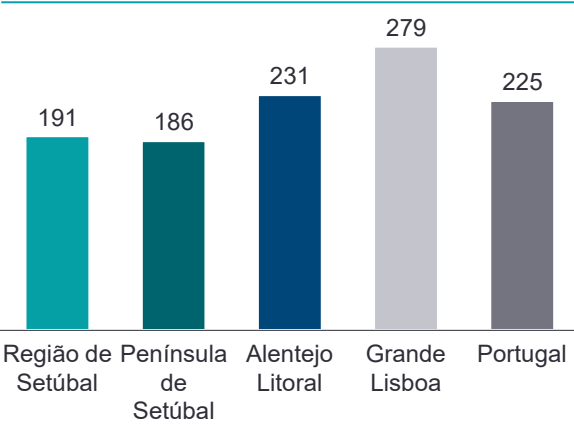
Em termos relativos, em 2022, o **número de estabelecimentos por mil habitantes** em idade ativa na Região de Setúbal era inferior à média nacional e à Grande Lisboa. Quanto à **dimensão dos estabelecimentos**, medida pelo pessoal ao serviço por estabelecimento, observa-se que a Região de Setúbal apresentou valores inferiores à média da Grande Lisboa e nacional. Relativamente ao **volume de negócios médio dos estabelecimentos**, os valores registados na Região de Setúbal estavam em linha com a média nacional, mas ainda aquém dos valores observados na Grande Lisboa.

Internamente, foi no Alentejo Litoral que, em 2022, o número de estabelecimentos por mil habitantes em idade ativa foi mais elevado, os quais também possuíam uma maior dimensão média, tanto em termos de emprego, quanto em volume de negócios por estabelecimento, comparativamente com a Península de Setúbal.

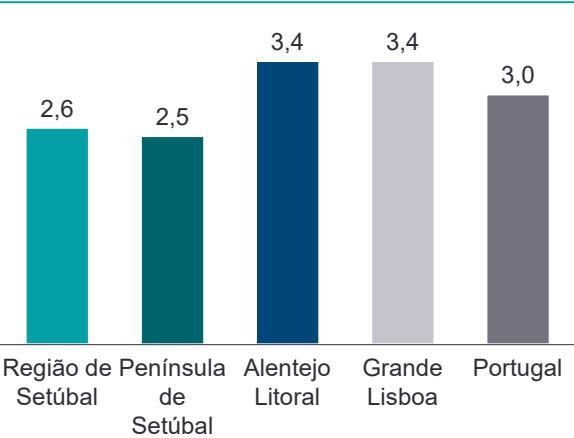
Neste contexto, embora a Região de Setúbal possua um tecido empresarial relevante, continuam a verificar-se **desafios ao nível da competitividade e do desempenho empresarial**, sobretudo quando comparada com a Grande Lisboa e com a média nacional.

Em termos absolutos, a Península de Setúbal destaca-se pelo maior número de estabelecimentos, trabalhadores e volume de negócios. Contudo, o Alentejo Litoral sobressai em termos relativos. Este contraste sublinha a importância de considerar tanto os valores absolutos como os relativos ao analisar o tecido empresarial deste território, evidenciando a existência de um **tecido empresarial com diferentes perfis e características**.

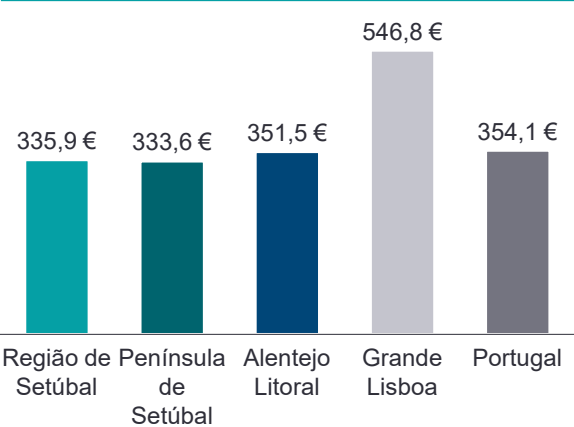
Número de estabelecimentos por 1.000 habitantes em idade ativa (N.º) | 2022



Pessoal ao serviço por estabelecimento (N.º) | 2022



Volume de negócios por estabelecimento (€ milhares) | 2022



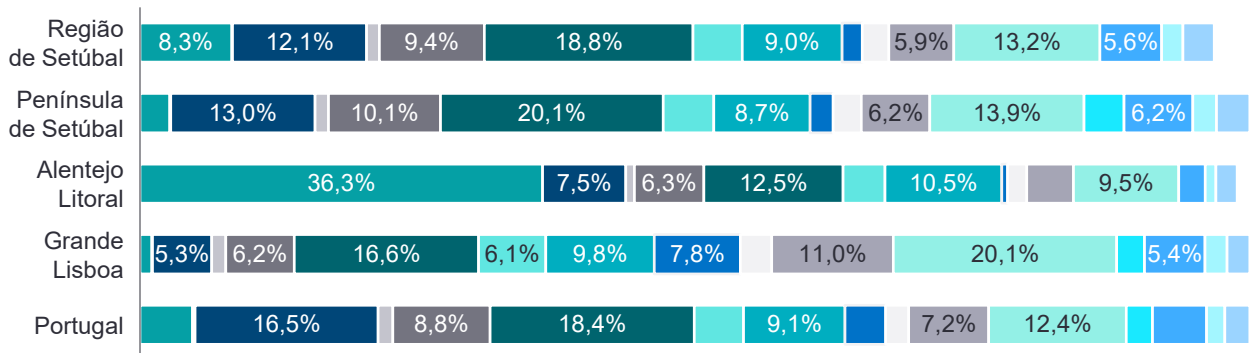
Perfil setorial

Em 2022, o comércio (18,8%), os serviços prestados às empresas (13,2%) e as indústrias transformadoras (12,1%) eram os setores que concentravam mais trabalhadores na Região de Setúbal. Esta **repartição setorial do emprego** aproximava-se do perfil nacional, onde a maioria do emprego também se concentrava no comércio (18,4%), nas indústrias transformadoras (16,5%) e nos serviços prestados às empresas (12,4%).

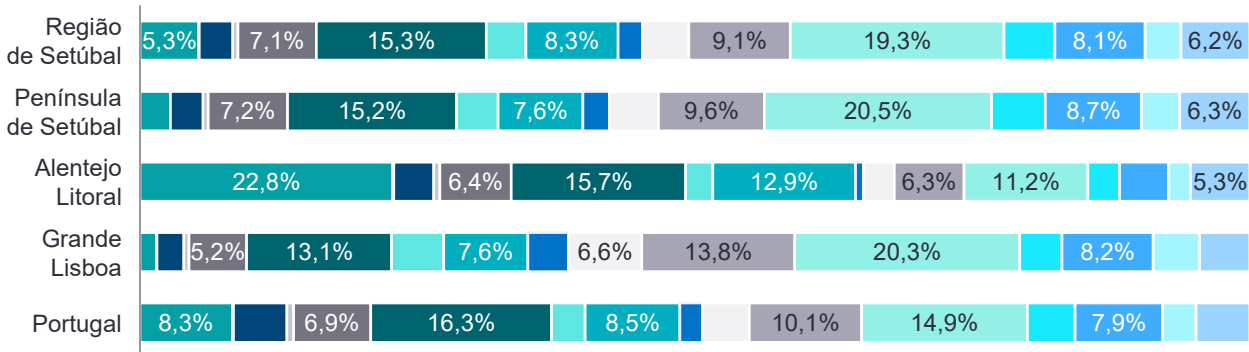
Quanto à **repartição dos estabelecimentos**, em 2022, 19,3% dos estabelecimentos da Região de Setúbal estavam relacionados com os serviços prestados às empresas, sendo que 92,5% destes se localizavam na Península de Setúbal. Seguiam-se os setores do comércio (15,3%) e das atividade de consultoria, científicas e técnicas (9,1%). Tal como no emprego, a repartição setorial dos estabelecimentos da Região de Setúbal aproximava-se da nacional, onde a maioria dos estabelecimentos se concentrava nos mesmos três setores.

Repartição setorial do emprego e dos estabelecimentos (%) | 2022

Pessoal ao serviço dos estabelecimentos



Estabelecimentos



Perfil de especialização

Em termos de emprego, a Região de Setúbal apresenta um perfil económico diversificado, com especialização produtiva em diversos setores relativamente ao país (patente num indicador de especialização produtiva superior a 1).

Em 2022, a **estrutura setorial do emprego** diferenciava-se particularmente da nacional no que respeita às atividades de agricultura e pesca (1,7), outros serviços (1,3) e cultura e recreação (1,2).

O setor da agricultura e pescas, para além de ser aquele que apresenta uma especialização produtiva com base no emprego mais vincada, foi também o **que mais cresceu** entre 2013 e 2022 (+194,2%), a par com as atividades imobiliárias (+184,9%) e a cultura e recreação (+86,1%).

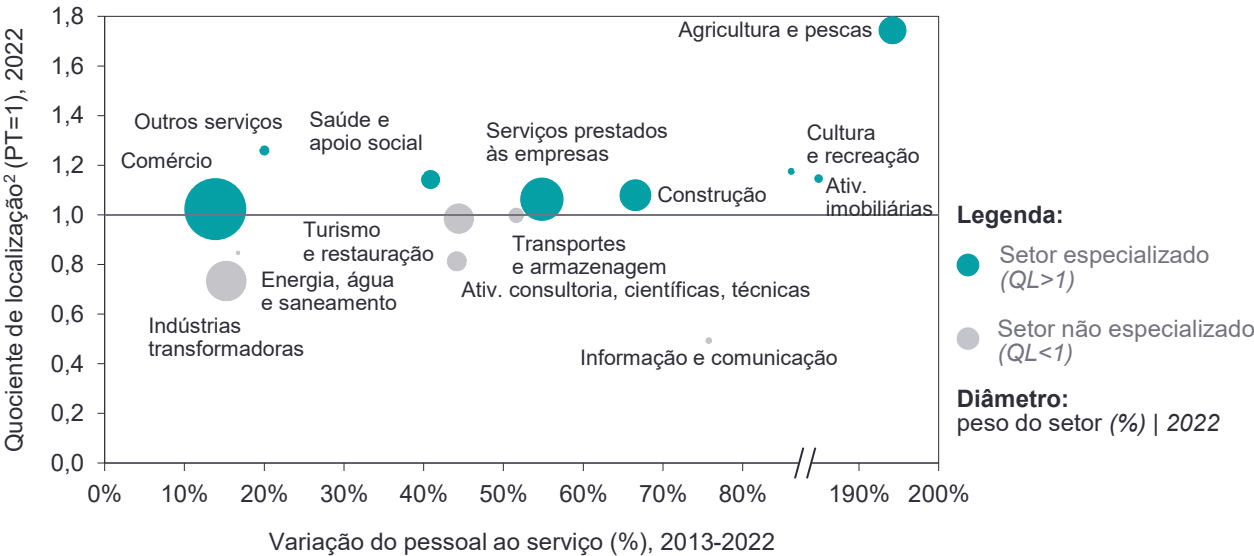
Pelo contrário, o comércio e as indústrias transformadoras foram as atividades que na Região de Setúbal registaram o **menor aumento de emprego** entre 2013 e 2022 (+13,9% e +15,2%,

respetivamente).

O fecho de algumas das grandes indústrias da Região de Setúbal, em particular na Península de Setúbal, pode ser um dos fatores que explica o menor ritmo de crescimento do emprego na indústria transformadora face a outros setores de atividade. Nos anos 70 e 80 houve uma alteração profunda do perfil económico global que também se fez sentir na Região de Setúbal com o encerramento de algumas indústrias, como por exemplo a CUF no Barreiro (uma das maiores indústrias da região) e a Lisnave em Almada (estaleiro naval de grande importância na Europa), e a perda de atividades em Setúbal, como a produção de conservas.

Pese embora a tendência de menor relevância da indústria transformadora na região, existem ainda empresas relevantes deste setor que se constituem como grandes empregadores. Na Península de Setúbal destacam-se empresas como a Autoeuropa, a Secil e a *Navigator Company*, no Alentejo Litoral empresas como a Galp Energia, por exemplo.

Especialização produtiva da Região de Setúbal com base no emprego¹ (PT= 1) | 2022



Notas: (1) Não foram considerados os setores da educação e das indústrias extrativas por indisponibilidade de dados para o Alentejo Litoral. (2) O quociente de localização mede o peso do emprego no setor naquele território face ao peso do emprego daquele sector no total do emprego de Portugal.

Fonte: EY-Parthenon com base nos dados do INE, Sistema de contas integradas das empresas

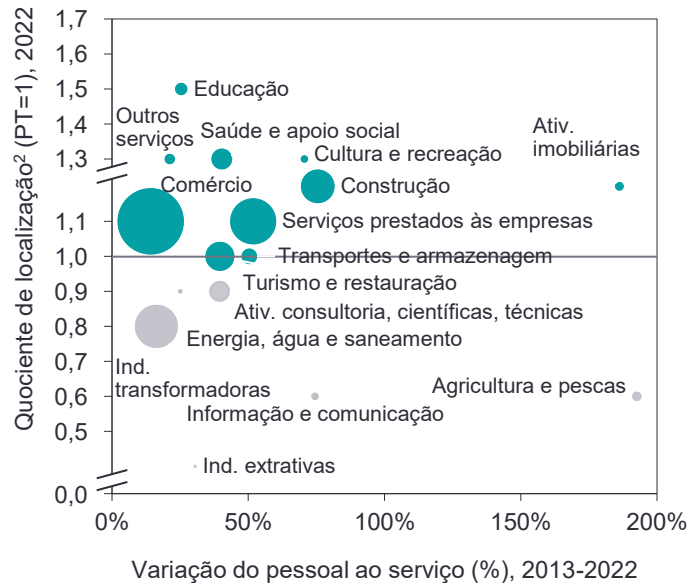
A distribuição setorial de emprego e estabelecimentos, bem como a especialização produtiva da Região de Setúbal, não permitem percecionar as **diferenças internas** que se verificam entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral em termos de vocação produtiva. Na verdade, as duas sub-regiões apresentam perfis de especialização produtiva distintos e complementares entre si.

A Península de Setúbal apresenta um **perfil setorial** mais próximo do da Grande Lisboa e da média nacional. Em 2022, aproximadamente um terço dos seus trabalhadores estava concentrado em dois setores: comércio (20,1%) e serviços prestados às empresas (13,9%). Esta concentração era ainda mais evidente no que diz respeito à repartição setorial dos estabelecimentos (20,5% nos serviços às empresas e 15,2% no comércio). Por outro lado, no Alentejo Litoral, a maior parte dos trabalhadores exerciam a sua atividade na agricultura e na pesca (36,3% em 2022). No que toca aos estabelecimentos, em 2022, 22,8% estavam relacionados com a agricultura e pescas e 15,7% com o comércio.

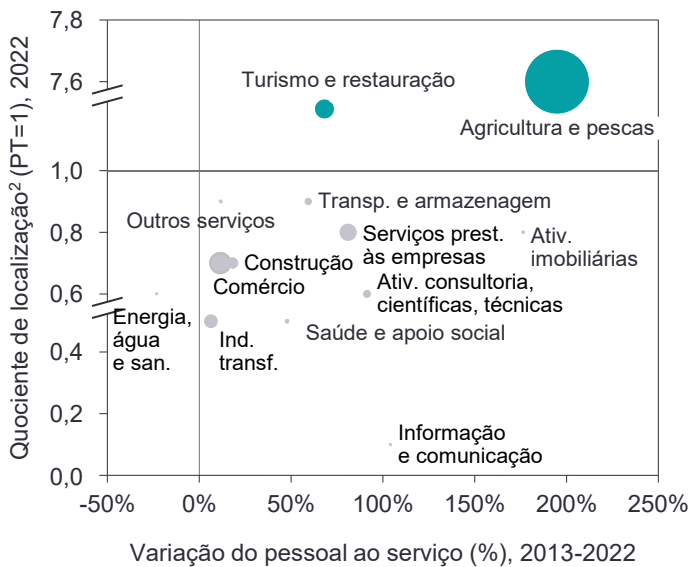
Em termos de **especialização produtiva**, a estrutura setorial do emprego da Península de Setúbal diferenciava-se particularmente da nacional no que respeita à educação (1,5), à saúde e ação social (1,3), à cultura e recreação (1,3) e a outros serviços (1,3). Em contrapartida, o Alentejo Litoral apresentou uma especialização produtiva com base no emprego muito acentuada no setor primário (7,6) e, de forma mais moderada, no turismo e restauração (1,2).

Nas páginas seguintes **detalha-se a análise das atividades de agricultura e pesca, indústria e turismo** na Região de Setúbal³.

Especialização produtiva da Península de Setúbal com base no emprego (PT=1) | 2022



Especialização produtiva do Alentejo Litoral com base no emprego¹ (PT=1) | 2022



Legenda:

- Setor especializado (QL > 1)
- Setor não especializado (QL < 1)

Diâmetro: peso do setor (%) | 2022

Notas: (1) Não foram considerados os setores da educação, das indústrias extrativas e da cultura e recreação por indisponibilidade de dados para o Alentejo Litoral. (2) O quociente de localização mede o peso do emprego no setor naquele território face ao peso do emprego daquele sector no total do emprego de Portugal. (3) Escolheram-se estes setores para uma análise mais aprofundada pelo facto de serem setores de especialização produtiva que concentram parte significativa do emprego e estabelecimentos e que marcam a identidade da Região de Setúbal.

3.1.1. Agricultura e pescas

Tal como referido anteriormente, o **setor primário**¹ é um dos setores de especialização da Região de Setúbal face ao país. No total, em 2022, existiam na região 5.871 estabelecimentos que se dedicavam a este tipo de atividades, empregando 24.011 pessoas e gerando um volume de negócios de 1.128 milhões de euros (5,3%, 8,3% e 3,0% do total, respetivamente). O Alentejo Litoral, concentrava a maioria dos estabelecimentos, emprego e volume de negócios.

Entre 2013 e 2022, o setor primário cresceu na Região de Setúbal (+9,7% dos estabelecimentos), mas menos do que a média nacional (+14,5%). Pese embora a **evolução positiva** em termos absolutos, este setor perdeu relevância na estrutura produtiva da região, passando de 6,5% dos estabelecimentos em 2013 para 5,3% em 2022.

A baixa valorização do setor primário e o reduzido interesse das gerações mais jovens em trabalhar na agricultura e nas pescas são fatores que podem estar na base desta tendência, limitando a disponibilidade de mão-de-obra necessária. Adicionalmente, a concorrência dos produtos internacionais, aliada à reduzida promoção dos produtos locais, dificultam a subsistência do setor. Neste contexto, a formação, a modernização do setor, o trabalho em rede e a promoção dos produtos locais poderão contribuir para posicionar a Região de Setúbal como um território chave para a soberania alimentar nacional.

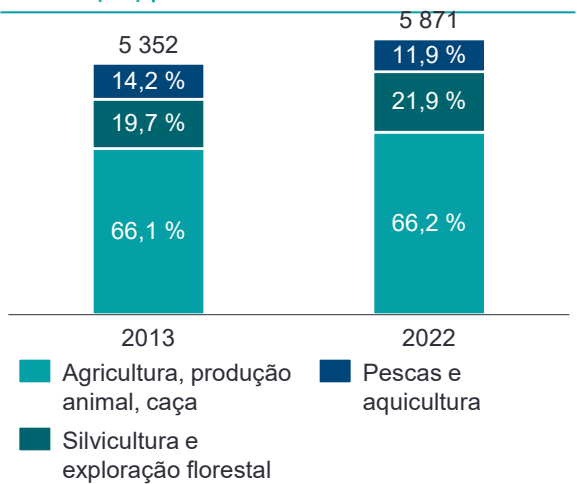
Agricultura

De entre as atividades do setor primário, a Região de Setúbal destaca-se na **agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados**, que representavam, em 2022, 66,2% do total de estabelecimentos, 83,9% do total de emprego e 78,0%

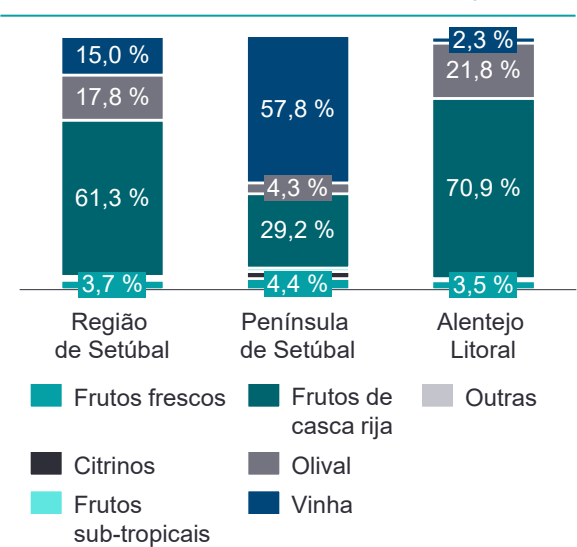
do total de volume de negócios do setor primário.

À semelhança do que acontece com o setor primário como um todo, este tipo de atividades concentra-se maioritariamente no Alentejo Litoral, onde predominam as **culturas** de frutos de casca rija (70,9% da superfície agrícola em 2019). A Península de Setúbal, destaca-se na viticultura, com a vinha a representar 57,8% da superfície agrícola, em 2019.

Estabelecimentos do setor primário na Região de Setúbal (N.º) | 2013 e 2022



Superfície das culturas permanentes (%) | 2019



Notas: (1) No setor primário incluem-se as atividades relacionadas com a agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados, a silvicultura e produção florestal e as pescas e aqüicultura.

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas; INE, Recenseamento agrícola - séries históricas

Pescas e aquicultura

Caracterizada por uma extensa costa atlântica, a Região de Setúbal reúne condições favoráveis à prática da pesca. Em 2022, as **atividades piscatória e de aquicultura** representavam 11,9% dos estabelecimentos, 7,3% do emprego e 4,7% do volume de negócios do setor primário da Região de Setúbal. Este tipo de atividades concentrava-se maioritariamente na Península de Setúbal (72,6% dos estabelecimentos, 78,3% do emprego e 83,3% do volume de negócios das pescas e aquicultura da região), sub-região onde se localizam dois dos três portos existentes (Setúbal, Sesimbra e Sines).

Em conjunto os portos de Setúbal, Sesimbra e Sines capturaram, em 2022, 34.836 toneladas de pescado correspondentes a 61.502 mil euros, concentrando 28,8% e 18,3% da **captura de pescado** nacional em peso e valor, respetivamente.

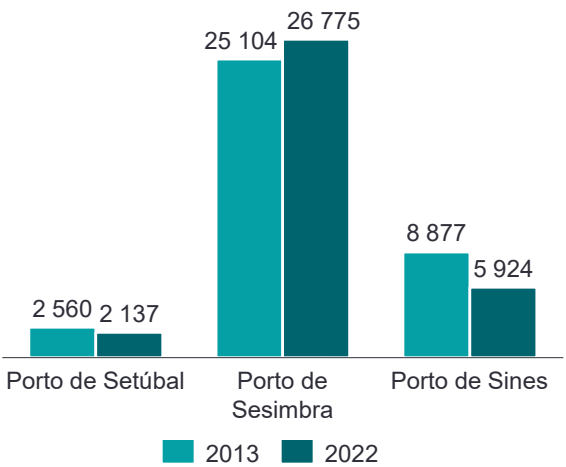
A relevância nacional da Região de Setúbal nesta atividade é, sobretudo, determinada pelo **Porto de**

Sesimbra, que lidera o *ranking* nacional em termos de peso e é o segundo maior em termos de valor de pescado capturado.

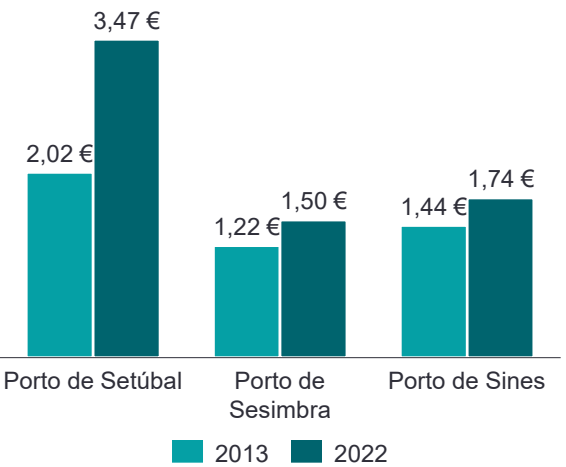
Entre 2013 e 2022, o **volume de pescado capturado diminuiu** 4,7% na Região de Setúbal, acompanhando a tendência nacional (-16,3%). Porém, em termos de valor verificou-se um aumento de 23,3%, possivelmente impulsionado pela menor oferta disponível, o que contribuiu para o aumento do valor médio da pesca descarregada.

Os peixes marinhos lideram o tipo de **espécies capturadas** em volume e valor nos portos da Região de Setúbal, representando esta região 30,7% do volume e 19,7% do valor capturado de peixes marinhos a nível nacional. Entre esta espécie, a cavala e a sardinha, concentram o maior volume, e a sardinha e o peixe espada o maior valor. Seguem-se os moluscos, capturados maioritariamente no Porto de Setúbal, de entre os quais se destacam o polvo, as ameijoas e o choco, *ex-libris* da gastronomia regional.

Capturas nominais de pescado (t) por Porto de descarga | 2013 e 2022



Valor médio da pesca descarregada (€/kg) por porto de descarga | 2013 e 2022



3.1.2. Indústria

Tal como referido anteriormente, a Região de Setúbal, e em particular a Península de Setúbal, beneficia de um **passado industrial** de grande relevo, mantendo-se como importante polo industrial a nível nacional.

Em 2022, existiam 3.338 **estabelecimentos** dedicados à indústria transformadora, com maior presença nas indústrias alimentares, na fabricação de produtos metálicos (exceto máquinas e equipamentos) e na reparação e manutenção de máquinas e equipamentos.

No total, estes estabelecimentos empregavam 35.090 pessoas, sendo também estes três setores os que concentram o maior **número de trabalhadores**. O volume de negócios ultrapassou os 13,2 mil milhões de euros, com destaque para a fabricação de veículos automóveis e componentes, a indústria química (excluindo farmacêutica) e a fabricação de pasta, papel e cartão.

Estes dados refletem a presença de **empresas-chave** na região: a Autoeuropa, em Palmela, lidera na indústria automóvel; a *Navigator*, em Setúbal, destaca-se na produção de pasta de papel; em Sines, o

complexo industrial, com empresas como a Repsol, é central na indústria química, entre outras. A presença de importantes *clusters* industriais, associada à disponibilidade de terrenos para facilitar a sua ampliação, à posição geoestratégica desta região e às infraestruturas, nomeadamente portuárias, aí instaladas, torna este território propício para o crescimento e desenvolvimento do setor industrial. O anúncio de alguns **projetos industriais** como a instalação da Hovione (indústria farmacêutica) no Seixal, traduz a atratividade da região e representa uma oportunidade para que esta se posicione como um destino preferencial no processo de (re)industrialização, captando investimento de elevado valor acrescentado, capaz de gerar emprego qualificado.

Porém, importa salientar que as indústrias transformadoras na Região de Setúbal enfrentam alguns **desafios** sobretudo relacionados com a escassez de mão-de-obra qualificada e com competências adequadas às necessidades das empresas.

Grandes números das indústrias transformadoras da Região de Setúbal | 2022

	Região de Setúbal		Península de Setúbal		Alentejo Litoral	
	N.º	Variação (%)	N.º	Variação (%)	N.º	Variação (%)
	3.338 <i>estabelecimentos</i>	+ 3,8% <i>face a 2013</i>	2.827 <i>84,7% dos estab. da RS</i>	+ 2,7% <i>face a 2013</i>	511 <i>15,3% dos estab. da RS</i>	+ 10,6% <i>face a 2013</i>
	35.090 <i>peçoal ao serviço dos estab.</i>	+ 15,2% <i>face a 2013</i>	31.468 <i>89,7% dos estab. da RS</i>	+ 16,3% <i>face a 2013</i>	3.622 <i>10,3% dos estab. da RS</i>	+ 6,4% <i>face a 2013</i>
	13.226,8M€ <i>volume de negócios dos estab.</i>	+ 0,7% <i>face a 2013</i>	11.278,8M€ <i>85,3% do VN da RS</i>	+ 67,7% <i>face a 2013</i>	1.948,0M€ <i>14,7% do VN da RS</i>	- 69,6% <i>face a 2013</i>

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

3.1.3. Turismo

Oferta turística

O desenvolvimento da **oferta turística** na Região de Setúbal é uma oportunidade para fortalecer a economia local e regional, através da valorização dos seus recursos, com ênfase no património natural, paisagístico, histórico e cultural.

A oferta turística neste território, ao nível dos **estabelecimentos de alojamento turístico (EAT)**, aumentou em 72,3% entre 2017 e 2023, alcançando 429 EAT nesse ano. Do ponto de vista interno, 65,5% destes estavam localizados no Alentejo Litoral, em particular nos concelhos de Odemira e Santiago do Cacém, e 34,5% na Península de Setúbal, a sua maioria em Almada e Setúbal.

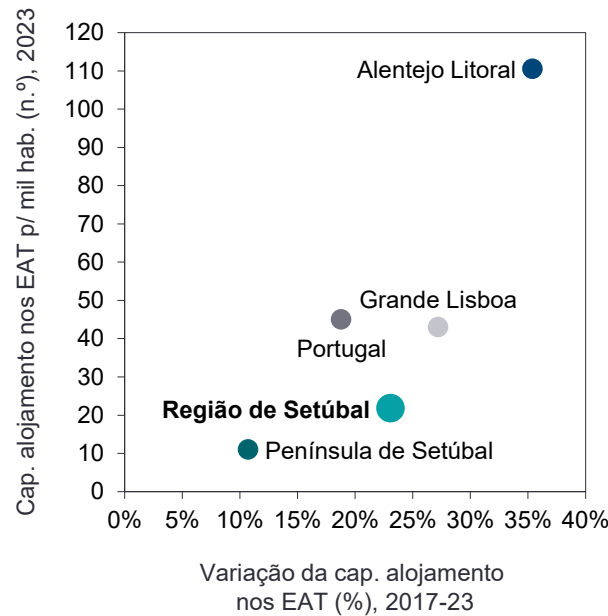
Em 2023, a **capacidade dos EAT** na Região de Setúbal acompanhou, naturalmente, este crescimento, alcançando as 20.365 camas (+23,1% face a 2017), o equivalente a cerca de 22 camas por mil habitantes, valor inferior à Grande Lisboa e a Portugal (43 e 45 camas por mil habitantes, respetivamente).

Internamente, destaca-se o **Alentejo Litoral**, em termos evolutivos e de capacidade relativa, com 111 camas por mil habitantes (+35,4% de capacidade total nos EAT entre 2017 e 2023). Embora a **Península de Setúbal** apresente valores inferiores em ambos os parâmetros, registou igualmente um crescimento na capacidade dos EAT no mesmo período (+10,7%).

Na mesma linha, entre 2017 e 2023, a Região de Setúbal registou um aumento tanto ao nível do **número de quartos** quanto nos **proveitos totais**, com um crescimento de 31,9% e de 113,0% respetivamente, alcançando os 9.136 quartos e 204.465€ em proveitos nos EAT.

Em suma, no que toca à oferta turística na Região de Setúbal, o Alentejo Litoral destaca-se no número e na capacidade dos EAT, refletindo-se nas receitas. Ainda assim, a Península de Setúbal tem registado uma evolução positiva, em particular nos proveitos e no número de estabelecimentos.

Capacidade de alojamento nos EAT por 1.000 habitantes | 2017-2023



Indicadores da oferta turística na Região de Setúbal | 2023



204 m€
Proveitos totais nos EAT na Região de Setúbal
92 m€ na Península de Setúbal
113 m€ no Alentejo Litoral
+ 113,0% (2017-2023)



9.136
Quartos em EAT na Região de Setúbal
4.108 na Península de Setúbal
5.028 no Alentejo Litoral
+ 31,9% (2017-2023)

Procura turística

Em 2023, os EAT da Região de Setúbal acolheram 1.239.871 **hóspedes**, dos quais 57,6% ficaram hospedados na Península de Setúbal e 42,4% no Alentejo Litoral. Embora o Alentejo Litoral tenha concentrado a maior parte da oferta turística da região, foi a Península de Setúbal que atraiu a maioria dos turistas.

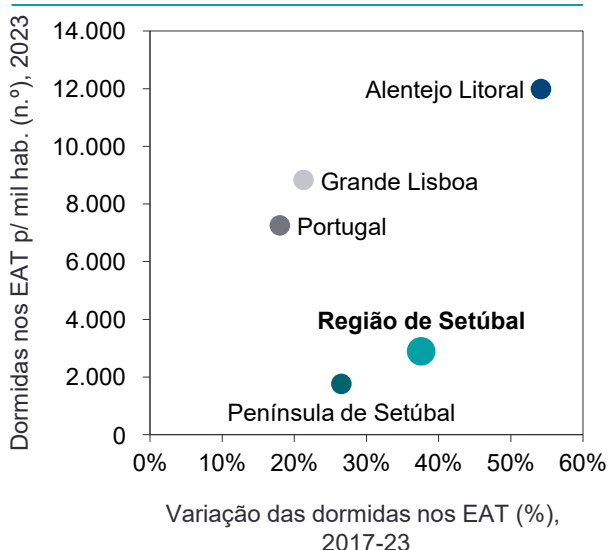
Ao nível da sua permanência nos alojamentos turísticos, a Região de Setúbal regista cerca de 2.874 **dormidas** por mil habitantes, nos seus estabelecimentos. A Península de Setúbal concentrou a maior parte das dormidas em termos absolutos (54,9%), no entanto, o Alentejo Litoral apresentou o maior número de dormidas por mil habitantes em 2023, atingindo 11.975.

Em **termos evolutivos**, entre 2017 e 2023, observou-se um aumento acentuado do número de

hóspedes e das dormidas na Região de Setúbal, quando comparados com a Grande Lisboa e Portugal. O número de hóspedes cresceu 31,3% e o de dormidas aumentou 37,6%, superando o crescimento registado na Grande Lisboa (24,9% e 21,3%, respetivamente) e em Portugal (25,4% e 18,0%, respetivamente).

Em 2023, os hóspedes que dormiram nos EAT na Região de Setúbal permaneceram em média 2,2 noites, um valor de **estada média** inferior ao observado na Grande Lisboa (2,3 noites) e em Portugal (2,6 noites). Esta situação reflete um desafio na capacidade da região de reter hóspedes por períodos mais longos. Neste sentido, a aposta em produtos turísticos integrados, que agregam diferentes experiências, poderá constituir uma potencial solução para prolongar a estadia dos visitantes e reduzir a sazonalidade.

Dormidas em alojamentos turísticos por 1.000 habitantes | 2017-2023



Indicadores da procura turística na Região de Setúbal | 2023



1.240 m

Hóspedes na Região de Setúbal

714 m na Península de Setúbal

526 m no Alentejo Litoral

+ 31,3% (2017-2023)



2,2

Estada média (n.º de noites) na Região de Setúbal

2,1 na Península de Setúbal

2,3 no Alentejo Litoral

+ 0,1 noites (variação 2017-2023)

A análise dos principais indicadores sugere, em suma, que a procura turística na Região de Setúbal encontra-se abaixo da média da Grande Lisboa e de Portugal, registando, no entanto, nos últimos anos, uma evolução consideravelmente positiva, em particular no Alentejo Litoral. Apesar disso, a Península de Setúbal também apresenta melhorias nos diversos indicadores analisados. A **disparidade entre as sub-regiões** sugere ações diferenciadas para impulsionar o turismo.

A **proximidade da Região de Setúbal a Lisboa** e a crescente pressão no turismo da capital oferecem uma oportunidade para explorar o turismo regional, como os diversos segmentos ligados ao turismo fluvial no Sado e no Tejo. Ao proporcionar alternativas menos saturadas, a região pode atrair turistas à procura de experiências autênticas, especialmente pelo ambiente natural e tranquilo característico, oferecendo uma alternativa ao turismo massificado das grandes cidades.

Neste contexto, o **turismo de natureza** tem potencial de crescimento, podendo ser explorado de forma sustentável e diversificada. No entanto, a pressão sobre áreas protegidas, como a Arrábida, exige uma gestão adequada dos recursos naturais que não comprometa a sua conservação. A preservação dos recursos naturais deve estar alinhada com uma estratégia e políticas de controlo dos fluxos turísticos que garantam a proteção ambiental, em paralelo com a promoção da experiência turística. Além disso, o **turismo náutico**, apresenta potencial de expansão, mas a falta de infraestruturas adequadas e a pressão nas zonas costeiras podem comprometer esse crescimento.

A região pode também beneficiar do crescente interesse pelo **enoturismo** e pela **gastronomia local**. Contudo, a falta de profissionais qualificados no setor dificulta a exploração deste potencial. Na verdade, apesar da oferta formativa existente na Região de Setúbal, a escassez de recursos humanos é transversal às atividades turísticas, uma vez que os recém-formados na região acabam por ser canalizados para Lisboa.

Paralelamente, os **Caminhos de Santiago**, que atravessam o Alentejo e a Península de Setúbal, apresentam potencial turístico, mas a ausência de albergues na zona limita a retenção de peregrinos, comprometendo o aproveitamento deste fluxo.

A **mobilidade** interna e inter-regional constitui igualmente um desafio, uma vez que as ligações internas existentes não asseguram níveis adequados de acesso (tempo, conforto e, mesmo, exequibilidade de percursos) aos ativos turísticos.

Por fim, a **escassez de mão-de-obra qualificada** e a falta de formação no setor do turismo também representam desafios, que evidencia a necessidade de qualificar a força de trabalho para garantir a sustentabilidade do setor.

Em suma, a Região de Setúbal possui um vasto potencial turístico, mas enfrenta desafios em termos de sustentabilidade e gestão eficaz dos seus recursos. A aposta numa oferta diversificada, aliada à promoção de um turismo mais sustentável, será essencial para consolidar e expandir o setor.

3.2. Infraestruturas de suporte e comércio internacional

A inserção numa área metropolitana com cerca de 3 milhões de habitantes e a **rede de infraestruturas de mobilidade e transportes**, aproximam a Região de Setúbal do mercado nacional e internacional, potenciando a vocação para as atividades relacionadas com o transporte e armazenagem de mercadorias. Destacam-se em particular, os portos de Setúbal, Sines e Lisboa, que constituem a porta atlântica da região.

Na Península de Setúbal, a rede rodoviária, com destaque para a **A2, A12 e A33**, garante a ligação à AML e ao **Porto de Setúbal**. Adicionalmente, este porto dispõe de ligação direta à **RTE-T**, sendo o segundo porto a nível nacional na utilização de transporte ferroviário em ligação aos terminais portuários.

No Alentejo Litoral, destaca-se o **Porto de Sines**, com ligação à **A26 e ao IP8**, que asseguram o escoamento de cargas para o interior do país e para Espanha. O Porto de Sines é um porto de águas profundas, sendo o principal porto na costa ibero-atlântica. Beneficia de uma Zona Industrial e Logística com mais de 2.000 ha, que constitui uma plataforma logística de relevância internacional.

A Região de Setúbal conta com **31 parques empresariais**, 8 no Alentejo Litoral e 23 na Península de Setúbal, conforme ilustrado no mapa da página seguinte. Estes parques somam uma área total¹ de cerca de 34,7 km².

O Alentejo Litoral possui a maior área de parques empresariais da Região de Setúbal, concentrando 76,6% da área total. Este facto deve-se principalmente

à Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), com uma área de 24,7 km², ocupa 71,2% da área total da região. O segundo maior parque empresarial da Região de Setúbal é o **SAPECbay Industrial and Logistic Park**, localizado em Setúbal, na Península de Setúbal, com uma área de 3,6 km², o que corresponde a 10,4% da área industrial total da região.

Para além das infraestruturas existentes e mapeadas no mapa da página seguinte, importa também considerar os investimentos previstos.

Neste âmbito, o **PNI 2030** prevê investimentos no Porto de Setúbal que visam melhorar a eficiência e a competitividade. Prevêem-se intervenções no âmbito da transição energética, digital, melhoria das condições de navegabilidade, de multimodalidade e infraestruturais, promoção da segurança e controlo.

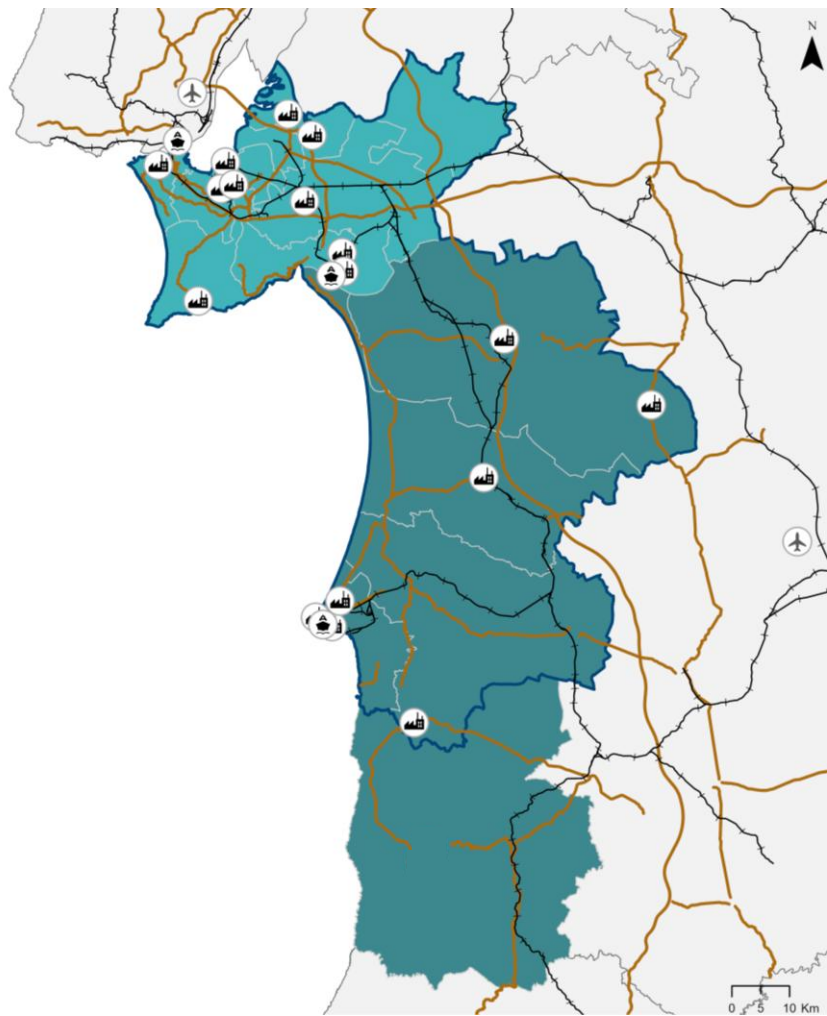
Identifica-se ainda um programa de melhoria dos terminais multimodais, abrangendo, entre outros, a Linha do Sul/Porto de Setúbal e Praias do Sado, com o objetivo de diminuir os custos de transporte e de promover a competitividade dos terminais multimodais.

No Porto de Sines, as intervenções previstas têm como objetivo aumentar a capacidade de movimentação e a competitividade do porto, adequando as infraestruturas, os equipamentos e as ligações do *hinterland* ao aumento da procura prevista.

Adicionalmente, está também previsto transformar o Porto de Sines num *hub* de energias renováveis em articulação com o desenvolvimento da Zona Industrial e Logística de Sines.

Nota: (1) Por indisponibilidade de informação, o valor da área total não inclui os parques: Baía do Tejo, SA - Seixal *Business Park*; ZIL - Zona de Indústria Ligeira de Alcácer do Sal; Parque Tecnológico da Mutela; Parque de Atividades Económicas de Sta. Marta de Corroio; ETAR - Zona Industrial da Autoeuropa.

Espaços de acolhimento empresarial



Legenda:

Unidades Territoriais

- | | |
|---|--|
|  Região de Setúbal (Distrito) |  NUTS III Alentejo Litoral |
|  NUTS III Península de Setúbal |  Concelhos da Região de Setúbal |

Infraestruturas Rodoviárias e Ferroviárias

- | |
|--|
|  Rede Rodoviária Principal (AE, EN, ER) |
|  Rede Ferroviária |

Infraestruturas

- | | |
|--|---|
|  Aeroporto de Lisboa e de Beja |  Principais Portos |
|  Espaços de acolhimento empresarial | |

Movimento de mercadorias

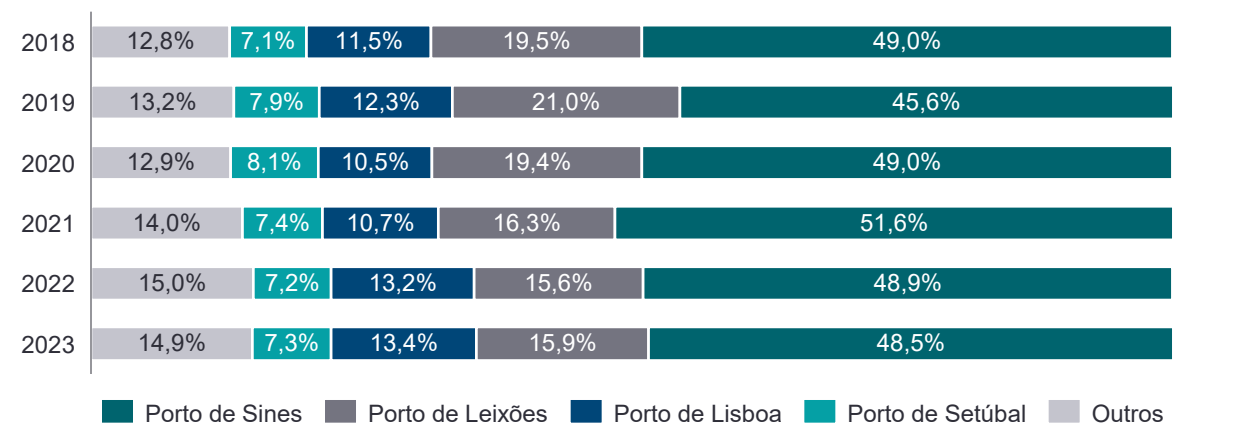
Os portos de Setúbal e Sines movimentam em conjunto mais de metade do total de **mercadorias** dos portos nacionais (55,8% em 2023). O Porto de Sines é o porto português que mais mercadorias movimenta e o de Setúbal ocupa o 4º lugar no **ranking dos portos nacionais**, atrás de Leixões e Lisboa.

Apesar do movimento de mercadorias nos portos portugueses ter crescido 21,6% entre 2011 e 2023, a quantidade de mercadorias movimentadas no Porto de Setúbal evoluiu em sentido contrário (-10,9% entre 2011 e 2023). Pelo contrário, no mesmo período, este indicador cresceu 60,2% em Sines.

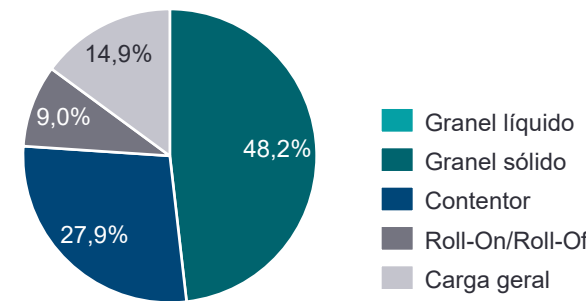
Em termos de tipo de carga, o **Porto de Setúbal** destaca-se na movimentação de granéis sólidos (1,45 milhões de toneladas em 2023) e contentores (840 mil toneladas em 2023), sendo o líder nacional no segmento de carga *Roll-on/Roll-off* relativa ao movimento de viaturas ligeiras novas, uma vez que é a principal porta de saída dos veículos montados na Autoeuropa.

Por sua vez, no **Porto de Sines**, principal porta de abastecimento energético do país, destaca-se o movimento de granéis líquidos (7,1 milhões de toneladas em 2023) e contentores (8,7 milhões de toneladas em 2023).

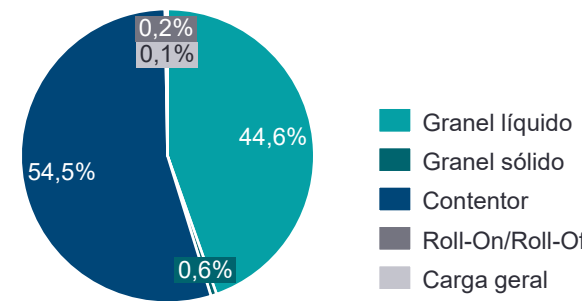
Peso das mercadorias movimentadas nos portos de Setúbal e Sines face ao total nacional (%) | 2018-2023



Mercadorias carregadas no Porto de Setúbal por tipo de carga (%) | 2023



Mercadorias carregadas no Porto de Sines por tipo de carga (%) | 2023

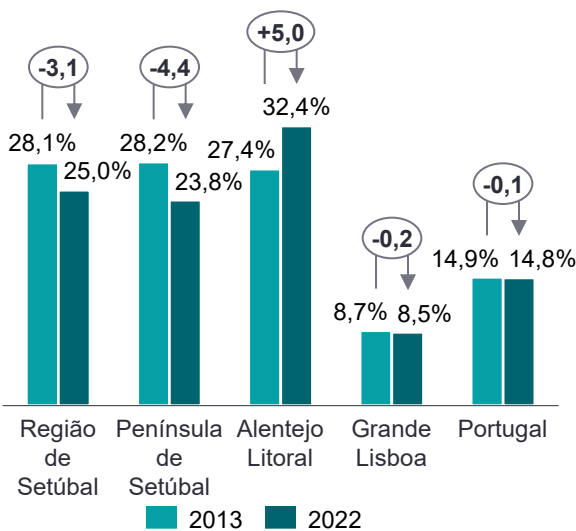


Comércio internacional

O comércio internacional das empresas sediadas na Região de Setúbal tem crescido ao longo dos anos. Entre 2013 e 2023, as **exportações** aumentaram 54,5% na Região de Setúbal, enquanto que as **importações** cresceram 75,4%. Este crescimento foi superior ao observado na Grande Lisboa (+25,9% e +50,3%, respetivamente), mas inferior à média nacional (+63,5% e +84,4%, respetivamente).

Em 2023, os municípios de Palmela e Setúbal destacaram-se como os **maiores exportadores** da região, contribuindo com 47,4% e 24,4% do total das exportações, respetivamente. Na **tipologia de bens exportados** a Região de Setúbal apresenta uma diversificação considerável, conjugando maioritariamente três tipos de bens: material de transporte (30,5%); pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas, papel ou cartão para reciclar, papel e suas obras (23,2%); e produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas(11,8%).

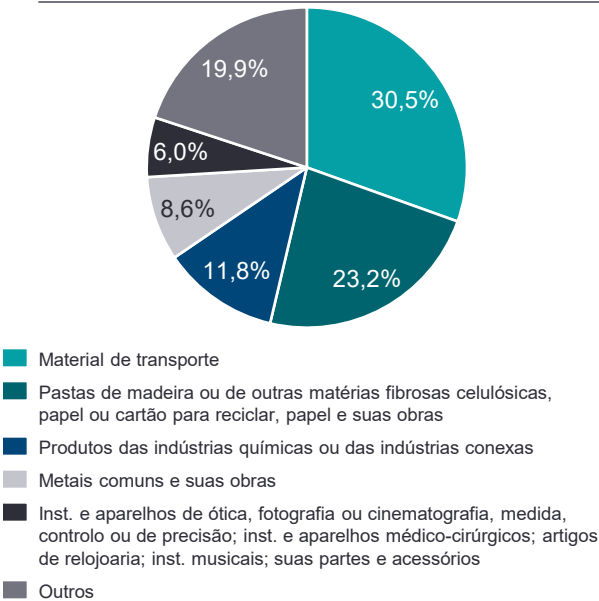
Intensidade exportadora¹ das empresas (%) | 2013 e 2022



O tecido empresarial da Região de Setúbal apresenta um perfil marcadamente exportador quando comparado com o da Grande Lisboa e do país como um todo, registando uma **intensidade exportadora** superior aos referenciais em 2022. Em termos evolutivos, destaca-se o Alentejo Litoral onde a intensidade exportadora aumentou 5 pontos percentuais entre 2013 e 2022, em contraciclo com os restantes territórios em análise.

A vocação exportadora da região é impulsionada pela presença de **infraestruturas portuárias** que são relevantes para o comércio internacional. Na Península de Setúbal, destaca-se o Porto de Setúbal, responsável pela movimentação de cargas industriais e contentores. No Alentejo Litoral, localiza-se o Porto de Sines, maior porto artificial de Portugal e o principal porto de águas profundas, impulsionando as exportações com a sua elevada capacidade de movimentação de contentores e produtos energéticos.

Tipologia de bens exportados (%) | 2022



Nota: (1) A intensidade exportadora é calculada como o quociente entre o volume de exportações e o volume de negócios dos estabelecimentos localizados num determinado território.

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

3.3. Caracterização do tecido empresarial

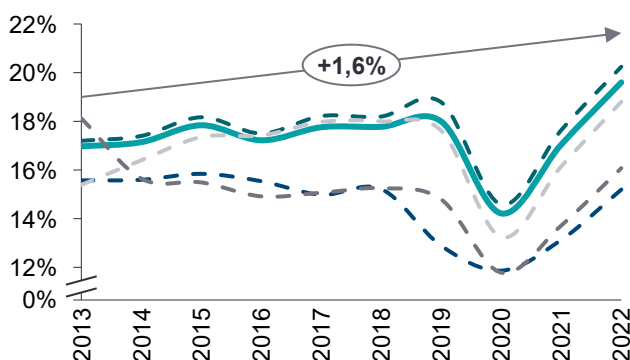
O tecido empresarial da Região de Setúbal é composto maioritariamente por **microempresas** (96,9%) e pequenas empresas (2,6%). Em 2022 97,1% das empresas possuíam menos de 10 trabalhadores, característica que acompanha a tendência nacional. Entre 2013 e 2022, registou-se um crescimento de 36,8% no número de empresas, inferior à Grande Lisboa (+40,2%), mas superior a Portugal (+30,8%).

A leitura dos principais indicadores de demografia empresarial revela um tecido empresarial dinâmico, porém menos resiliente quando comparado com o da Grande Lisboa e do país. Após uma quebra causada pela crise pandémica, registou-se uma recuperação na **taxa de criação de empresas** na Região de Setúbal que atingiu os 19,6% em 2022, valor superior ao dos referenciais comparativos. Em 2022, foram criadas 20.805 empresas na região, a maioria na Península de Setúbal (90,1%). Mais de metade destas novas empresas (56,1%) da Região de Setúbal surgiu em três concelhos: Almada, Seixal e Setúbal.

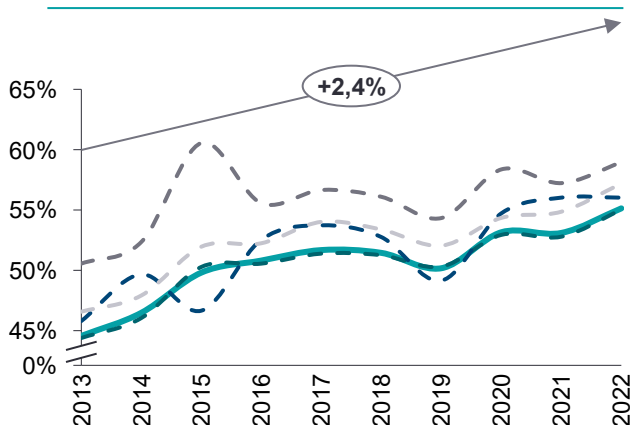
Em 2022, 55,1% das empresas fundadas há 2 anos na região mantinham-se ativas. Acompanhando a tendência dos restantes territórios, a **taxa de sobrevivência das empresas** na Região de Setúbal tem vindo a aumentar desde 2013, permanecendo, porém, abaixo do registado na Grande Lisboa e no país, o que indicia menores níveis de resiliência do tecido empresarial.

Em paralelo, no mesmo período, a **taxa de encerramento das empresas** diminuiu na região, verificando-se uma tendência de convergência com os referenciais. Contudo, em 2022, este indicador era ainda ligeiramente superior na Região de Setúbal quando comparado com os restantes territórios.

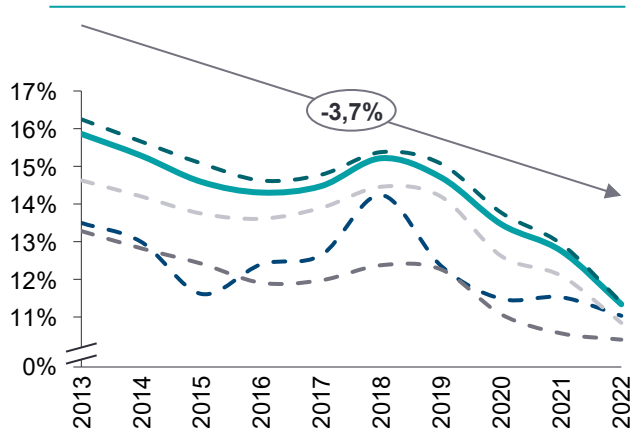
Taxa de criação de empresas (%) | 2013 – 2022



Taxa de sobrevivência de empresas (%) | 2013 – 2022



Taxa de encerramento de empresas (%) | 2013 – 2022



— Região de Setúbal — Península de Setúbal — Alentejo Litoral — Grande Lisboa — Portugal

A análise da demografia empresarial deve ser feita em articulação com outras dimensões. Para além da resiliência, importa considerar a **dimensão das novas iniciativas**, assim como a capacidade que as mesmas têm de fixar população.

Promover a atração de mais e melhores empresas, que criem postos de trabalho qualificados, é uma das estratégias que poderá contribuir para aumentar a

qualidade de vida dos habitantes da Região de Setúbal, que já não precisarão de se deslocar para outros centros urbanos, em particular Lisboa, para encontrar empregos mais bem remunerados.

Neste sentido e a título ilustrativo, destaca-se o exemplo de **uma iniciativa** que poderá marcar a estrutura económica da Região de Setúbal nos próximos anos.

Investimento estratégico na Região de Setúbal – Projeto Hovione no Seixal

A Hovione, multinacional portuguesa especializada em investigação, desenvolvimento e produção de medicamentos para a indústria farmacêutica global, está a construir um novo *campus* industrial no concelho do Seixal, com entrada em funcionamento prevista para meados de 2027.

- ▶ **Localização:** Parque Industrial da Baía do Tejo, Seixal
- ▶ **Área ocupada:** 42 hectares (com possibilidade de expansão)
- ▶ **Investimento estimado:** 200 milhões de euros
- ▶ **Postos de trabalho estimados:** Cerca de 100 trabalhadores qualificados
- ▶ **Infraestruturas:** Dois edifícios de produção (engenharia de partículas e formulação farmacêutica), laboratórios, escritórios, cantina e instalações partilhadas
- ▶ **Tecnologia e sustentabilidade:** Soluções avançadas de automação, eficiência energética e descarbonização

Este investimento permitirá à Hovione reforçar a sua capacidade industrial e consolidar a sua posição como líder global em tecnologias avançadas de fabrico farmacêutico, nomeadamente em *spray-drying*. O novo *campus* será a segunda unidade da empresa em Portugal, juntando-se às fábricas já existentes em Loures, Cork (Irlanda), New Jersey (EUA) e Macau.

A nova unidade irá produzir medicamentos para os mercados norte-americano, europeu e japonês, reforçando o posicionamento internacional da empresa. A escolha do Seixal como localização estratégica resulta da combinação entre mão-de-obra qualificada, proximidade a infraestruturas de transporte e aeroportos (incluindo o futuro aeroporto), e presença de instituições de ensino superior. Este investimento insere-se na estratégia de valorização dos territórios industriais situados na margem sul do Tejo, promovida através da marca *Lisbon South Bay*, e poderá funcionar como âncora para a captação de novos projetos empresariais.

Fonte: EY-Parthenon com base em Câmara Municipal do Seixal (2019). *Boletim Municipal do Seixal*, n.º 724, 7 de fevereiro. Disponível em: https://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/sbm_724.pdf; Hovione (2025). *Novo campus da Hovione no Seixal entra na fase final de construção. Abertura prevista para meados de 2027*. Comunicado de imprensa, publicado a 18 de março de 2025. Disponível em: <https://www.hovione.pt/press-room/press-release/novo-campus-da-hovione-no-seixal-entra-na-fase-final-de-construcao-abertura-prevista-para-meios-de-2027>

3.4. Emprego

Qualificação da população empregada

Em termos gerais, pode afirmar-se que a população empregada na Região de Setúbal apresenta **níveis de qualificação média inferiores** em comparação com a Grande Lisboa e com a média nacional.

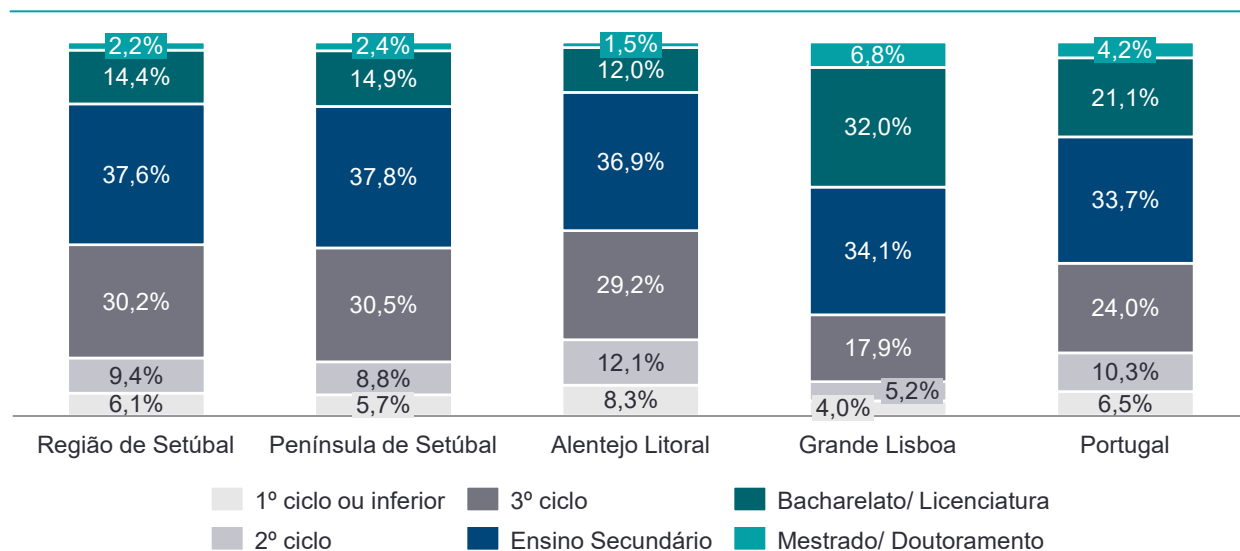
Entre os graus de habilitação mais elevados, destaca-se que apenas 16,6% dos trabalhadores por conta de outrem na Região de Setúbal possuíam um nível de habilitações correspondente ao **ensino superior**, em comparação com 38,8% na Grande Lisboa e 25,3% em Portugal. Desde 2013, houve um ligeiro aumento na proporção de trabalhadores com ensino superior na Região de Setúbal, passando de 15,1% em 2013 para 16,6% em 2022. No entanto, o aumento mais relevante ocorreu entre os trabalhadores com um grau de habilitações correspondente ao **ensino secundário**, que passou de 28,7% em 2013 para 37,6% em 2022.

Ao nível das habilitações, importa garantir que nos vários níveis de ensino, existe uma resposta adequada não só para a formação integral de cada indivíduo, mas também que por essa via se pode contribuir para a qualificação do território. Neste sentido, verifica-se uma falta de formação e certificação profissional ajustada às necessidades do mercado em áreas como a transição energética, a indústria transformadora ou o setor primário.

Assim, é importante promover uma adequada **oferta formativa** das instituições de ensino e dos centros de formação presentes na Região de Setúbal, prevendo modalidades de aprendizagem ao longo da vida e de reconversão profissional.

No contexto do processo de **Transição Justa** no Alentejo Litoral, a reconversão profissional assume particular relevância, sendo necessário refletir sobre que necessidades de reconversão é preciso promover e assegurar a integração plena destes trabalhadores.

Trabalhadores por conta de outrem nos estab. por nível de habilitações (%) | 2022



Nota: (1) A Comissão Europeia instituiu o Mecanismo para a Transição Justa, concretizado através do Fundo para uma Transição Justa (FTJ), destinado a territórios que necessitam de acelerar a passagem para uma economia de baixo carbono. O Regulamento (UE) 2021/1056 estabelece o quadro do FTJ e financia o Plano Territorial para a Transição Justa (PTTJ) do Alentejo Litoral, atribuindo-lhe 99 M€ (41 %) de um envelope nacional de 240 M€.

Fonte: INE, Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal; IEFP; INE, Estimativas anuais da população residente

Desemprego

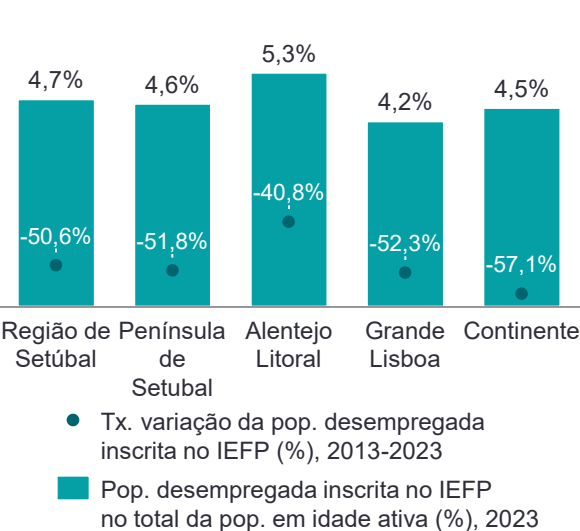
Ao nível do desemprego, em 2023 a Região de Setúbal registou uma média mensal de 27.295 residentes **inscritos nos centros de emprego do IEFP**, traduzindo uma redução de 50,6% face aos 55.308 inscritos em 2013. Esta redução traduziu-se igualmente na diminuição da taxa de desemprego da região, calculada com base nos inscritos nestes centros de emprego, que passou de 9,8% para 4,7% entre 2013-2023. Apesar desta evolução favorável, a taxa de desemprego na Região de Setúbal manteve-se mais elevada do que na Grande Lisboa (4,2%) e em Portugal Continental (4,5%).

Em termos de género, segundo os Censos de 2021, o desemprego era mais elevado entre as mulheres, quer na Península de Setúbal (10,0% face a 8,9%), quer no Alentejo Litoral (7,1% face a 5,4%).

Remunerações

A análise do ganho médio mensal praticado pelos estabelecimentos localizados na região revela

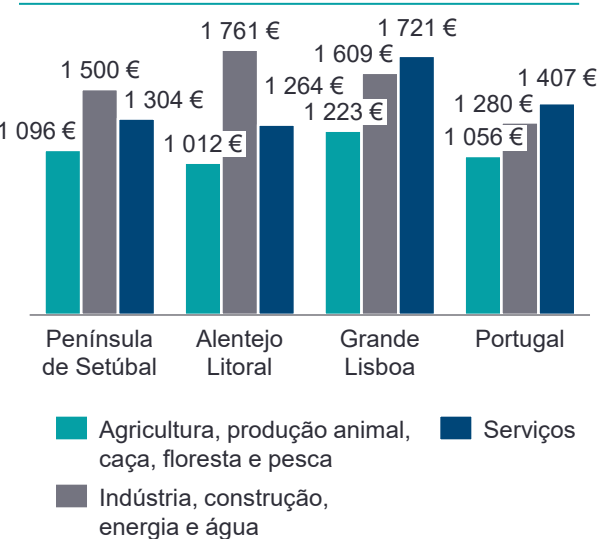
Pop. desempregada inscrita nos centros de emprego e formação profissional do IEFP no total da pop. em idade ativa (%) | 2013 e 2023



divergências entre os **setores** mais bem remunerados na Região de Setúbal face à média da Grande Lisboa e nacional. Na Península de Setúbal e no Alentejo Litoral, o **setor secundário** (indústria, construção, energia e água) era o que, em 2022, registava o valor mais elevado, com o Alentejo Litoral em vantagem (1.761€ vs. 1.500€ na Península de Setúbal). Sines foi o principal impulsionador com um ganho médio mensal de 2.625€, situação influenciada pela dinâmica do Porto de Sines e do respetivo complexo industrial. Neste setor, inclusive, o valor observado no Alentejo Litoral era superior ao da Grande Lisboa e nacional. Por oposição, nestes territórios as remunerações mais elevadas registavam-se no setor terciário (serviços).

Nos **setores primário** (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) e **terciário**, a Península de Setúbal superava o Alentejo Litoral. Ao **nível concelhio** destacou-se o município de Alcochete, com um ganho médio mensal de 2.380€ em 2022, o valor mais elevado da Região de Setúbal e superior ao observado em todos os municípios da Grande Lisboa.

Ganho médio mensal por setor de atividade (€)¹ | 2022



Nota: (1) Por indisponibilidade de dados, não foi incluída a Região de Setúbal.
Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais por concelhos; INE, Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

3.5. Inovação

Ecosistema de inovação e I&D

O ecossistema científico e tecnológico da Região de Setúbal é composto por unidades de I&D, laboratórios colaborativos, centros tecnológicos, parques de ciência e tecnologia e incubadoras de base tecnológica. Estas infraestruturas apoiam o sistema de inovação, tanto a nível regional como nacional.

Em 2013, a Região de Setúbal registou uma **despesa em I&D** de 90.784 milhares de euros, valor que cresceu para 152.553 milhares de euros em 2022, o que representa um aumento de 68,0% neste período. Este aumento no investimento refletiu-se na criação de postos de trabalho, uma vez que **o número de investigadores** em Equivalente a Tempo Integral (ETI) na região aumentou de 1.178 em 2013 para 1.611 em 2022. Apesar do aumento verificado, a despesa em I&D por mil habitantes na região é menor do que a registada na Grande Lisboa e no país.

Os desafios de fortalecimento do ecossistema de I&D na Região de Setúbal são também evidentes pela

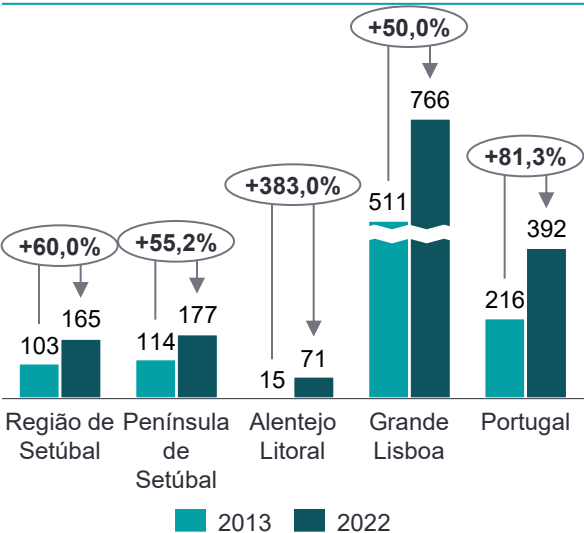
menor **densidade de unidades de I&D**. Em 2022, a região apresentava uma densidade de 0,2 unidades de I&D por mil habitantes, inferior à média da Grande Lisboa (0,6) e de Portugal (0,5).

Internamente, a Península de Setúbal concentrava, em 2022, 95,4% da despesa em I&D, 84,0% das unidades de I&D e 95,0% dos investigadores ETI da Região de Setúbal. Estes números evidenciam a importância desta sub-região no setor de ciência e tecnologia da região. Por outro lado, revelam também um desafio de garantir uma maior coesão territorial no ecossistema científico e tecnológico da Região de Setúbal.

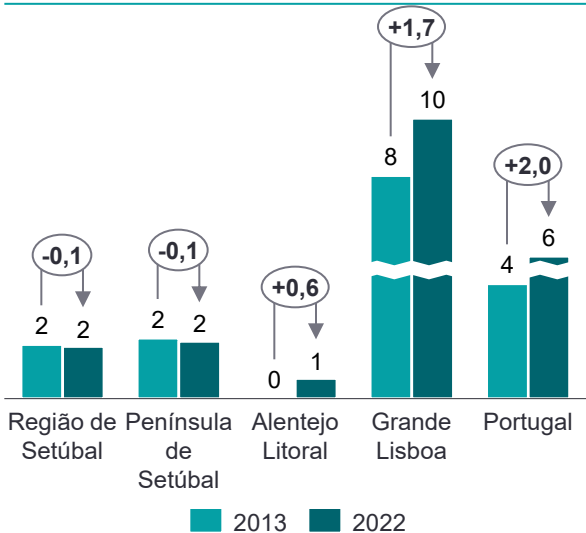
Centros de I&D na Região de Setúbal

Apesar da menor densidade de unidades de I&D em comparação com a Grande Lisboa e a média nacional, a Região de Setúbal conta com instituições que têm um impacto relevante a nível nacional, impulsionando a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Despesa em investigação e desenvolvimento por 1.000 habitantes (I&D - M€) | 2013 e 2022



Investigadores equivalente a tempo integral por 1.000 habitantes (N.º) | 2013 e 2022



Fonte: Anual - DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional (Setor institucional e Setor empresas)

Entre as **principais instituições** na Península de Setúbal, destacam-se a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCT), a Egas Moniz – Cooperativa de Ensino Superior e o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), cada uma com centros de investigação em várias áreas: biotecnologia, ciências do mar, energias renováveis, sustentabilidade, entre outras. No Alentejo Litoral destaca-se o Sines Tecnopolo.

A **NOVA FCT** acolhe 16 centros de investigação reconhecidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Dentro desses destacam-se: o Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE) dedica-se ao estudo dos ecossistemas marinhos e das alterações climáticas; o Centro de Investigação de Materiais (CENIMAT) é reconhecido nas áreas da nanotecnologia e materiais inovadores; e o Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade (CENSE) que tem como foco a sustentabilidade e economia circular.

Na **Egas Moniz** situa-se o Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CiiEM), uma unidade dedicada à produção de conhecimento científico e inovação. O CiiEM adota o conceito "*One Health*", abordando de forma integrada a saúde humana, animal e ambiental. Com uma perspetiva holística e colaborativa, promove investigação translacional e articula-se com outras estruturas da instituição, valorizando também a ligação à comunidade em áreas como a saúde, as ciências da saúde e os serviços sociais.

O IPS alberga vários centros de investigação, nomeadamente:

- ▶ o **Centro de Ciências do Mar e do Ambiente** (MARE) que se dedica à investigação interdisciplinar em ecossistemas marinhos e costeiros, alterações climáticas, biodiversidade e sustentabilidade ambiental;
- ▶ o **Centro de Química Estrutural** (CQE) que desenvolve investigação na área da química estrutural, envolvendo síntese, caracterização molecular e desenvolvimento de novos materiais e compostos com relevância científica e tecnológica;
- ▶ a unidade **Information and Communications Technology and Electronics** (ALGORITMI) que tem como foco a investigação em tecnologias de informação e comunicação, eletrónica, computação, inteligência artificial e sistemas inteligentes;
- ▶ o **Centro de Investigação & Inovação em Desporto, Atividade Física e Saúde** (SPRINT) que se dedica à investigação aplicada nas áreas do desporto, da atividade física, do exercício, da saúde e do bem-estar ao longo do ciclo de vida;
- ▶ o **Life Quality Research Centre** (CIEQV) que é uma unidade de natureza multidisciplinar orientada para o estudo da qualidade de vida, integrando investigação nas áreas da educação, ciências sociais, sistemas agroalimentares sustentáveis, desporto e saúde.

O **Sines Tecnopolo** é uma plataforma de inovação que desempenha um papel crucial no desenvolvimento tecnológico da região. Localizado em Sines, este centro promove a colaboração entre empresas (PME's e grandes empresas), startups, instituições académicas e pessoas individuais, tendo como foco áreas como as energias renováveis, as tecnologias avançadas e a sustentabilidade.

Trata-se de uma associação privada sem fins lucrativos que desenvolve a sua atividade no âmbito da promoção, desenvolvimento e apoio ao empreendedorismo, reconhecido pela maior rede de empreendedorismo e inovação europeia (EBN) como Business Innovation Center (BIC) Alentejo.

Estas instituições desempenham um papel crucial na criação de soluções inovadoras para desafios globais, promovendo ligações entre ciência, tecnologia e a indústria. Através de investigação de excelência, promovem o progresso científico, a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida, afirmando gradualmente a presença da Região de Setúbal no panorama nacional de investigação e desenvolvimento.

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



4. Ambiente e sustentabilidade

4.1. Uso do solo e proteção do meio natural

Ordenamento do território

O mapeamento das **classes de uso e ocupação do solo** permite uma visão abrangente sobre o aproveitamento dos recursos territoriais, revelando padrões espaciais que ilustram a diversidade da Região de Setúbal.

Os solos com **uso e ocupação não artificiais**¹ representam a maior parte do território da região (95,0% da sua superfície em 2018). Esta proporção é mais notória no Alentejo Litoral (98,3%), face à Península de Setúbal (84,2%).

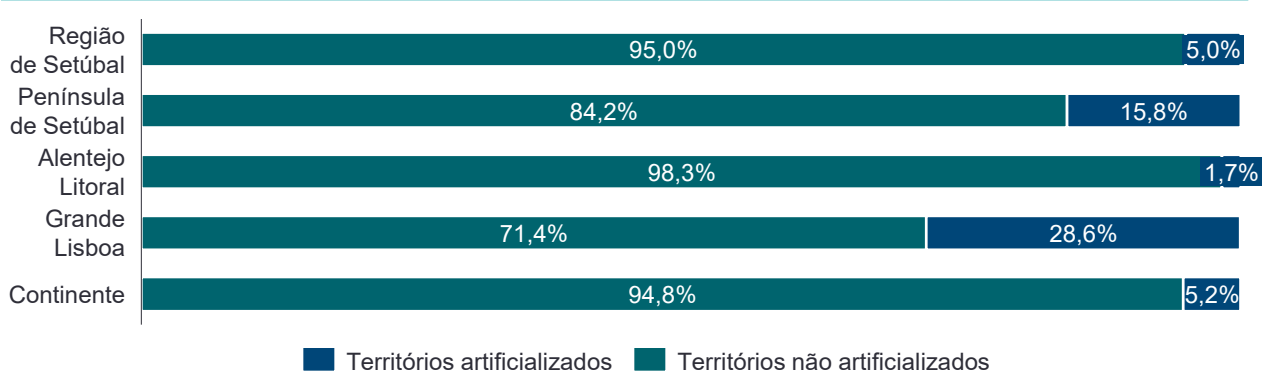
De acordo com os dados de 2018, a superfície com **uso e ocupação do solo artificial**, representava 5,0% do território da Região de Setúbal, com destaque para a Península de Setúbal que, quando comparada com o Alentejo Litoral (1,7%), apresentava uma proporção de territórios artificializados superior (15,8%).

Desta forma, e embora exista uma clara concentração de aglomerados urbanos, nomeadamente na Península de Setúbal e, em particular nos concelhos do arco ribeirinho sul, o território é predominantemente não artificializado.

Em termos de ordenamento importa também observar a **Reserva Ecológica Nacional (REN)**², enquanto estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pela sua sensibilidade, função e valor ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. A REN estabelece assim um conjunto de condicionantes, fundamentais para a proteção do ambiente, tal como definido no seu regime jurídico.

A delimitação da REN a nível municipal é uma obrigatoriedade no âmbito dos Planos Diretores Municipais. Não sendo possível a obtenção de dados que permitam observar o ponto de situação agregado na Região de Setúbal, é possível concluir que, ao nível das NUTS III, uma parte dos municípios que compõem esta região não possui o processo de delimitação da REN concluído, existindo ainda alguns municípios, que em 2023, segundo a Direção Geral do Território (DGT), ainda não tinham iniciado o processo. Porém, segundo os dados do Observatório da DGT, os municípios de Santiago do Cacém e da Moita são os que têm a maior proporção de solo classificado como REN.

Proporção de superfície das unidades territoriais por classes de uso e ocupação do solo (%) | 2018

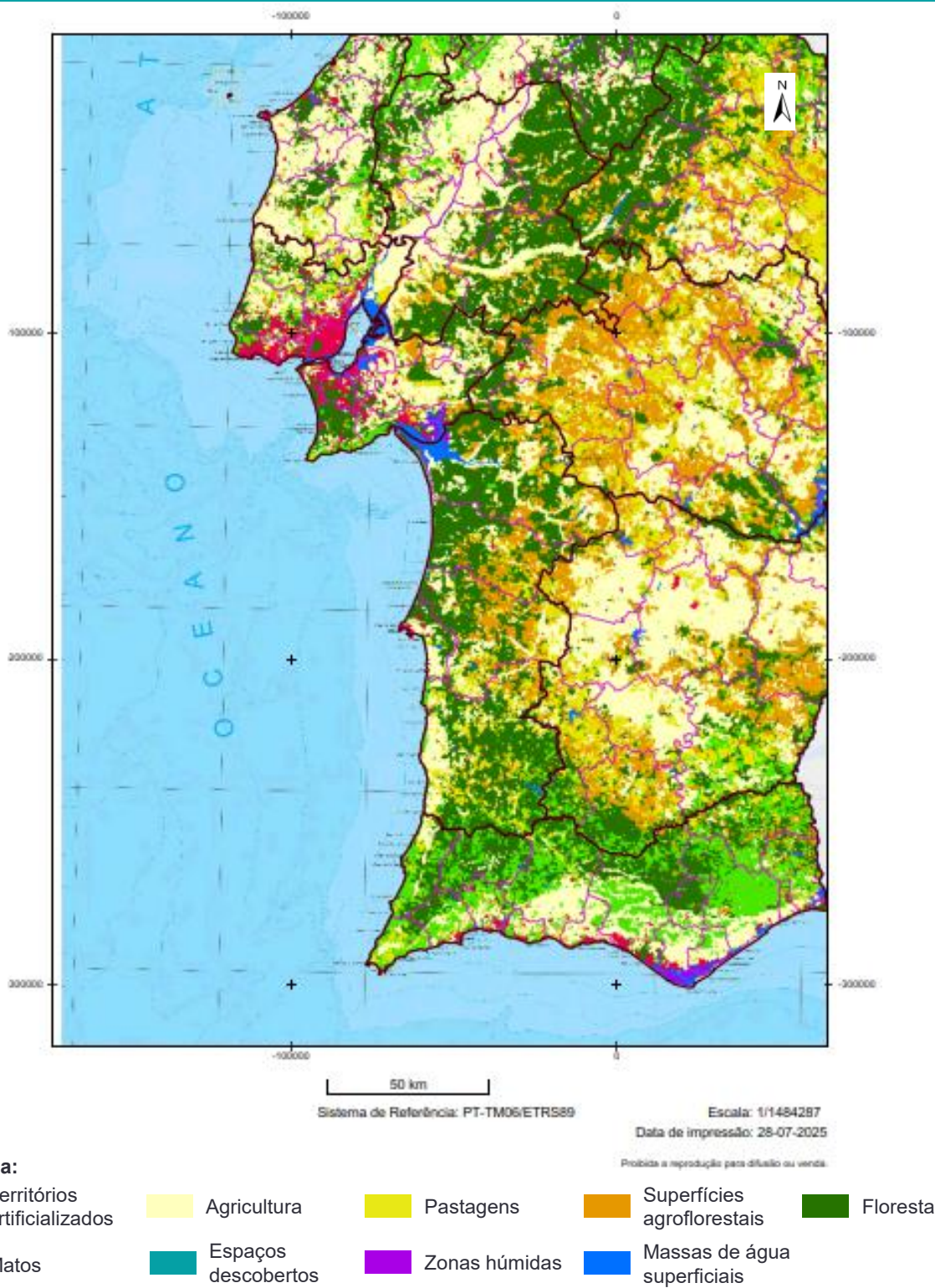


Notas (1) Segundo o INE, entende-se por territórios artificializados a superfície destinada a atividades de intervenção humana que inclui áreas de tecido edificado, industriais, e comerciais, de serviços e turismo, jardins, equipamentos e infraestruturas, assim como redes rodoviária e ferroviária. Os territórios não artificializados incluem a área agrícola, de pastagens e florestal, superfícies agroflorestais, espaços descobertos ou com pouca vegetação, zonas húmidas e massas de água superficiais.

(2) Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo [Decreto-Lei n.º 124/2019](#), de 28 de agosto.

Fonte: INE, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo; Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo, Direção Geral do Território

Carta de uso e ocupação do solo | 2018



Fonte: Direção Geral do Território: Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS)

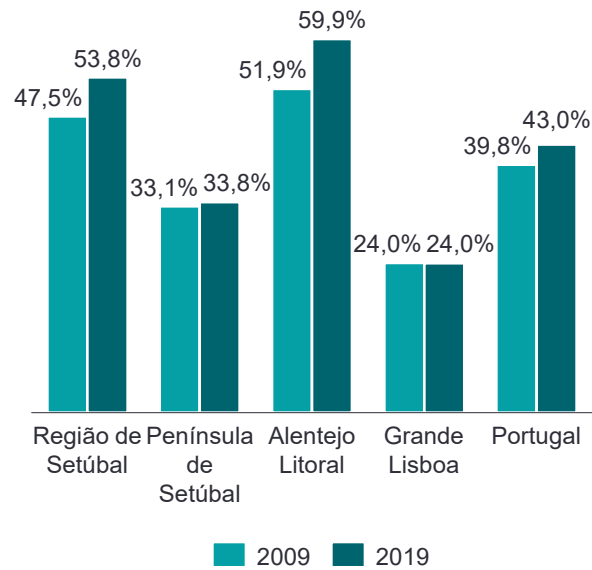
Superfície agrícola

A **superfície agrícola utilizada** (SAU), inserida no regime de proteção da Reserva Agrícola Nacional (RAN), representava, na Região de Setúbal, em 2019, mais de metade do seu território (53,8% de 6.934 km²), proporção consideravelmente superior à observada no mesmo ano na Grande Lisboa e no país. O Alentejo Litoral concentrava a maioria da SAU da região (85,3%), o que evidencia a relevância que o setor primário assume neste sub-região. Tal como referido no capítulo 3, a importância do setor agrícola na Região de Setúbal tem crescido, tendência que se traduziu também no aumento da área ocupada (+6,3 p.p. entre 2009 e 2019).

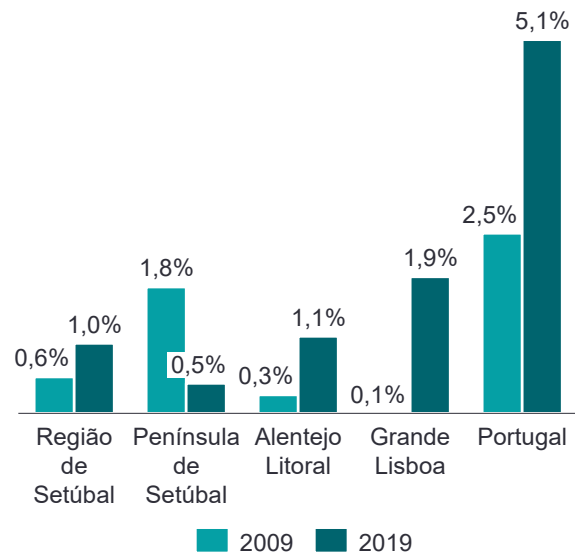
A **agricultura biológica** aplica modos de produção mais sustentáveis, uma vez que respeita princípios que protegem o ambiente, conservam a biodiversidade e promovem o bem-estar animal (p.e. não utilização de organismos geneticamente modificados, radiações ionizantes, hormonas e químicos artificiais), privilegiando práticas naturais para manter a fertilidade do solo e a saúde das plantas e dos animais. Este tipo de agricultura representava, em 2019, 1,0% da SAU da Região de Setúbal, percentagem inferior à média da Grande Lisboa e à média nacional (1,9% e 5,1%, respetivamente). Destaque para o Alentejo Litoral, onde esta percentagem cresceu 0,8 p.p., desde 2019.

É de referir que a proporção de **explorações agrícolas com agricultura biológica** na Região de Setúbal aumentou (+1,1 p.p.), acima da média nacional (+0,9 p.p.).

Proporção de Superfície Agrícola Utilizada (%) | 2009 e 2019



Proporção da SAU em agricultura biológica (%) | 2009 e 2019



Património natural

A Região de Setúbal contempla na sua paisagem natural um conjunto de áreas, em regime de proteção, de elevado valor para o ecossistema e biodiversidade da região e do país.

Identificam-se no território seis principais áreas que integram a **Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)** (ver figura página 85): a Reserva Natural do Estuário do Tejo; a Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica; o Parque Natural da Arrábida (incluindo o Parque Marinho Professor Luiz Saldanha); a Reserva Natural do Estuário do Sado; a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha; e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

No total, as áreas protegidas ocupam 11,2% da superfície da Região de Setúbal (77.449 ha). Ambas as sub-regiões apresentam uma área total combinada e individual, superior à da Grande Lisboa, com particular destaque para o Alentejo Litoral que, apesar de apenas 10,3% do seu território estar classificado como área protegida, esta corresponde, ainda assim, a 54.509 ha. Na Península de Setúbal os 22.940 ha de áreas protegidas representam 14,1% da sua superfície terrestre.

Para além das áreas que incorporam a RNAP, identificam-se outras classificações de proteção no território, nomeadamente Rede Natura 2000¹, no Litoral Alentejano e de Setúbal e no estuário do Sado. A Rede compreende (total ou parcialmente), oito Zonas de Proteção Especial (Proteção Especial de Aves) e sete Zonas de Especial Conservação, que visam a conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens.

Ao abrigo de outros compromissos internacionais, a Região contempla ainda, total ou parcialmente, quatro Sítios RAMSAR que têm como objetivo proteger zonas húmidas e aves aquáticas.

Importa ainda ressaltar os esforços desenvolvidos pelos municípios (como Palmela, Sesimbra e Setúbal) e pela AMRS, na valorização e reconhecimento do seu património natural. Em junho de 2024, foi apresentada ao Comité Nacional do Programa *Man and the Biosphere*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a candidatura da **Arrábida a Reserva da Biosfera**, classificação que veio a ser obtida em setembro de 2025, no âmbito o 5.º Congresso Mundial das Reservas da Biosfera que decorreu na China.

Superfície de áreas protegidas (ha) | 2022

	Superfície de áreas protegidas (ha)
Região de Setúbal	77.449
Península de Setúbal	22.940
Alentejo Litoral	54.509
Grande Lisboa	21.815
Portugal	845.812

Parque Natural da Serra da Arrábida



Notas (1) A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como Zona Especial de Conservação (ZEC) e as áreas classificadas como Zona de Proteção Especial (ZPE) e também se aplica ao meio marinho.
Fonte: INE, Entidades responsáveis pela conservação da natureza e das florestas do Continente, Açores e Madeira

Dado a relevância da **superfície florestal**, em termos de ordenamento, nomeadamente no que concerne à proteção contra incêndios, e preservação da biodiversidade, importa observar os espaços florestais contínuos, submetidos a um plano de intervenção com carácter vinculativo e geridos por uma única entidade, as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). As ZIF, em 2022, representavam 35,2% do território da região, com especial destaque para o Alentejo Litoral (41,7%). Face a 2011, a superfície da Região de Setúbal classificada como ZIF aumentou de 169,9 km² para 2.438,3 km².

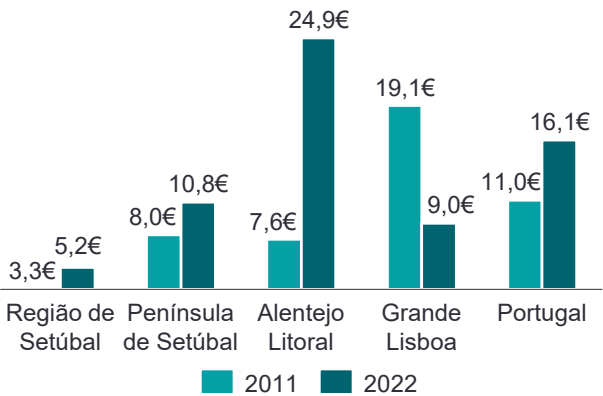
Os municípios são um interveniente de primeira linha fundamental na proteção do ambiente e no combate às alterações climáticas. Em 2022 os municípios da Região de Setúbal gastavam 5,2€ por habitante em **proteção da biodiversidade e paisagem**, registando um aumento de 1,9 € por habitante face a 2011, contrariando assim a tendência de diminuição da despesa registada na Grande Lisboa (-10,1 € por habitante).

No entanto, e apesar do aumento considerável, as despesas dos municípios da Região de Setúbal continuam abaixo do verificado em 2022 na Grande Lisboa (9,0€ por habitante e do país 16,1€ por habitante).

O Alentejo Litoral, no contexto da região, destaca-se pela positiva, quando comparado com a Península de Setúbal, uma vez que em 2022 apresentava uma despesa com proteção da biodiversidade e paisagem de 24,9€ por habitante, superando a Grande Lisboa e o país e contribuindo, assim, para a evolução favorável registada na Região de Setúbal.

Conclui-se assim, que na Região de Setúbal, em virtude da presença de um património de elevado valor, os indicadores evidenciam a preocupação dos municípios com a proteção do ambiente e da paisagem.

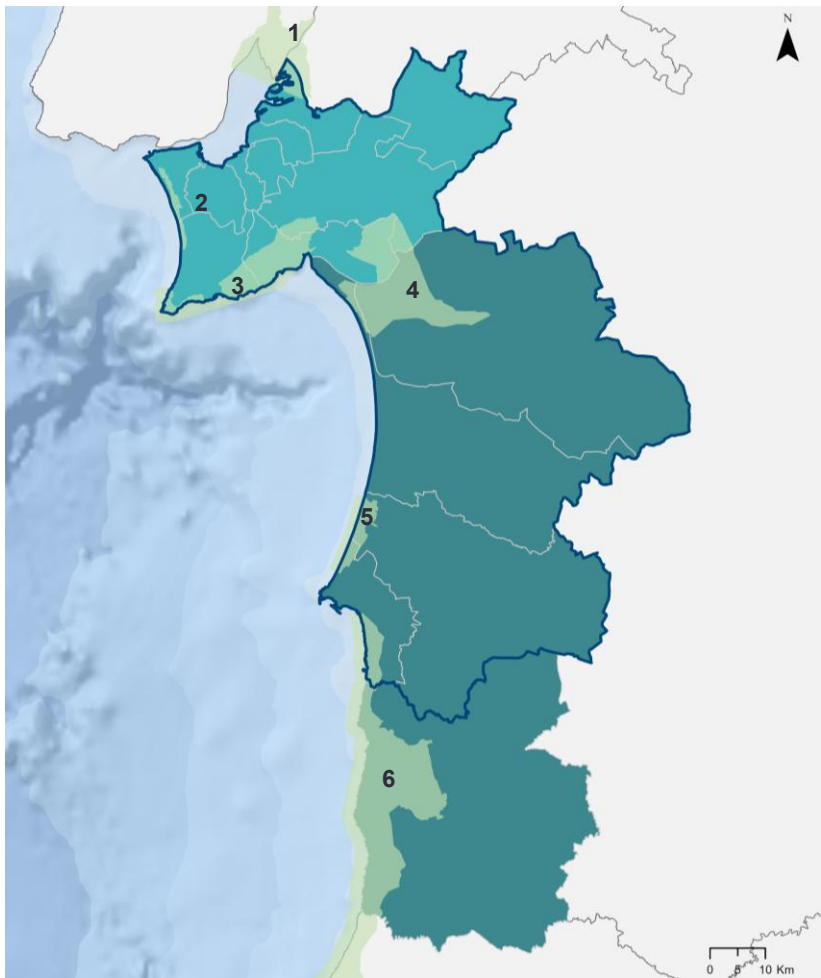
Despesas em ambiente dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem (€/hab.) | 2011 e 2022



Áreas protegidas na Região de Setúbal



Áreas Protegidas na Região de Setúbal



Legenda:

Unidades Territoriais

	Região de Setúbal (Distrito)		NUTS III Alentejo Litoral
	NUTS III Península de Setúbal		Concelhos da Região de Setúbal

Rede Nacional de Áreas Protegidas

	1 Reserva Natural do Estuário do Tejo		3 Parque Natural da Arrábida		5 Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha
	2 Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica		4 Reserva Natural do Estuário do Sado		6 Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

4.2. Gestão de resíduos

A produção de resíduos tem consequências na saúde humana e no meio ambiente, não só pelos resíduos gerados, como pelo desperdício de recursos associado. Desta forma, a existência de uma política adequada de gestão de resíduos, assim como a sensibilização para o tema, são os primeiros passos para reduzir o desperdício e promover a sustentabilidade ambiental.

As **despesas na gestão de resíduos** aumentaram significativamente (+89,6% entre 2011 e 2022) na Região de Setúbal, alcançando os 76,4€ por habitante em 2022, valor acima da média da Grande Lisboa (68,0€/hab.) e de Portugal (54,7€/hab.). Este aumento, superior ao registado na Grande Lisboa (+4,7%) e no país (+25,9%) foi, sobretudo, impulsionado pela Península de Setúbal, onde este tipo de despesa quase duplicou (+97,7%). O aumento significativo da tarifa praticada pela Amarsul¹, desde que a mesma foi privatizada em 2014/2015, explica, em parte, este crescimento.

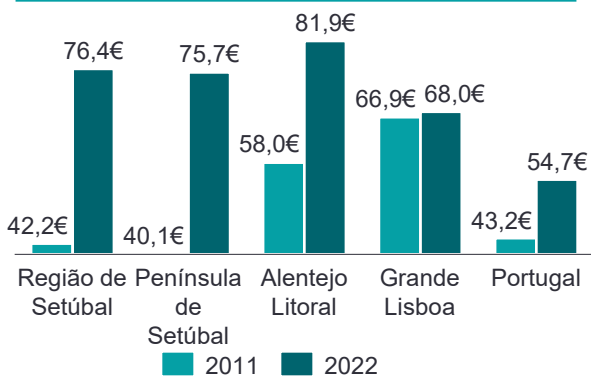
A preponderância da Península de Setúbal em termos de gestão de resíduos no seio da região é igualmente evidente quando analisada a **tipologia de recolha de resíduos urbanos**. Entre 2015 e 2022, a recolha

seletiva de resíduos nesta sub-região passou de 7,8% para 34,0% do total de resíduos recolhidos. Este crescimento, em conjunto com o verificado no Alentejo Litoral (+111,6%), contribuiu para que a recolha seletiva de resíduos urbanos na Região de Setúbal se tornasse 5 vezes maior em 2022 face a 2015, passando a representar 31,9% do total de resíduos recolhidos, percentagem superior à verificada na Grande Lisboa e à média nacional.

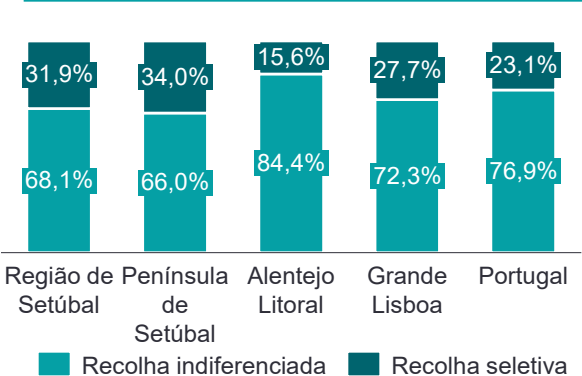
A **Península de Setúbal** tem-se destacado, no âmbito empresarial, como de política pública e, com envolvimento com o setor da educação, na implementação e sensibilização de princípios da economia circular, promovendo a reutilização e reciclagem de materiais, reduzindo a necessidade de novos recursos e minimizando o impacto ambiental.

Porém, apesar do esforço dos municípios da Região de Setúbal na adoção de práticas mais sustentáveis de gestão de resíduos, persistem **desafios** nesta temática. O aumento das taxas de reciclagem e a reflexão sobre soluções alternativas ao uso de aterros sanitários – atualmente esgotados na Região – são possivelmente os desafios que estão na primeira linha do trabalho a desenvolver neste setor.

Despesas em ambiente na gestão de resíduos dos municípios (€/hab.) | 2011 e 2022



Proporção de resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha (%) | 2022



Notas (1) A Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. é responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos urbanos dos 9 municípios da Península de Setúbal (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal).

Fonte: INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa; INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

4.3. Gestão da água

A água, enquanto recurso vital e estratégico, assume uma importância central para o país e para a Região de Setúbal, não só pelo seu valor ambiental, como pela sua função essencial na garantia de vários setores da economia e da qualidade de vida.

A região é abastecida, em grande parte, pelo **aquífero Mio-Pliocénico do Tejo e Sado** (sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda), uma das mais significativas reservas de água subterrânea do país. A sua monitorização, preservação e gestão sustentada são cruciais face aos desafios crescentes colocados pelas alterações climáticas, pela variabilidade hidrológica e pelo aumento das pressões humanas e das atividades económicas sobre os recursos naturais.

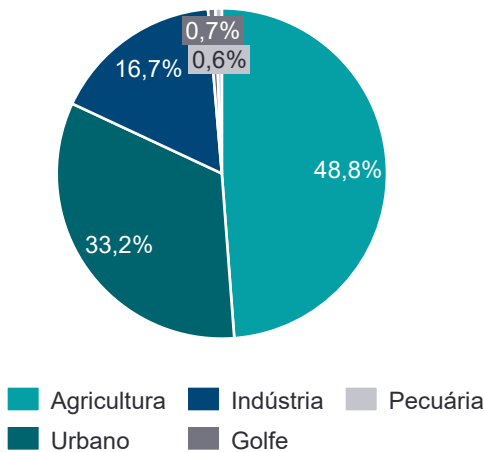
A **pressão exercida sobre os recursos hídricos** resulta da crescente procura de água por parte de setores como a agricultura intensiva e a indústria, com destaque para a indústria do papel, com forte presença na região. De acordo com as estimativas do Estudo de Conceção Geral do Sistema Intermunicipal (AIA, 2013), em 2011, o setor da agricultura concentrava 48,8% da água consumida na Península de Setúbal, seguindo-se o uso urbano (33,2%) e a indústria (16,7%).

Estes fatores tornam imperativa uma gestão e governação eficiente e sustentável dos recursos hídricos, assegurando a compatibilidade entre diferentes usos e a promoção da resiliência do sistema.

Esta abordagem deve articular-se com o **ordenamento do território**, garantindo que o planeamento urbano integra infraestruturas de abastecimento e tratamento adequadas e resilientes, capazes de acompanhar o crescimento urbano.

A **pressão sobre os recursos hídricos tenderá a intensificar-se** no futuro devido aos impactos das alterações climáticas, que apontam para uma ligeira redução da precipitação anual combinada com um encurtamento significativo do período de maior pluviosidade. Esta evolução poderá reduzir a capacidade de retenção e recarga dos aquíferos, **diminuindo a disponibilidade hídrica** e, paradoxalmente, **aumentando a frequência e intensidade de eventos de cheia**, com efeitos relevantes para o planeamento urbano, a gestão do risco e a segurança das populações.

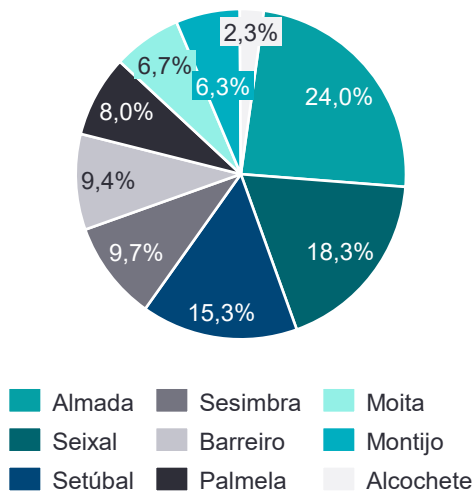
Usos da água na Península de Setúbal (%) | 2011



Neste contexto, importa assegurar um uso mais eficiente em todos os setores, com a introdução de práticas e tecnologias que favoreçam esse objetivo. A **modernização e digitalização** do setor da água assume um papel determinante na melhoria da eficiência da gestão, na redução de perdas e na monitorização em tempo real, contribuindo para uma transição para territórios mais inteligentes e sustentáveis.

A água destinada ao consumo humano constitui um bem essencial à sobrevivência, à saúde pública e ao bem-estar das populações. De acordo com as estimativas do Estudo de Conceção Geral do Sistema Intermunicipal (AIA, 2013), em 2011, o consumo urbano de água na Península de Setúbal estava maioritariamente concentrado nos concelhos de Almada (24,0%), Seixal (18,3%) e Setúbal (15,3%).

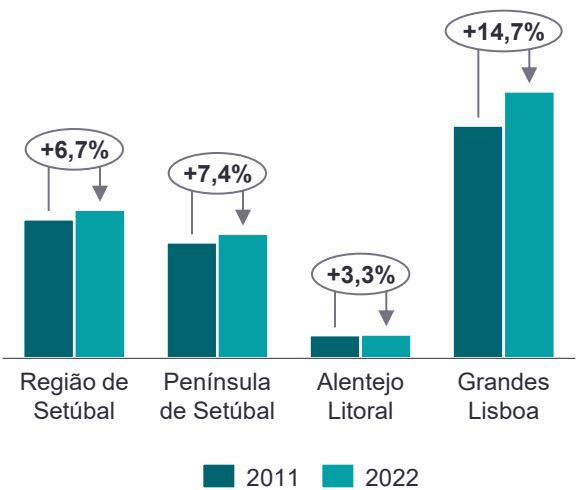
Usos urbanos de água na Península de Setúbal por município (%) | 2011



Em 2023, todos os municípios da Região de Setúbal registaram uma **proporção de água segura**¹ superior a 97%, de acordo com o INE, evidenciando níveis de qualidade compatíveis com os padrões europeus de potabilidade. Destacam-se Almada, Barreiro e Sesimbra, com 100% de água segura.

Não obstante este desempenho qualitativo, persiste um desafio estrutural no que respeita à eficiência hídrica. As **perdas reais nos sistemas de distribuição** aumentaram cerca de 6,7 % entre 2011 e 2022, tendência que se revela mais acentuada na Península de Setúbal. Este desperdício, que resulta sobretudo de redes envelhecidas, fugas não detetadas e ligações irregulares, traduz-se num volume considerável de água tratada que não chega ao utilizador final, pressionando recursos financeiros e ambientais.

Perdas nos sistemas de abastecimento de água (m³) | 2011 e 2022



Notas (1) Água Segura - Água destinada ao consumo humano que é salubre, limpa e equilibrada, cumprindo as normas e valores paramétricos de avaliação de qualidade definidos na legislação aplicável.
Fonte: INE, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos; ERSAR; AIA (2013), Relatório 1 Estudo Conceção Geral Sistema Intermunicipal | Balanço Hidrológico

Tendo em conta os inúmeros desafios que se colocam ao abastecimento e gestão da água, importa destacar o trabalho desenvolvido pela **Associação**

Intermunicipal de Água da Região de Setúbal. Esta Associação integra alguns dos municípios da Península de Setúbal e tem como objetivo criar um sistema intermunicipal de abastecimento de água em alta. Os detalhes deste projeto são apresentados em maior pormenor na caixa abaixo.

O abastecimento de água em alta nos municípios de Alcácer do Sal, Grândola e parte de Santiago do Cacém é da competência das **Águas Públicas do Alentejo**, empresa também responsável pelo serviço de saneamento de águas residuais neste território. Em Sines e no restante território do concelho de Santiago do Cacém é a empresa **Águas de Santo André** que tem responsabilidade nesta matéria.

A Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal

A **Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA)** é uma associação de municípios de fins específicos, criada em 2008, que atualmente integra os municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal¹. O seu propósito é criar um sistema intermunicipal de abastecimento de água em alta, promovendo uma gestão pública, integrada e sustentável dos recursos hídricos da Península de Setúbal.

O sistema proposto visa assegurar a captação, transporte adutor e abastecimento de água em alta, com especial atenção à proteção do Aquífero Tejo-Sado e à promoção de soluções ambientalmente responsáveis e socialmente equitativas.

Entre as **atribuições** da AIA destacam-se:

- ▶ Coordenação de estudos, projetos e planos no domínio da água em alta;
- ▶ Promoção da eficiência e qualificação dos serviços públicos municipais;
- ▶ Estabelecimento de parcerias com outras entidades para reforçar a gestão sustentável da água;
- ▶ Defesa da água como bem comum e do acesso universal como direito humano.

Atualmente, os municípios associados estão a **concluir os estudos necessários para a constituição de uma empresa intermunicipal** que assegure a gestão do sistema. A atualização dos Estudo de Conceção Geral arrancou em final de julho de 2025, prevendo-se a sua conclusão em novembro do mesmo ano. Prevê-se que a atualização dos restantes estudos e documentos (o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, o Estudo Comparador de Modelos e os dossiês de constituição da empresa intermunicipal junto da ERSAR e Tribunal de Contas) fiquem concluídos até abril de 2026.

Este projeto constitui uma estratégia de reforço da resiliência no abastecimento de água face aos impactos esperados das alterações climáticas, contribuindo para mitigar a sobre-exploração das zonas ribeirinhas, particularmente vulneráveis à salinização e ao avanço da cunha salina, através da deslocalização da produção para áreas do interior nordeste da Península, mais produtivas e menos expostas ao risco de degradação da qualidade da água. Ao reforçar a autonomia e a capacidade de gestão pública de água na Península de Setúbal, o sistema intermunicipal representa um passo estratégico, promovendo soluções colaborativas e sustentáveis para o abastecimento em alta.

Notas (1) O Município da Moita integrou a AIA até janeiro de 2025, data em que comunicou oficialmente a sua saída.

Fonte: EY-Parthenon com base em Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA). Disponível em: <https://www.aia-regiaosetubal.pt>; Águas de Santo André. Disponível em: <https://www.adsa.pt/>; Águas Públicas do Alentejo. Disponível em: <https://www.agda.pt/>

Relativamente à **gestão das águas residuais na Península de Setúbal**, os dados da SIMARSUL (empresa responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal) indicam que, em 2022, 98,8% da população era servida com água tratada, com uma taxa de cobertura de 99,3%. Estes valores refletem um progresso relevante face a 2004, quando apenas 25% da população tinha acesso a este serviço e a taxa de cobertura era de 80%.

Esta evolução resulta, em parte, dos **investimentos realizados** pela SIMARSUL entre 2004 e 2022, que permitiram a construção, remodelação ou integração de 25 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), infraestruturas responsáveis pelo tratamento da água residual antes do seu retorno ao meio ambiente. Entre estas, destacam-se as ETAR de Setúbal, Seixal, Lagoa/Meco, Alcochete, Quinta do Conde, Afonsoeiro, Sesimbra e Barreiro/Moita.

Foram ainda instaladas 117 estações elevatórias, 5 emissários submarinos e cerca de 400 km de coletores. Em 2022, a conformidade da água tratada foi de 98,3% e o volume de água residual tratada e faturada rondou os 30 milhões de m³, enquanto o volume apenas transportado se situou em cerca de 3 milhões de m³.

Apesar dos esforços iniciados, as afluências indevidas e os constrangimentos legais na definição das responsabilidades e enquadramento em matéria de gestão de águas residuais (p.e. no caso dos campos de golfe ou dos jardins públicos) são alguns dos desafios identificados pela SIMARSUL.

Grandes números do saneamento em alta na Península de Setúbal | 2004 e 2022



População servida¹
25,0% (2004)
98,8% (2022)



Taxa de cobertura
80,0% (2004)
99,3% (2022)



Conformidade da água tratada
98,3% (2022)

Investimento em infraestruturas do sistema multimunicipal da SIMARSUL | 2004 e 2022

	Construídas	Remodeladas	Integradas	Total
ETAR (n.º)	9	12	18	25
Estações Elevatórias (n.º)	71	16	47	117
Emissários Submarinos (n.º)	2	0	3	5
Coletores (Km)	215	6	179	400

Nota: (1) Com tratamento
Fonte: SIMARSUL

4.4. Energia

A descarbonização é um processo necessário na adaptação dos territórios às alterações climáticas com impacto na qualidade de vida da população residente, devendo ser conduzida de forma equilibrada, tendo em conta os efeitos económicos e sociais da transição energética.

Os **consumos de energia elétrica** produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas aumentaram, ligeiramente, entre 2011 e 2022 na Região de Setúbal (+1,7%). Este crescimento foi sobretudo impulsionado pelo Alentejo Litoral (+29,5%), já que na Península de Setúbal o consumo de energia elétrica diminuiu durante esse período (-5,8%), à semelhança do que aconteceu na Grande Lisboa (-9,7%).

Em 2022, cada habitante da Região de Setúbal consumiu, em média, 6.140 kWh de energia elétrica, valor superior ao da Grande Lisboa (3.769 kWh por habitante) e à média nacional (4.696 kWh por habitante). O maior **consumo médio de energia**

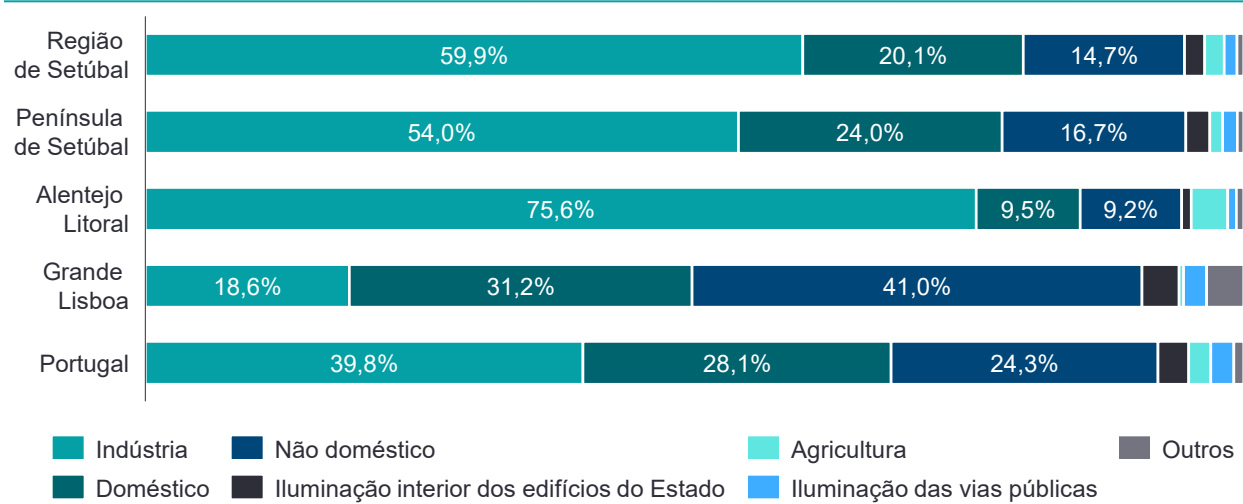
elétrica por habitante na Região de Setúbal está relacionado com o peso que a indústria tem neste território.

Quando analisado o **consumo por tipos de energia elétrica** verifica-se que, em 2022, a indústria representava 59,9% do consumo total da região, valor superior ao verificado na Grande Lisboa (41,0%) e em Portugal como um todo (39,8%).

O consumo de energia por parte da indústria destaca-se também em termos evolutivos, uma vez que foi o tipo de consumo que registou um maior aumento na Região de Setúbal (+10,4% entre 2011 e 2022), evidenciando a necessidade de criar estratégias e soluções que possam tornar este setor energeticamente mais sustentável e eficiente.

Pelo contrário, a iluminação interior dos edifícios do Estado foi o tipo de consumo que registou a maior diminuição durante o período em análise, tanto na Região de Setúbal (-50,5%) como nos restantes territórios em análise (-62,1% na Grande Lisboa e -49,0% em Portugal).

Proporção do consumo de energia por tipo de consumo (%) | 2022



4.5. Alterações climáticas

As alterações climáticas representam um dos maiores desafios do nosso tempo, com consequências que transcendem fronteiras geográficas, estando por isso nas agendas de muitos países e organizações.

O **Acordo de Paris de 2015** sobre as alterações climáticas visa concertar esforços mundiais com o objetivo de descarbonizar a economia. Em consequência, a UE adotou, em 2019, o **Green Deal** Europeu, que visa transformar a sua economia e tornar a Europa o primeiro território a alcançar a neutralidade carbónica em 2050. Mais recentemente, por meio do Quadro Financeiro Plurianual para o período de programação com horizonte em 2030, a UE concertou um **Fundo para uma Transição Justa**, que visa apoiar as regiões no processo de transição para uma economia com impacto neutro no clima até 2050.

Foi neste contexto que Portugal adotou um conjunto de políticas públicas e concretizou diversos investimentos com vista ao combate às alterações climáticas e à descarbonização. Lançado o desafio iniciado pelo país, a Região de Setúbal respondeu com um conjunto de **instrumentos estratégicos**, de escala municipal e ao nível da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alentejo Litoral e da Área Metropolitana de Lisboa, nos quais se incluem, a título de exemplo Estratégias de Adaptação às Alterações Climáticas e Roteiros para a Neutralidade Carbónica ou para as Alterações Climáticas.

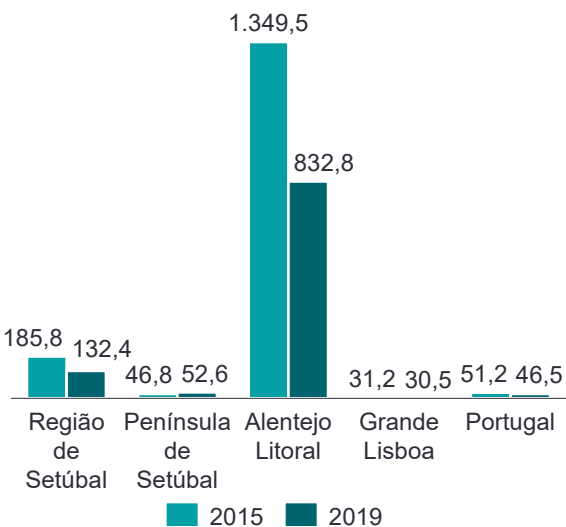
A **emissão de gases de efeito estufa (GEE)** para a atmosfera é um dos principais fatores que contribuem para as alterações climáticas, com implicações no clima, na disponibilidade e qualidade dos recursos

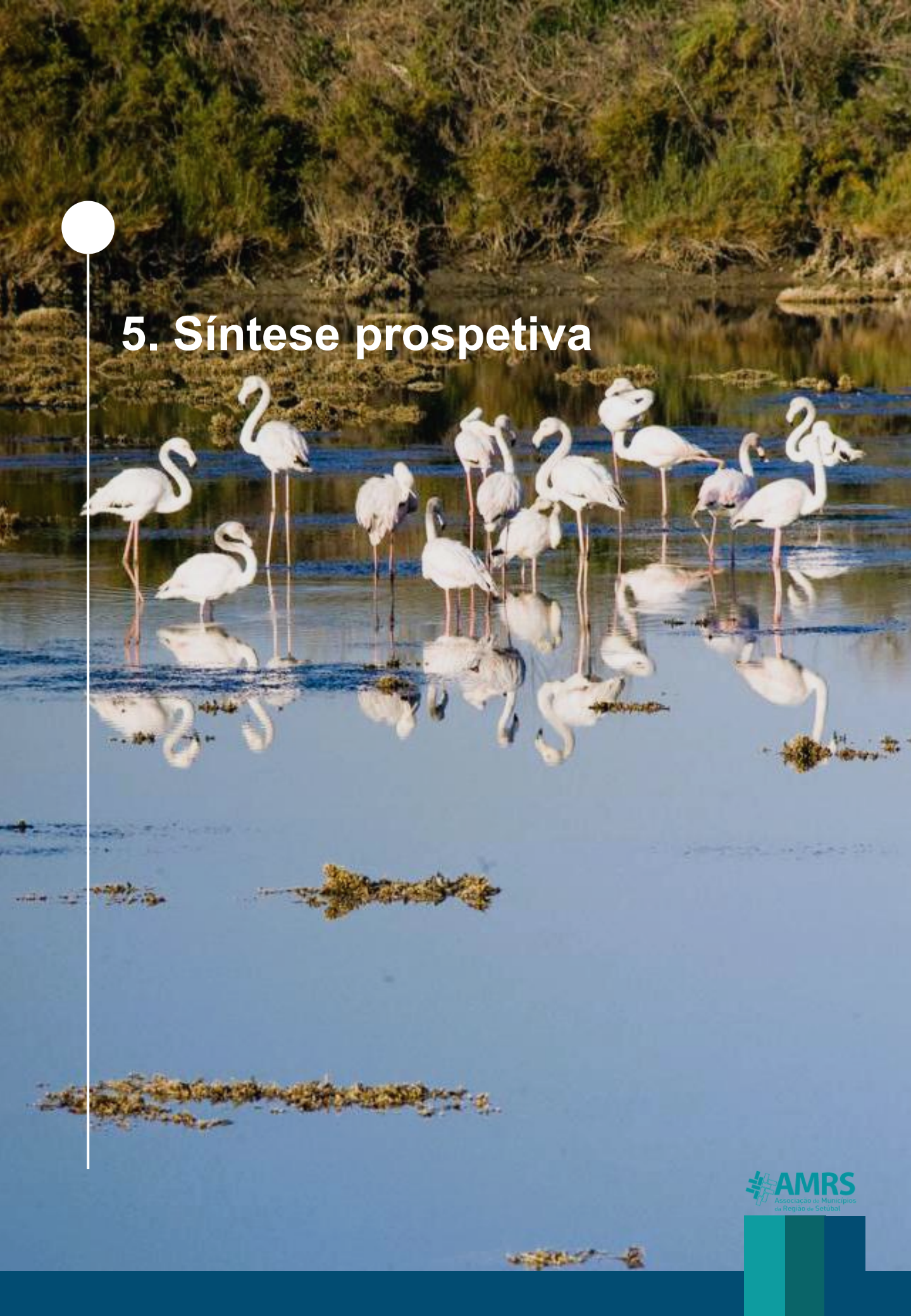
hídricos e na sustentabilidade do nosso planeta, bem como na saúde. Estes gases, entre outros, são libertados principalmente através da queima de combustíveis fósseis.

Na Região de Setúbal, em 2019, a emissão de GEE situava-se nos 132,4 ktonCO₂eq por dez mil habitantes (-28,7% face a 2015). Este valor, consideravelmente elevado, quando comparado com a Grande Lisboa e com o país (30,5 e 46,5 ktonCO₂eq por dez mil habitantes, respetivamente), deve-se em muito às emissões registadas no concelho de Sines (5.466,8 ktonCO₂eq por dez mil habitantes), em particular por via da refinaria que aí se localiza.

Embora, se observe, em 2019, uma redução das emissões de GEE, em 2022 a venda de combustíveis fósseis líquidos e gasosos, cresceu 36,6%, face a 2011 em particular no Alentejo Litoral, contrariando a tendência observada na Grande Lisboa e no país.

Emissão de GEE (ktonCO₂eq/10.000 hab.) | 2015 e 2019



A photograph of a flock of flamingos in a wetland. The birds are standing in shallow water, with their long legs and pinkish plumage visible. The water is calm, reflecting the birds and the surrounding greenery. In the background, there is a dense line of trees and bushes. The overall scene is peaceful and natural.

5. Síntese prospetiva

Síntese do diagnóstico

O diagnóstico prospetivo permitiu identificar um conjunto de **recursos e potencialidades** da Região de Setúbal, que importa potenciar, assim como as **problemáticas e dificuldades** às quais é necessário dar resposta (sistematizados nas caixas seguintes).

Estes elementos focalizam os pontos centrais de leitura do território e servem de suporte estruturado à formulação de uma estratégia adequada aos seus desafios de desenvolvimento.

Principais oportunidades e desafios de partida da Região de Setúbal



Recursos e potencialidades

- ▶ **Perfil económico diversificado**, apresentando vantagens comparativas em diversos setores relativamente ao país e em setores complementares entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral
- ▶ Presença de infraestruturas de elevada relevância que constituem um importante **corredor económico**
- ▶ Antecipação prevista de **grandes projetos estruturantes** que contribuirão para o reforço do corredor económico da região (p.e., Novo Aeroporto de Lisboa e Terceira Travessia do Tejo)
- ▶ Aumento da população residente influenciado sobretudo pelo **crescimento migratório**
- ▶ **Níveis de rendimento disponível da população residente na região (independentemente do seu local de trabalho) superiores** à média nacional e em trajetória de crescimento
- ▶ Vasto **património natural reconhecido** e com estatuto de proteção e valorização nacional e internacional
- ▶ Presença de **empresas de grande dimensão nacional e internacional**
- ▶ Taxa de **criação de empresas superior** à média da Grande Lisboa e nacional
- ▶ Tecido empresarial com **perfil marcadamente exportador** e assente numa significativa diversidade de bens
- ▶ Presença de **instituições de ensino superior de referência**, que impulsionam a qualificação da população e podem constituir importantes parceiros no desenvolvimento económico local



Problemáticas e dificuldades

- ▶ Território com uma **distribuição populacional e económica interna desigual** (maior peso da Península de Setúbal comparativamente ao Alentejo Litoral), o que levanta desafios em termos de coesão territorial
- ▶ Rede de transportes públicos focada nas ligações inter-regionais, em especial a Lisboa, e com **défice de oferta de ligações intra-regionais**
- ▶ **Dificuldades de consolidação das relações funcionais**, sejam laborais, sejam económicas, sejam turísticas
- ▶ Tendência nacional de **envelhecimento da população**, sentida com especial relevância no Alentejo Litoral
- ▶ População empregada com **perfil menos qualificado** do que a média da Grande Lisboa e nacional
- ▶ **Níveis de desemprego superiores** à Grande Lisboa e a Portugal
- ▶ Desafios de **fortalecimento do ecossistema de I&D**, apresentando níveis relativos de despesa e emprego inferiores à média da Grande Lisboa e nacional
- ▶ Aumento da retenção e abandono escolar sinaliza desafios ao nível do **desempenho escolar**
- ▶ A **sobrecarga da rede educativa**, as **necessidades de reabilitação e manutenção** dos equipamentos escolares e a **falta de professores e pessoal não docente** são fatores que comprometem o funcionamento adequado do ensino

Principais oportunidades e desafios de partida da Região de Setúbal (*continuação*)

Recursos e potencialidades

- ▶ Património cultural diversificado e dinamização de eventos com expressão regional e nacional que refletem e valorizam a sua **identidade cultural**
- ▶ Aposta crescente nas **atividades e equipamentos desportivos**, com resultados em termos de reconhecimento internacional em diversas modalidades, que sinalizam o potencial de posicionamento da região no acolhimento de eventos desportivos de escala nacional/internacional
- ▶ Diversidade de recursos naturais, históricos e culturais que evidenciam o **potencial turístico** da região
- ▶ Existência de **respostas sociais diversificadas** que promovem a inclusão e a coesão social
- ▶ Adoção de **práticas mais sustentáveis de gestão de resíduos**, que se traduzem numa maior proporção de resíduos recolhidos seletivamente quando comparados com a Grande Lisboa e Portugal



Problemáticas e dificuldades

- ▶ Aumento dos **beneficiários de apoio social escolar** evidencia uma evolução negativa nas condições socioeconómicas das famílias
- ▶ **Cobertura insuficiente da rede pré-escolar** compromete o apoio às famílias e dificulta a integração das crianças no sistema educativo
- ▶ Fragilidades na cobertura e diversidade dos **cuidados de saúde**, agravadas pela escassez de profissionais e pela pressão sobre os serviços primários
- ▶ **Acesso à habitação** dificultado pela valorização dos preços e o aumento da procura
- ▶ Os elevados níveis de consumo energético e de emissão de GEE, impulsionados pelo perfil industrial, coloca o desafio de **compatibilizar as atividades económicas com a sustentabilidade ambiental**
- ▶ A escassa cooperação entre instituições e a falta de financiamento limitam o **potencial cultural** da região

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



6. Visão e estratégia de desenvolvimento

6.1. Visão e quadro estratégico

A visão estratégica com o horizonte de 2035, afirma a ambição de consolidar a Região de Setúbal como um território dinâmico, conectado e inclusivo, que valoriza os seus recursos endógenos, promove a inovação e assegura a qualidade de vida para todos.

Esta visão reconhece os desafios estruturais que a região enfrenta, que vão desde os desequilíbrios intra e intermunicipais, à vulnerabilidade social, passando pela transição climática e digital. Porém, parte igualmente do reconhecimento das suas potencialidades, como a centralidade geográfica, os valores paisagísticos, a diversidade económica e a riqueza cultural e identitária.

Neste sentido, a **visão estratégica para 2035** pode ser expressa da seguinte forma: *“Em 2035, a Região de Setúbal afirma-se como um território coeso e inovador, onde a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social caminham lado a lado com uma economia diversificada, atrativa e geradora de emprego pleno de direitos, sustentada pela valorização dos seus ativos territoriais, pela qualificação e valorização das pessoas e por uma governação de proximidade”*

Para dar corpo a esta visão, a estratégia do PEDEPES 2035 estrutura-se em **onze prioridades estratégicas (PE)**, que correspondem a grandes áreas de transformação do território.

Cada prioridade procura responder a um conjunto de desafios e oportunidades, orientando a intervenção pública e a cooperação institucional em domínios críticos como o sistema económico, o emprego, a capacitação, a coesão social, a coesão regional, o

património natural, a cultura e desporto, a acessibilidade e mobilidade, a saúde, a habitação e os investimentos estratégicos.

No seu conjunto, as prioridades estratégicas visam reforçar a atratividade da região, mitigar desigualdades e promover um modelo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Estas prioridades desdobram-se em **49 orientações estratégicas (OE)**, que traduzem os principais vetores de ação política e programática, e constituem a base para a definição das iniciativas estruturantes.

As orientações estratégicas operam como âncoras de intervenção concertada, assegurando coerência entre o nível estratégico e o nível operativo do plano, permitindo uma leitura clara sobre os caminhos de transformação desejados para a região até 2035.

Combinando foco temático, ambição transformadora e viabilidade de execução, estas orientações visam garantir resultados concretos e mensuráveis para o território e para as suas comunidades.

O quadro estratégico constitui o núcleo estruturante do Plano para o Desenvolvimento da Região de Setúbal 2035 (PEDEPES 2035), traduzindo, de forma integrada e orientada para a ação, a ambição coletiva de afirmar a região como um território mais coeso, atrativo, sustentável e resiliente. Assume-se como um instrumento de orientação e coordenação das iniciativas dos diferentes atores regionais, enquadrando a definição de políticas públicas e a concretização de investimentos estratégicos que contribuam para o desenvolvimento equilibrado e inclusivo do território.

Quadro estratégico para a Região de Setúbal 2035

Visão para a Região de Setúbal 2035

“Em 2035, a Região de Setúbal afirma-se como um território coeso e inovador, onde a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social caminham lado a lado com uma economia diversificada, atrativa e geradora de emprego pleno de direitos, sustentada pela valorização dos seus ativos territoriais, pela qualificação e valorização das pessoas e por uma governação de proximidade.”

11 Prioridades estratégicas



PE1.
Promoção do
sistema económico
regional



PE2.
Valorização do
emprego



PE3.
Capacitação da
sociedade regional



PE4.
Reforço da
coesão social



PE5.
Qualificar a rede
de cuidados de
saúde



PE6.
Valorização do
território e reforço
da coesão regional



PE7.
Valorização do
património natural



PE8.
Reforço da rede
cultural e
desportiva



PE9.
Promoção da
acessibilidade e da
mobilidade



PE10.
Promover políticas
públicas de
habitação



PE11.
Investimentos
estruturais
estratégicos

49 Orientações estratégicas

6.2. Prioridades e orientações estratégicas

O PEDEPES 2035, conforme referido anteriormente, organiza-se em onze prioridades estratégicas que agora se detalham. Estas prioridades foram definidas com base num diagnóstico prospetivo e participado, que identifica os principais vetores de transformação e diferenciação da região.

Prevê-se que as prioridades estratégicas sejam operacionalizadas através das 49 orientações estratégicas específicas que estão sistematizadas no quadro abaixo.

Prioridades e orientações estratégicas

Prioridades estratégicas	Orientações estratégicas
PE1. Promoção do sistema económico regional	OE1.1. Diferenciar e internacionalizar a economia regional, promovendo a modernização dos <i>clusters</i> instalados e consolidando os <i>clusters</i> emergentes OE1.2. Apoiar o tecido empresarial regional, preparando-o para os desafios do futuro OE1.3. Consolidar e desenvolver a economia azul OE1.4. Valorizar e diversificar o setor primário, explorando as sinergias e complementaridades entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral OE1.5. Promover a (re)industrialização da Região de Setúbal OE1.6. Promover a diversificação empresarial da região OE1.7. Promover o turismo alicerçado na cultura regional
PE2. Valorização do emprego	OE2.1. Promover a formação profissional OE2.2. Promover políticas de emprego atrativas OE2.3. Atrair e formar os trabalhadores nas áreas de formação adequada à especialização produtiva
PE3. Capacitação da sociedade regional	OE3.1. Promover a educação pré-escolar OE3.2. Combater o insucesso e abandono escolar OE3.3. Promover a aprendizagem ao longo da vida OE3.4. Promover um ecossistema de inovação e partilha de conhecimento OE3.5. Promover a cidadania ativa OE3.6. Promover uma cultura de Proteção Civil
PE4. Reforço da coesão social	OE4.1. Promover o alargamento da rede educativa OE4.2. Alargar e qualificar a oferta de ensino superior OE4.3. Promover a qualificação física da oferta de equipamentos sociais e robustecer as redes de parceria OE4.4. Valorizar o tecido associativo OE4.5. Trabalhar os conceitos das cidades inclusivas
PE5. Qualificar a rede de cuidados de saúde	OE5.1. Qualificar a rede de cuidados de saúde e promover a saúde de proximidade OE5.2. Reforçar as respostas das valências hospitalares OE5.3. Valorizar o papel da Saúde Pública
PE6. Valorização do território e reforço da coesão regional	OE6.1. Consolidar redes e instrumentos de parceria na Região de Setúbal, em articulação com os territórios adjacentes OE6.2. Reforçar a cooperação multissetorial e interinstitucional OE6.3. Fomentar a integração da Região de Setúbal em redes nacionais e europeias de conhecimento, inovação e desenvolvimento
PE7. Valorização do património natural	OE7.1. Proteção e conservação das áreas protegidas OE7.2. Promover a mitigação dos riscos e adaptação às alterações climáticas OE7.3. Fomentar a utilização de energias renováveis e a eficiência energética OE7.4. Reforçar a recolha seletiva e o tratamento sustentável dos resíduos OE7.5. Proteger os recursos hídricos

Prioridades e orientações estratégicas (continuação)

Prioridades estratégicas	Orientações estratégicas
PE8. Reforço da rede cultural e desportiva	OE8.1. Democratizar o acesso à cultura OE8.2. Promover a implementação de espaços culturais com proximidade aos cidadãos OE8.3. Promover a formação de públicos e dinamizar os espaços culturais de forma articulada OE8.4. Criar meios para universalizar a prática de desporto OE8.5. Desenvolver o conceito da Região do Desporto
PE9. Promoção da acessibilidade e da mobilidade	OE9.1. Promover a acessibilidade intrarregional, inter-regional e internacional OE9.2. Repensar a mobilidade tornando-a mais eficiente e sustentável OE9.3. Promover sistemas de transporte público integrados e socialmente acessíveis
PE10. Promover políticas públicas de habitação	OE10.1. Reforçar os instrumentos municipais de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação OE10.2. Promover o alargamento do parque público de habitação OE10.3. Reforçar os instrumentos de articulação intermunicipal ou regional
PE11. Investimentos estruturais estratégicos	OE11.1. Terceira Travessia do Tejo OE11.2. Novo Aeroporto de Lisboa OE11.3. Arco Ribeirinho Sul OE11.4. Desenvolvimento logístico e portuário OE11.5. Metro Sul do Tejo OE 11.6. Linha de Alta Velocidade

6.2.1. Prioridade estratégica 1. Promoção do sistema económico regional

A primeira prioridade estratégica (PE1) está focada na **projeção e fortalecimento do sistema económico regional**, como fator crítico para garantir a **fixação de emprego** na região e o **desenvolvimento integrado** do território. Subjacente a esta prioridade estratégica está a ambição de que a Região de Setúbal se torne uma localização alternativa ou complementar à margem norte do Tejo em articulação com o sistema económico regional, no respeitante à instalação de atividades económicas e à capacidade de gerar postos de trabalho mais qualificados e qualificantes.

Do exercício de diagnóstico realizado sobressaem **fatores a considerar** na definição de uma estratégia para a consolidação da atividade económica da Região de Setúbal, nomeadamente:

- ▶ O seu **posicionamento de charneira**: i) região próxima de Lisboa, a cidade-capital, centro de decisão económico e político por tradição, que poderá constituir um fator diferenciador na atração de investimento e localização empresarial; ii) na intermediação entre o Alentejo, o Algarve e o Ribatejo e iii) na articulação entre urbano e rural.
- ▶ A presença dos **portos de Setúbal, Sines e Lisboa**, com relevância nacional e internacional, como

condição favorável para o desenvolvimento do setor logístico de futuro e que potencia a internacionalização do tecido económico regional;

- ▶ A **tradição industrial** da região, sobretudo na zona norte do território, cuja morfologia do terreno, a disponibilidade de espaço e a presença de grandes empresas industriais a nível nacional, propiciam a instalação de novas atividades neste setor;
- ▶ A **complementaridade entre os perfis produtivos** da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral, que pode traduzir uma oportunidade para a consolidação das cadeias de valor e reforço da diversificação setorial da economia regional;
- ▶ A menor competitividade e resiliência do **tecido empresarial** face à média nacional evidenciam a necessidade de medidas de apoio ao fortalecimento das empresas da região;
- ▶ A **diversidade de recursos turísticos e a riqueza cultural da região**, pilares estratégicos para o desenvolvimento de uma oferta turística distintiva e multifacetada com potencial para gerar valor acrescentado e emprego.

Assumindo estes fatores de base, propõem-se **sete orientações estratégicas** que se detalham a seguir.

Orientações estratégicas

- OE1.1.** Diferenciar e internacionalizar a economia regional, promovendo a modernização dos *clusters* instalados e consolidando os *clusters* emergentes
- OE1.2.** Apoiar o tecido empresarial regional, preparando-o para os desafios do futuro
- OE1.3.** Consolidar e desenvolver a economia azul
- OE1.4.** Valorizar e diversificar o setor primário, explorando as sinergias e complementaridades entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral
- OE1.5.** Promover a (re)industrialização da Região de Setúbal
- OE1.6.** Promover a diversificação empresarial da região
- OE1.7.** Promover o turismo alicerçado na cultura regional

A primeira orientação estratégica (OE1.1.)

centra-se, por um lado, no aprofundamento competitivo dos *clusters* estabelecidos, como a indústria, a agricultura e o transporte e logística, promovendo a sua modernização e atualização. Por outro lado, procura consolidar os *clusters* emergentes, como a indústria verde e as energias renováveis ou os serviços avançados às empresas.

O principal objetivo é garantir as condições de suporte à captação de investimento de valor acrescentado, nomeadamente estrangeiro, garantindo a compatibilização com a especialização produtiva regional e fomentando a consolidação das cadeias de valor.

A segunda orientação estratégica (OE1.2.)

foca-se no apoio ao tecido empresarial regional, constituído maioritariamente por micro, pequenas e médias empresas (MPME) com reduzida capacidade de gestão e adaptação aos desafios atuais.

Desta forma, esta orientação tem por objetivo preparar as empresas regionais para responderem aos desafios da transição energética e digital e renovar o tecido empresarial, criando as condições necessárias para atrair empresas inovadoras e intensivas em conhecimento, que explorem os fatores competitivos e a especialização produtiva regional. A operacionalização de plataformas de cooperação empresarial, como meio para ganhar escala e competitividade, constitui igualmente um importante desígnio desta orientação estratégica.

Tirando partido dos fatores diferenciadores da Região de Setúbal (p.e. extensa costa atlântica, presença do rio Tejo e do rio Sado, a existência dos portos de Setúbal, Sines e Lisboa), a **terceira orientação estratégica (OE1.3.)** visa a consolidação e desenvolvimento da economia azul.

A aposta neste *cluster* deverá ser assegurada na dupla vertente ambiental e de valorização económica dos recursos marinhos e marítimos, englobando atividades como a produção de energia renovável, o transporte marítimo, a pesca e aquicultura, a transformação e comercialização de produtos do mar, a construção e reparação naval, a náutica de recreio e as atividades emergentes e inovadoras com integração das TIC e da robótica.

A quarta orientação estratégica (OE1.4.)

coloca o enfoque no setor primário, tendo como objetivo a valorização e diversificação das atividades ligadas à floresta, à agricultura e às pescas. Neste âmbito, pretende-se reforçar a competitividade das produções nas quais a Região de Setúbal tem vantagens competitivas, potenciando a adoção de práticas inovadoras de produção, mas também avançar na cadeia de valor, promovendo o alargamento às atividades transformadoras, de *marketing* e certificação.

O apoio à produção local permite a criação de circuitos alimentares curtos, que geram benefícios económicos e ambientais. Ao reduzir as distâncias percorridas no transporte de alimentos, diminuem-se os custos logísticos e as emissões de gases poluentes. Adicionalmente, as atividades ligadas ao setor primário possibilitam a estruturação e sustentação dos espaços rurais, contribuindo para a coesão do território.

Ao valorizar e diversificar as atividades ligadas ao setor primário, esta orientação estratégica tem como objetivo promover a distribuição da produção regional para o mercado interno, beneficiando da proximidade a um conjunto considerável de consumidores da Área Metropolitana de Lisboa.

Simultaneamente, procura potenciar o acesso ao mercado internacional, tirando partido da proximidade a infraestruturas de ligação aos mercados internacionais.

A **quinta orientação estratégica (OE1.5.)** centra-se na promoção da indústria. Na Península de Setúbal, este é um setor com uma longa tradição, mas que sofreu um processo de declínio no final do século XX, com impactos socioeconómicos significativos e resultando na desativação de áreas industriais, que hoje se encontram obsoletas e degradadas, como é o caso dos territórios da antiga Quimigal no Barreiro e da Siderurgia Nacional no Seixal.

O aproveitamento destes terrenos em conjunto com a dinâmica de crescimento industrial que se verifica em torno da Zona Industrial de Sines e a importância que indústrias como a siderurgia têm na região¹, constituem uma oportunidade relevante para o fortalecimento do sistema económico regional.

Assim, pretende-se promover o desenvolvimento e crescimento das indústrias existentes na Região de Setúbal, afirmando-as como âncoras de novos *clusters* que poderão surgir, de forma a potenciar a capacidade empresarial e industrial da região.

A **sexta orientação estratégica (OE1.6.)** incide na ampliação da base económica regional, através da promoção de novas iniciativas empresariais em setores com potencial de crescimento e menor representação atual.

O principal objetivo é reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação do tecido empresarial regional, reduzindo a dependência de setores tradicionais e criando condições para o

desenvolvimento de um ecossistema empresarial mais diversificado e equilibrado. A dinamização de instrumentos de apoio ao empreendedorismo e à reconversão de atividades económicas será central para alcançar este desígnio.

Por fim, a **última orientação estratégica (OE1.7)** foca-se na promoção do turismo, alicerçado na autenticidade e na identidade da Região de Setúbal. A compatibilidade entre o setor e o que existe de mais autêntico, deverá ter em conta a preservação e divulgação da identidade cultural da região, como meio de garantir a autenticidade e afirmação dos fatores diferenciadores do território. Pretende-se assim, potenciar os recursos endógenos, onde se incluem o património e as tradições, conjugando esforços para a promoção e certificação dos produtos, recursos e saberes regionais, associados, por exemplo, à pesca tradicional, como é o caso da arte xávega, à vitivinicultura ou à agricultura.

A concretização desta orientação contribui para a promoção de um turismo mais sustentável e diferenciador, que gera benefícios económicos diretos para as comunidades locais, sem descurar a autenticidade, com foco na cultura e nos recursos endógenos.

No âmbito do património, um exemplo concreto deste esforço é o projeto ULTREIA-Sudoe, liderado pela *Fundação Camino Lebaniego*, que visa reativar o turismo interior e o desenvolvimento rural através da valorização dos Caminhos de Santiago, promovendo os recursos naturais e culturais dos territórios envolvidos.

Nota: Segundo jornal Setubalense, publicado a 30 de maio de 2025, citando a "Informação Empresarial Simplificada" (IES) de 2023, a Lusosider – Aços Planos, S.A., instalada no Seixal, figura como o 7.º maior exportador do distrito, de acordo com o *ranking* das mil maiores exportadoras da região, e a Siderurgia Nacional – Produtos Longos, também no Seixal, surge em 4.º lugar na mesma lista.

6.2.2. Prioridade estratégica 2. Valorização do emprego

A afirmação da Região de Setúbal no contexto nacional e internacional, assim como as transformações produtivas associadas à consolidação da atratividade do sistema económico regional exigem a criação de condições para atrair, fixar e qualificar os trabalhadores. Neste quadro, o objetivo geral da segunda prioridade estratégica (PE2) consiste em **consolidar uma base sólida de recursos humanos qualificados**, capaz de responder aos desafios do futuro e de potenciar as especificidades da região e tornando a região atrativa para o investimento. Este processo pressupõe, igualmente, a promoção de um tecido empresarial mais sofisticado e com capacidade de reter os recursos humanos locais e atrair outros talentos oriundos de outras geografias que aqui exerçam as suas atividades profissionais.

Identificam-se um **conjunto de fatores que devem ser considerados** na definição da estratégia de valorização do talento e emprego qualificado na Região de Setúbal:

- ▶ Os **baixos níveis de qualificação** da população face à média nacional, que representam um obstáculo ao desenvolvimento do território e à sua capacidade de atrair investimento produtivo,

exigindo uma aposta transversal na formação;

- ▶ A existência de um **desfasamento entre a oferta formativa e as necessidades reais** do tecido empresarial da região, o que exige uma reconfiguração da articulação entre as instituições de ensino e os atores económicos, com soluções mais flexíveis, adaptadas e orientadas para os perfis produtivos dominantes e emergentes;
- ▶ A **posição geográfica estratégica** da região e a sua **diversidade setorial**, que inclui áreas com elevado potencial (p.e. indústria, logística, energias renováveis e economia azul), constituindo uma oportunidade para atrair e fixar recursos humanos qualificados;
- ▶ A **fragmentação das bolsas de emprego** e a débil articulação entre empresas, centros de I&D, instituições de ensino superior e *start-ups*, que limitam o desenvolvimento de um ecossistema regional de inovação e de partilha de conhecimento, tornando essencial a criação de redes colaborativas e plataformas tecnológicas integradas.

Considerando as oportunidades e desafios elencados, definem-se **três orientações estratégicas** que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

OE2.1. Promover a formação profissional

OE2.2. Promover políticas de emprego atrativas

OE2.3. Atrair e formar os trabalhadores nas áreas de formação adequada à especialização produtiva

A **primeira orientação estratégica (OE2.1.)** centra-se na promoção da formação profissional como instrumento fundamental para a valorização do emprego e para a adequação dos perfis profissionais às exigências do mercado de trabalho. Esta orientação visa reforçar a qualificação da população ativa, através de programas de formação técnica e tecnológica que respondam às necessidades das empresas e aos setores estratégicos da Região de Setúbal.

A aposta passa pelo desenvolvimento de ações de requalificação de adultos desempregados ou em risco de exclusão, bem como pela formação contínua de trabalhadores em atividade, promovendo a atualização de competências e a adaptação às transformações tecnológicas e organizacionais.

Para tal, são essenciais as parcerias entre instituições de ensino, empresas e centros de formação, como os centros Qualifica e os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), promovidos pelo IPS, que facilitam o acesso a novas oportunidades de qualificação e integração profissional.

A **segunda orientação estratégica (OE2.2.)** foca-se na promoção de políticas de emprego que tornem a Região de Setúbal mais atrativa para trabalhadores qualificados e empregadores, contribuindo para a valorização do tecido económico e social. A região enfrenta desafios na captação e fixação de quadros altamente qualificados, elemento essencial para responder às necessidades das empresas.

Neste contexto, torna-se prioritário promover condições laborais mais justas e competitivas, incluindo remunerações adequadas, vínculos estáveis, horários conciliadores com a vida pessoal e dias de

férias compatíveis com o bem-estar dos trabalhadores.

Complementarmente, importa reforçar os mecanismos de articulação entre cidadãos e oportunidades disponíveis, através de bolsas de emprego regionais, serviços de orientação profissional, formação e apoio à procura ativa de emprego, em estreita colaboração com os centros de emprego e os agentes locais.

Pretende-se, igualmente, desenvolver soluções que melhorem a ligação e a mobilidade entre os centros urbanos e as zonas industriais e comerciais, facilitando a deslocação da população ativa e contribuindo para uma maior eficiência territorial na organização do trabalho.

A **terceira orientação estratégica (OE2.3.)** assenta na importância de atrair e qualificar recursos humanos em áreas estratégicas para o desenvolvimento económico da Região de Setúbal. Esta orientação visa alinhar os perfis profissionais com o perfil produtivo regional – comércio e serviços, agricultura e pescas e indústria – e com as oportunidades de futuro, nomeadamente nas áreas da indústria avançada, das tecnologias digitais, da economia verde e azul e das indústrias da saúde.

Neste sentido, pretende-se reforçar a ligação entre o sistema educativo (em particular o ensino superior e profissional) e as empresas, promovendo uma maior integração dos percursos formativos com os contextos reais de trabalho, inovação e especialização. Esta articulação é essencial para garantir que a região dispõe de mão-de-obra qualificada e adaptada às exigências dos setores com maior potencial de crescimento e transformação.

Estas orientações estratégicas visam, assim, que a Região de Setúbal disponha de uma força de trabalho qualificada, alinhada com as necessidades do tecido produtivo regional e com os setores emergentes que se projetam para o futuro. Em simultâneo, a incorporação de recursos humanos mais qualificados no tecido empresarial permitirá um robustecimento progressivo da sua capacidade competitiva no mercado, alinhamento com as dinâmicas dos setores em que se inserem e, como reflexo, a dinamização de opções de desenvolvimento profissional alinhadas com as expectativas de progressão de carreira da sua força de trabalho.

A aposta na formação profissional, na articulação entre oferta e procura de emprego e na atração de recursos humanos são pilares fundamentais para o robustecimento do mercado de trabalho da região, tornando-o mais dinâmico, inclusivo e resiliente.

A articulação entre empresas, instituições de ensino e centros de formação assume um papel central na concretização desta estratégia, permitindo uma melhor integração dos percursos formativos com os contextos reais de trabalho e promovendo a valorização dos recursos humanos como motor de desenvolvimento económico e social da região.

6.2.3. Prioridade estratégica 3. Capacitação da sociedade regional

A terceira prioridade estratégica (PE3) centra-se na **capacitação da sociedade regional**, promovendo o acesso equitativo ao conhecimento, o desenvolvimento de competências e a participação cívica. Reconhece-se que o desenvolvimento sustentável da Região de Setúbal depende da valorização das pessoas ao longo de todo o seu ciclo de vida, enquanto agentes ativos na construção de comunidades mais coesas e resilientes.

Pretende-se, assim, garantir que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades de educação, formação e envolvimento cívico, desde a infância até à idade adulta, preparando a sociedade regional para enfrentar os desafios do futuro através de uma abordagem integrada que articule educação, cidadania e inovação.

Identificam-se um **conjunto de fatores que devem ser considerados** na definição de uma estratégia de capacitação da sociedade da Região de Setúbal:

- ▶ A **oferta limitada de educação pré-escolar** na região dificulta o acesso das famílias a respostas educativas adequadas na primeira infância, tornando prioritária a expansão e qualificação da rede existente;

- ▶ Os desafios da Região de Setúbal ao nível do combate ao **insucesso e abandono escolar**, com taxas superiores à média nacional em todos os ciclos de ensino e uma tendência de agravamento nos últimos anos, o que reforça a necessidade de políticas eficazes de combate a este fenómeno;
- ▶ A presença na região de **instituições e centros de I&D** com relevância nacional (como o IPS, a Nova FCT ou o Sines Tecnopolo), que têm contribuído para afirmar gradualmente a presença da Região de Setúbal no panorama nacional de investigação e desenvolvimento;
- ▶ O **tecido associativo** enfrenta dificuldades de renovação e sustentabilidade, sobretudo no envolvimento dos jovens.

Tendo em conta a realidade observada no território, propõem-se **seis orientações estratégicas** que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

- OE3.1.** Promover a educação pré-escolar
- OE3.2.** Combater o insucesso e abandono escolar
- OE3.3.** Promover a aprendizagem ao longo da vida
- OE3.4.** Promover um ecossistema de inovação e partilha de conhecimento
- OE3.5.** Promover a cidadania ativa
- OE3.6.** Promover uma cultura de Proteção Civil

A **primeira orientação estratégica (OE3.1.)** visa assegurar que todas as crianças da região tenham acesso a uma educação pré-escolar de qualidade, com um foco especial nas zonas com menor cobertura, promovendo o combate precoce ao insucesso educativo.

A estratégia tem como objetivo reforçar a valorização da educação pré-escolar, sensibilizando para a necessidade de ampliar a oferta pública, a formação contínua dos educadores e a criação de um ambiente inclusivo e estimulante para as crianças, preparando-as para a integração no ambiente escolar e possibilitando a concretização das aprendizagens.

Embora exista a necessidade de investir mais nestas matérias, os municípios têm já demonstrado alguns avanços através, por exemplo, do investimento na criação de jardins de infância. Estes esforços visam proporcionar ambientes educativos estruturados e estimulantes, que favorecem a autonomia, a curiosidade e a aprendizagem ativa.

A **segunda orientação estratégica (OE3.2)** centra-se na resposta aos desafios persistentes do insucesso e abandono escolar, que continuam a afetar significativamente a trajetória de vida de muitos jovens na região.

Esta orientação reconhece a necessidade de uma intervenção multilateral, capaz de conter a dinâmica destes fenómenos e mitigar os seus impactos na inserção profissional e na estabilidade socioeconómica dos indivíduos.

A **terceira orientação estratégica (OE3.3)** incide na promoção da aprendizagem ao longo da vida como um processo contínuo e abrangente, essencial para a

adaptação da sociedade às mudanças sociais, culturais e tecnológicas em curso.

Esta orientação valoriza o desenvolvimento pessoal, social e cívico dos indivíduos, através da aquisição de competências diversas — digitais, linguísticas, culturais e de cidadania — em contextos formais, não formais e informais. A aprendizagem ao longo da vida é entendida como um instrumento de inclusão, participação ativa e capacitação da população em todas as fases da vida, incluindo os cidadãos mais idosos, cujo envolvimento contribui para a sua autonomia, bem-estar e integração social.

Para além da aquisição de competências diversas, esta abordagem visa também fomentar uma cultura de valorização da aprendizagem, combatendo a perceção de que representa apenas uma despesa, e reforçando o papel das entidades empregadoras e da comunidade na sua promoção.

A **quarta orientação estratégica (OE3.4.)** propõe a criação de um ecossistema de inovação integrado, onde empresas, universidades e centros de investigação possam colaborar de forma eficaz para a criação de soluções inovadoras. É pretendido o fortalecimento das infraestruturas de ciência e tecnologia existentes e o fomento de redes de partilha de conhecimento que estimulem a inovação no território.

A **quinta orientação estratégica (OE3.5)** foca-se na promoção da cidadania ativa como elemento central para o reforço da coesão social e da participação democrática na região. Esta orientação valoriza o envolvimento dos cidadãos na vida pública, incentivando práticas de voluntariado, associativismo, participação cívica e comunitária, com especial atenção à mobilização dos jovens, à inclusão de grupos vulneráveis e à valorização do papel das pessoas idosas.

Reconhece-se, ainda, a importância de fomentar uma cultura de corresponsabilização e de proximidade entre os cidadãos e as instituições, promovendo a inclusão, o diálogo intergeracional e o sentimento de pertença às comunidades locais.

A **sexta orientação estratégica (OE3.6)** tem como objetivo a promoção de uma cultura de Proteção Civil que valorize a prevenção, a preparação e a resposta coletiva a riscos e emergências.

Esta orientação reconhece a importância de sensibilizar e capacitar a população para os desafios associados às alterações climáticas, aos riscos naturais e à segurança das comunidades. No contexto da Região de Setúbal, destacam-se riscos como os incêndios rurais, os fenómenos meteorológicos extremos, os sismos, os riscos costeiros e de cheias, bem como a proximidade a infraestruturas industriais e logísticas de elevada sensibilidade.

A aposta passa pela educação para o risco, pela valorização do voluntariado e pela articulação entre entidades públicas, escolas, associações e cidadãos, bem como pelo alinhamento territorial com abordagens integradas de gestão de risco, nomeadamente no domínio dos incêndios rurais,

reforçando a resiliência territorial e o sentimento de corresponsabilidade na proteção das pessoas, dos bens e do ambiente.

6.2.4. Prioridade estratégica 4. Reforço da coesão social

A quarta prioridade estratégica (PE4) visa garantir o reforço da coesão social como condição essencial para um **desenvolvimento mais justo e inclusivo** na Região de Setúbal. Num contexto marcado por diferentes realidades sociais e por transformações demográficas relevantes, esta prioridade procura assegurar o acesso equitativo a serviços educativos, sociais e culturais, promovendo o bem-estar, a inclusão e a justiça territorial.

Neste contexto, assume particular importância a criação de condições que favoreçam a convergência com os padrões europeus de coesão e progresso social, através da valorização das redes comunitárias, da qualificação dos equipamentos e da atenção aos segmentos mais vulneráveis da população. O objetivo é consolidar comunidades mais resilientes e solidárias.

O diagnóstico permitiu identificar alguns **aspectos a considerar** na definição de uma estratégia para reforçar a coesão social da Região de Setúbal:

- ▶ A **rede educativa**, apesar da sua abrangência, carece de um planeamento de respostas mais coeso em termos territoriais, assim como investimentos na ampliação e requalificação da rede de infraestruturas e o reforço de respostas que garantam a equidade

no acesso e sucesso educativo;

- ▶ Apesar da presença de instituições de **ensino superior**, a taxa de escolarização no ensino superior na região continua abaixo da média nacional, evidenciando a necessidade de reforçar e diversificar a oferta formativa;
- ▶ A escassez de recursos e a falta de coordenação no **setor social** comprometem a resposta às necessidades da população, agravada pela insuficiência de soluções públicas acessíveis;
- ▶ O envelhecimento populacional e as alterações de estilo de vida levantam desafios à sustentabilidade do **tecido associativo e das coletividades**;
- ▶ A **tendência de envelhecimento populacional** a que se assiste, com especial intensidade no Alentejo Litoral, exerce pressão sobre os serviços públicos de saúde e apoio social, exigindo uma abordagem integrada e articulada das políticas públicas na procura de soluções inovadoras e de uma estratégia para o envelhecimento.

Neste contexto, definem-se **cinco orientações estratégicas** que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

OE4.1. Promover o alargamento da rede educativa

OE4.2. Alargar e qualificar a oferta de ensino superior

OE4.3. Promover a qualificação física da oferta de equipamentos sociais e robustecer as redes de parceria

OE4.4. Valorizar o tecido associativo

OE4.5. Trabalhar os conceitos das cidades inclusivas

A **primeira orientação estratégica (OE4.1.)** foca-se na expansão e requalificação da rede de ensino básico e secundário. Esta orientação estratégica visa responder às situações de sobrelotação existentes, garantir maior proximidade dos estabelecimentos de ensino às comunidades e assegurar condições adequadas de aprendizagem para todas as crianças e jovens da Região de Setúbal.

O principal objetivo é reforçar a coesão territorial e promover a justiça social, assegurando que o acesso à educação se faz de forma equitativa em todo o território. A melhoria da rede educativa constitui, assim, um pilar essencial para a inclusão e para o desenvolvimento harmonioso da região.

A **segunda orientação estratégica (OE4.2.)** visa reforçar a presença do ensino superior na Região de Setúbal, através do alargamento da rede de instituições e da diversificação da oferta formativa. Esta aposta pretende responder às necessidades de qualificação da população residente, promovendo o acesso a percursos de ensino superior em proximidade e contribuindo para a valorização dos recursos humanos regionais.

Paralelamente, esta orientação estratégica procura posicionar a região como um polo atrativo para estudantes de outras zonas do país e do estrangeiro, potenciando a fixação de jovens qualificados e o rejuvenescimento demográfico. O reforço da oferta de ensino superior constitui, assim, um instrumento fundamental para o desenvolvimento económico e social da região, promovendo a inclusão, a mobilidade social e a coesão territorial.

Com a **terceira orientação estratégica (OE4.3.)** pretende-se melhorar a qualidade e aumentar a quantidade dos equipamentos sociais existentes, como centros de dia, lares de idosos e centros de acolhimento, criando condições de equidade social e territorial e assegurando a qualificação, a legalização e a integração das respostas sociais, bem como a prevenção e mitigação dos fatores de exclusão social.

Embora a região disponha de diversos projetos de reforço da rede de respostas sociais, através de candidaturas ao PRR, as necessidades de investimento, diversificação, qualificação e integração dessas respostas são uma realidade. O objetivo é garantir que as populações mais vulneráveis, incluindo os idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de risco, tenham acesso a uma rede de apoio abrangente e adequada.

A **quarta orientação estratégica (OE4.4.)** reconhece o papel central do tecido associativo na promoção da coesão social, da cidadania ativa e da dinamização comunitária. Pretende-se apoiar e capacitar as associações locais, promovendo a sua sustentabilidade e capacidade de intervenção, apoiando-as na adaptação às novas realidades sociais, culturais e económicas.

Num contexto de envelhecimento, o objetivo passa igualmente por fomentar o envolvimento das novas gerações e promover modelos de governança mais participativos. O reforço da colaboração entre coletividades, Municípios e outras entidades permitirá criar condições para a inovação e o envolvimento ativo das comunidades, garantindo a renovação geracional e a sustentabilidade das associações.

A **última orientação estratégica (OE4.5.)** procura responder aos desafios sociais e demográficos da Região de Setúbal através da integração dos princípios das cidades inclusivas no planeamento urbano e políticas sociais.

Por um lado, pretende-se que os territórios sejam estruturados para promover coesão social, garantindo que os espaços públicos e os equipamentos coletivos são pensados para acolher diferentes idades, perfis e necessidades. Por outro lado, importa promover políticas sociais promotoras da inclusão, assegurando que, para além da organização física do território, são criadas condições de acesso à habitação, ao emprego e a outras oportunidades fundamentais para a integração da população imigrante, cuja presença crescente coloca novos desafios e oportunidades de integração social, económica e territorial. A criação de ambientes acessíveis, seguros e multifuncionais é essencial para assegurar igualdade de oportunidades, participação comunitária e qualidade de vida.

Esta orientação contempla a melhoria das acessibilidades, a promoção de soluções urbanas inclusivas e a disponibilização de equipamentos âncora de inclusão social (p.e., bibliotecas, espaços comunitários, áreas de integração e escolas), distribuídos de forma equilibrada pelo território.

Inclui também a criação de espaços de estadia e convívio que favoreçam a interação social e combatam o isolamento, como zonas de lazer e socialização pensadas para diferentes usos e públicos. A articulação entre políticas sociais, urbanísticas, laborais, habitacionais e de saúde será determinante para uma resposta integrada e eficaz aos novos desafios demográficos e sociais.

6.2.5. Prioridade estratégica 5. Qualificar a rede de cuidados de saúde

A **qualificação da rede de cuidados de saúde** na Região de Setúbal assume-se como um eixo fundamental para garantir o bem-estar das populações, promovendo uma resposta mais eficaz, equitativa e próxima às suas necessidades. Esta prioridade estratégica (PE5) visa reforçar a capacidade de resposta do sistema de saúde, tanto ao nível dos cuidados primários como hospitalares, valorizando simultaneamente o papel da Saúde Pública na prevenção e promoção da saúde.

Através de uma abordagem integrada e territorialmente ajustada, pretende-se consolidar uma rede de cuidados de saúde que seja acessível, humanizada e tecnicamente qualificada, capaz de responder aos desafios demográficos, sociais e epidemiológicos da região.

Do exercício de diagnóstico realizado sobressaem alguns **aspetos a considerar** na definição de uma estratégia de qualificação da rede de cuidados de saúde regional:

- ▶ A insuficiente **cobertura de profissionais de saúde**, com dificuldades acrescidas na sua fixação, refletem uma tendência nacional que afeta a capacidade de resposta dos serviços;

- ▶ A menor **diversidade da rede hospitalar**, com limitações na oferta de especialidades médicas;
- ▶ A carência de recursos humanos nos **cuidados de saúde primários** compromete a acessibilidade e gera tempos de espera elevados, especialmente na Península de Setúbal;
- ▶ A **dispersão geográfica do Alentejo Litoral** dificulta o acesso a cuidados básicos e acentua desigualdades territoriais no interior da região;
- ▶ O agravamento dos **indicadores de saúde**, com aumento da mortalidade e prevalência de doenças crónicas, reforça a necessidade de uma abordagem mais preventiva e articulada entre níveis de cuidados.

Tendo em conta a realidade observada no território, propõem-se **três orientações estratégicas** que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

OE5.1. Qualificar a rede de cuidados de saúde e promover a saúde de proximidade

OE5.2. Reforçar as respostas das valências hospitalares

OE5.3. Valorizar o papel da Saúde Pública

A **primeira orientação estratégica (OE5.1.)** incide sobre a contínua qualificação da rede de equipamentos hospitalares e centros de saúde, em linha com os investimentos em curso de construção de um novo edifício no Centro Hospitalar de Setúbal.

Esta orientação estratégica pretende promover o reforço dos cuidados de saúde primários, dando ênfase à promoção de uma rede integrada de saúde de proximidade, com unidades de saúde locais mais qualificadas e com serviços comunitários que integrem cuidados médicos e sociais, dando resposta aos desafios inerentes ao envelhecimento populacional.

A **segunda orientação estratégica (OE5.2)** centra-se no reforço da capacidade de resposta da rede hospitalar da Região de Setúbal, face aos desafios estruturais que comprometem a eficácia e a equidade na prestação de cuidados especializados.

A atual distribuição dos recursos hospitalares, associada a limitações na capacidade instalada e na diversidade de especialidades, limita a capacidade de resposta às necessidades da população e acentua disparidades territoriais. Torna-se, por isso, essencial iniciar um novo ciclo de investimento e reorganização dos hospitais, que permita qualificar os serviços prestados, melhorar a articulação com os restantes níveis de cuidados e assegurar uma cobertura mais equilibrada e eficiente em todo o território.

A **terceira orientação estratégica (OE5.3)** foca-se na valorização da Saúde Pública como pilar fundamental para a promoção de uma abordagem preventiva e integrada da saúde na Região de Setúbal. A evolução dos indicadores de saúde e a crescente prevalência de doenças crónicas exigem uma atuação mais

robusta ao nível da vigilância epidemiológica, da educação para a saúde e da promoção de estilos de vida saudáveis.

A consolidação de uma estratégia territorial de Saúde Pública deve basear-se na articulação entre os diferentes níveis de cuidados e na integração com outras áreas de intervenção social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a redução das desigualdades em saúde.

6.2.6. Prioridade estratégica 6. Valorização do território e reforço da coesão regional

A Região de Setúbal enfrenta desafios que requerem abordagens integradas, multissetoriais e colaborativas, que extravasam os limites administrativos dos municípios e apelam à construção de uma governança regional mais robusta e eficaz.

O objetivo geral da quinta prioridade (PE6) consiste em **promover uma cultura de cooperação institucional e territorial**, alicerçada em redes de trabalho, plataformas colaborativas e instrumentos de planeamento partilhado. Centra-se também na inserção da Região de Setúbal em redes de conhecimento, inovação e financiamento, projetando-a nacional e internacionalmente.

Do diagnóstico realizado, sobressaem um conjunto de **aspetos a considerar** na definição de uma estratégia de dinamização de redes de cooperação territorial e parceria:

- ▶ As dificuldades na **articulação entre os diferentes níveis de planeamento** (municipal, metropolitano, regional e nacional) comprometem a coerência das estratégias e a eficácia das políticas públicas;

- ▶ A **localização de charneira e as articulações funcionais e estratégicas** da Região de Setúbal reiteram a necessidade de consolidar mecanismos de coordenação intrarregional (Península de Setúbal – Alentejo Litoral) e inter-regionais (Região de Setúbal – Grande Lisboa), promovendo redes de colaboração institucional que ultrapassem as barreiras administrativas e físicas;

- ▶ Apesar das várias iniciativas existentes, o processo de auscultação que acompanhou a construção do PEDEPES 2035 revelou que existem lacunas na articulação e na operacionalização **de redes multissetoriais e interinstitucionais**, sendo necessário o reforço da cooperação entre diferentes atores e setores da região;

- ▶ A **articulação de perfis territoriais diferenciados** exigem respostas de articulação e de cooperação de geometria diversa.

Considerando os aspetos elencados, definem-se **três orientações estratégicas** que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

- OE6.1.** Consolidar redes e instrumentos de parceria na Região de Setúbal, em articulação com os territórios adjacentes
- OE6.2.** Reforçar a cooperação multissetorial e interinstitucional
- OE6.3.** Fomentar a integração da Região de Setúbal em redes nacionais e europeias de conhecimento, inovação e desenvolvimento

A **primeira orientação estratégica (OE6.1)** visa fortalecer a coordenação intermunicipal, entre os municípios da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral e destes com os municípios dos territórios adjacentes. Visa, igualmente, a articulação entre diferentes escalas de planeamento, de forma a garantir maior eficácia na resposta a desafios territoriais complexos e partilhados.

A consolidação de grupos de trabalho intermunicipal, como exemplificado pela atuação da AMRS, a criação de observatórios territoriais colaborativos, o estabelecimento de parcerias fortes com a região da Grande Lisboa e demais regiões limítrofes e a promoção de redes temáticas, permitirão uma abordagem mais integrada ao desenvolvimento regional.

Um exemplo relevante nesta matéria é desde logo o PEDEPES, como iniciativa de planeamento à escala regional que procura promover o desenvolvimento integrado das duas sub-regiões em torno de desafios partilhados, sobre os quais se justifica uma resposta comum.

A **segunda orientação estratégica (OE6.2.)** tem como objetivo promover modelos colaborativos que unam municípios, empresas, academia, movimento associativo, organizações da sociedade civil e outros agentes relevantes em torno de desafios comuns, como a transição climática, a coesão social, o desenvolvimento económico e a atração de investimento, a mobilidade sustentável ou a promoção da saúde.

O objetivo é estimular a criação de consórcios, agendas partilhadas e plataformas colaborativas, como fóruns, que mobilizem os recursos e o conhecimento disponível no território.

Um exemplo ilustrativo neste âmbito é a Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Setúbal (RIBRS), que visa a valorização das bibliotecas públicas municipais através do trabalho em rede, numa lógica de partilha, otimização de recursos e boas práticas.

Com a **terceira orientação estratégica (OE6.3.)** pretende-se fomentar a participação da Região de Setúbal em redes colaborativas que permitam aceder a boas práticas, reforçar a capacidade institucional e captar financiamento para projetos estruturantes.

Esta orientação visa apoiar os municípios e entidades da região na sua capacitação para concorrer a programas como o Horizonte Europa ou os programas Interreg, por exemplo. Projetos deste tipo são essenciais para colocar a Região de Setúbal no radar europeu, alavancar os seus ativos e posicionar-se como território inovador e resiliente. Adicionalmente, a integração em redes nacionais e europeias permite, igualmente, posicionar a região num ecossistema alargado de inovação e conhecimento.

6.2.7. Prioridade estratégica 7. Valorização do património natural

A sexta prioridade estratégica (PE7) centra-se na **proteção e valorização dos recursos naturais**, visando garantir o equilíbrio entre a preservação dos ecossistemas, o desenvolvimento económico e a qualidade de vida.

O exercício de diagnóstico realizado permitiu identificar um conjunto de **aspetos que devem ser considerados** na definição da estratégia para o ambiente e património natural na Região de Setúbal:

- ▶ A Região de Setúbal beneficia de um vasto **património natural** com um reconhecimento de proteção e valorização nacional e internacional (p.e. Parque Natural da Arrábida, Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina);
- ▶ As **alterações climáticas** levantam desafios como a erosão costeira e os fenómenos climáticos extremos, tornando essencial a implementação de medidas de adaptação e mitigação de riscos, que se colocam com particular acuidade na Região de Setúbal, pelo respetivo perfil económico e presença de ecossistemas naturais de elevada relevância;
- ▶ O **elevado consumo de energia** elétrica na região, impulsionado pelo setor industrial, reforça a necessidade de promover a eficiência energética e a transição para fontes renováveis para autoconsumo;
- ▶ Os **elevados níveis de emissão de GEE**, influenciados sobretudo pela presença da refinaria de Sines, reforçam a necessidade de acelerar a transição para uma economia menos dependente de combustíveis fósseis;
- ▶ O potencial para **transformação industrial em Sines** com investimentos em tecnologias limpas e energias renováveis, representa uma oportunidade para promover uma transição justa e competitiva;
- ▶ A **gestão dos resíduos** continua a representar um desafio na região, com baixas taxas de reciclagem e dependência de aterros sanitários;
- ▶ O risco crescente de degradação qualitativa e de sobre-exploração do sistema aquífero Tejo-Sado, agravado pelas previstas alterações climáticas, e as ineficiências nos diferentes usos da água (agrícola, industrial e abastecimento público) comprometem a **disponibilidade e a qualidade da água potável**, exigindo uma atuação concertada de todos os setores económicos.

Tendo em conta os desafios ambientais e a importância estratégica dos recursos naturais na Região de Setúbal, definem-se **cinco orientações estratégicas** que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

OE7.1. Proteção e conservação das áreas protegidas

OE7.2. Promover a mitigação dos riscos e adaptação às alterações climáticas

OE7.3. Fomentar a utilização de energias renováveis e a eficiência energética

OE7.4. Reforçar a recolha seletiva e o tratamento sustentável dos resíduos

OE7.5. Proteger os recursos hídricos

A **primeira orientação estratégica (OE7.1.)** visa a proteção das áreas naturais e a sua valorização, enquanto ativos territoriais essenciais para assegurar a sustentabilidade ambiental e a atratividade do território, para além de se assumirem como parte da identidade da região.

A preservação dos ecossistemas e *habitats* naturais deve ser garantida através de uma abordagem integrada que promova a compatibilização entre a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Um exemplo desta abordagem é o programa científico da UNESCO “*Man & Biosphere*” e no âmbito do qual se enquadra a classificação da Arrábida como Reserva da Biosfera. Este programa tem como principais objetivos a conservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade de vida das populações e a promoção de um desenvolvimento económico sustentável.

A **segunda orientação estratégica (OE7.2)** tem como objetivo reforçar a capacidade do território para enfrentar as consequências das alterações climáticas, através de medidas que promovam a adaptação, reduzam a vulnerabilidade e aumentem a resiliência dos sistemas naturais e urbanos.

Apostar em soluções sustentáveis, como intervenções baseadas na natureza, fortalecer a capacidade adaptativa das áreas urbanas e promover a monitorização são ações essenciais para proteger o território e as comunidades face ao agravamento dos fenómenos climáticos extremos.

A **terceira orientação estratégica (OE7.3.)** foca-se, por um lado, na diversificação da matriz energética da região, fomentando o uso de fontes de energia renováveis, e por outro, no aumento da eficiência

energética nos setores público, residencial e industrial. Desta forma, o objetivo passa por promover a transição energética e a redução das emissões de CO₂, diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis e fomentando uma economia de baixo carbono.

No processo de transição, importa, porém, garantir a compatibilização dos vários usos do território, privilegiando os equipamentos existentes e uma escala de produção local e facilmente gerível, onde se enquadram, por exemplo, as comunidades de energia renovável.

A **quarta orientação estratégica (OE7.4.)** centra-se na gestão eficiente dos resíduos. O objetivo é o de reduzir os resíduos depositados em aterro e aumentar as taxas de reciclagem e valorização, consolidando o caminho para uma economia circular que minimize o impacto ambiental e reduza os custos associados à gestão de resíduos.

As instalações de aproveitamento de biogás da Amarsul, localizadas em Palmela e no Seixal, são exemplo de iniciativas que concorrem para os objetivos desta orientação estratégica.

Nestas instalações, a Amarsul promove a valorização do biogás extraído dos resíduos, contribuindo para a redução de resíduos depositados em aterro e para a produção de energia renovável.

A **quinta orientação estratégica (OE7.5.)** tem como desígnio primordial a proteção e valorização dos recursos hídricos para consumo na região, com especial destaque para o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, que abrange grande parte do território da Região de Setúbal e que constitui um recurso estratégico. Esta orientação contempla igualmente o reforço das infraestruturas hídricas, essenciais para garantir uma gestão eficiente da água, tanto para consumo humano como para fins agrícolas e industriais.

Neste contexto, assume particular relevância o investimento e modernização das redes de abastecimento, saneamento e drenagem pluvial, com vista à redução das perdas de água, à prevenção de aflúências indevidas e à reutilização de águas tratadas. A melhoria da qualidade da água devolvida ao meio hídrico, nomeadamente aos rios e linhas de água, é igualmente uma prioridade, garantindo que não compromete os ecossistemas nem a saúde pública.

No território, destacam-se iniciativas como as da Águas do Sado, que tem investido na renovação das redes de abastecimento, e da SIMARSUL, que promove a economia circular da água através de planos de ação específicos para reutilização e gestão de lamas de ETAR.

A concretização desta prioridade estratégica exige uma ação coordenada entre os diferentes níveis de governação e atores locais, bem como o investimento em soluções inovadoras e colaborativas que reforcem o compromisso da região com um futuro ambientalmente mais sustentável.

6.2.8. Prioridade estratégica 8. Reforço da rede cultural e desportiva

A oferta cultural e desportiva contribui para o bem-estar da população, sendo crucial para a qualidade de vida e atratividade da região. A cultura e o desporto constituem instrumentos de participação cívica, de valorização das identidades locais e de promoção de estilos de vida saudáveis, contribuindo para o desenvolvimento dos territórios.

Neste contexto, a sétima prioridade estratégica (PE8) visa **democratizar o acesso à cultura e ao desporto**, aproximando os equipamentos e as atividades dos cidadãos, promovendo a formação de públicos e garantindo que todos, independentemente da idade ou condição socioeconómica, possam usufruir de oportunidades de fruição cultural e prática desportiva.

Com base no diagnóstico realizado, destacam-se os seguintes **aspectos que devem ser especialmente considerados** na definição da estratégia para o reforço da rede cultural e desportiva na Região de Setúbal:

- ▶ A Região de Setúbal possui uma **identidade cultural diversificada**, influenciada pelo encontro entre o urbano e o rural e incorporando o legado da pesca e indústria conserveira, bem como a influência histórica de diferentes séculos;

- ▶ A Região de Setúbal possui uma **oferta cultural** relevante, que pode ser ainda mais valorizada através do reforço da cooperação entre municípios e agentes culturais, promovendo uma programação mais articulada e com maior escala territorial;
- ▶ A valorização local das **atividades desportivas** tem ganho expressão, com destaque para o reconhecimento de mérito e a notoriedade de atletas da região;
- ▶ A **falta de financiamento e a reduzida participação** limitam o potencial de desenvolvimento cultural e desportivo da região;
- ▶ A **promoção de hábitos de vida saudável e de vivências em comunidade**, através da prática desportiva — seja ela recreativa, de contacto com a natureza ou de alto rendimento — constitui uma oportunidade estratégica para reforçar a inclusão social e o bem-estar das populações.

Tendo estes aspetos como base, propõem-se **seis orientações estratégicas**, que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

OE8.1. Democratizar o acesso à cultura

OE8.2. Promover a implementação de espaços culturais com proximidade aos cidadãos

OE8.3. Promover a formação de públicos e dinamizar os espaços culturais de forma articulada

OE8.4. Criar meios para universalizar a prática de desporto

OE8.5. Desenvolver o conceito da Região do Desporto

A **primeira orientação estratégica (OE8.1.)** visa afirmar a cultura como um bem essencial e garantir o seu acesso universal em toda a Região de Setúbal. Pretende-se reduzir barreiras económicas, sociais e territoriais à fruição cultural, garantindo que todos os cidadãos possam participar nas diversas expressões culturais.

Esta democratização passa pela diversificação da oferta, pela descentralização das atividades e pela atenção a públicos tradicionalmente menos envolvidos, promovendo a inclusão e a coesão social através da cultura.

A **segunda orientação estratégica (OE8.2.)** inscreve-se numa estratégia de revitalização e afirmação dos equipamentos culturais da Região de Setúbal, promovendo a sua presença em proximidade com as comunidades. Para além da criação e requalificação física dos espaços, esta orientação aposta na sua dinamização ativa, com enfoque na qualidade da programação e na sua integração na vida quotidiana dos cidadãos.

A concretização desta estratégia exige uma forte articulação com os agentes culturais e o tecido associativo, bem como a integração de profissionais qualificados, capazes de responder às exigências de públicos diversos. O reforço de parcerias será determinante para consolidar uma rede cultural acessível, inclusiva e territorialmente coesa.

A **terceira orientação estratégica (OE8.3.)** centra-se na formação de públicos, procurando garantir que desde cedo as crianças e os jovens procurem a cultura nas suas mais variadas expressões.

Paralelamente, visa reforçar a articulação entre municípios, escolas e agentes culturais, promovendo uma programação cultural integrada e adaptada às especificidades dos territórios.

O envolvimento ativo das comunidades na definição das políticas culturais e a capacitação dos profissionais do setor serão essenciais para consolidar hábitos de participação e fortalecer o ecossistema cultural regional.

A **quarta orientação estratégica (OE8.4.)** foca-se na promoção da atividade física ao longo da vida, enquanto instrumento de saúde, bem-estar e inclusão social. Pretende-se criar condições para que todas as pessoas, independentemente da idade ou condição, possam praticar desporto de forma regular, com o envolvimento das escolas, do movimento associativo e de outras entidades locais.

A diversificação da oferta, a valorização das práticas informais e a articulação entre instituições serão determinantes para consolidar uma cultura desportiva acessível e participativa.

A **quinta orientação estratégica (OE8.5.)** pretende afirmar a Região de Setúbal como um território de excelência na prática desportiva, promovendo a sua notoriedade e atratividade externa.

Esta orientação inclui o apoio aos centros de formação desportiva, a qualificação dos equipamentos para acolher treinos e competições e a criação de condições para que os atletas da região possam evoluir e competir ao mais alto nível.

A distinção de Setúbal como Cidade Europeia do Desporto em 2016 constitui um marco relevante neste percurso, evidenciando o potencial da região para se afirmar como referência nacional e internacional na área do desporto. A valorização do talento local e a organização de eventos desportivos contribuirão para consolidar uma identidade regional fortemente associada à prática desportiva.

6.2.9. Prioridade estratégica 9. Promoção da acessibilidade e da mobilidade

A mobilidade e os transportes são essenciais para a Região de Setúbal, dada a sua importância na coesão territorial e atratividade económica, acentuada pela configuração geográfica da região marcada por barreiras naturais (p.e. Rios Tejo e Sado) e dispersão urbana. O objetivo da oitava prioridade estratégica (PE9) é **sinalizar a aposta na promoção da mobilidade intermodal e sustentável**, sem esquecer a resolução dos constrangimentos na mobilidade intrarregional, garantindo a ligação a serviços e bolsas de emprego e o aprofundamento das relações funcionais a sul. Pretende-se também promover a integração de redes de transportes coletivos e modos suaves, visando reduzir a pegada carbónica e aumentar a atratividade da região.

Do diagnóstico realizado destacam-se um conjunto de **fatores chave que importa considerar** na definição da estratégia de mobilidade e transportes para a Região de Setúbal:

- Os **transportes públicos** estão atualmente orientados para os fluxos pendulares para Lisboa, descurando as necessidades de mobilidade interna de estudantes, trabalhadores e visitantes;

- A **rede rodoviária**, centrada na A2, não garante uma cobertura eficiente do território, gerando constrangimentos nas ligações entre centros urbanos, zonas industriais e *interfaces* de transporte público, sobretudo entre os concelhos da Península de Setúbal;
- A fraca **articulação entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral** limita a integração entre sub-regiões, comprometendo a coesão territorial, o aproveitamento conjunto e articulado de oportunidades e a expansão de uma nova dinâmica funcional na região;
- A **rede ferroviária** apresenta limitações estruturais e operacionais, tornando-se essencial a expansão e qualificação da oferta, incluindo a concretização do anel ferroviário através da ponte Barreiro-Chelas, determinante para reforçar a conectividade, tanto de passageiros como de mercadorias.

Neste contexto, definem-se **três orientações** estratégicas, que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

OE9.1. Promover a acessibilidade intrarregional, inter-regional e internacional

OE9.2. Repensar a mobilidade tornando-a mais eficiente e sustentável

OE9.3. Promover sistemas de transporte público integrados e socialmente acessíveis

A **primeira orientação estratégica (OE9.1.)** pretende reforçar a acessibilidade intrarregional, inter-regional e internacional, promovendo a coesão territorial e a ligação eficiente entre os diferentes territórios. A eliminação de vazios, como a ausência de uma ligação rodoviária direta entre Barreiro e o Seixal, e a diminuição dos constrangimentos de mobilidade do ponto de vista inter-concelhio, ou nos territórios de baixa densidade, como Alcácer do Sal ou Grândola, será essencial.

Em suma, o objetivo passa por qualificar e reforçar as ligações entre centros urbanos de ambas as sub-regiões, bolsas de emprego, equipamentos estratégicos e *interfaces* de transporte, bem como melhorar a articulação com outras regiões nacionais, promovendo a atratividade do território.

Esta dimensão é particularmente relevante, num contexto de localização de grandes investimentos empresariais no Alentejo Litoral e das consequências da Transição Justa neste território, que pressuporá maiores necessidades de recursos humanos e novas competências que poderão ser capitalizadas na própria região.

A **segunda orientação estratégica (OE9.2.)** visa promover um novo paradigma de mobilidade, mais eficiente, ambientalmente sustentável e centrado nas pessoas. Pretende-se fomentar a utilização de modos de transporte coletivos e suaves, reforçando a intermodalidade e a articulação funcional entre diferentes meios de transporte.

Esta transformação é essencial para a redução da dependência do automóvel, para a descarbonização e para a melhoria da qualidade de vida, por exemplo através do investimento no transporte coletivo em sítio

próprio, pela expansão da rede ciclável, ou pela integração futura do metro superfície com os *interfaces* ferroviários, criando plataformas multimodais. A aposta em soluções que promovam deslocações mais sustentáveis poderá ser reforçada através dos planos municipais de mobilidade urbana sustentável (PMUS) e da sua articulação com políticas de ordenamento do território.

A **terceira orientação estratégica (OE9.3.)** tem como objetivo consolidar um sistema de transporte público mais integrado, acessível e centrado na coesão social e territorial. Neste sentido, importa reforçar a frequência, a qualidade do serviço e a cobertura territorial da oferta de transporte público, incluindo as áreas periféricas e de baixa densidade. Da mesma forma, a promoção de uma maior coordenação entre operadores, municípios e entidades públicas, assegurando um planeamento mais eficiente e adaptado às necessidades da população, é igualmente essencial.

Esta orientação estratégica é fundamental para garantir a continuidade e a expansão de medidas como o passe único metropolitano (Navegante), que permitiu ganhos relevantes em termos de equidade e aumento da procura pelo transporte coletivo, mas que, no entanto, não resolveu todos os problemas em termos de mobilidade e transportes.

Estas orientações estratégicas alinham-se com os desafios e oportunidades identificados no diagnóstico territorial da Região de Setúbal, respondendo à necessidade urgente de transformar o atual sistema de mobilidade e de transportes num modelo mais integrado, equitativo e sustentável.

A sua implementação exigirá a articulação entre os diversos níveis de governação (local, metropolitano, regional e nacional), bem como o envolvimento dos operadores, das comunidades e dos agentes económicos.

Só através de uma visão partilhada e de uma ação coordenada será possível concretizar os investimentos necessários, garantir acessibilidade plena ao território e promover uma mobilidade ao serviço do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida das populações.

6.2.10. Prioridade estratégica 10. Promover políticas públicas de habitação

A décima prioridade estratégica (PE10) **visa promover um acesso equitativo à habitação**.

Pretende-se assegurar que todos os cidadãos, independentemente da sua condição social, idade ou origem, tenham a possibilidade de viver em condições adequadas, dignas e compatíveis em termos de taxa de esforço com a habitação. Além de melhorar as condições de vida dos residentes, esta prioridade tem também como objetivo reforçar a atratividade da região para novos residentes e investidores.

Do diagnóstico realizado destacam-se alguns **aspectos a considerar** na definição de uma estratégia com enfoque na promoção de políticas públicas de habitação da Região de Setúbal:

- ▶ O crescimento moderado do parque habitacional na Região de Setúbal nos últimos anos foi acompanhado por um aumento generalizado e persistente dos custos da habitação, tanto na aquisição como no arrendamento. Este **desajuste no mercado habitacional**, comum a uma parte significativa do território nacional, é particularmente acentuado nos concelhos metropolitanos que oferecem alternativa de residência às cidades de Lisboa e Porto, onde a pressão de subida do preço da habitação é mais expressiva;
- ▶ O aumento contínuo dos encargos habitacionais face aos rendimentos das famílias poderá refletir uma crescente **dificuldade de acessibilidade económica à habitação**, tornando essencial a criação de soluções habitacionais acessíveis;
- ▶ A dinâmica industrial de Sines, em particular, expõe a insuficiência regional de **soluções habitacionais flexíveis e acessíveis** e cria, por esta via, desafios adicionais à fixação de mão-de-obra qualificada na região;
- ▶ Identifica-se a **necessidade de articulação regional** de soluções de estabilização do mercado habitacional que contribuam, simultaneamente, para melhorar a qualidade de vida dos residentes na região (baixando a taxa de esforço com a habitação) e para melhorar a capacidade de fixação de mão-de-obra qualificada na região (assegurando a oferta de soluções habitacionais adequadas);

Considerando os aspetos elencados, propõem-se **três orientações estratégicas** que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

- OE10.1.** Reforçar os instrumentos municipais de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação
- OE10.2.** Promover o alargamento do parque público de habitação
- OE10.3.** Reforçar os instrumentos de articulação intermunicipal ou regional

A **primeira orientação estratégica (OE10.1.)** incide sobre o reforço dos instrumentos municipais de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, nomeadamente os previstos na Lei de Bases da Habitação.

A elaboração de Cartas Municipais de Habitação¹ (e eventualmente na sua conceção no quadro da preparação de uma Carta Regional de Habitação), a avaliação da eventual adequação de emissão de Declarações Fundamentadas de Carência Habitacional² à escala municipal/intermunicipal, bem como a criação (ou eventual ativação) de Conselhos Locais de Habitação constituem alguns dos esforços que concorrem para os objetivos desta orientação estratégica.

A **segunda orientação estratégica (OE10.2.)** incide sobre a promoção do alargamento do parque público de habitação, com enfoque na garantia do direito à habitação para as famílias mais vulneráveis, mas também para a classe média (cuja situação face à habitação se tem vindo a deteriorar).

Pretende-se, assim, continuar os esforços em curso no território, dos quais é exemplo o projeto-piloto que se encontra a decorrer em Setúbal, através do qual é promovida a construção de habitação cooperativa em terrenos disponibilizados pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, no âmbito da Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível.

Reconhecendo que o desafio habitacional ultrapassa, em grande parte, a capacidade de intervenção dos municípios, revela-se necessária uma articulação com

a administração central e regional, em prol de soluções coordenadas e de maior escala, ao nível da política habitacional, tendo como objetivo a construção de novas soluções habitacionais, reabilitar áreas urbanas degradadas (ARU/ORU) e apoiar o acesso à habitação para as classes mais vulneráveis com programas de apoio ao arrendamento/aquisição de habitação.

Seguindo as principais orientações das políticas públicas sobre habitação, como a Nova Geração de Políticas de Habitação, a sustentabilidade ambiental será igualmente um objetivo, através da promoção de soluções habitacionais que integrem energias renováveis e eficiência energética, contribuindo para a criação de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e socialmente responsável.

A **terceira orientação estratégica (OE 10.3)** pretende reforçar os instrumentos de articulação intermunicipal ou regional em matéria de habitação, com tónica na ativação de mecanismos de coordenação, parceria e monitorização.

O reconhecimento de que os problemas identificados na Região de Setúbal em matéria de habitação são comuns a diversos territórios nacionais e, como tal, ultrapassam a esfera da capacidade de resposta municipal, confere pertinência à definição de iniciativas e sua implementação à escala intermunicipal e/ou regional adequada.

Nota: (1) As CMH deverão, por sua vez, articular-se com o Plano Diretor Municipal e com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

(2) A emissão da Declaração Fundamentada de Carência Habitacional legitima a autarquia a recorrer aos seguintes instrumentos: Reforço das áreas destinadas a uso habitacional nos PDM ou outros planos territoriais; Condicionamento das operações urbanísticas privadas ao cumprimento das metas habitacionais municipais definidas na CMH para habitação permanente e a custos controlados; Exercício do direito de preferência, nos termos da presente lei e demais legislação aplicável.

As medidas de escala local definidas no quadro da orientação estratégica 10.1 conferem robustez à sua compatibilização num quadro intermunicipal/regional, quando este se revelar adequado. A criação de um Conselho Intermunicipal/Regional de Habitação, articulado com os Conselhos Locais de Habitação, permitirá promover a articulação entre políticas de habitação dos municípios da região e articular o apoio a intervenções prioritárias para otimização da resposta pública.

A existência de um sistema de dados e de ferramentas participativas de suporte à tomada de decisão será crucial para assegurar a eficácia das decisões do Conselho Intermunicipal/Regional de Habitação, seja através da lógica de observatório regional da habitação (com funções de acompanhamento, monitorização e avaliação do cumprimento dos objetivos das CMH municipais a uma escala agregada e da sua operacionalização, bem como das iniciativas assumidas pelo Conselho Intermunicipal/Regional de Habitação), seja através da lógica de um portal regional da habitação, com capacidade oferecer um acesso mais simples e eficaz por parte dos utilizadores, promovendo a participação e a disseminação de informação (por exemplo, reunindo dados sobre programas municipais, candidaturas e apoios, regulamentação, projetos em curso e oportunidades no setor), seja ainda pela mobilização de ferramentas digitais para gestão e melhoria dos níveis de transparência e participação pública.

6.2.11. Prioridade estratégica 11. Investimentos estruturais estratégicos

A décima primeira prioridade estratégica (PE11) centra-se na **concretização de investimentos estruturantes** que reforcem a conectividade, a competitividade e a atratividade da Região de Setúbal, promovendo uma articulação eficaz entre os territórios da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral e potenciando a sua inserção nos fluxos económicos nacionais e internacionais.

Esta prioridade visa **consolidar a posição estratégica da região enquanto plataforma logística, industrial e exportadora** de escala ibérica e atlântica, através da valorização das infraestruturas existentes e da concretização de projetos estruturantes como o novo Aeroporto de Lisboa, a Terceira Travessia do Tejo (Barreiro-Chelas), o Arco Ribeirinho Sul e a expansão do Metro Sul do Tejo que assumem um papel determinante na coesão territorial e na dinamização económica regional.

Do diagnóstico realizado destacam-se um conjunto de **fatores chave que importa considerar** na definição da estratégia para os investimentos estruturais na Região de Setúbal:

- A **localização estratégica** da região, inserida numa área metropolitana com elevada densidade populacional e próxima dos principais mercados nacionais e internacionais, reforça o seu papel como plataforma económica e logística;

- A **presença de infraestruturas de elevada relevância** — portos, redes rodoviárias e ferroviárias, zonas industriais e logísticas — estrutura um corredor económico com impacto nacional e ibérico;
- A **vocação exportadora** da região, evidenciada pelo crescimento das exportações e pela elevada intensidade exportadora e sustentada pela proximidade a infraestruturas portuárias, potencia a inserção da região nos fluxos comerciais globais;
- A concentração de **parques empresariais de grande escala**, com destaque para a Zona Industrial e Logística de Sines, reforça a atratividade da região para atividades industriais e logísticas de dimensão internacional;
- A **antecipação de grandes projetos estruturantes**, como o novo Aeroporto de Lisboa, a Terceira Travessia do Tejo (Barreiro-Chelas) e o Arco Ribeirinho Sul, representa uma oportunidade para reforçar a conectividade e a coesão territorial;
- Os **investimentos previstos pelo PNI 2030 em infraestruturas estratégicas**, nomeadamente nos portos e terminais multimodais, visam melhorar a eficiência, a sustentabilidade e a competitividade da região no contexto da transição energética e digital.

Neste contexto, definem-se **seis orientações** estratégicas, que se detalham de seguida.

Orientações estratégicas

OE11.1. Terceira Travessia do Tejo

OE11.2. Novo Aeroporto de Lisboa

OE11.3. Arco Ribeirinho Sul

OE11.4. Desenvolvimento logístico e portuário

OE11.5. Metro Sul do Tejo

OE 11.6. Linha de alta velocidade

As três primeiras orientações estratégicas da Prioridade Estratégica 11 centram-se na concretização de investimentos estruturantes com impacto transformador na Região de Setúbal. Estes projetos têm potencial para alterar profundamente a morfologia territorial, a especialização produtiva, a dinâmica demográfica e as relações económicas e sociais da região, exigindo uma preparação atempada e cuidada do território para os acolher e potenciar os seus efeitos positivos, assim como gerir e minimizar eventuais impactos negativos.

A **primeira orientação estratégica (OE11.1)** diz respeito à Terceira Travessia do Tejo. A operacionalização da nova ligação rodoferroviária Barreiro–Chelas é essencial para resolver os atuais problemas de coesão territorial, especialmente nos municípios do centro da Península de Setúbal, que enfrentam sérias limitações de conectividade com Lisboa, assumindo-se igualmente como um elemento estruturante no quadro mais alargado da Linha de Alta Velocidade Lisboa–Madrid e da ligação ao Aeroporto Luís de Camões. Este investimento permitirá melhorar significativamente a mobilidade de pessoas e bens, reduzir a segregação funcional do território e reforçar a atratividade da região no contexto metropolitano.

A **segunda orientação estratégica (OE11.2)** incide sobre o Novo Aeroporto de Lisboa. A concretização do novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete representa uma decisão estratégica para o desenvolvimento nacional, com impactos diretos na Região de Setúbal. Este investimento permitirá responder aos constrangimentos de capacidade do atual aeroporto, potenciar a atratividade regional para novos negócios e investimentos e reforçar o

posicionamento da região no ciclo turístico ascendente que o país tem vivido.

A **terceira orientação estratégica (OE11.3)** diz respeito ao Arco Ribeirinho Sul. O projeto de reabilitação da frente ribeirinha na margem sul do Tejo constitui uma oportunidade para regenerar áreas urbanas degradadas, valorizar o património natural e cultural e criar novas centralidades urbanas. A sua concretização permitirá melhorar a qualidade ambiental, promover a mobilidade suave e criar espaços públicos qualificados, reforçando a ligação entre as populações e o rio.

A **quarta orientação estratégica (OE11.4.)** foca-se na valorização da vocação logística e portuária da Região de Setúbal, reconhecida pela sua localização estratégica e pela presença de infraestruturas com relevância nacional e internacional. Esta orientação visa consolidar o papel da região como plataforma logística de referência, reforçando a sua integração nos fluxos comerciais da Área Metropolitana de Lisboa, da Península Ibérica e dos mercados globais.

Neste sentido, assume particular importância a concretização de investimentos que potenciem a eficiência e a competitividade dos principais ativos logísticos e portuários, como o Porto de Setúbal, a Plataforma Logística do Poceirão e a Plataforma Logística de Palmela.

A melhoria das condições de navegabilidade, a promoção da multimodalidade e a articulação com os corredores internacionais são elementos centrais para o desenvolvimento sustentável e de longo prazo da região.

A **quinta orientação estratégica (OE11.5.)** incide sobre a expansão do Metro Sul do Tejo. A concretização da fase 2 – extensão entre Corroios e Fogueteiro, no concelho do Seixal – e da fase 3 – ligação entre Fogueteiro, Terminal Fluvial do Seixal, Terminal Fluvial do Barreiro e Apeadeiro do Lavradio – é fundamental para reforçar a mobilidade intra-regional e inter-regional.

A **sexta e última orientação estratégica (OE11.6)** incide sobre a Linha de Alta Velocidade Lisboa–Madrid. A concretização desta infraestrutura constitui um investimento estruturante para a Região de Setúbal, com impactos determinantes na sua integração nos principais eixos de mobilidade nacionais e internacionais.

Esta orientação articula-se com a Terceira Travessia do Tejo, a ligação ao Aeroporto Luís de Camões e a avaliação da viabilidade de novas estações, nomeadamente no Lavradio e em Pinhal Novo, reforçando a conectividade regional e o posicionamento estratégico da região no sistema de transportes de longa distância.

A implementação da Linha de Alta Velocidade permitirá potenciar a atratividade económica da Região de Setúbal, melhorar a acessibilidade e consolidar o seu papel como território charneira entre a Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo e os corredores ibéricos e europeus.

6.3. Fatores críticos para a concretização da estratégia e o desenvolvimento da Região de Setúbal

A concretização da estratégia de desenvolvimento da Região de Setúbal exige, para além da ação direta dos municípios e dos agentes locais, um conjunto de condições estruturais e de fatores críticos cuja garantia depende de níveis superiores de decisão, de alinhamentos interterritoriais e de políticas públicas de âmbito nacional e europeu.

São estes fatores, externos à gestão direta das autarquias ou entidades regionais e alguns dependentes de outros níveis de decisão, que à luz da história de desenvolvimento regional e as necessidades de afirmação futura, funcionam como pilares essenciais para a transformação económica, social e territorial da região, assegurando que as ambições estratégicas se traduzem em realidades tangíveis e sustentáveis.

Reconhecer estes fatores e atuar sobre eles é, por isso, indispensável para viabilizar o sucesso da estratégia, promover o desenvolvimento equilibrado do território e posicionar a região como uma referência no contexto nacional e internacional.

Neste contexto, são destacados oito fatores críticos para a concretização da visão e da estratégia e que são detalhados de seguida.

Um dos fatores estruturantes relevantes prende-se com a necessidade de **reforçar o planeamento e a administração regional (1)**, assegurando uma articulação eficaz entre os diferentes níveis de administração (local, intermunicipal, metropolitana, regional e nacional), complementando-se em áreas com diferentes responsabilidades. A articulação entre os municípios da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral que se pretende promover, assim como a relação funcional com a Grande Lisboa, relevante polo económico e populacional, exige uma abordagem

concertada que promova a cooperação institucional e o alinhamento estratégico das políticas de desenvolvimento territorial. É igualmente necessário atualizar os instrumentos de planeamento territorial, como o PROT-AML, em vigor desde 2002, para responder aos desafios urbanos e económicos atuais e orientar de forma integrada os investimentos e a ocupação do solo.

A implementação das Regiões Administrativas, com competências e financiamento próprios, poderia representar um mecanismo operativo fundamental para acelerar processos decisórios, gerir recursos e projetos estratégicos e garantir uma visão comum para o território. Este modelo de governança deverá ser complementado com fóruns de diálogo e concertação estratégica, envolvendo múltiplos setores e instituições, que incentivem a coprodução de soluções, a partilha de conhecimento e a tomada de decisões informadas e coordenadas entre todos os atores relevantes do território. Uma verdadeira governança multinível é fundamental neste contexto.

Associado à governança, está o desafio da **valorização dos serviços e recursos existentes (2)**, que deve ser encarado como uma condição para garantir a atratividade territorial, a retenção de população qualificada e a coesão social. Melhorar a qualidade dos serviços, equipamentos e infraestruturas implica inovar nas formas de atendimento, criar sinergias entre valências complementares e preencher lacunas que limitam o acesso das populações a direitos fundamentais. Neste âmbito, importa considerar domínios como a educação, saúde, ação social, cultura, desporto, segurança e justiça, cujas respostas carecem de reforço, reorganização ou maior articulação.

Para tal, é de reiterar a importância do reforço e adequação da rede de equipamentos e serviços de apoio à infância e de saúde e um investimento contínuo na educação, na cultura e no desporto.

Acresce a necessidade de valorizar recursos já existentes ou subaproveitados, dentro do que são as responsabilidades e competências das autarquias, por exemplo através da reabilitação de antigos edifícios escolares, centros comunitários ou infraestruturas culturais, adaptando-os a novas funções de proximidade e a projetos intermunicipais de escala regional. Esta abordagem permite, simultaneamente, colmatar défices de resposta local e otimizar o investimento público.

Em linha com o fator anterior, **a qualificação dos recursos humanos (3)** assume-se, também como uma condição determinante para concretizar uma estratégia de desenvolvimento assente na inovação, na reindustrialização e na valorização das vocações territoriais. A Região de Setúbal enfrenta desafios estruturais ao nível das qualificações da população ativa e da adequação entre a oferta formativa e as necessidades do tecido económico, exigindo uma aposta clara no reforço das competências, na valorização do conhecimento e na atratividade dos recursos humanos, num domínio que exige coordenação supramunicipal e interinstitucional, não dependendo, exclusivamente, das decisões e ações da administração local.

A valorização e otimização dos serviços e recursos existentes é essencial para a atratividade e coesão da região. Isto implica melhorar a articulação e a qualidade de respostas em áreas como educação e formação/reconversão profissional e formação ao longo da vida, alinhando-as com as necessidades dos setores emergentes.

A concretização de grandes investimentos estruturantes (4) como o Arco Ribeirinho Sul, o novo aeroporto, a terceira travessia rododiferroviária do Tejo, ou a ampliação do Hospital de Setúbal, são exemplos de investimentos estruturantes para a região, com resultados diretos na sua atratividade, conectividade e integração funcional. Embora fundamentais para o futuro do território, a concretização destes investimentos não se encontra, de todo, na esfera do poder público local, exigindo capacidade de influência política e concertação interinstitucional, num contexto marcado por avanços, recuos e incertezas quanto à sua execução.

O grau de indefinição e o tempo prolongado associado à decisão e implementação destes investimentos acarreta constrangimentos ao planeamento urbano dos municípios, dificultando a revisão dos seus Planos Diretores Municipais (PDM) e a antecipação de dinâmicas territoriais, impactando, igualmente, as opções de localização empresarial. Esta situação compromete a capacidade de atrair investimento, planear infraestruturas e desenhar políticas públicas locais ajustadas, tornando evidente a importância de uma articulação eficaz entre escalas de planeamento e níveis de governação.

A atração e fixação de investimento, empresas e emprego qualificado (5) constitui, igualmente, um fator crítico para o sucesso da estratégia, sobretudo se orientado para consolidar um tecido produtivo resiliente e inovador, através da captação e fixação de empresas e a criação de emprego. A Região de Setúbal pode e deve posicionar-se como uma plataforma de indústrias do futuro, apostando em áreas como, por exemplo, soluções de energia limpa, a economia azul, a defesa, a bioindústria, a celulose e a indústria automóvel.

A aposta numa estratégia integrada de atração e fixação de empresas nestes setores permitirá consolidar um tecido produtivo mais resiliente, qualificado e alinhado com as exigências da transição verde e digital, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para uma economia mais robusta e sustentável. Esta aposta clara na atratividade empresarial é fundamental para a afirmação plena da região e, como tal, como espaço de residência, emprego e qualidade de vida.

O aproveitamento do potencial dos grandes investimentos previstos, assim como o desenvolvimento territorial e da competitividade, também se encontram relacionados a **melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade (6)**. O reforço da articulação intra e inter-regional, através de uma rede de transportes multimodal, eficiente e inclusiva, é essencial para garantir o acesso equitativo a oportunidades de emprego, educação, serviços e cultura. Bem como a garantia de acessibilidades que permitam a coesão territorial, como sendo a circular para o porto de Setúbal, a ponte Barreiro-Seixal, a ampliação do Metro Sul do Tejo ou investimentos na ferrovia, por exemplo.

A concretização de soluções de mobilidade inteligente, sustentáveis e adaptadas à diversidade territorial da região – urbana, periurbana e rural – permitirá mitigar desigualdades de acesso e reforçar a integração funcional do território.

Apesar de dependerem maioritariamente de decisões ao nível do poder nacional, os investimentos em mobilidade são cruciais para o sucesso da estratégia, permitindo requalificar transportes públicos, promover soluções sustentáveis e reforçar a ligação aos principais polos do território, com impactos significativos na qualidade de vida, no ambiente e na atratividade da região.

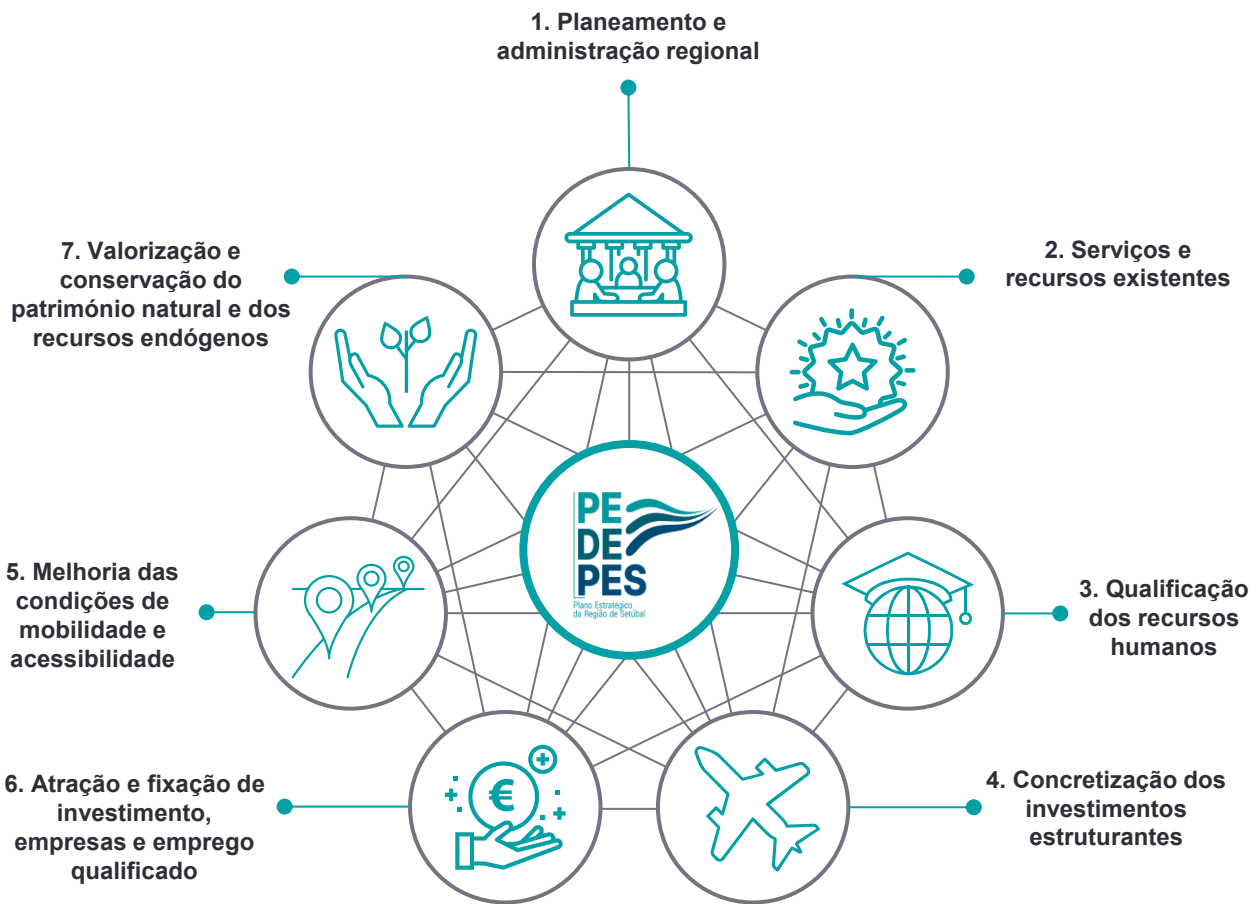
Por fim, a **valorização e conservação do património natural e dos recursos endógenos (7)** constitui um vetor essencial para o desenvolvimento sustentável da Região de Setúbal. A região dispõe de um património natural ímpar, com elevado valor ecológico, social e turístico, cuja preservação e uso responsável são fundamentais para garantir a sustentabilidade ambiental e a viabilidade futura do território. As suas características naturais representam também um importante ativo turístico, o que reforça a necessidade de assegurar a sua conservação e valorização a longo prazo.

A articulação entre os diversos níveis da administração e os agentes locais é fundamental para assegurar modelos de gestão integrada, nomeadamente no âmbito da economia azul e circular, que permitam conciliar a proteção da natureza com a geração de valor económico, alavancar novas oportunidades de desenvolvimento e garantir a preservação dos ecossistemas e dos recursos endógenos sem comprometer os valores ecológicos e sociais do território.

Em suma, a concretização da estratégia para a Região de Setúbal exige uma abordagem articulada e prospetiva, envolvendo as diferentes escalas territoriais e níveis de governação. Os fatores críticos aqui identificados funcionam como alavancas estruturantes para a transformação do território, mas, no entanto, não dependem de forma direta e exclusiva da administração pública local.

A superação das barreiras estruturais, a mobilização dos agentes-chave e a consolidação de uma visão partilhada são condições fundamentais para que a Região de Setúbal possa realizar o seu potencial de desenvolvimento económico, social e ambiental, garantindo um futuro mais coeso, resiliente e sustentável.

Fatores críticos para o desenvolvimento da Região de Setúbal





7. Operacionalização da estratégia

7.1. As medidas estruturantes

As medidas estruturantes do PEDEPES constituem o conjunto de **ações que permitem operacionalizar a visão estratégica e as prioridades** definidas no capítulo anterior. Estas medidas representam instrumentos de intervenção que visam assegurar a **coerência entre os objetivos estratégicos e a sua execução**, garantindo a mobilização dos atores regionais e a articulação entre políticas setoriais. São ações concretas que visam transformar os objetivos estratégicos em **iniciativas capazes de gerar impacto real** no desenvolvimento da Região de Setúbal.

Estas medidas estão **organizadas por Prioridade Estratégica (PE) e Orientação Estratégica (OE)**, garantindo uma ligação direta entre a estratégia e a sua execução. A apresentação é feita em **tabelas**, que permitem uma leitura clara e sistemática das propostas.

Cada medida é acompanhada de informação essencial para a sua compreensão e implementação, incluindo:

- **Nome** da medida;
- **Descrição sumária** do espírito e objetivos da medida;
- **Âmbito territorial** de aplicação;
- **Potenciais promotores** (entidades públicas, privadas ou associativas com capacidade para liderar ou apoiar a execução).

No total, são apresentadas **137 medidas estruturantes**, distribuídas pelas diferentes prioridades e orientações estratégicas, constituindo um quadro coerente e articulado de ações que suportam a concretização do PEDEPES.

As medidas estruturantes do PEDEPES

 PE1. Promoção do sistema económico regional 33 medidas	 PE2. Valorização do emprego 4 medidas	 PE3. Capacitação da sociedade regional 12 medidas	 PE4. Reforço da coesão social 14 medidas
 PE5. Qualificar a rede de cuidados de saúde 7 medidas	 PE56. Valorização do território e reforço da coesão regional 7 medidas	 PE7. Valorização do património natural 17 medidas	 PE8. Reforço da rede cultural e desportiva 14 medidas
 PE9. Promoção da acessibilidade e da mobilidade 16 medidas	 PE10. Promover políticas públicas de habitação 7 medidas	 PE11. Investimentos estruturais estratégicos 6 medidas	

7.1.1 Medidas no âmbito da PE1. Promoção do sistema económico regional

Medidas no âmbito da OE1.1. Diferenciar e internacionalizar a economia regional, promovendo a modernização dos *clusters* instalados e consolidando os *clusters* emergentes

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Estratégia económica de complementaridade AL-PS	Desenvolver uma estratégia económica integrada que valorize a complementaridade entre a Península de Setúbal (PS) e o Alentejo Litoral (AL), aproveitando as especializações produtivas distintas de cada sub-região para reforçar a competitividade regional e a atração de investimento de valor acrescentado. Esta estratégia poderá incluir, entre outros, o mapeamento das especializações económicas e dos ativos estratégicos de cada sub-região, a criação de planos intermunicipais de desenvolvimento económico, a promoção de plataformas colaborativas entre empresas e instituições e campanhas de promoção territorial conjunta dirigidas a investidores nacionais e internacionais, destacando a complementaridade e diversidade da oferta regional.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, CCDR, AML, AMRS, CIMAL
Plano de valorização da indústria	Promover a valorização e modernização dos principais setores industriais da Região de Setúbal, com enfoque nos <i>clusters</i> estratégicos e emergentes, nomeadamente as indústrias naval, aeroespacial, automóvel, química e farmacêutica. Este plano deverá potenciar sinergias entre equipamentos e infraestruturas de referência, como o estaleiro da Mitrena, o Arsenal do Alfeite e os parques industriais do Seixal e do Barreiro, criando condições para atração de investimento, inovação tecnológica e geração de emprego qualificado e estável.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, ASET, Empresas
Plataforma Logística do Poceirão	Concretizar a instalação da Plataforma Logística do Poceirão em Palmela, como infraestrutura estratégica para o reforço da atividade económica e para reordenar os fluxos logísticos e de transportes. A plataforma do Poceirão destina-se a apoiar as carências logísticas e de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, principalmente as que decorrem dos movimentos dos portos de Lisboa, Sines e Setúbal, potenciando o crescimento das transações logísticas regionais, nacionais e internacionais. Esta plataforma funcionará ainda como interface para transporte e distribuição de carga, incluindo os modos ferroviário, rodoviário e aeroportuário, e contribuirá para a atração e fixação de novas atividades industriais, logísticas e comerciais.	Palmela	Administração Pública Central
Qualificação das áreas de instalação empresarial	Promover a qualificação das áreas de instalação empresarial da Região de Setúbal, através da modernização das infraestruturas, melhoria da acessibilidade e reforço dos serviços de apoio às empresas.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios
Rede de centros multimodais portuários e logísticos	Desenvolver uma rede de centros logísticos multimodais articulados com os portos de Lisboa, Setúbal e Sines e com a Plataforma Logística do Poceirão, promovendo a integração dos modos de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo. Esta rede potenciará a atração de nova indústria e a internacionalização da indústria já instalada na Região de Setúbal.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE1.2. Apoiar o tecido empresarial regional, preparando-o para os desafios do futuro

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Capacitação para a internacionalização	Promover a criação de um programa específico para apoiar as MPMEs na entrada em novos mercados, incluindo formação, informação sobre comércio internacional e ligação a redes comerciais.	Região de Setúbal	CPPME, Administração Pública Central
Gabinete de apoio integrado ao empresário	Apoiar a criação de uma estrutura técnica de apoio contínuo às MPMEs, com informação articulada entre Segurança Social, Finanças e outras entidades públicas, para desburocratizar e apoiar ideias inovadoras.	Região de Setúbal	CPPME, Administração Pública Central
Hub de capacitação para MPMEs	Criar um <i>hub</i> regional de capacitação para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com o objetivo de apoiar a transição digital e ambiental do tecido empresarial da Região de Setúbal. Esta rede funcionará como um espaço de partilha de boas práticas, apoio técnico e formação especializada, promovendo a adaptação das empresas aos desafios tecnológicos e ambientais e reforçando a sua competitividade e resiliência.	Região de Setúbal	CPPME, Administração Pública Central
Incentivos à produção regional	Promover a qualificação das áreas de instalação empresarial da Região de Setúbal, através da modernização das infraestruturas, melhoria da acessibilidade e reforço dos serviços de apoio às empresas.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios

Medidas no âmbito da OE1.3 Consolidar e desenvolver a economia azul

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Polo de inovação para a economia azul	Apostar na criação de um polo tecnológico e de inovação, ligado à academia, para desenvolver o <i>cluster</i> da economia azul sustentável, promovendo a investigação aplicada, a incubação de empresas e a valorização dos recursos marinhos.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, IPS, FCT-UNL
Revitalização de setores marítimos tradicionais	Valorizar e revitalizar os setores marítimos tradicionais da Região de Setúbal, como a pequena pesca, de cariz essencialmente artesanal, a construção naval, a transformação de produtos do mar e a náutica de recreio, promovendo a sua modernização, sustentabilidade e ligação à identidade cultural da região. Neste sentido, algumas das ações poderão incluir a modernização das infraestruturas e equipamentos utilizados nos setores tradicionais, como a promoção da pequena pesca, através de projetos de capacitação sobre ofícios marítimos (p.e. calafetaria, carpintaria naval, remendo de redes), de articulação entre a academia e a sociedade civil, culturais e turísticos ou a integração dos setores tradicionais em estratégias de turismo cultural e economia azul, reforçando a sua atratividade e sustentabilidade.	Municípios costeiros da Região de Setúbal	Administração Pública Central, Empresas, Municípios, Organizações de produtores da região, Associações de armadores e pescadores, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

Medidas no âmbito da OE1.4. Valorizar e diversificar o setor primário, explorando as sinergias e complementaridades entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Inovação e modernização no setor primário	Melhorar a produtividade e atratividade do setor primário através do apoio à modernização dos modos de produção e adoção de práticas inovadoras, promovendo a sua renovação tecnológica e geracional. Paralelamente, poderão ser criados programas de formação e capacitação, assim como campanhas de valorização do setor primário, combatendo estigmas e preconceitos e destacando o seu papel estratégico na economia regional.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Alargamento da cadeia de valor do setor primário	Promover a atração de empresas e negócios que contribuam para o alargamento da cadeia de valor do setor primário na Península de Setúbal e no Alentejo Litoral, com enfoque nas indústrias transformadoras, distribuição e logística, potenciando a valorização dos produtos locais e a criação de emprego qualificado. Neste âmbito, poderão ser desenvolvidos esforços no sentido de identificar oportunidades de investimento em segmentos estratégicos da cadeia de valor (p.e. transformação agroalimentar, embalagem, conservação, distribuição), criar zonas empresariais vocacionadas para o setor primário, promover parcerias entre produtores e empresas transformadoras ou desenvolver campanhas de captação de investimento nacional e internacional.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Circuitos curtos de produção e consumo	Promover e criar medidas de apoio à produção e consumo locais, criando circuitos de comercialização que aproximem os produtores dos consumidores. Estas medidas poderão incluir, por exemplo, a criação de mercados locais e feiras regulares com produtos da região e em articulação com os municípios, a criação de uma plataforma digital de venda direta entre produtores e consumidores, incentivos à restauração e cantinas públicas para aquisição de produtos locais e sazonais ou campanhas de comunicação e educação alimentar sobre os benefícios dos produtos locais.	Região de Setúbal	Municípios, Produtores regionais, Administração Pública Central, Associações de produtores
Dinamização dos mercados locais	Desenvolver campanhas integradas de promoção dos mercados locais que valorizem a qualidade, autenticidade e diversidade dos produtos oferecidos.	Região de Setúbal	Municípios, AMRS, Freguesias, Produtores regionais
Mercado Abastecedor regional	Desenvolver estudos técnicos e económicos para a implementação do Mercado Abastecedor da Região de Setúbal. Esta infraestrutura será estratégica para a logística e comercialização de produtos agroalimentares e outros bens essenciais. O objetivo é oferecer um espaço aos produtores regionais e encurtar as cadeias de distribuição, gerando impactos positivos na economia, no ambiente e na comunidade. Os estudos a desenvolver poderão incluir, entre outros temas, o estudo de localização e acessibilidades, a análise da procura e oferta regional, a definição do modelo de gestão e financiamento, o planeamento das infraestruturas e serviços associados e a articulação com os circuitos curtos e a agricultura familiar.	Região de Setúbal	AMRS

Medidas no âmbito da OE1.4. Valorizar e diversificar o setor primário, explorando as sinergias e complementaridades entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral *(continuação)*

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Divulgação e certificação dos produtos regionais	Promover a certificação e divulgação nacional e internacional dos produtos regionais, com especial enfoque nas produções em que o território apresenta vantagens comparativas — como a vitivinicultura, hortifruticultura, floricultura e silvicultura —, reforçando a sua identidade, qualidade e competitividade.	Região de Setúbal	AMRS, Produtores, Administração Pública Central, Associação produtores
Regulamentação da aquicultura	Defender a definição de um quadro regulamentar para a prática da aquicultura na Região de Setúbal, respondendo à necessidade de garantir compatibilidade ambiental, segurança alimentar e viabilidade económica. Esta medida deverá apoiar-se em estudos técnico-científicos que permitam fundamentar regras claras e equilibradas.	Região de Setúbal	AMRS, Administração Pública Central, Produtores
Promoção da modernização, sustentabilidade e valorização do setor das pescas	Implementar um conjunto integrado de ações destinadas a modernizar a atividade piscatória, reforçar a sustentabilidade ambiental, melhorar as infraestruturas portuárias e valorizar económica e socialmente o setor das pescas na Região de Setúbal, promovendo simultaneamente a inovação, a competitividade e a preservação dos recursos marinhos: ▶ Modernização da frota e adoção de tecnologias que reforcem a segurança, eficiência energética e rastreabilidade do pescado; ▶ Promover a renovação geracional dos profissionais da pesca, através de incentivos à entrada de jovens no setor e da melhoria das condições de trabalho, nomeadamente as condições de habitabilidade e segurança a bordo; ▶ Apoio à qualificação dos profissionais da pesca e promoção da entrada de jovens no setor; ▶ Melhoria e modernização das infraestruturas de apoio (portos de pesca, áreas de descarga, cadeia de frio e logística); ▶ Promoção de práticas de pesca sustentável e ações de monitorização e conservação dos ecossistemas marinhos do Sado e Arrábida; ▶ Valorização económica do pescado através da certificação, melhoria da transformação e dinamização da comercialização; ▶ Reforço da cooperação entre entidades (associações de pescadores, municípios, APSS, ICNF, IPMA e instituições científicas); ▶ Promover o consumo local de pescado, através de ações de sensibilização, parcerias com refeitórios públicos, entre outras.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Empresas, Associações e cooperativas do setor, Organizações de produtores da região, Associações de armadores e pescadores, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
Gestão florestal sustentável	Promover políticas florestais adaptadas às características ambientais e geográficas da Região de Setúbal, privilegiando as espécies autóctones e assegurando a multifuncionalidade dos espaços florestais. No âmbito destas políticas poderão incluir-se, por exemplo a realização de estudos de caracterização ecológica e socioeconómica das áreas florestais, para orientar a gestão por tipologia de território, programas de reconversão florestal com incentivo à substituição de espécies exóticas por espécies autóctones ou a criação de planos intermunicipais de gestão florestal que articulem conservação, produção, lazer e prevenção de riscos (incêndios, erosão).	Região de Setúbal	Administração Pública Central, ICNF, Municípios, Associação de Produtores Florestais do Alentejo Litoral

Medidas no âmbito da OE1.4. Valorizar e diversificar o setor primário, explorando as sinergias e complementaridades entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral *(continuação)*

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Valorização da agricultura familiar	Apoiar, incentivar e privilegiar a agricultura familiar e a aplicação do estatuto correspondente em toda a sua plenitude, por exemplo, através da dinamização de campanhas de sensibilização e informação sobre o Estatuto da Agricultura Familiar, de apoio técnico e administrativo para a formalização do estatuto e acesso a benefícios ou da criação de uma rede intermunicipal de agricultores familiares, com partilha de boas práticas e acesso a formação	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Produtores
Sinergias rural-turismo-comércio	Criar sinergias entre o espaço rural e as atividades turística, comercial e de recreio e lazer, apoiando iniciativas como a floresta com usos múltiplos, o agroturismo, o turismo rural ou o enoturismo.	Região de Setúbal	Admin. Pública Central, Produtores, Ass. produtores, Municípios
Escolas de artes e ofícios rurais	Implementar no espaço rural locais de transmissão de conhecimento de práticas tradicionais relacionadas com a agricultura e as pescas, através da criação de centros formativos e oficinas comunitárias, em articulação com associações locais, escolas profissionais e entidades do setor primário.	Território rurais da Região de Setúbal	Administração Pública Central, IEFP, Escolas

Medidas no âmbito da OE1.5. Promover a (re)industrialização da Região de Setúbal

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Plano de reforço e expansão da área industrial	Promover o reforço e a expansão da área industrial da Região de Setúbal, através da requalificação de antigos territórios industriais e militares (como os da Lisnave, Siderurgia Nacional, Quimigal, entre outros) e da valorização dos quatro grandes núcleos industriais existentes — Barreiro/Seixal, Palmela/Pinhal Novo e Setúbal/Mitrena, Sines — como uma plataforma integrada de desenvolvimento económico, com infraestruturas modernizadas e ligação à logística portuária e ferroviária.	Núcleos industriais Barreiro/Seixal, Palmela/Pinhal Novo e Setúbal/Mitrena	Administração Pública Central
Reativação do Cais da Siderurgia Nacional	Promover a reativação do Cais da Siderurgia Nacional (Seixal), como infraestrutura estratégica para a logística portuária e o desenvolvimento económico regional e, em particular, do setor das indústrias transformadoras.	Seixal	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE1.6. Promover a diversificação empresarial da região

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Programa de apoio à criação e consolidação de MPMEs	Apoiar a criação de iniciativas locais ou regionais que articulem financiamento acessível, consultoria estratégica e apoio técnico para ajudar micro e pequenas empresas a desenvolverem modelos de negócio sustentáveis e inovadores.	Região de Setúbal	CPPME, Administração Pública Central
Programa regional de incubadoras e inovação empresarial	Apoiar a criação e dinamização de polos empresariais e incubadoras com foco nas áreas da inovação, transição digital e sustentabilidade, com apoio à qualificação dos empresários e adaptação dos modelos de negócio às exigências atuais.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, IPS

Medidas no âmbito da OE1.7. Promover o turismo alicerçado na cultura regional

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Cooperação empresarial no turismo	Promover a cooperação entre empresas do setor turístico da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral, incentivando a criação de produtos turísticos conjuntos, a partilha de recursos e a valorização dos ativos culturais e naturais da região.	Região de Setúbal	Empresas do setor do turismo, Entidades Regionais de Turismo
Programa regional de combate à sazonalidade	Desenvolver um programa regional de combate à sazonalidade turística, promovendo a diversificação da oferta ao longo de todo o ano e a atração de novos segmentos de visitantes, como turismo sénior, turismo de eventos ou turismo de negócios.	Região de Setúbal	Entidades Regionais de Turismo
Promoção dos valores naturais e culturais	Investir na promoção dos seus valores naturais e culturais da região como elementos distintivos da oferta turística, através de campanhas de comunicação, valorização dos saberes locais, certificação de produtos e experiências turísticas autênticas e criação de uma rede de centro interpretativos temáticos que valorizem o território e a sua autenticidade (p.e., centros da Ordem de Santiago, da pesca tradicional ou do Moscatel).	Região de Setúbal	AMRS, Entidades Regionais de Turismo
Rede de albergues e infraestruturas de apoio aos Caminhos de Santiago	Promover o desenvolvimento de infraestruturas de alojamento e interpretação ao longo dos Caminhos de Santiago que atravessam a Região de Setúbal, com respeito pela dimensão espiritual e cultural, articulando turismo e peregrinação.	Região de Setúbal	Empresas, Entidades Regionais de Turismo
Rotas turísticas integradas	Criar rotas turísticas integradas que envolvam os municípios da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral, valorizando o património natural, cultural e imaterial com enfoque na autenticidade e na experiência local e potenciando os produtos complementares.	Região de Setúbal	AMRS, Municípios
Turismo industrial	Promover o turismo industrial e a memória operária, desenvolvendo uma rede de turismo industrial que valorize o património produtivo e social da região, através da criação de museus, centros interpretativos e roteiros temáticos em antigos espaços industriais.	Região de Setúbal	AMRS, Municípios

7.1.2 Medidas no âmbito da PE2. Valorização do emprego

Medidas no âmbito da OE2.1. Promover a formação profissional

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Oferta formativa para a qualificação dos trabalhadores	Desenvolver uma forte oferta formativa, adaptada aos vários segmentos de ensino e formação, com o objetivo de qualificar os trabalhadores da Região de Setúbal e responder às exigências dos setores estratégicos e das empresas locais.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, IEFP, IPS, FCT-UNL

Medidas no âmbito da OE2.2. Promover políticas de emprego atrativas

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Apoio ao emprego dos jovens NEET	Implementar um programa regional de apoio à integração profissional dos jovens NEET (<i>Not in Education, Employment, or Training</i>), promovendo o acesso a oportunidades de emprego, formação e estágios profissionais, em articulação com os centros de emprego, empresas e instituições de ensino. Neste sentido, poderão ser promovidas ações como a criação de bolsas regionais de emprego e estágios para jovens NEET, programas de orientação vocacional e acompanhamento personalizado e parcerias com empresas para facilitar a integração em contexto de trabalho.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE2.3. Atrair e formar os trabalhadores nas áreas de formação adequada à especialização produtiva

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Plataformas regionais de formação e emprego	Estimular a criação de plataformas colaborativas entre os principais agentes regionais com responsabilidade tanto na formação como na empregabilidade, com o objetivo de construir respostas integradas às necessidades dos setores produtivos, mas também dos trabalhadores. Estas plataformas poderão incluir, entre outros, o desenvolvimento de plataformas digitais que agreguem informação sobre cursos, estágios e ofertas de emprego, criação de fóruns intermunicipais de articulação entre empresas, centros de formação e instituições de ensino e promoção de diagnósticos territoriais de necessidades de competências.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Programa de formação técnica para indústrias estratégicas	Desenvolver programas contínuos de qualificação profissional orientados para os setores estratégicos da Região de Setúbal, como a indústria transformadora, naval, química e energética, colmatando a escassez de quadros especializados e alinhando os perfis profissionais com as necessidades reais das empresas.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

7.1.3 Medidas no âmbito da PE3. Capacitação da sociedade regional

Medidas no âmbito da OE3.1. Promover a educação pré-escolar

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Planeamento da rede pré-escolar	Garantir que um adequado planeamento dos equipamentos da rede pré-escolar, por forma a garantir a sua distribuição territorial e a acessibilidade das populações aos equipamentos. Assumir, sempre que possível, o conceito destes equipamentos, como equipamentos âncora de coesão social, à escala do bairro.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios

Medidas no âmbito da OE3.2 Combater o insucesso e abandono escolar

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Estudo nacional sobre abandono e o insucesso escolar	Promover um estudo nacional sobre o abandono e insucesso escolar por regiões, com o objetivo de fundamentar políticas públicas eficazes e territorialmente ajustadas.	Nacional	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE3.3 Promover a aprendizagem ao longo da vida

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Participação ativa da população com mais idade	Promover a participação ativa na sociedade da população com mais idade, com o objetivo combater o isolamento social e reforçar a sua autonomia. Neste sentido poderão incluir-se, por exemplo, oficinas temáticas em áreas como a literacia digital e saúde e bem-estar, parcerias com universidades seniores, autarquias, bibliotecas e associações culturais ou iniciativas de formação intergeracional.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios
Formação e ensino pós-laboral	Assegurar uma rede de oferta formativa pós-laboral, acessível e diversificada, que permita a formação de enriquecimento a nível pessoal, em conciliação com os horários de trabalho. Esta oferta poderá contemplar cursos modulares e de curta duração, assim como modalidades presenciais, híbridas e à distância, com horários flexíveis e recursos acessíveis.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE3.4 Promover um ecossistema de inovação e partilha de conhecimento

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Estrutura de produção científica e tecnológica	Dinamizar a criação de uma estrutura de produção científica e tecnológica na região que incentive ao <i>upgrade</i> tecnológico e promova a modernização do tecido empresarial e industrial, através da aplicação de conhecimento em produtos, processos produtivos e canais de distribuição.	Região de Setúbal	IPS, FCT

Medidas no âmbito da OE3.5 Promover a cidadania ativa

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Campanha de sensibilização para a cidadania ativa	Desenvolver uma campanha de sensibilização para a cidadania ativa, através do desenho e implementação de uma iniciativa à escala regional que destaque a importância da participação cívica e do envolvimento das comunidades nos processos de desenvolvimento territorial.	Região de Setúbal	AMRS
Plataforma das ofertas de projetos e boas práticas	Desenvolver uma plataforma que agregue as ofertas de projetos de integração e participação, facilitando a troca de experiências e a promoção da cidadania ativa na região.	Região de Setúbal	AMRS
Prémio regional para a cidadania ativa	Promover um prémio regional de cidadania ativa, assente num concurso que distinga e apoie as melhores ideias e projetos destinados a reforçar a participação cívica e o envolvimento das comunidades na vida regional.	Região de Setúbal	AMRS
Programas de apoio aos direitos da criança	Fomentar programas que afirmem e impulsionem os direitos da criança. Dentro destas iniciativas, destacam-se nomeadamente, os projetos “Uma Região a brincar”, “ <i>Kid’s Guernica</i> ”, Rede de Cidades Educadoras, Rede de Escolas Saudáveis e a edição do livro de bolso sobre os direitos das crianças.	Região de Setúbal	AMRS
Participação ativa dos jovens	Promover a participação e a autonomia dos jovens, através de projetos e ações, nomeadamente do Festival Liberdade.	Região de Setúbal	AMRS, Municípios, Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE3.6 Promover uma cultura de Proteção Civil

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Campanha para a promoção de uma cultura de proteção civil	Desenvolver uma campanha à escala regional de promoção de uma cultura de proteção civil, através de iniciativas de divulgação e sensibilização, que envolva todos os agentes de proteção civil e parceiros locais, promovendo o conhecimento, a prevenção e a preparação das populações por meio de ações como palestras, simulacros e atividades educativas em escolas, lares e comunidades.	Região de Setúbal	Municípios, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
Acompanhar o PSA AML e PSA AL relativamente às matérias da gestão integrada de fogos rurais	Acompanhar os programas sub-regionais de ação (PSA) da gestão integrada de fogos rurais da AML e do AL, assegurando o alinhamento com os mesmos. A medida visa mapear e articular as ações estratégicas nos domínios da valorização económica e territorial dos espaços rurais, da gestão do risco de incêndio e da sensibilização, capacitação e proteção das pessoas e bens, promovendo uma abordagem integrada, preventiva e sustentável.	Região de Setúbal	AGIF, Municípios, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

7.1.4 Medidas no âmbito da PE4. Reforço da coesão social

Medidas no âmbito da OE4.1 Promover o alargamento da rede educativa

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Reforço das infraestruturas da rede educativa	Promover a expansão e requalificação das redes públicas de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário, por forma a responder à procura na região e garantindo condições adequadas de aprendizagem.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios
Reforço dos equipamentos da rede educativa	Dotar os estabelecimentos de ensino básico e secundário de equipamentos pedagógicos e tecnológicos adequados ao desenvolvimento das aprendizagens.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios

Medidas no âmbito da OE4.2 Alargar e qualificar a oferta de ensino superior

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Alargamento da oferta de ensino superior	Diversificar e qualificar a oferta de Ensino Superior na Região de Setúbal, promovendo a atratividade da região para estudantes nacionais e internacionais.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, IPS, FCT-UNL
Ensino Superior no Alentejo Litoral	Promover o reforço da oferta de Ensino Superior no Alentejo Litoral, através da criação de novas unidades formativas e da expansão das existentes, com vista a garantir maior proximidade territorial e promover a qualificação da população residente.	Alentejo Litoral	Administração Pública Central, IPS

Medidas no âmbito da OE4.3 Promover a qualificação física da oferta de equipamentos sociais e robustecer as redes de parceria

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Diagnóstico e planeamento social supramunicipal	Implementar um programa de diagnóstico e planeamento social à escala intermunicipal, reforçando os instrumentos da Rede Social e dos CLAS, com o objetivo de melhorar a articulação e eficácia das respostas sociais. Este programa poderá contemplar a elaboração de diagnósticos partilhados a nível intermunicipal, a criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação das respostas sociais e a promoção de articulação entre redes locais, evitando duplicações e lacunas na cobertura territorial.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Segurança Social, Rede Social, CLAS
Plano regional de respostas sociais	Desenvolver um plano regional para a modernização e inovação das respostas sociais, ajustando os modelos existentes às novas realidades demográficas, culturais e laborais. Este plano poderá incidir, entre outros temas, na redefinição dos modelos de centros de dia, creches e outras respostas sociais, adequando-os aos perfis atuais dos novos idosos, famílias monoparentais e contextos multiculturais, no incentivo à flexibilidade dos horários e serviços prestados, em articulação com os ritmos de vida das populações e na promoção de projetos-piloto que testem soluções inovadoras em territórios com necessidades específicas. O plano deverá igualmente valorizar uma abordagem integrada entre as políticas sociais e de saúde, procurando dar resposta à crescente ocupação de camas hospitalares por casos sociais. O aumento de respostas sociais na área do envelhecimento e continuidade de cuidados poderá contribuir para uma utilização mais eficiente dos recursos públicos e para o melhor funcionamento do sistema de saúde.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Segurança Social, ULS
Protocolos com o movimento associativo	Estabelecer protocolos com o movimento associativo no sentido de dinamizarem nas suas sedes e noutros espaços atividades desportivas, lúdicas e de convívio para idosos e crianças.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, movimento associativo
Redes de parceria no setor social	Reforçar e diversificar as redes de parceria no setor social, promovendo contextos favoráveis à colaboração entre atores tradicionais e novos intervenientes, com vista à melhoria da eficácia e inovação das respostas sociais. Neste âmbito destaca-se a título de exemplo, a dinamização de fóruns e plataformas colaborativas entre IPSS, autarquias, empresas, universidades e organizações da sociedade civil, o apoio à criação de parcerias inovadoras, envolvendo atores não convencionais como start-ups sociais, coletivos culturais e redes informais ou a sistematização e disseminação de estratégias locais bem-sucedidas, com apoio à sua continuidade e replicação noutros territórios.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Segurança Social, Municípios, IPSS, Empresas, Universidades
Regularização e reforço da oferta formal de cuidados	Promover a qualificação e o reforço da oferta formal de respostas residenciais e de cuidados continuados na Região de Setúbal. A medida poderá contemplar, a título de exemplo, o reforço da RNCCI, com especial foco na área da saúde mental, e o aumento da capacidade das ERPI devidamente licenciadas, contribuindo para a redução de respostas não legalizadas e para uma maior articulação entre os sistemas social e de saúde.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Segurança Social, Municípios, IPSS, ULS

Medidas no âmbito da OE4.4 Valorizar o tecido associativo

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Estudo MAP – Movimento Associativo Popular	Apoiar a implementação e disseminação do Estudo MAP — Movimento Associativo Popular, projeto intermunicipal em curso até 2027 que envolve os 13 concelhos do distrito, com o objetivo de mapear, diagnosticar e reforçar o papel das coletividades no desenvolvimento local.	Região de Setúbal	Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal
Programa de certificação de segurança das sedes	Apoiar a criação de um mecanismo de apoio à certificação de segurança dos edifícios das coletividades, garantindo o cumprimento da legislação em matéria de segurança contra incêndios, acessibilidade e condições de uso, sem sobrecarregar financeiramente estas entidades	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal
Revisão fiscal para as coletividades	Reivindicar a revisão do Código do IRC, sensibilizando os legisladores para a necessidade de adequar o regime fiscal às especificidades das coletividades, tendo em conta a sua natureza não lucrativa e a diversidade das atividades que desenvolvem. Esta medida visa garantir um enquadramento fiscal mais justo e sustentável, que permita às coletividades manter a sua função social e cultural sem penalizações desproporcionadas.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal

Medidas no âmbito da OE4.5 Trabalhar os conceitos das cidades inclusivas

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Planeamento urbano de Cidades Inclusivas	Desenvolver o conceito de Cidade Inclusiva ao nível do planeamento urbano, garantindo que o espaço público é pensado para todas as idades e necessidades. A medida inclui a transformação dos espaços públicos para acolher diferentes atividades e a distribuição equilibrada de equipamentos âncora de inclusão social (p.e., bibliotecas, espaços comunitários, escolas, áreas de integração) por todo o território, assegurando maior proximidade às populações.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios
Integração e valorização da população imigrante	Promover a integração digna da população imigrante na Região de Setúbal, reforçando a articulação entre políticas sociais, urbanas, laborais e habitacionais, no quadro dos princípios das cidades inclusivas. A medida visa assegurar o acesso equitativo a oportunidades de emprego e habitação, valorizar o contributo das populações imigrantes para o desenvolvimento económico e social e promover a coesão social e a convivência intercultural nos territórios.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios

7.1.5 Medidas no âmbito da PE5. Qualificar a rede de cuidados de saúde

Medidas no âmbito da OE5.1 Qualificar a rede de cuidados de saúde e promover a saúde de proximidade

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Alargamento da rede de cuidados de saúde primários	Investir na construção de novos equipamentos, reforçando a rede de infraestruturas de cuidados primários e de proximidade, de forma a garantir uma maior cobertura territorial, reduzir desigualdades no acesso e melhorar a resposta às necessidades das populações locais.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Atribuição universal de médico de família	Atribuição de médico de família a todos os utentes da Região de Setúbal.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Digitalização da saúde	Fomentar a sistematização da informação dos cuidados de saúde através de meios digitais, com recursos às mais recentes soluções tecnológicas inovadoras em desenvolvimento com o objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar dos indivíduos.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Hospital do Seixal	Promover a construção do Hospital do Seixal, reforçando a resposta do Serviço Nacional de Saúde na Região de Setúbal e a proximidade dos cuidados de saúde às populações.	Seixal	Administração Pública Central
Reforço das equipas de saúde de proximidade	Dotar e alargar as equipas que garantem a assistência e cuidados de proximidade, sobretudo das que se deslocam ao próprio domicílio e que permitem o acompanhamento de idosos, pessoas com dependência funcional e puérperas.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE5.2 Reforçar as respostas das valências hospitalares

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Reforço dos meios hospitalares	Reforçar os meios hospitalares, quer técnicos, quer financeiros, de forma a garantir os cuidados adequados às populações.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE5.3 Valorizar o papel da Saúde Pública

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Programa de formação em Saúde Pública para a população	Desenvolver um programa regional de formação em Saúde Pública dirigido à população com o objetivo de promover a literacia em saúde, incentivar comportamentos preventivos e reforçar a capacidade das comunidades para lidar com desafios sanitários. Este programa poderá incluir, por exemplo, sessões formativas presenciais e digitais sobre temas como prevenção de doenças crónicas, alimentação saudável, saúde mental, higiene e segurança sanitária, parcerias com unidades de saúde pública, escolas, autarquias e associações locais, produção de materiais pedagógicos acessíveis e adaptados a diferentes públicos (jovens, idosos, cuidadores informais, etc.) ou criação de núcleos locais de promoção da saúde, com voluntários capacitados para dinamizar ações nas suas comunidades.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

7.1.6 Medidas no âmbito da PE6. Valorização do território e reforço da coesão regional

Medidas no âmbito da OE6.1 Consolidar redes e instrumentos de parcerias na Região de Setúbal, em articulação com os territórios adjacentes

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Criação das Regiões Administrativas	Reforçar a mobilização política e institucional para a criação das Regiões Administrativas, enquanto instrumento de descentralização e valorização da governação territorial. Neste âmbito poder-se-á promover o apoio à dinamização de campanhas de sensibilização e informação sobre os benefícios da regionalização, a produção de estudos e documentos técnicos que fundamentem a viabilidade e os impactos da criação das Regiões Administrativas ou a valorização do PEDEPES como exemplo de planeamento regional que antecipa e prepara a transição para uma governação regional mais estruturada.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, AMRS
Planos intermunicipais conjuntos	Promover, sempre que possível, a elaboração de planos intermunicipais conjuntos entre os municípios da Península de Setúbal e o Alentejo Litoral, especialmente em áreas estratégicas como ambiente, ordenamento do território, turismo, mobilidade ou saúde. Estes planos poderão incluir, entre outros, a identificação de temas e desafios comuns que justifiquem abordagens supramunicipais, a criação de grupos de trabalho técnicos e políticos para a sua elaboração, o envolvimento das comunidades locais e dos atores relevantes em processos participativos e a articulação com os planos regionais e nacionais, garantindo alinhamento estratégico e acesso a financiamento.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, AML, AMRS, CIMAL

Medidas no âmbito da OE6.2 Reforçar a cooperação multisetorial e interinstitucional

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Conselho Regional do PEDEPES	Dar continuidade ao funcionamento do Conselho Regional do PEDEPES como espaço de partilha de conhecimento, acompanhamento estratégico e mobilização dos atores regionais em torno dos objetivos do plano.	Região de Setúbal	AMRS
Rede interinstitucional para diagnóstico e qualificação profissional	Promover um trabalho em rede entre IEFP, empresas, municípios e centros de formação, com o objetivo de identificar de forma contínua as necessidades de competências na região e desenhar ofertas formativas ajustadas ao tecido económico. Neste âmbito poder-se-á incluir, a título de exemplo, a criação de um observatório regional de competências, com recolha e análise de dados sobre perfis profissionais em falta ou a dinamização de fóruns regulares entre os parceiros para alinhamento estratégico da oferta formativa.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, AML, Municípios, Empresas, IEFP
Redes de cooperação empresarial	Dinamizar a integração das empresas da região em redes de cooperação, com vista à partilha de recursos, inovação conjunta e reforço da competitividade. Neste âmbito, poder-se-á incluir, a título de exemplo, a criação de <i>clusters</i> empresariais por setor ou cadeia de valor (p.e. logística, agroalimentar, turismo, etc.), ou a organização de encontros empresariais, feiras e missões conjuntas.	Região de Setúbal	Associações empresariais, Empresas

Medidas no âmbito da OE6.3 Fomentar a integração da Região de Setúbal em redes nacionais e europeias de conhecimento, inovação e desenvolvimento

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Parcerias com fóruns nacionais, europeus ou internacionais	Procurar desenvolver esforços no sentido de participar em fóruns nacionais, europeus ou internacionais, promovendo o estabelecimento de parcerias e integrar a região nas redes avançadas de conhecimento, inovação e desenvolvimento. Neste âmbito deverá ser promovida a participação das universidades, empresas, associações e entidades regionais e locais, em áreas estratégicas como agricultura, pesca, indústria/logística e turismo.	Região de Setúbal	AMRS, Municípios, Agentes regionais, IPS
Integrar a Região de Setúbal em plataformas e clusters de I&D	Integrar a Região de Setúbal em plataformas e clusters de Investigação e Desenvolvimento (I&D), promovendo a participação em programas e redes europeias de I&D que reforcem a inovação, a competitividade e a projeção internacional da região.	Região de Setúbal	AMRS, Municípios, Agentes regionais

7.1.7 Medidas no âmbito da PE7. Valorização do património natural

Medidas no âmbito da OE7.1 Proteção e conservação das áreas protegidas

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Arrábida Reserva da Biosfera da UNESCO	Dinamizar a Reserva da Biosfera da UNESCO, através da implementação do seu plano de ação e outras iniciativas a considerar, reforçando a conservação dos ecossistemas, a valorização do património natural e cultural e a promoção do desenvolvimento sustentável.	Arrábida	Administração Pública Central, AMRS, ICNF, Municípios
Rede de conhecimento e conservação das áreas protegidas	Desenvolver com entidades diversas (p.e., ICNF, Municípios, Academia) parcerias com vista à investigação e criação de conhecimento que permita intervir melhor na conservação das áreas protegidas, visando a sua recuperação e preservação numa perspetiva integrada.	Áreas protegidas da Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, ICNF, IPS, UN

Medidas no âmbito da OE7.2 Promover a mitigação dos riscos e adaptação às alterações climáticas

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Educação e sensibilização ambiental	Promover a educação e sensibilização ambiental, através de ações de informação e consciencialização das populações para os riscos associados à ocupação de zonas vulneráveis, como áreas de cheias ou faixas costeiras, incentivando práticas de maior segurança e sustentabilidade territorial.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios
Execução das medidas dos PMAAC	Implementar as medidas previstas nos Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC), visando a redução de vulnerabilidades, o reforço da resiliência territorial e a promoção de respostas sustentáveis face às alterações climáticas.	Região de Setúbal	Municípios
Plano de adaptação territorial às alterações climáticas costeiras	Integrar a subida do nível médio do mar no ordenamento urbano e adotar medidas preventivas contra a erosão, promovendo a requalificação das frentes costeiras, a proteção das populações vulneráveis e a segurança de pessoas e infraestruturas.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Plano metropolitano de ação climática – fase 2	Continuar a implementação do plano climático com foco em ações práticas como combate a inundações, refúgios de sombra, mitigação das ondas de calor e adaptação dos espaços urbanos.	Área Metropolitana de Lisboa	AML
Monitorização climática	Reivindicar o fornecimento de dados detalhados sobre clima, subclimas e regimes hídricos na Região de Setúbal, assim como o reforço da rede de instrumentação de registo meteorológico e piezométrico, permitindo o planeamento ambiental mais preciso.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Conhecimento e planeamento para a mitigação	Disponibilizar em modelo aberto os cenários de alteração do clima do PIAAC/PMACC à dimensão da Região de Setúbal e de cada município.	Região de Setúbal	AML CIMAL

Medidas no âmbito da OE7.3 Fomentar a utilização de energias renováveis e a eficiência energética

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Otimização do aprovisionamento energético da Região de Setúbal	Otimizar o aprovisionamento energético da Região de Setúbal, tendo em conta as ligações às principais redes energéticas disponíveis, priorizando a atuação específica para a procura de ganhos na eficiência dos sistemas de utilização final, de transformação e transporte.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Combate à pobreza energética	Desenvolver um conjunto de ações para combater a pobreza energética, promovendo o consumo responsável e a melhoria das condições habitacionais das famílias vulneráveis.	Região de Setúbal	Agências de energia
Promoção do trabalho e a capacitação das Agências de Energia	Reforçar o papel das Agências de Energia, através da sua capacitação técnica e institucional e da valorização do trabalho já realizado.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Rede de infraestruturas energéticas públicas renováveis	Apoiar a instalação de soluções de produção de energia renovável em equipamentos públicos da Região de Setúbal, promovendo a autonomia energética e o reinvestimento da poupança nas próprias instituições. Neste âmbito, inclui-se, por exemplo, a instalação de centrais fotovoltaicas e outras soluções renováveis em escolas, edifícios municipais, equipamentos sociais e culturais, a criação de modelos de gestão energética local e a articulação com as Agências de Energia e os planos municipais, garantindo coerência técnica e territorial.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios

Medidas no âmbito da OE7.4 Reforçar a recolha seletiva e o tratamento sustentável dos resíduos

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Estratégia Regional para os Resíduos	Desenvolver uma estratégia regional integrada para a gestão dos resíduos na Região de Setúbal, com o objetivo de proteger de forma efetiva os recursos naturais, diminuindo os custos de tratamento para os municípios e para os munícipes.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, AMRS

Medidas no âmbito da OE7.5 Proteger os recursos hídricos

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Estudos de origens alternativas de água	Desenvolver estudos que permitam a utilização de outras origens de água, que não o aquífero, para fins adequados.	Região de Setúbal	AIA, AMRS
Observatório regional da água	Reativar o Observatório Regional da Água da Região de Setúbal, retomando a proposta do PEDEPES 2004, com o objetivo de garantir uma gestão integrada, eficiente e sustentável dos recursos hídricos. Entre outras competências, este observatório poderá monitorizar o sistema de abastecimento de água, promover a gestão integrada dos consumos de água, articulando os setores urbano, agrícola e industrial e promover o planeamento hídrico regional.	Região de Setúbal	AIA, AMRS
Plataforma de Monitorização Permanente do Aquífero	Criar uma plataforma partilhada para monitorização contínua do sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, integrando diversos parceiros e garantindo a gestão sustentável dos recursos hídricos.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Reabilitação das redes de abastecimento de água	Continuar o investimento na reabilitação das infraestruturas das redes de abastecimento, quer em alta, quer em baixa, por forma a garantir a qualidade de serviço e a diminuição de perdas de águas.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, Águas Públicas do Alentejo, Águas de Santo André
Sistema Intermunicipal de Gestão de Água em Alta	Implementar o sistema intermunicipal de gestão de água em alta da Península de Setúbal, que permita a sua gestão integrada, em articulação com o trabalho realizado pela Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal.	Região de Setúbal	AIA, Municípios

7.1.8 Medidas no âmbito da PE8. Reforço da rede cultural e desportiva

Medidas no âmbito da OE8.1 Democratizar o acesso à cultura

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Plano Regional da Cultura	Elaborar um plano estratégico regional de cultura que reconheça a cultura como pilar do desenvolvimento da Região de Setúbal, promovendo a democratização no acesso à oferta cultural. Entre outros temas, este plano poderá incluir um diagnóstico participativo da realidade cultural regional, a definição de prioridades de investimento e de mecanismos de apoio ou a constituição de uma rede intermunicipal de cultura e criação artística para promover a partilha de programação, recursos, circulação de obras e cooperação entre criadores.	Região de Setúbal	AMRS
Programa de mobilidade cultural e acesso à criação	Desenvolver um programa regional de apoio à mobilidade de públicos e criadores artísticos na Região de Setúbal, com o objetivo de reduzir barreiras territoriais e sociais ao acesso à cultura. Este programa poderá incluir, por exemplo, o transporte gratuito ou subsidiado para espetáculos e eventos culturais direcionado a públicos desfavorecidos e residentes em zonas periféricas, a criação de bilhetes sociais e mecanismos de inclusão ou o apoio à circulação de artistas e obras, promovendo a itinerância cultural e a descentralização da criação artística.	Região de Setúbal	Municípios
Um Espaço Cultural em cada Freguesia	Desenvolver o programa “Um Espaço Cultural em cada Freguesia”, nos municípios urbanos mais densamente povoados ou nos lugares rurais mais distantes do centro, promovendo a criação de equipamentos culturais âncora que dinamizem a vida comunitária, reforcem a identidade local e contribuam para o desenvolvimento social e cultural das populações.	Região de Setúbal	Freguesias, Municípios

Medidas no âmbito da OE8.2. Promover a implementação de espaços culturais com proximidade aos cidadãos

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Mapeamento dos espaços culturais	Mapear os espaços culturais da Região, bem como a respetiva programação, identificando e sistematizando a sua localização, tipologia e características dos equipamentos existentes, e tipologia de programas oferecido, como base para o planeamento e valorização da rede cultural regional.	Região de Setúbal	AMRS
Mapeamento regional da oferta, equipamentos e infraestruturas culturais	Realizar um levantamento atualizado da rede de equipamentos culturais da Região de Setúbal, com o objetivo de apoiar a ação pública e o acesso da população à oferta cultural, em articulação com os planos municipais de cultura e com o plano regional a desenvolver. Entre outras coisas, o levantamento a realizar poderá incluir a identificação de bibliotecas, teatros, auditórios, museus e espaços informais, com caracterização da localização, tipologia, estado de conservação e capacidade técnica, diagnóstico das necessidades de reabilitação, manutenção e modernização, avaliação da programação e da gestão dos espaços ou criação de uma base de dados georreferenciada.	Região de Setúbal	AMRS

Medidas no âmbito da OE8.2 Promover a implementação de espaços culturais com proximidade aos cidadãos (continuação)

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Profissionalização e qualificação da rede cultural	Reforçar a capacidade técnica e humana dos espaços culturais da Região de Setúbal, garantindo a existência de espaços culturais com capacidade técnica em todas as freguesias, assegurando uma cobertura territorial equitativa. Neste âmbito, será relevante promover a integração de profissionais qualificados nos equipamentos culturais, com competências em mediação cultural, programação, gestão e trabalho com públicos diversos, assim como ações de formação contínua e capacitação dirigidas a técnicos, agentes culturais e voluntários, promovendo a inovação e a inclusão cultural.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios
Requalificação física dos espaços culturais	Melhorar e modernizar as infraestruturas culturais, garantindo melhores condições de acesso, fruição e dinamização das atividades culturais. A requalificação dos espaços culturais poderá incluir, a título de exemplo, intervenções de reabilitação e modernização com foco na acessibilidade, conforto, segurança e eficiência energética e a adaptação dos espaços às novas exigências técnicas e digitais promovendo a sua multifuncionalidade e capacidade de acolher diferentes tipos de eventos e públicos.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios

Medidas no âmbito da OE8.3. Promover a formação de públicos e dinamizar os espaços culturais de forma articulada

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Observatório Regional da Cultura	Criar um observatório das atividades culturais dedicado à recolha, sistematização e monitorização de dados sobre práticas, públicos, equipamentos e agentes culturais da Região de Setúbal, com o objetivo de apoiar a definição de políticas públicas e o planeamento estratégico do setor.	Região de Setúbal	AMRS
Programa de educação para a cultura	Elaborar um programa de educação para a cultura, que promova a literacia cultural, a formação de públicos e o envolvimento ativo das comunidades na vida cultural da Região de Setúbal. Este programa poderá incluir, por exemplo, ações educativas e oficinas culturais dirigidas a crianças, jovens e famílias, em articulação com escolas, bibliotecas, museus e estruturas artísticas, uma programação cultural integrada e adaptada aos territórios e a promoção de práticas culturais participativas, que valorizem a expressão comunitária, a cocriação e o reconhecimento das identidades locais.	Região de Setúbal	Municípios, Escolas

Medidas no âmbito da OE8.4 Criar meios para universalizar a prática de desporto

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Campanha de comunicação sobre a oferta desportiva	Desenvolver uma campanha de comunicação e divulgação sobre a oferta desportiva existente na região e promovida pelas diversas entidades responsáveis, de forma a aumentar a visibilidade e a participação da população.	Região de Setúbal	Municípios, Administração Pública Central, IPDJ
Mapeamento dos equipamentos desportivos	Mapear a cobertura regional de equipamentos desportivos, identificando necessidades e oportunidades de melhoria, para reforçar a oferta e a acessibilidade a espaços de prática desportiva.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, IPDJ, Municípios
Protocolos de cooperação entre escolas e clubes	Estabelecer protocolos de cooperação entre escolas e clubes locais, promovendo acordos que permitam aos estudantes utilizar as instalações desportivas locais, reforçando a prática regular de atividade física e a ligação entre comunidade escolar e associativa.	Região de Setúbal	Municípios, Escolas, Clubes Desportivos, Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE8.5 Desenvolver o conceito da Região do Desporto

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Equipamentos desportivos de competição	Criar e qualificar equipamentos desportivos na Região de Setúbal, em parceria com as federações, com o objetivo de permitir a prática de desporto profissional e acolher provas de nível nacional e internacional.	Região de Setúbal	Municípios, Federações Desportivas, Administração Pública Central, IPDJ
Organização de provas desportivas de referência	Promover a realização regular de provas desportivas nacionais e internacionais na Região de Setúbal, com o objetivo de reforçar a notoriedade externa da região e consolidar a sua identidade como território de excelência na prática desportiva. Neste âmbito, inclui-se, por exemplo, a captação e localização de provas de circuitos nacionais e regionais, com envolvimento dos municípios e das federações desportivas, assim como a promoção de eventos desportivos com impacto turístico e económico.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, Federações desportivas

7.1.9 Medidas no âmbito da PE9. Promoção da acessibilidade e da mobilidade

Medidas no âmbito da OE9.1 Promover a acessibilidade intrarregional, inter-regional e internacional

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Acessibilidades logísticas e portuárias	Promover a criação de novas acessibilidades às áreas logísticas e portuárias, assim como a melhoria das existentes.	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Concretização do Plano Rodoviário Nacional	Promover a concretização do articulado no Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei 182/2003 de 16 de Agosto).	Região de Setúbal	Administração Pública Central
Estudo de mobilidade intrarregional e inter-regional da Região de Setúbal	Desenvolver um estudo técnico e estratégico sobre a mobilidade intrarregional e inter-regional da Região de Setúbal, com o objetivo de identificar necessidades, oportunidades e soluções para melhorar as ligações internas e com os territórios vizinhos, em particular a Área Metropolitana de Lisboa. Este estudo poderá incluir, por exemplo, o diagnóstico da situação atual da mobilidade, o mapeamento das infraestruturas existentes e planeadas, propostas de melhoria da acessibilidade e definição de prioridades de investimento e de projetos estruturantes.	Região de Setúbal	CIMAL, AML, AMRS
Ligação fluvial Setúbal –Tróia	Reconfigurar o modelo de transporte fluvial no Sado com a integração no passe navegante e maior frequência, promovendo a ligação funcional entre a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral e não apenas a vertente turística.	Setúbal, Grândola	Administração Pública Central, CIMAL, AML
Plano regional de mobilidade turística sustentável	Melhorar o acesso intermunicipal e regional entre polos turísticos (p.e., Palmela–Sesimbra–Setúbal–Alcácer–Santiago), com reforço dos transportes públicos, sinalética turística e itinerários integrados.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, CIMAL, AML
Projeto de reforço das ligações rodoviárias estruturantes	Executar um conjunto de intervenções rodoviárias estratégicas para melhorar a acessibilidade da Região de Setúbal, reforçando as ligações entre os seus municípios, com os territórios vizinhos e com os principais eixos nacionais. Neste âmbito, destacam-se as em particular os seguintes projetos: ▶ Construção da variante à EN10, troço Corroios – Quinta da Princesa; ▶ Criação de uma alternativa à EN378, ligando Sesimbra ao nó do Fogueteiro (A2 e A33); ▶ Implementação da via estruturante de acesso à Siderurgia Nacional, ligando a zona industrial ao nó de Coina da A33, numa via dedicada a veículos pesados; ▶ Requalificação da EN253, entre Alcácer do Sal e a Comporta. ▶ Melhoria das condições de circulação e segurança do IP8 (A26) entre Sines e a A2 (troços Relvas Verdes/Roncão/Grândola (IC1))	Região de Setúbal	Administração Pública Central, IP
Sistema de acessibilidades a Sesimbra	Melhorar a ligação entre Sesimbra e os eixos ferroviários (Fogueteiro, Coina, Corroios).	Sesimbra	Administração Pública Central, IP
Travessia rodoviária Seixal – Barreiro	Promover a concretização da travessia rodoviária Seixal – Barreiro, como determinante para a concretização do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, para a redistribuição do tráfego e para a melhoria da mobilidade entre os sistemas urbanos do Arco Ribeirinho Sul.	Seixal, Barreiro	Administração Pública Central, IP

Medidas no âmbito da OE9.2 Repensar a mobilidade tornando-a mais eficiente e sustentável

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Expansão do transporte ferroviário	Promover a expansão e diversificação da rede ferroviária na Região de Setúbal, como eixo estruturante de uma mobilidade coletiva, eficiente e sustentável de pessoas e mercadorias. Neste âmbito poder-se-á promover, por exemplo: ▶ O desenvolvimento de um plano de ação ferroviária regional, que articule a Península de Setúbal, o Alentejo Litoral e Lisboa, com reforço da oferta nas horas de ponta, investimento em material circulante e integração com o novo aeroporto e com o sistema de passes (p.e., Passe Navegante); ▶ A reativação de comboios regionais e de longo curso, com destaque para o litoral alentejano; ▶ A criação da ligação ferroviária Sines–Grândola Norte, atualmente em estudo, avaliando o seu potencial para o transporte de passageiros, para além de mercadorias, e a sua articulação com áreas urbanas e equipamentos estruturantes, em linha com a Resolução da AR n.º 237/2021; ▶ A promoção do transporte ferroviário de mercadorias, com ligação a terminais logísticos e portuários.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, AML, CIMAL
Melhorar a rede de transportes públicos regionais	Promover o reforço e a expansão da rede de transportes públicos na Região de Setúbal, através da melhoria e expansão da oferta do Metro Sul do Tejo e da eletrificação e qualificação da rede ferroviária. A iniciativa visa garantir uma rede articulada, confortável e ambientalmente responsável, com maior cobertura territorial e melhor resposta às necessidades da população.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, AML, CIMAL
Rede intermunicipal de ciclovias	Criar uma rede de ciclovias intermunicipais para uso lúdico e não-lúdico, assegurando a acessibilidade aos principais nós e interfaces de transporte público, bem como às principais bacias de emprego da Região de Setúbal.	Região de Setúbal	Municípios
Sistema de transporte flexível para territórios de baixa densidade	Implementar soluções de transporte flexível (a pedido), com cobertura de zonas rurais e periféricas, ajustadas às necessidades da população, com base em tecnologias de georreferenciação e bilhética digital.	Territórios de baixa densidade da Região de Setúbal	Administração Pública Central, AML, TML, CIMAL, Municípios
Sistemas de partilha de transporte suave	Apoiar o desenvolvimento de sistemas e redes suplementares de partilha de transportes suaves, acessíveis à população e articuladas com a rede intermunicipal de ciclovias.	Região de Setúbal	TML, Municípios

Medidas no âmbito da OE9.3 Promover sistemas de transporte público integrados e socialmente acessíveis

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Gestão integrada dos modos de transporte coletivo	Reforçar a articulação e eficiência dos sistemas de transporte coletivo na Região de Setúbal, promovendo uma mobilidade mais sustentável, confortável e acessível, reduzindo a dependência do automóvel. A gestão integrada dos modos de transporte poderá incluir, por exemplo, a integração tarifária, a definição de corredores BUS ou a melhoria dos interfaces e aumento do seu conforto.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, AML, TML, CIMAL, Municípios
Integração do Alentejo Litoral na rede de transportes da AML	Promover a inclusão do Alentejo Litoral no sistema de transportes rodoviários da Área Metropolitana de Lisboa.	Alentejo Litoral	CIMAL, AML
Integração no passe social da ligação fluvial Setúbal – Tróia	Integração no passe social da ligação fluvial Setúbal – Tróia, permitindo um sistema tarifário uniforme, que simplifique a mobilidade, promova a equidade no acesso aos transportes públicos e assegure maior coesão territorial.	Setúbal, Grândola	Administração Pública Central, AML, CIMAL, Municípios

7.1.10 Medidas no âmbito da PE10. Promover políticas públicas de habitação

Medidas no âmbito da OE10.1 Reforçar os instrumentos municipais de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Cartas Municipais de Habitação	Promover a elaboração das Cartas Municipais de Habitação (CMH), como instrumento de orientação estratégica na definição de políticas habitacionais e em articulação com os Planos Diretores Municipais e demais instrumentos de ordenamento do território. De acordo com o estipulado no artigo 22º da Lei de Bases da Habitação (DL n.º 83/2019) a CMH deverão incluir: a) O diagnóstico das carências de habitação na área do município; b) A identificação dos recursos habitacionais e das potencialidades locais, nomeadamente em solo urbanizado expectante, em urbanizações ou edifícios abandonados e em fogos devolutos, degradados ou abandonados; c) O planeamento e ordenamento prospetivo das carências resultantes da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas a instalar; d) A definição estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar no prazo da sua vigência.	Região de Setúbal	Municípios
Organizações de base local	Estimular a constituição e formalização de estruturas de base local, como comissões de bairro, coletividades, condomínios de prédios ou associações de moradores. Estas estruturas locais têm como objetivo reforçar a participação cidadã, a coesão comunitária e a capacidade de resposta aos desafios da habitação.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios, Movimento cooperativo

Medidas no âmbito da OE10.2. Promover o alargamento do parque público de habitação

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Alargamento da habitação pública	Desenhar uma estratégia integrada para o alargamento da habitação pública nos municípios da Região de Setúbal, com o objetivo de aumentar a oferta habitacional acessível, promovendo a melhoria das condições de vida e autonomia das famílias.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios
Constituição de ARU e ORU	Promover a delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) sistemáticas e consequente definição de um conjunto de intervenções, ao abrigo de Operações de Reabilitação Urbana (ORU), que têm como objetivo promover a regeneração urbana e a valorização do edificado e do espaço público. Entre as medidas possíveis no âmbito das ARU/ORU destacam-se os benefícios fiscais em sede de IMI, IMT e IVA em projetos de reabilitação urbana.	Região de Setúbal	Municípios
Programa de habitação acessível	Promover a criação de programas de habitação acessível, nomeadamente através do aumento da oferta pública de habitação ou do apoio à criação de cooperativas de habitação acessível.	Região de Setúbal	Administração Pública Central, Municípios

Medidas no âmbito da OE10.3 Reforçar os instrumentos de articulação intermunicipal ou regional

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Carta Regional de Habitação	Elaborar e aprovar uma Carta Regional de Habitação, como instrumento de orientação estratégica na definição de políticas habitacionais à escala regional, beneficiando da informação produzida e recolhida pelo Observatório Regional de Habitação.	Região de Setúbal	AMRS
Observatório Regional de Habitação	Criar um Observatório Regional de Habitação, em articulação com os Conselhos Locais de Habitação, com o objetivo de acompanhar as dinâmicas habitacionais, monitorizar e avaliar o cumprimento dos objetivos definidos nas CMH e apoiar a decisão política, promovendo respostas integradas e adequadas às necessidades da população. Adicionalmente, constituirá também um meio de informação, comunicação e incentivo de iniciativas locais e municipais em matéria de habitação.	Região de Setúbal	AMRS

7.11.1 Medidas no âmbito da PE11. Investimentos estruturais estratégicos

Medidas no âmbito da OE11.1. Terceira Travessia do Tejo

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Terceira Travessia do Tejo	Reivindicar a concretização da nova ligação rodoferroviária entre as duas margens do Tejo (Barreiro-Chelas), num horizonte temporal de curto e médio prazo, articulada com a concretização da Linha de Alta Velocidade Lisboa–Madrid enquanto investimento estruturante para a Região de Setúbal. Esta intervenção visa a melhoria da mobilidade no contexto metropolitano, especialmente nos períodos de hora de ponta, assim como o reforço da capacidade atrativa da Região de Setúbal.	Nacional	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE11.2 Novo Aeroporto de Lisboa

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Novo Aeroporto de Lisboa	Apoiar a concretização do Novo Aeroporto de Lisboa, infraestrutura aeroportuária complementar ao atual Aeroporto Humberto Delgado, com localização prevista no Campo de Tiro de Alcochete, destinada a aumentar a capacidade aeroportuária.	Nacional	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE11.3 Arco Ribeirinho Sul

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Arco Ribeirinho Sul	Defender a participação das autarquias e das entidades regionais na definição dos objetivos de implementação do projeto Arco Ribeirinho Sul, como projeto de requalificação urbana e ambiental da frente ribeirinha na margem sul do Tejo.	Região de Setúbal	Administração Pública Central e Municípios envolvidos

Medidas no âmbito da OE11.4 Desenvolvimento logístico e portuário

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Desenvolvimento logístico e portuário	Apoiar a expansão e modernização das infraestruturas logísticas e portuárias da Região de Setúbal, como os portos de Setúbal, Lisboa e Sines e a Plataforma Logística do Poceirão.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

7.11.1 Medidas no âmbito da PE11. Investimentos estruturais estratégicos

Medidas no âmbito da OE11.5 Metro Sul do Tejo

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Desenvolvimento da implementação do MST	Expansão do MST ao Seixal, Barreiro e Moita e estudo para alargamento ao Montijo e Alcochete.	Região de Setúbal	Administração Pública Central

Medidas no âmbito da OE11.6 Linha de alta velocidade

Medida	Descrição sumária	Âmbito territorial	Potenciais promotores
Linha de Alta Velocidade Lisboa–Madrid	Promover a concretização da Linha de Alta Velocidade Lisboa–Madrid como investimento estruturante para a Região de Setúbal, assegurando a sua integração funcional no território. A medida articula-se com a Terceira Travessia do Tejo, a ligação ao Aeroporto Luís de Camões e a avaliação da viabilidade de novas estações, nomeadamente no Lavradio e em Pinhal Novo, reforçando a conectividade regional, nacional e internacional e o posicionamento estratégico da região no sistema de mobilidade de longa distância.	Nacional Região de Setúbal	Administração Pública Central

7.2. Acompanhamento e monitorização

O sucesso da estratégia de desenvolvimento da Região de Setúbal e alcance da visão estratégica para 2035 exige um **modelo de acompanhamento** que assegure a **articulação** entre os diferentes atores regionais, promova a **transparência** e garanta a **concretização** das medidas estruturantes. Este modelo é fundamental para monitorizar o progresso, avaliar resultados e introduzir ajustamentos sempre que necessário, reforçando a governança colaborativa e a coesão territorial.

O modelo de acompanhamento do PEDEPES está centrado em dois órgãos: a **Comissão Executiva do PEDEPES**, enquanto órgão de decisão, e o **Conselho Regional do PEDEPES**, enquanto órgão consultivo. Estes órgãos representam um conjunto alargado de entidades da Região de Setúbal, assegurando a participação ativa e plural na concretização do PEDEPES. A **AMRS** garante o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento destas estruturas.

Comissão Executiva do PEDEPES

A Comissão Executiva é composta por 15 entidades e assume a responsabilidade pela **tomada de decisão estratégica** no âmbito do plano. Compete-lhe acompanhar a execução das iniciativas, validar propostas de ajustamento, definir prioridades e garantir a articulação entre os diferentes setores e níveis de intervenção. Este órgão deverá reunir periodicamente para assegurar um acompanhamento contínuo e coerente da implementação do PEDEPES.

Conselho Regional do PEDEPES

O Conselho Regional integra 239 entidades representativas de todos os setores de atividade da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral, funcionando como **órgão consultivo**. A sua missão é emitir pareceres, apresentar contributos e promover a partilha de conhecimento e boas práticas entre os diversos atores regionais. Este órgão constitui um espaço de diálogo e concertação, reforçando a legitimidade e a participação na execução do PEDEPES.

De modo a assegurar uma representação equilibrada e atualizada dos principais *stakeholders* regionais, sugere-se a revisão periódica da composição do Conselho Regional do PEDEPES, no sentido de incluir as entidades mais relevantes da Região de Setúbal.

Apoio da AMRS

A AMRS assegura o **suporte logístico e administrativo** ao funcionamento dos dois órgãos, incluindo a convocação de reuniões, a gestão do secretariado e a disponibilização dos meios necessários para garantir a operacionalização do modelo de acompanhamento.

Princípios para gestão do Modelo de Governação

Para assegurar a eficácia e regularidade do acompanhamento, recomenda-se a **subscrição de Uma Carta de Compromisso** entre os Parceiros, que permita consolidar um acompanhamento Regular da Implementação do PEDEPES e garantir a sua monitorização.

O modelo de acompanhamento e monitorização do PEDEPES



**Comissão Executiva
do PEDEPES**

Órgão de decisão

- ▶ AMRS
- ▶ Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal
- ▶ Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal
- ▶ AISET – Associação da Indústria da Península de Setúbal
- ▶ Cáritas Diocesana de Setúbal
- ▶ Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto/Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal
- ▶ CPPME – Confederação Portuguesa de Pequenas e Médias Empresas
- ▶ Delegação Distrital de Setúbal da ANAFRE
- ▶ Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
- ▶ MURPI – Federação Distrital de Setúbal de Reformados Pensionistas e Idosos
- ▶ Instituto Politécnico de Setúbal
- ▶ Mútua dos Pescadores
- ▶ UGT – União Geral de Trabalhadores
- ▶ União de Sindicatos de Setúbal – CGTP-IN
- ▶ União Distrital de Setúbal Instituições Particulares de Solidariedade Social



**Conselho Regional
do PEDEPES**

Órgão consultivo

- ▶ 239 entidades representativas de todos os setores de atividade da Região de Setúbal



AMRS

Órgão de suporte

- ▶ Secretaria Geral
- ▶ Grupos de trabalho

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Anexos

Anexo 1. Contributos da auscultação

Enquadramento do processo de auscultação

No âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Setúbal, foram realizados **7 momentos de auscultação coletiva**, com o objetivo de recolher diferentes perspetivas e identificar oportunidades e desafios para a construção de uma estratégia integrada e sustentável para potenciar o desenvolvimento da Região de Setúbal.

Estes momentos de auscultação foram subordinados a 7 temas/setores — educação; ambiente; turismo; desenvolvimento social; cultura; acessibilidade, mobilidade e transportes; desenvolvimento económico, emprego e formação profissional. Neste processo estiveram envolvidos participantes com experiência relevante ligada a setores estratégicos que refletem a diversidade da região.

Foram também realizadas 8 entrevistas direcionadas e 1 reunião setorial.

A metodologia adotada visou promover o debate construtivo, com base na experiência concreta e conhecimento especializado dos agentes locais. Através destas reuniões, foi possível identificar os principais temas de interesse, os desafios estruturais e as expectativas para o futuro, bem como destacar as alavancas locais que podem ser mobilizadas para impulsionar o desenvolvimento económico e social da Região de Setúbal.

Durante a auscultação, surgiram temas e expectativas comuns entre os vários setores. Que se detalham de seguida.

Estrutura de análise

Para organizar e interpretar a informação recolhida, optou-se por uma estrutura de análise assente em quatro pilares fundamentais: principais temas de debate, desafios, alavancas locais e expectativas para o futuro.

- ▶ **Principais temas de debate:** dizem respeito às questões centrais identificadas durante cada momento de auscultação, refletindo as preocupações, oportunidades e dinâmicas específicas de cada setor.
- ▶ **Desafios:** dizem respeito às dificuldades e obstáculos identificados que podem limitar ou condicionar o desenvolvimento da Região de Setúbal.
- ▶ **Alavancas locais:** referem-se aos recursos, potencialidades e iniciativas já existentes ou latentes no território, que podem ser mobilizados para promover o desenvolvimento da região.
- ▶ **Expectativas para o futuro:** traduzem as visões e aspirações dos participantes relativamente ao desenvolvimento da Região de Setúbal, incluindo propostas concretas para a resolução de problemas identificados e para a criação de novas oportunidades.

Esta abordagem permite uma compreensão abrangente das questões abordadas e orienta a definição de estratégias e prioridades.

Principais mensagens de força

Da síntese dos momentos de auscultação emergem algumas mensagens de força que refletem as principais prioridades e ambições dos diferentes setores envolvidos:

- **Valorização da educação e melhoria das infraestruturas escolares:** a necessidade de **requalificar e modernizar as infraestruturas escolares**, assegurando espaços de aprendizagem adequados e equipados. Destaca-se também a importância de **valorizar os docentes**, através de melhores condições de trabalho, salários justos e programas contínuos de capacitação. A **promoção da educação ao longo da vida** surge como uma prioridade, permitindo que cidadãos de todas as idades tenham oportunidades de aprendizagem contínua.
- **Reforço da sustentabilidade ambiental e planeamento estratégico:** a implementação de **estratégias ambientais eficazes** passa pela gestão sustentável dos recursos hídricos, pela transição energética e pelo planeamento urbano orientado para a mitigação dos riscos climáticos. A **criação de redes de monitorização climática e a modernização das infraestruturas ambientais** são essenciais para assegurar a sustentabilidade a longo prazo.
- **Promoção de um turismo sustentável e diversificado:** a **diversificação da oferta turística**, apostando em segmentos como enoturismo, turismo de natureza, turismo náutico e turismo cultural. A **preservação da identidade regional** e dos **recursos naturais** deve

ser uma prioridade, incentivando práticas de **turismo sustentável**. A melhoria das infraestruturas de apoio, como albergues de peregrinos e transportes adequados, aliada à **qualificação dos profissionais do setor**, é crucial para a criação de uma experiência turística de qualidade.

- **Expansão e modernização dos equipamentos de apoio social:** a resposta às necessidades da **população envelhecida** e das **famílias em risco social** exige a expansão e **modernização dos equipamentos sociais**, como lares de idosos, centros de dia e serviços de apoio domiciliário. É igualmente necessário reforçar a **formação e capacitação dos profissionais do setor social**, garantindo a qualidade dos serviços prestados. A criação de **soluções habitacionais acessíveis** é um passo para promover a inclusão e melhorar a qualidade de vida da população mais vulnerável.
- **Promoção da cultura como eixo de coesão e identidade regional:** a cultura deve assumir um papel central no desenvolvimento da região, reforçando a **identidade local**, a **coesão social** e a **integração das comunidades**. É prioritário articular políticas culturais e educativas, investir em infraestruturas e criar redes de cooperação entre agentes culturais.
- **Reforço da qualificação e dinamização económica:** o desenvolvimento económico da região requer a valorização dos **recursos locais**, a **qualificação da mão-de-obra** e o **apoio à inovação**. A cooperação entre empresas, formação profissional e autarquias deve ser reforçada. A diversidade económica e a **posição geográfica estratégica** da Região de Setúbal são ativos chave para atrair investimento.

- **Mobilidade como fator de coesão e atratividade:** a melhoria da **mobilidade interna e metropolitana** é essencial para a **coesão territorial** e o desenvolvimento económico. É necessário reforçar a oferta de **transporte público**, garantir **ligações eficazes entre municípios** e investir na **capacidade dos operadores**. A articulação entre mobilidade, ordenamento e políticas económicas deve ser uma prioridade para responder às necessidades da população e atrair novas dinâmicas para o território.

Oficina Temática – Educação

Número de participantes	51	Tipologia dos participantes	Decisores Políticos; Dirigentes e Técnicos Municipais; Direções de Estabelecimentos de Ensino; Docentes; Representantes de Associações e Sindicatos; Dirigente e técnicos de Instituições de Ensino Superior
Principais temas	Infraestruturas e planeamento: melhoria da qualidade e adequação das infraestruturas escolares, que não acompanham o crescimento da população e a evolução pedagógica. Valorização dos professores e condições de trabalho: valorização salarial e profissional dos professores e necessidade de mais investimento na educação pública. Educação ao longo da vida: promoção da educação para todas as idades, com ênfase na articulação entre os níveis de ensino e no desenvolvimento de cursos de ao longo da vida. Participação e inclusão escolar: fomento de uma escola mais inclusiva, que favoreça a participação ativa dos pais e da comunidade, e assegure a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, bem como daqueles com comportamentos mais desafiantes.		
Desafios	Sobrecarga da rede escolar: sobrelotação das escolas e necessidade de expandir a rede escolar para acompanhar o crescimento populacional. Falta de financiamento e planeamento: insuficiência de recursos financeiros e falta de um planeamento estratégico que antecipe as necessidades educacionais. Desigualdade e acesso à educação: persistência das desigualdades educativas e dificuldade de acesso, especialmente nos territórios mais carenciados. Formação de professores e condições de trabalho: falta de profissionais qualificados, aliada a condições de trabalho pouco estimulantes e à baixa remuneração dos docentes.		
Fatores diferenciadores	Programas de apoio à inclusão: iniciativas de inclusão já implementadas nas escolas, como programas de apoio especializado para alunos com necessidades educativas especiais, com recursos como terapeutas ocupacionais, psicólogos e assistentes de educação. Projetos de colaboração escola-família: programas que incentivem a colaboração ativa entre a comunidade escolar e as famílias, procurando melhorar o acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos alunos.		
Prioridades de futuro	Requalificação das infraestruturas escolares: melhorar as condições físicas das escolas, garantindo espaços de aprendizagem adequados e modernos. Integração da educação ao longo da vida: garantir que todos, independentemente da idade ou da fase da vida, possam continuar a aprender, melhorar competências e adaptar-se às mudanças do mercado de trabalho e da sociedade. Desenvolvimento de modelos educativos mais inclusivos: criar modelos que atendam a todos os tipos de alunos, com uma abordagem mais personalizada e focada na prática. Valorização e retenção de professores: garantir melhores condições de trabalho, incluindo salários e capacitação contínua, para reter e atrair profissionais qualificados para a educação.		

Oficina Temática – Ambiente

Número de participantes	33	Tipologia dos participantes	Decisores Políticos; Dirigentes e Técnicos Municipais; Dirigentes de Empresas e Entidades Públicas de Gestão Ambiental; Dirigentes e Técnicos de Instituições de Ensino Superior; Representantes de Associações e Sindicatos
Principais temas	Gestão sustentável dos recursos hídricos: reutilização de águas residuais, monitorização da qualidade e quantidade de recursos e criação de redes representativas de estações climáticas. Transição e eficiência energética: desenvolvimento de projetos de energias renováveis (como centrais fotovoltaicas), combate à pobreza energética e incentivo à eficiência energética nas empresas e habitações. Planeamento estratégico e sustentabilidade: integração das estratégias ambientais nas políticas locais e nacionais, alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), assegurando coerência e efetividade nas ações. Mobilidade sustentável e ordenamento do território: reforço das ligações ferroviárias, incentivo ao transporte coletivo limpo e planeamento urbano para mitigação dos riscos associados às alterações climáticas.		
Desafios	Falta de ação concreta e monitorização: lacunas na implementação e na avaliação contínua das estratégias definidas, apesar da existência de diversos planos. Escassez de dados ambientais e climáticos: falta de planeamento estratégico e análise detalhada das alterações climáticas, comprometendo a eficácia das ações. Problemas de financiamento e investimento: insuficiência de recursos para modernização de infraestruturas ambientais e apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME). Incompatibilidade entre desenvolvimento económico e sustentabilidade: desalinhamento entre atividades industriais e proteção ambiental, especialmente em zonas de património natural.		
Fatores diferenciadores	Localização estratégica e proximidade ao mar: a região beneficia da proximidade ao litoral, facilitando atividades ligadas à economia marítima, transporte e turismo sustentável. Elevada representatividade de áreas protegidas: uma parte considerável do território está integrado na Rede Natura 2000, promovendo uma forte componente de valores naturais e biodiversidade.		
Prioridades de futuro	Preservação e valorização do património natural: garantir a sustentabilidade dos ecossistemas através da proteção da biodiversidade, com especial enfoque no estuário do Sado, na Serra da Arrábida e nas áreas costeiras. Implementação de planos e monitorização de resultados: criar mecanismos robustos para assegurar a execução contínua e a avaliação efetiva dos planos estratégicos. Reforço do investimento em infraestruturas ambientais: captar recursos financeiros para modernizar os sistemas de abastecimento, saneamento e reutilização de águas residuais. Fortalecimento da rede científica e de dados climáticos: estabelecer redes de estações climáticas e sistemas de recolha de dados, promovendo uma base científica sólida para a planificação estratégica ambiental.		

Oficina Temática – Turismo

Número de participantes	41	Tipologia dos participantes	Decisores Políticos; Dirigentes e Técnicos Municipais; Representantes de Instituições de Ensino; Dirigentes Regionais de Turismo; Agentes Turísticos; Representantes de Associações e sindicatos
Principais temas	Diversificação da oferta turística: aposta em segmentos como enoturismo, turismo de natureza, turismo náutico, turismo religioso, turismo gastronómico e cultural. Sustentabilidade e preservação da identidade regional: valorização da economia circular, preservação ambiental, turismo sustentável e respeito pelas tradições locais. Digitalização e inovação: integração de novas tecnologias na promoção turística, criação de <i>apps</i> e <i>sites</i> municipais e digitalização interoperacional entre municípios. Cooperação e planeamento estratégico: fortalecimento da colaboração público-privada, criação de modelos de governança participativa e alinhamento de planos estratégicos regionais e nacionais.		
Desafios	Sazonalidade e manutenção da atividade ao longo do ano: dificuldade em expandir a temporada turística para além do verão e dependência excessiva do turismo de sol e praia. Falta de infraestruturas adequadas: necessidade de albergues nas rotas dos Caminhos de Santiago, infraestruturas para autocaravanismo e melhorias na mobilidade e transportes. Pressão turística e impacto nas comunidades locais: aumento do custo de vida nas zonas de maior procura, pressão sobre parques naturais e necessidade de conciliar interesses dos turistas com os dos habitantes. Qualificação e valorização dos recursos humanos: precariedade nos vínculos laborais, escassez de mão-de-obra qualificada, necessidade de formação adequada e saída de profissionais para Lisboa.		
Fatores diferenciadores	Diversidade de recursos naturais e culturais: a região beneficia da proximidade com o mar, reservas naturais, património histórico e cultural, produção vinícola e gastronomia regional. Turismo de natureza como atrativo principal: potencial da Arrábida, percursos pedestres e valorização de rotas culturais como os Caminhos de Santiago.		
Prioridades de futuro	Desenvolvimento de produtos turísticos integrados e sustentáveis: criar experiências estruturadas, promover o turismo sustentável e alinhado com a identidade local. Melhoria da mobilidade e infraestruturas: implementar projetos de mobilidade suave, criar albergues de peregrinos, melhorar acessibilidades e desenvolver transportes adequados. Reforço da cooperação entre entidades: estabelecer parcerias entre setor público, privado e empresas, fortalecer sinergias entre ERTs e promover estratégias conjuntas. Capacitação e valorização dos profissionais do setor: desenvolver programas de formação, melhorar condições laborais e promover a integração de trabalhadores estrangeiros.		

Oficina Temática – Desenvolvimento Social

Número de participantes	33	Tipologia dos participantes	Decisores Políticos; Dirigentes e Técnicos Municipais; Técnicos e Dirigentes de Instituições Públicas de Segurança Social e Saúde; Técnicos e Dirigentes do Terceiro Setor; Dirigentes; Representantes de Associações e Sindicatos
Principais temas	Infraestruturas e equipamentos sociais: melhoria e expansão dos equipamentos sociais, como lares de idosos, centros de dia e serviços de apoio domiciliário, que não estão a acompanhar o aumento das necessidades da população envelhecida e das famílias em risco social. Apoio à população vulnerável: necessidade de reforço do apoio às populações mais vulneráveis, incluindo idosos, crianças, pessoas com deficiência e em situação de sem-abrigo. Colaboração entre redes sociais e instituições: articulação entre entidades públicas, autarquias, IPSS e redes supraconcelhias, promovendo uma colaboração mais eficaz para a gestão e prestação de serviços sociais. Sustentabilidade e financiamento do setor social: necessidade de garantia de financiamento adequado e sustentável para o setor social que promova a inclusão e a qualidade de vida.		
Desafios	Escassez de respostas adequadas para a terceira idade e primeira infância: falta de serviços de apoio, como creches e lares, especialmente nas zonas mais carenciadas. Falta de profissionais qualificados nas instituições sociais: escassez de profissionais especializados, como médicos, enfermeiros e psicólogos, comprometendo a qualidade do atendimento prestado, sobrecarregando os poucos recursos existentes. Desigualdade no acesso aos serviços de apoio social: persistente desigualdade no acesso aos serviços de apoio social, afetando principalmente as populações mais desfavorecidas. Sustentabilidade das políticas públicas e modelos de habitação: falta de modelos de habitação pública adequados e acessíveis, assim como o elevado custo dos lares dificultam o acesso a serviços essenciais.		
Fatores diferenciadores	Movimentos associativos de reformados ativos: associações promovem o envelhecimento ativo, organizando atividades culturais, recreativas e formativas e representam os interesses dos reformados. Rede colaborativa e dinâmica: competência e dedicação dos profissionais do setor social, que, apesar da escassez de recursos, asseguram respostas eficazes e inovadoras.		
Prioridades de futuro	Expansão e modernização dos equipamentos sociais: investir na requalificação e ampliação das infraestruturas de apoio social, como lares e centros de dia. Reforço da formação e capacitação de profissionais: investir na formação contínua e na atração de profissionais qualificados para o setor social. Modelos de protocolos integrados entre saúde e segurança social: criar protocolos mistos entre a segurança social e os serviços de saúde, que integram cuidados médicos e apoio social, oferecendo uma resposta mais completa e eficaz às necessidades da população. Criação de soluções habitacionais acessíveis: reforçar a construção e gestão de habitação pública acessível, para garantir que todos, incluindo as famílias de rendimentos mais baixos, tenham acesso a condições habitacionais dignas.		

Oficina Temática – Cultura

Número de participantes	23	Tipologia dos participantes	Decisores Políticos; Dirigentes e Técnicos Municipais; Representantes de Instituições de Ensino; Dirigentes e Representantes de Associações Culturais e Artísticas; Dirigentes; Representantes de Associações e Sindicatos
Principais temas	Valorização da identidade cultural local: implementação de políticas culturais que reforcem a identidade regional e promovam o desenvolvimento através da cultura como um fator estruturante do território. Debate sobre os valores fundamentais da cultura na região: necessidade de definição dos princípios que devem orientar a política cultural da Região de Setúbal, garantindo que a cultura seja reconhecida como um pilar da identidade, da coesão social e do desenvolvimento sustentável. Integração da cultura na educação: necessidade de promover uma maior articulação entre as políticas culturais e educativas, criando programas que integrem a cultura nos currículos escolares e fomentem a formação de públicos culturais desde cedo. Turismo e cultura: necessidade de um equilíbrio entre a valorização cultural e o crescimento do turismo, de modo a evitar que o turismo se sobreponha à identidade local e regional.		
Desafios	Fragmentação e falta de articulação: falta de uma comunicação integrada e eficaz entre os agentes culturais, contribuindo para a dispersão das iniciativas culturais, dificultando a mobilização de públicos e a formação de uma identidade cultural coesa na região. Pressões do turismo: ausência de uma estratégia de gestão do turismo que assegure que este seja um vetor de valorização da cultura local, sem prejudicar a preservação do património e sem impactar negativamente a identidade cultural e social da região. Falta de infraestruturas e recursos: necessidade de mais investimentos nas infraestruturas culturais, com foco na renovação e manutenção de espaços culturais, além de uma maior mobilização de recursos financeiros para apoiar iniciativas culturais sustentáveis. Baixo capital social e fragmentação social: reduzida coesão social e ausência de um envolvimento mais ativo da comunidade nas questões culturais, limitando a capacidade de formar públicos e de envolver a população em projetos culturais significativos.		
Fatores diferenciadores	Património cultural: a presença de um património cultural e natural diversificado, o pode constituir uma base sólida para promover a identidade regional e o desenvolvimento cultural. Diversidade cultural e integração de comunidades: presença de diversas nacionalidades e integração de culturas distintas, como a alentejana e a piscatória.		
Prioridades de futuro	Implementação de um observatório da cultura: estabelecer um observatório da cultura que permita monitorizar, avaliar e direcionar estratégias culturais, além de criar um sistema eficaz de comunicação cultural. Fortalecimento da rede cultural regional: criar uma estratégia regional para a cultura que articule as especificidades de cada município e promova o trabalho em rede, além de reforçar a colaboração entre os agentes culturais e as instituições educativas.		

Oficina Temática – Desenvolvimento Económico, Emprego e Formação Profissional

Número de participantes	19	Tipologia dos participantes	Decisores Políticos; Dirigentes e Técnicos Municipais; Dirigentes de Instituições de Emprego e Formação; Organizações de Inovação, Ciência e Tecnologia; Representantes de Associações e Sindicatos
Principais temas	Falta de mão-de-obra qualificada e não qualificada: escassez de trabalhadores técnicos (como na indústria e vitivinicultura) e operacionais (como nas pescas e agricultura), agravada pela pouca atratividade destas profissões e pela falta de formação adequada. Fragilidade do tecido empresarial: predominância de micro e pequenas empresas, com pouca estrutura e capacidade para inovar, atrair investimento ou aproveitar apoios públicos. Articulação entre entidades: necessidade de trabalho em rede entre empresas, centros de formação, municípios e outras instituições, promovendo respostas eficazes na qualificação e emprego. Infraestruturas e mobilidade: necessidade de melhoria de acesso entre concelhos, carência de transportes públicos e fraca ligação interna comprometem o desenvolvimento económico e o acesso a oportunidades.		
Desafios	Escassez de recursos humanos: dificuldades em atrair e reter trabalhadores, tanto especializados como operacionais, devido à escassez de formação, salários pouco competitivos e condições de vida menos atrativas. Baixa competitividade e dificuldade de acesso a financiamento: tecido empresarial composto sobretudo por micro e pequenas empresas, com limitações no acesso a fundos e investimento estratégico. Infraestruturas e mobilidade pouco desenvolvidas: rede de transportes limitada, com fraca ligação entre zonas da região e pouca cobertura de transporte público, afetando a acessibilidade e a dinâmica económica. Escassez de habitação acessível: preços elevados e pouca oferta de habitação dificultam a fixação de residentes e a atração de nova mão-de-obra, sobretudo jovem e estrangeira.		
Fatores diferenciadores	Posição geoestratégica e infraestruturas portuárias: proximidade a Lisboa, portos de Setúbal e Sines e acesso a mercados internacionais oferecem oportunidades de internacionalização. Diversidade económica: presença de setores como pescas, agricultura e vitivinicultura, com potencial para inovação e desenvolvimento sustentável.		
Prioridades de futuro	Melhoria das acessibilidades internas e regionais: investir em transporte público, metro de superfície e ligações rodoviárias que reforcem a coesão territorial e a mobilidade laboral. Criação e consolidação de polos empresariais e de inovação: criar incubadoras, mas sobretudo interligar as incubadoras e atores de empreendedorismo regional para a formação consistente <i>hubs</i> de inovação e zonas empresariais com apoio técnico e financeiro especializado. Reforço do trabalho em rede: promover estruturas de cooperação contínua entre municípios, IEFP, empresas e instituições de ensino para diagnóstico e resposta conjunta às necessidades de trabalhadores no território. Valorização dos recursos endógenos: apoiar setores tradicionais com inovação, garantir certificação profissional e promover o consumo local para fortalecer o mercado interno e a soberania alimentar.		

Oficina Temática – Mobilidade e Transportes

Número de participantes	22	Tipologia dos participantes	Decisores Políticos; Dirigentes Técnicos Municipais; Dirigentes de Instituições Públicas de Planeamento e Administração; Técnicos de Operadoras de transportes; Representantes de Associações e Sindicatos
Principais temas	Integração metropolitana dos transportes: dificuldade de ligação entre os vários municípios da Região de Setúbal e Lisboa, com linhas e redes de transporte desenhadas de forma centralizada, limitando a coesão regional e a competitividade económica. Desenvolvimento estratégico e planeamento territorial: ausência de uma visão integrada e de longo prazo para o ordenamento do território e mobilidade, marcada por dispersão urbana, baixa densidade e falta de planeamento coordenado. Reforço da oferta de transporte público: carência de transporte coletivo em várias zonas, sobretudo no Alentejo Litoral e nas ligações internas da região, agravada pela escassez de motoristas e material circulante. Sustentabilidade e acessibilidade: importância do transporte público como motor de desenvolvimento social e económico, com impacto direto nos custos de vida, na atratividade do território e na redução das desigualdades.		
Desafios	Conectividade regional deficitária: dificuldade de deslocação entre concelhos da mesma região, com redes desenhadas para Lisboa e ausência de ligações eficazes entre municípios do arco ribeirinho sul. Reduzida capacidade de resposta da oferta de transportes públicos: escassez de motoristas e material circulante contribui para a incapacidade de resposta à procura crescente, especialmente nas horas de ponta e em territórios de baixa densidade. Dependência de operadores privados: concessões a operadores privados sem controlo público eficaz dificultam integração tarifária e operacional. Falta de governança: ausência de um espaço de governança metropolitana forte e de estratégias coordenadas entre mobilidade, ordenamento e desenvolvimento económico.		
Fatores diferenciadores	Portos estratégicos e mobilidade de mercadorias: presença de infraestruturas portuárias com potencial logístico nacional e internacional (portos de Setúbal, Sines e Lisboa), potenciam soluções de intermodalidade e transporte de mercadorias. Passe Navegante como instrumento de coesão social: redução significativa de custos para as famílias, permitindo maior equidade no acesso ao transporte público.		
Prioridades de futuro	Criação de uma rede de transportes internos eficiente e integrada: reforçar ligações intermunicipais, com foco na ferrovia e transporte flexível. Reforço da capacidade dos operadores públicos: investir no aumento de motoristas, veículos e expansão de horários, incluindo noites e fins de semana. Planeamento e governança à escala metropolitana: promover a articulação supramunicipal e alinhar mobilidade com ordenamento do território e desenvolvimento económico. Mobilidade enquanto motor económico: apostar em infraestruturas que reforcem a autonomia regional, atraiam empresas e criem emprego local.		

